

Defesa Nacional

JUNHO
1946

NÚMERO
385

CEL. RENATO BATISTA NUNES

TEN. CEL. ARMANDO VILLANOVA PEREIRA DE
VASCONCELLOS

TEN. CEL. EVERALDINO ACESTES DA FONSECA

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIII

Brasil — Rio de Janeiro, Junho de 1946

N. 385

SUMÁRIO :

	Pags.
Editorial	1031
A Reestruturação do Exército — Cel. Dr. Humberto de Melo	1037
Os serviços da D. I. nos moldes americanos — Ten.-Cel. Aguiinaldo José Sena Campos	1070
Uma marcha de 109 kms. pelo 13.º R. I. — Cel. Alcindo Nunes Pereira	1077
O R. I. no Combate — Ten.-Cel. J. B. de Mattos	1081
A Ligação das Forças Terrestres e Aéreas — Cap. Geraldo Menezes Côrtes	1090
Problemas do Recrutamento Militar — Cap. Moacyr Ribeiro Coelho	1108
Oficialato da Reserva do Serviço de Saúde do Exército — Novos Rumos — Dr. Jayme de A. Villas Boas	1114
Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano nos Teatros de Operações — Cap. Dr. Saulo Teodoro Pereira de Melo	1117
Colonização e Imigração — Cap. Amaury Benevenuto de Lima	1135
A Borracha no Brasil — Cap. Rui Alencar Nogueira	1144
Guerra da Triplice Aliança — Cap. Nelson Werneck Sodré	1159
"Canudos e Itália, Guerra de Fanáticos" — Maj. Nelson R. Carvalho	1165
Osório, Soldado e Poeta — Cel. João Baptista Magalhães	1168
Silhueta Geográfica do Brasil — Cap. Gerardo L. Amaral	1180
Sítio de Bagé — Ten.-Cel. Eduardo Peres Campelo de Almeida	1203
Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Otávio Alves Velho	1229
Abreviaturas militares norte-americanas	1248
Instruções para o aparelho de Telegrafia Ótica de 13 cms. — 1.º Ten. Jackson Pitombo Cavalcante	1262
Boletim	1270
Revistas em Revista	1272
Noticiário & Legislação	1281

EDITORIAL

A guerra foi e será, em todos os tempos, um fenômeno social e como tal sensível às relações de causa e efeito decorrentes das condições de vida, do meio, de civilização, de concepção moral, da formação do espírito, das contingências históricas da evolução dos povos cujo quadro tão bem descreve o Cel. J. B. Magalhães no seu livro "Noções Militares Fundamentais".

Ontem, hoje, como amanhã, seu agente principal é o homem, com o complexo de seus atributos físicos, morais, culturais, psíquicos e de instinto, na sua caracterização individual como na sua atuação na sociedade.

Para compreender a guerra e suportá-la bem, é preciso, pois, conhecer "o indivíduo, a família, o regional, o profissional, o sentido da história de cada povo, o forte e o fraco de alma nacional e tratar de determinar como se comportará esse conjunto na guerra, a despeito das circunstâncias especiais que independem de um só grupo de indivíduos".

A vida biológica, como das sociedades, é uma luta permanente pela substância e só coesiste pela capacidade de ação e resistência orgânica do indivíduo ou agrupamento de indivíduos nela interessados. Sejam quais forem as circunstâncias, o

fim a atingir é sempre o mesmo — “derrotar as forças adversas” e o método para consegui-lo é invariável: “precisar os meios de exaltar as próprias forças e abater as do adversário; corrigir as deficiências naturais e agravar as do adversário”. Por isso, a ação de chefes e subordinados em toda a escala hierárquica da organização social, civis como militares, deve ser constante e vigilante para obter o estado ótimo de sua eficiência.

Cessada u'a missão, começa-se a preparar e, senão mesmo, executar outra mais em consonância com o ritmo acelerado da vida moderna.

Situada a guerra nesse quadro, como uma contingência da vida internacional, o seu estudo e preparação impõe o método clássico de análise dos antecedentes e consequentes do conflito, no quadro geral como no particular, a fim de que se evidenciem seus problemas objetivamente, ressaltando os ensinamentos a reter e aproveitar.



Com os progressos da ciência e o aperfeiçoamento da técnica, na era atômica e do industrialismo, se por um lado crescem os perigos pelo potencial de ataque, em compensação, de outro, criam-se os instrumentos de defesa para a preservação da vida no imponderável da genealidade humana. A moderna organização social em unidades sociais, com predominância do caráter nacional, distintivo da vida peculiar a cada povo ou

Nação, em que pesam os fatores intrínsecos de sua aglutinação, profundamente diferenciados pelas contingências geográficas, humanas, sociais, morais, econômicos-políticos, etc., de cada grupo, mantêm em tensão o equilíbrio do sistema, pelo choque de interesses, em toda a sua complexidade.

O conceito jurídico de Estado e Soberania, se facilita a caracterização dos interesses nacionais nas relações internacionais, origina, a sua vez, choques e atritos.

Sempre que "um grupo social passa a exercer sua soberania irrestritamente", surgem as incompatibilidades, as suscetibilidades, a incompreensão que gira a intransigência, movel dos conflitos armados.

A guerra torna-se, portanto, um incidente na vida dos povos. Mas, para que assim o seja, é indispensável que as relações internacionais se esteiem no fator confiança que predispõe a fraternidade universal.

Todavia, é preciso pensar na guerra, antes como depois da crise e estar constantemente preparado para fazê-la, fazê-la bem e vencer porque "ninguém entra na luta para perde-la". Esta firme determinação constitui o objetivo supremo da preparação para a guerra.

—::—

A guerra é total pela integração de todas as energias nacionais que se empenham na luta. As

melhores condições de sua eficiência residem na organização do sistema de tôdas as forças utilizáveis e reclamam uma preparação racional, metódica, objetiva e realística capaz de orientar, coordenar e vincular todos os indivíduos, organismos, instituições, valores e recursos de que é suscetível a unidade social considerada.

Essa preparação, pois, na época do industrialismo, que destruiu a concepção da auto-suficiência dos "Estados Nações" para fazerem a guerra, assume hoje maior complexidade porque envolve problemas nacionais e internacionais na composição das forças a mobilizar e, num e noutro aspecto, subentende a unidade de direção e de objetivos que teve maior caracterização prática no conflito armado que findou há um ano, com a vitória da vontade mais forte.

Mobilizar é promover o estado ótimo de aproveitamento de todos os potenciais utilizáveis para a luta, cujas ações são somáticas.

Cabe aos governos empreendê-la, orientá-la e executá-la porque, hoje, ela assume um duplo caráter: nacional e internacional na definição de seus objetivos. São as guerras de coalisão um imperativo do industrialismo e da produção em massa num curto prazo para atender aos consumos reclamados pela extensão dos conflitos modernos de caráter universal.

Eis, porque assistimos na batalha da paz que se vem travando tão dramaticamente, a preocupação dos responsáveis pelos destinos do mundo, em

arregimentar os blocos continentais de nações afins, como meio prático de assegurar a paz e preservar seus interesses. Ao presidente Truman mandatário da maior potência americana, como continuador da política americanista do grande Roosevelt, cabe nesta hora grave a iniciativa de congregar a família americana para o plano de segurança total da América contra qualquer agressão. E dentro dessa orientação procura advertir o continente de Colombo contra os perigos que o ameaçam, concitando-o a um só ideal, arregimentarem-se em defesa da liberdade e felicidade dos povos.

— :: —

Por tôdas essas razões, a Defesa Nacional compraz-se em registrar em suas páginas os novos rumos traçados pela reestruturação do Exército, consubstanciados nos Decreto-lei n.º 9 099, de 27-3-1946 (Lei de Organização do Exército); Decreto-lei n.º 9 100, de 27-3-1946 (Lei de Organização do Ministério da Guerra); Decreto-lei n.º 9 107, de 1-4-1946 (Lei de Constituição das Forças Armadas do País) e Decreto-lei n.º 9 120, de 2-4-1946 (Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército), promulgados pelo Governo. E o fazemos com o sentimento de patriotas, de brasileiros amantes da paz e da concórdia entre os homens e nações, mas, antes de tudo, convictos e apaixonados pela causa da destinação histórica de nossa Pátria que tanto reclama

da honestidade e lealdade de seus filhos, nesta hora de renúncia e de sacrifícios de toda a ordem.

E esses atos se tornam tanto mais auspiciosos quanto vêm prestigiar a ação dos chefes militares responsáveis pela readaptação de nossos meios às novas condições criadas pelos problemas de após guerra.

Dentre eles sobrepõe em importância a criação do Estado-Maior Geral Misto, com atribuições definidas no sistema de organização que adotamos e que de muito facilitará a tarefa do Governo na sua política de guerra. É mais um passo à frente no problema de articulação das forças e coordenação das providências necessárias à direção dos assuntos militares, predispondo a unidade de direção. Há um longo caminho a percorrer e dificuldades de toda ordem a vencer, mas que antes estimulam a ação e a vontade valorizando a obra a realizar. Não abstam os esforços e as boas concepções, urge executar, tornar realidade o que é inadiável e imprescindível para a preservação de nossos destinos, perseverar na ação com a firmeza e a decisão que tanto merece o nosso Brasil, e de que somos capazes. Não importa que o problema não esteja abordado no seu quadro conjunto de organização da Nação para a guerra; o que é preciso é avançar e avançar sempre com a vontade firme de quem quer vencer e ser digno do Brasil. É mais fácil completar um trabalho mesmo imperfeito, mas realizado, do que adiá-lo em busca de soluções ideais.

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

- 1 — "Aqueles que escreverem sobre estratégia e tática deveriam abster-se de ensinar tudo que não dissesse respeito a uma estratégia e tática nacionais, apenas proveitosa á nação para a qual escrevem."

Von der Galtz

- 2 — "A guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências e sim ao da própria sociologia. É um conflito de interesses maiores que se resolve á custa de sangue: nisto reside a sua diferença dos demais."

Clauzewitz.

- 3 — "As nações que confiam mais em seus direitos do que em seus soldados e marinheiros, preparam a própria ruina. Estarão fadadas a desaparecer do concerto das nações."

Ruy Barbosa

A Reestruturação do Exército

Cel. Dr. HUMBERTO DE MELLO

IV

(Continuação)

DA APLICAÇÃO MAIS AMPLA DE UMA LEI, COM FINALIDADES RESTRITAS

Os agentes diferenciadores: aspecto fisiográfico, meios de circulação; clima e saúde, educação, econômia.

Não é bastante que dois ou mais povos possuam a mesma civilização para que possam adotar indiferentemente esta ou aquela instituição ou este ou aquele processo de ordem política ou administrativa.

Todos os povos possuem as suas peculiaridades diferenciadoras, provenientes do solo, do próprio homem, do ambiente em que vivem, do seu passado histórico, da sua cultura, e daí a necessidade, ao elaborar uma lei de repercussão sobre todo o organismo social de uma nação, de serem estudadas as reações que poderão provocar sobre a sociedade em que vai atuar, os benefícios que poderão advir de uma aplicação mais lata do que a sua finalidade precípua, embora essa ampliação de objetivos possa parecer, à primeira vista, esdruxula e aberrante nos seus propósitos.

É o caso da aplicação da nova lei do serviço militar, ou lei da convocação das classes, como instrumento acelerador da evolução social do povo brasileiro, facilitando e permitindo que as massas, e principalmente a sua fração rural, recebam de forma compulsória, metódica e acelerada, a instrução fundamental, a educação e o tratamento de que tanto carecem.

Na síntese que esboçamos a nossa evolução social, parece não haver dúvida sobre a preponderância exercida por certos agentes diferenciadores sobre a formação e evolução da nossa sociedade: o fator geográfico, polvilhando a população sobre uma básica física desmesurada; a escassez demográfica, determinando a forma ganglionar e dispersiva dos diferentes núcleos humanos; o fator etnológico do qual resultou um tipo de mestiçagem com características psicológicas especiais, e, finalmente, o fator econômico do qual resultou a formação social de dois grupos nitidamente diferenciados, cujas inter-reações muito concorreram para a estruturação da nossa sociedade sobre bases democráticas.

O fator geográfico desde os primórdios da formação da nacionalidade exerceu a mais decisiva influência; em todos os períodos da nossa evolução social, podemos sentir o seu tirânico despotismo, ora determinando o sentido da evolução de determinado grupo da população, ora impondo as soluções político-administrativas da colônia, do Império e mesmo da República, as suas determinantes, num constante

e perpétuo desafio à capacidade de seus estadistas. Pelo desmesurado de sua base física, pela variedade e multiplicidade de seus acidentes, pela diversidade de suas paisagens, sem um sistema de circulação correspondente, pôz em perigo constante a unidade nacional, salva apenas pela habilidade, o gênio e o caráter de seus estadistas que, contudo, não conseguiram evitar a fragmentação do grande bloco em vários pedaços, cuja união, até bem pouco, repousava em bases frágeis, sempre prontas a uma rutura definitiva. Para consolidá-las, propiciando-lhes a necessária resistência, mister se faz um aumento progressivo e ininterrupto de seus meios de circulação e de uma firme e sadia orientação político-social e econômica.

Apresenta o Brasil uma configuração triangular, reprodução da do continente sul-americano, do qual ocupa 47,8 % de toda área, formando a maior parte de sua vertente oriental. Na bela imagem de Fernando de Azevedo, a forma física desse continente "é a de um imenso maciço de terras que escorrem da cordilheira dos Andes para mergulharem no Atlântico". Esse maciço, porém, não escorre suave e ininterruptamente dos flancos da cordilheira; separando as terras altas da sua vertente oriental ou atlântica, existe "uma depressão larga, plana ou ondulada segundo as regiões", amazônica, ao norte, formando a "imensa calha onde vêm desaguar os beirais cisandinos", platina ou do Paraguai, ao sul.

Esse maciço é dividido em dois pela grande calha amazônica, constituindo ao norte o "maciço das Guianas" e ao sul o "maciço brasileiro", imenso planalto de cerca de 3.000.000 de quilômetros quadrados, ou sejam 5/8 das nossas terras, debruado do lado do Atlântico pela Serra do Mar, fendido pelo efeito das erosões, recortado, em cujas calhas rolam as águas formadoras dos nossos grandes rios, em chapadas, chapadões e serras, em altitude de 300 a 1.000 metros e que vai cair, "espreguiçando-se ao sul na vastidão intermina dos campos e das planuras.

Acostado no Atlântico em toda a sua extensão, limita-se com quasi todas as nações sul-americanas, apresentando um litoral de cerca de 8.000 quilômetros e uma fronteira continental de 14.500 quilômetros. Respirando largamente sobre esse oceano, donde lhe vêm a civilização e os principais elementos de vida, através do seu comércio marítimo externo ou de cabotagem, ao longo de suas costas e portos, era natural e imperioso mesmo que procurasse adaptar as suas vias de comunicação, à modalidade de seus transportes continentais, às imperativas marítimas.

Sérias dificuldades, porém, se antepuseram sempre à realização de um plano harmônico e racional em que se conjugassem de uma maneira bem balanceada as influências marítimas e continentais, motivadas pela morfologia do espaço geográfico brasileiro, ao desmesurado de sua base, à variedade do espaço litorâneo, exigindo dos seus responsáveis pela solução do problema viatório brasileiro a mais acurada atenção e conhecimento de todas as faces do problema, como muito bem nos deixa ver o ilustre militar, Mário Travassos. Em relação à influência marítima, podemos apontar, segundo Travassos, alguns fatos contraditórios, como sejam o de estar a zona mais rica do país, de clima mais ameno, separada da influência marítima pela "Serra do Mar, dobrada em sua parte setentrional pela Mantiqueira e pela Serra dos Orgãos", ao passo que para o norte, em que as condições de vida são benos favoráveis pelo clima, pela aridez de extensas zonas, baixa densidade demográfica, "a bem dizer nada se opõe às influências marítimas", acentuando-se essas condições no extremo-nordeste, onde nada se opõe à essa influência; onde, porém, se torna mais evidente o antagonismo, é na região amazônica, "escancarada à influência marítima", assumindo os fatores negativos maiores proporções, não só pela excentricidade do grande rio, como pelas suas condições anti-econômicas.

Apezar de todas essas dificuldades, já existe uma certa eficiência na ligação dos portos marítimos e o interior, ao

menos no que diz respeito aos grandes centros, através de uma regular rede ferro-rodoviária e pelos transportes aéreos. A grande precariedade, porém, do meio de circulação reside na falta de um sistema que ponha em contato das diferentes "regiões naturais" do país, facilitando um maior intercâmbio espiritual e material entre os diversos núcleos de população, estreitando os vínculos da unidade nacional.

Infelizmente, devido ao nosso complexo psicológico, à organização da nossa política, sempre mais solícita para os interesses regionais e mesmo individuais do que à solução dos problemas de ordem geral e de interesse nacional, à nossa proverbial displicência, não temos sabido aproveitar os recursos que a natureza poz à nossa disposição para contornarmos as dificuldades morfológicas do nosso sólo, na solução dos problemas vitais do país. Assim é que, possuindo a maior rede potamográfica do mundo, temos apenas 50.000 quilômetros de rios navegados e com um material precaríssimo; muitas das antigas estradas de rodagem dos tempos coloniais foram desaparecendo, a medida que surgiam as estradas de ferro, estabelecendo-se assim a unilateralidade dos meios de circulação, fenômeno esse compensado apenas pelo aparecimento da circulação aérea, que tem tomado entre nós um desenvolvimento verdadeiramente prodigioso, ligando os mais remotos rincões do sólo pátrio aos centros de civilização.

Em 1852 constrói-se a primeira estrada de ferro, a Estrada de Ferro Mauá, concessão da Província do Rio, seguindo-se a de Recife a Palmares em 1853, a Santos-Jundiaí em 1856 e a D. Pedro II, destinada principalmente à grande lavoura de café, cujos primeiros 48 quilômetros são inaugurados em 1858 e que em 1877 alcança a capital de São Paulo. Em 1866 forma-se a Central da Bahia, seguida das concessões para o Porto-Alegre-Nova-Hamburgo, a Estrada de ferro Paulista, da Leopoldina, Mogiana e da Paranaguá-Curitiba, podendo-se dizer que em 1872 já se achavam iniciados os troncos principais da nossa linha férrea, como salienta Del-

gado de Carvalho, embora dependessem todas dos portos marítimos e sem intercomunicação de umas com outras, orientadas apenas sob o impulso das forças marítimas e imediatistas.

O primeiro plano com características de um plano nacional foi elaborado em 1881, pelo engenheiro Honório Bicalho, para ser apresentado ao Parlamento.

Esse plano, que infelizmente não se concretizou em uma realização prática, mostra um grande objetivismo do seu autor e só não poderá ser considerado perfeito pela ausência de pequenos detalhes que em nada lhe alteravam as linhas gerais e que poderiam ser acrescentados, a qualquer momento, durante ou após a sua realização. A concepção do mesmo abrangia o objetivo político da união do extremo norte com o sul, do leste com o oeste, facilitando a circulação política em todos os territórios da União; atendia ao problema financeiro, por uma sábia e ponderada combinação naturais, formada pelos rios, e trilhos de aço, constituindo um esplendido binário cujo fator comum era a máquina a vapor; e, finalmente, apresentava excelente caracterização técnica, por seguir as linhas de menor resistência na procura das linhas naturais de circulação.

As suas características gerais se delineavam no traçado de quatro grandes troncos:

- 1.^o — "Grande Leste-Oeste", ligando Salvador a Belém, com três segmentos terrestres e três fluviais;
- 2.^o — "Grande Central Norte", reunia o Rio de Janeiro a S. Luiz do Maranhão por três segmentos terrestres e três fluviais, articulando-se com o primeiro, permitindo assim ligar o Rio a Salvador e a Belem do Pará;
- 3.^o — "Grande Central Sul", de S. Paulo ao Rio Grande do Sul por meio de dois segmentos terrestres e um fluvial;
- 4.^o — "Grande Noroeste", entre S. Paulo e Belém do Pará, com quatro segmentos terrestres e outros

tanto fluviais, que punha o extremo sul em comunicação com o extremo norte, corrigindo a excentricidade amazônica, pelas fronteiras ocidentais.

Já em 1882 era elaborado um novo plano de viação, conhecido como "Plano Bulhões", e que não era tão satisfatório como o primeiro em relação ao problema das comunicações. Como o anterior, apresentava também quatro grandes troncos, cuja orientação geral não se afastava muito da do primeiro traçado, mas que não atendia o inconveniente de constituir um sistema mais rígido na organização dos meios de transporte — a estrada de ferro, só lançando mão das aquavias acidentalmente, ao passo que o outro consultava mais as possibilidades nacionais e apresentava uma flexibilidade que lhe permitia "ligar as vias navegáveis por estradas de ferro em posição das grandes linhas futuras".

Temos a assinalar ainda outros projetos como o de Paulo de Frontin e José Luiz Batista que não chegaram a receber a sanção do Executivo.

Em junho de 1934, o presidente Vargas, pelo decreto n.º 24.497, aprova o primeiro "Plano Geral de Viação Nacional", em consequência do qual, em março de 1941, pelo decreto n.º 3.163, é criado o "Departamento Nacional de Estradas de Ferro" com a obrigação de "zelar pelo programa referente à viação férrea compreendido no "Plano Geral de Viação Nacional, estudando e propondo as medidas necessárias à sua realização".

Segundo Mário Travassos, esse plano "deve ser considerado como a mais perfeita concepção circulatória que se poderia projetar para o nosso país" podendo-se dizer que seu traçado representa a "própria materialização das linhas de menor resistência ao tráfego do território, plena satisfação às características da geografia das comunicações brasieliras". Ele atende a todos os imperativos viatórios da nossa complicada morfologia territorial, estabelecendo um perfeito equilíbrio entre as influências marítimas e continentais, por meio

de seus troncos, desenvolvidos no sentido dos paralelos e dos meridianos e das linhas de ligação entre os mesmos, estabelecendo ao mesmo tempo, uma suficiente comunicação entre as diferentes regiões naturais de circulação, como o extremo sul e o extremo norte, anulando destarte a excentricidade da amazônia, um dos pontos de difícil solução nos nossos problemas viatórios .

Compreende 51.076 quiômetros, assim distribuídos :

a) parte fluvial	11.180 kms.
b) parte terrestre construída	17.775 "
c) parte terrestre a construir	22.121 "

Dos seus troncos, 9 (T.M.) desenvolvem-se no sentido dos meridianos; 11 (T.P.) no sentido dos paralelos e 18 (L.) constituem ligações entre os dois sistemas anteriores.

Em 1944 é aprovado o "Plano Rodoviário Nacional", organizado por uma comissão, com 27 linhas troncos, das quais 6 no sentido longitudinal (direção geral norte-sul) com 21.188 quilômetros; 15 transversais (leste-oeste) com 14.291 quilômetros e 6 outros de ligação com 3.184 quilômetros, não incluindo no seu desenvolvimento o território do Amazonas, ao norte do Acre, com a extensão total de 35.574 quilômetros.

No primeiro desses planos, o oceano é tomado, muito justamente, como o "eixo fundamental da nossa viação", e o segundo "salienta o papel do rio Amazonas como grande transversal espontânea, a primeira linha em nossas comunicações no sentido leste-oeste".

Completam-se assim dois planos, permitindo a utilização de todos os meios de circulação, marítimos, fluviais, terrestres-rodo-ferroviário — aos quais o transporte por via aérea virá permitir uma mais estreita solidariedade, completando-se assim o sistema de plurimodalismo de circulação

político-econômica entre todos os quadrantes do nosso vasto território.

Apesar de bem extenso o nosso sistema de comunicações terrestres, apresenta graves lacunas, sob o ponto de vista de sua orientação geral, e maiores deficiências quando considerado sob o aspecto da utilização e conservação dos meios de circulação e do material de transporte, já excessivamente trabalhado. Assim é que dos rios só aproveitamos as partes em que a natureza permite a navegação, sendo raras as obras de retificação, dragagem e outras que proporcionassem um melhor aproveitamento de seus cursos como acontece no Xingú, no S. Francisco, uma das aquavias que exerceu, desde os primórdios da nossa evolução, a mais decisiva importância, onde às dificuldades próprias da navegação vem se juntar a precariedade do material, já obsoleto; as estradas de rodagem, nem sempre têm a necessária conservação, tornando-se muitas delas intransitáveis no período das chuvas; as estradas de ferro ressentem-se da falta do material, agravada pelo recente conflito mundial, sendo a soma necessária para sua reparação avaliada e mmais de 2.000.000.000 de cruzeiros, sem levar em conta o grande desconforto de suas viagens, com exceção de algumas emprêsas. Contudo não podemos negar que a administração do país tem cuidado seriamente do problema de circulação, sob as suas diferentes modalidades, principalmente aéreas.

A rede ferroviária existente abrange uma extensão de 34.283 quilômetros que se distribue pelas diferentes regiões fisiográficas da seguinte maneira:

Norte	381 kms.
Nordeste	4.451 "
Leste	14.230 "
Sul	13.662 "
Centro-oeste	1.559 "
Total	34.283 "

Legou-nos o Império 9.563,087 quilômetros de estrada de ferro, continuando a desenvolver-se em todo o período republicano, destacando-se como os de maior acréscimo os períodos de Afonso Pena — Nilo Peçanha, com 4.083,044 quilômetros e Hermes da Fonseca, com 4.736 (767, não chegando a 2.000 quilômetros, nos períodos subsequentes.

Vemos assim que a nossa política de expansão ferroviária não tem sofrido interrupção, o que não impede que a mesma se mostre ainda deficiente, não só em relação à extensão territorial, como também à densidade da população, como mostra o quadro seguinte :

Regiões	Extensão em tráfego	Área das Regiões	População	Nº de habitantes por km ²	Extensão ferroviária em metros	
					Por km ² de área	Por habitante
Norte	381	3.336.990	1.491.429	0,4	0,114	0,255
Nordeste	4.451	976.546	1.029.692	10,3	4,557	0,443
Leste	14.230	1.232.996	15.753.623	12,8	11,540	0,903
Sul	13.662	827.423	13.023.203	15,7	16,511	1,049
Centro-Oeste	1.559	2.137.234	1.267.134	0,6	0,729	1,330
BRASIL	34.283	8.511.189	41.565.083	4,9	4,027	0,824

N. B. — Estatística das Estradas de Ferro do Brasil — 1941.

Réde rodoviária

Em 1937 a réde rodoviária do Brasil abrangia uma extensão de 192612,1 quilômetros, dos quais 100,7 revestidos a concreto; 38,7 a concreto asfalto; 712,9 a macadame; 6132,6 a pedra britada; 24973,7 de terra melhorada e 160653,5 de terra não melhorada. (A. E. 1937).

Em 1941 essa quilometragem eleva-se para 216.011 quilômetros, dos quais 49.756 em S. Paulo, 44.508 em Minas, 20.570 em Santa Catarina, 18.076 no Paraná e 18.076 no Rio Grande do Sul (W. Potsch).

Ultimamente foram construídos mais alguns milhares de quilômetros de rodovias, podendo-se destacar a de Petrolina-Rio Branco com cerca de 700 quilômetros, com revestimento de saibro e a Rio Baía com 1.800 quilômetros.

Navegação marítima:

Desde os primeiros séculos da nossa formação que o mar exerce a mais decisiva influência sobre a nossa vida social e econômica.

Foi por ele que chegaram até nós os nossos descobridores; ainda por seu intermédio que se efetuaram as nossas primitivas ações comerciais e os primeiros contactos entre as diferentes zonas do nosso território e é ainda através de suas águas que circula o grosso da nossa riqueza e que se mantém o maior contacto entre o centro, o norte e o sul. Ele está para nossa terra, assim como os grossos vasos, estão para o nosso organismo; se nos faltar, o efeito será como o de um gigantesco embulo que obstruísse um grande vaso de determinado setor do organismo, privando do oxigênio e dos elementos nutritivos necessários à sua vida; se a causa determinante dessa falta perdurar por longo tempo, as perturbações trazidas à vida do país apresentarão sintomas alarmantes, a semelhança do setor orgânico, privado do seu vaso principal. Embora não chegando à mortificação, por receber algum suplemento de vida através de suas comunicações terrestres e aéreas, contudo as lesões sofridas terão um aspecto inquietante e demandarão longo tempo para que a reparação se faça integralmente. Assim foi durante o recente conflito em que o país ficou dividido em três setores quasi que estanques, com especialidade o setentrional, cuja situação foi quasi de pânico, até o restabelecimento do tráfego, por meio dos comboios. Provavelmente o será ainda por longo tempo, até que se transforme em realidade o plano ferro-rodoviário que, qual gigantesco "sistema circulatório", levará a seiva e a vida a todos os recantos do nosso território.

Sendo o transporte marítimo a modalidade que mais vantagens oferece, principalmente sob o ponto de vista econômico, era natural que fosse o meio preferido, onde fosse possível o seu emprêgo, sobretudo para mercadorias de grande volume e de baixo preço.

Dispõe o Brasil, para o seu tráfego marítimo, de uma extensa linha, avaliada em 5.864 quilômetros para a que envolve o litoral e em 9.060 para a que acompanha as principais anfratuosidades, com 138 portos naturais, dos quais 47 marítimos, 91 fluvios marítimos e mais 2 lacustres. Dêsse total, 19 estão completamente aparelhados, possuindo 28.015,89 metros de cais, 477 guindastes, 483 pontes rolantes e 231 armazens com a superfície de 622.451,09 metros quadrados e 252.858 metros de linhas férreas (Brasil: — 1943-44).

Com o "decreto de 1896 que restituiu à nossa marinha o privilégio da navegação de cabotagem", data o desenvolvimento da nossa frota mercante que passou de 3.874.000 toneladas, em 1901, para 14.549.000, em 1926.

As nossas empresas de navegação se agrupam em quatro categorias: a) navegação de longo curso, estrangeiros e nacionais, para o comércio internacional; b) de grande cabotagem, que liga os Estados; c) de pequena cabotagem, que faz a navegação nos limites de um Estado; d) de interior, que utiliza as aquavias do interior.

A tonelagem bruta do Brasil alcança de 760.000 toneladas, assim distribuídas: 535.000 para a navegação a vapor, com 811 embarcações; 63.000 para a navegação à vela, com 608 embarcações e 149.000 para as embarcações auxiliares em número de 1.025 (Delgado de Carvalho). Essa estatística refere-se ao ano de 1922. Com a guerra perdeu o Brasil mais de 20 navios, desfalcando assim a sua tonelagem; com a encomenda de 14 embarcações no Canadá, é possível que a mesma seja superada, melhorando de muito a nossa navegação, por se tratar de navios novos, construídos de acôrdo com a técnica moderna.

É fácil, portanto, calcular a enorme influência que a circulação marítima exerce na nossa vida, através dos seus portos, sob o ponto de vista econômico e social, servindo de centro de irradiação para as comunicações do "hinterland" da região em que está situado, favorecendo as trocas entre os diferentes pontos do país, numa incessante corrente de trocas comerciais, ao mesmo tempo que faculta, pelas suas grandes vantagens, um maior intercâmbio entre os diferentes grupos humanos, permitindo assim que um grande número de brasileiros conheçam o seu país, ao menos ao longo do litoral, o que vem favorecer sobremaneira um maior intercâmbio intelectual.

Navegação aérea.

Essa modalidade dos meios de circulação tomou com a guerra um notável incremento, aumentando a organização da sua infraestrutura, multiplicando as bases, melhorando as pistas, desdobrando os pousos de emergência, não obstante as dificuldades decorrentes do conflito mundial que retardou em muito a aquisição do material de transporte, de rádio-comunicação e outros, pelas companhias de navegação.

Graças, porém, ao concurso da América do Norte, dispomos hoje das magníficas bases no nordeste, adaptadas para receber os maiores aviões existentes, e que podem ser classificados pelas suas características e extensão entre as melhores do mundo.

As linhas de navegação cruzam-se em todas as direções do quadrante, levando nas asas dos seus aparelhos, a todos os rincões do território nacional, um pouco da riqueza e do espírito do Brasil, numa pujante demonstração de vitalidade, fazendo despertar na mocidade o espírito da aventura e do desejo de galgar a imensidão do espaço. Por toda parte criam-se aeroclubes, formando grandes reservas de pilotos; as linhas aéreas de navegação triplicam, os vôos noturnos tornam-se habituais, a média de utilização do material de

vôo é rapidamente atingida em todas as empresas anciosas pela obtenção de novo material.

Em 1941, o número de passageiros transportados era de cerca de 74.000; em 1943 ascende a 163.000. De 800 mil toneladas de carga em 1941, passa para 4.000.000 em 1943, demonstrando assim a rápida aceitação desse meio de transporte que, há pouco tempo atrás, só era utilizado por um pequeno grupo de aficionados, ou em casos de emergência.

A extensão de suas rotas que em 1941 era de 66.623 quilômetros, atinge em 1945 a 91.351; o percurso de 8.891.545 em 1941, passa para 17.593.188 quilômetros em 1943; as suas horas de vôo passam de 3.893,66 para 7.188,96, nesse mesmo período de tempo.

Correios e telegrafos

Iniciado em 1852, no Rio de Janeiro com a ligação subterrânea do palácio imperial ao Ministério da Guerra, estendia-se em 1857 a Petrópolis. Durante a guerra do Paraguai, ligava-se o Rio ao Sul e, em 1886, ao norte. Em 1908 iniciam-se as instalações para rádio-telegrafia, sendo um dos principais postos instalados na Ilha Fernando de Noronha, dado a sua magnífica posição. Atualmente a extensão das linhas telegráficas atinge a 64.615.606 metros, com um desenvolvimento de 131.237.551 metros, havendo em todo o Brasil 4.733 agências de correios e telegrafos.

O ENSINO NO BRASIL

Seu sentido

E' ponto pacífico que o grau de instrução e cultura das massas no Brasil está fóra de fase, em relação ao progresso do mundo moderno, quanto a qualidade, e escassíssima ou quasi nula, em relação a quantidade, limitando-se apenas a uma pequena parcela da população dos centros urbanos constituindo um dos maiores entraves ao progresso do país.

o que nos vem colocar em situação pouco invejável no concerto das nações.

Esta situação nos conduzirá certamente a uma impressão de ressentimento e de dúvida sobre a capacidade e patriotismo dos nossos legisladores e estadistas, se não formos procurar nos antecedentes históricos, nas diferentes etapas da nossa evolução social, as causas que predeterminaram os ramos seguidos pela nossa evolução cultural, em que sobre-saem o desvelo pela cultura humanística das elites, em detrimento de uma cultura de características democráticas das massas.

País de colonização, possuindo uma população ainda em estágio rudimentar de civilização, teria forçosamente de subordinar a sua evolução cultural aos "ideais políticos" da nação conquistadora e sofrer as consequências que os mesmos lhe impusessem. Assim é que, durante as primeiras etapas — a colonial e a do reino unido, nenhum interesse havia para a metropole em promover a cultura da massa, constituída, em sua maioria, pelo elemento servil, destinada ao trabalho do eito. Contudo, não se pode dizer que êsses períodos tenham sido de indiferença pelas questões do ensino popular, principalmente na primeira, em que a iniciativa dos jesuitas, com suas "escolas de ler e escrever", seus colégios e seminários, deu lugar a um movimento cultural de grandes proporções para o ambiente em que se processava e para a época, havendo de se lamentar apenas que o mesmo não tivesse se desenvolvido mais em horizontalidade e não se destinasse, como se destinou, à formação de uma elite.

Em sua missão educacional, revelaram os jesuitas qualidades excepcionais de educadores e psicólogos. Compreendendo que a criança era o elemento propício para a sementeira educacional, fizeram abstração do adulto e dedicaram-se inteiramente à educação da criança, lançando mão de todos os recursos pedagógicos de que podiam dispor para levar a bom termo a missão a que se propuzeram, apesar da escas-

sez de meios e dos grandes obstáculos que se lhes antepuzeram na execução dessa campanha de redenção.

Quinze dias após a sua chegada à Bahia, fundava Nobrega a sua primeira "escola de ler e escrever", cujo primeiro mestre foi Vicente Rodrigues, que dedicou mais de 30 anos de sua existência à nobre missão do ensino. Daí em diante, não mais se deteve essa política educacional, e, onde quer que se erigisse uma igreja, uma escola deveria ser levantada, de tal sorte que, em 1576, segundo Serafim Leite, existiam escolas em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, S. Vicente, S. Paulo de Piratininga, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia. Infelizmente, devido à situação ambiental, à escassez de recursos e à organização social e econômica da colônia e ao espírito da época, tendeu essa cultura incipiente a tomar a forma humanística e retórica, em que predominavam o ensino do latim, da filosofia e teologia, destinada apenas a uma pequena minoria que, após terminar os estudos preliminares nos colégios dos jesuitas, "ia bacharelarse em Coimbra, para adquirir com título de licenciados e doutores, o acesso fácil à classe nobre pelos do governo".

Embora destituído de qualquer sentido técnico e utilitarista, destinado apenas ao "adestramento da eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito", afastando qualquer interesse pelo estudo da natureza e pelos trabalhos manuais, deu-nos êsse ensino nomes que sobressairam nas letras, na poesia, merecendo de Rio Branco o seguinte conceito: "O Brasil deve às escolas fundadas pelos Jesuitas, quasi todos os nomes de vulto de sua história literária dos séculos XVI a XVIII.

Com o fechamento dos colégios dos jesuitas, motivado pela expulsão dos mesmos em 1759, segue-se um grande vácuo que o decreto de Pombal, em 1772, instituindo um fundo literário, para a abertura de escolas, em toda a colônia, procura remediar, sem resultado.

A segunda fase, caracterizada pela presença de D. João VI entre nós, não trouxe modificações sensíveis no desenvol-

vimento do ensino popular, assinalando-se, durante a mesma, apenas uma ampliação do ensino superior, subordinada às exigências do meio e às necessidades do momento, e que se traduziu na criação de escolas especiais, visando principalmente a defesa militar. Criaram-se assim a Academia de Marinha, em 1808, a Academia Real Militar, 1810, com 8 anos de curso, o curso de cirurgia, instalado no Hospital Militar, na Bahia, em 1808, e o de anatomia e cirurgia, no Rio de Janeiro, acrescidos, em 1809, do de medicina, que constituíram as origens do nosso ensino médico. Criaram-se ainda a de agronomia, o curso de agricultura, de química, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, etc., que, se imprimia uma rutura com orientação do ensino teórico e literário do ensino clerical, era restrito no espaço que abrangia, limitando-se quasi que exclusivamente à Bahia e Rio de Janeiro, como nos deixa ver Fernando de Azevedo, o destinando a uma pequena e restrita parcela da população.

Após a proclamação da Independência, seria natural que o problema da educação popular tomasse outros rumos, uma vez que os ideais políticos já não obedeciam às mesmas diretivas. Os obstáculos de ordem material, espiritual e principalmente sociais que haviam impedido, até então, a difusão da cultura popular, continuavam a existir e haviam de permanecer ainda, por longo tempo, opondo a sua resistência à qualquer iniciativa realizadora nêsse sentido.

A lei de 15 de outubro de 1827, que ordenava se fundassem escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e povoações do Império, principalmente escolas para meninas, parecia ser a concretização do postulado da carta de 1823, que reclamava o direito de todo o cidadão à gratuidade do ensino primário. Os frutos produzidos por essa lei foram contudo, de poucos resultados, devido a fatores de ordem — "econômica", "técnica", política", criando-se poucas e más escolas, principalmente para meninas, das quais, em 1832, não se contavam mais de 20 em todo o Império, e nas

quais se procurou instituir o método de ensino mútuo, que quasi dispensava os professores.

Em relação ao ensino superior, dos debates na Constituinte, indicavam uma tendência para o ensino universitário, surgindo a indicação do Visconde de S. Leopoldo para a criação de uma universidade em S. Paulo, idéia apoiada pouco depois por José Bonifácio, Antonio Carlos e outros, quando determinaram, no artigo 259 do projeto da Constituição, em 1.º de setembro de 1823, a criação de "escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais". (F.A.). Não logrou concretização semelhante projeto, deixando de ser criado qualquer instituição de cultura geral desinteressada; às escolas profissionais, criadas por D. João VI, acrescentou o Império apenas os dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um em S. Paulo e outro no Rio.

Com a abdicação de Pedro I, acentuaram-se as tendências federalistas, corporificadas no Ato Adicional de 1834, e no qual se conferia às províncias o privilégio de organizar a instrução primária e secundária, ficando sob a alçada do governo central a organização e administração do ensino superior em todo o território, e mais do primário e secundário, na capital do Império.

Esse ato que poderia ter sido de grande utilidade, dadas as condições precárias da circulação geral, então existente, se mantida a unidade de uma política educacional, trouxe como consequência apenas uma fragmentação da unidade cultural, que passou a se modelar de acôrdo com as possibilidades econômicas de cada região, os interesses dos partidos regionais e mesmo da mentalidade de cada um de seus governadores. Como consequência dessa descentralização, e da liberdade de ensino, outorgada pela lei de 1823, multiplicam-se os estabelecimentos de ensino secundário particulares, muitos de origem religiosa, alguns dos quais se tornaram célebres, como o de Caraças, o de Itú e outros, onde a orientação do ensino mantinham as mes-

mas linhas dos tempos coloniais, destinados aos filhos da aristocracia agrária ou da burguesia endinheirada, para a conquista do bacharelato ou do doutorado, únicos símbolos de distinção social para os que não possuíam terras, engenhos ou fazenda. Formou-se assim uma elite que na expressão de Max Leclerc, "não destoaria entre as elites das mais cultas sociedades européias", consagrada apenas aos torneios oratórios nas lides parlamentares ou aos jogos de espírito nos salões da aristocracia elegante fútil.

A estatística relativa ao ano de 1864, nos dá uma impressão realística dessa tendência aristocratizante do sistema de cultura até então adotado: enquanto a instrução primária, que não ia além do ensino da leitura, da escrita e do cálculo, não absorvia mais de dez por cento da população; enquanto "o ensino técnico, agrícola e industrial, não passava de meras tentativas e ensaios"; e, para poucos alunos das escolas comerciais e agrícolas, a quota de alunos dos cursos secundários atingia a 8.600 e matriculavam-se nas Faculdades de Direito do Recife e S. Paulo 826 alunos, sendo que, no decênio de 1855-64, matricularam-se nessas duas escolas 8.036 (F.A.).

Segundo Oziel B. Rêgo, o número de analfabetos, em 1872, era de 84,25 % para a população total, ou de 81,43 % entre os habitantes livres, atingindo essa quota, em 1890, a cifra de 85,21 %.

As reformas por João Alfredo, em 1874, pela qual o governo central se obrigaria a criar nas províncias, escolas profissionais e contribuir com auxílios aos colégios secundários, públicos e particulares, e a fundar bibliotecas populares; a de Leôncio de Carvalho, de 1879, na qual se preconizava, além de manter as atribuições da reforma anterior, a de subvenções a escolas que ministrassem instrução gratuita a crianças pobres, a instituição de ensino ambulante e auxílio para o ensino de adultos analfabetos; a de Rodolfo Dantas, em 1882, que aconselhava o auxílio para o ensino de adultos analfabetos; a de Rodolfo Dantas, em 1882, que aconselhava a criação de escolas normais, escolas-modelo de ensi-

no primário, a dotação de terras em favor do ensino e a criação de impostos que seriam distribuídos equitativamente por todo o país, e o célebre relatório de Rui Barbosa, do mesmo ano, no qual o ilustre brasileiro endossava a "legalidade e a necessidade da intervenção direta do Estado nas províncias afim de promover a cultura do povo", ficaram inoperantes.

Balanceando a herança que nos legou o Império em matéria de educação, vamos encontrar, de um lado, um bem desenvolvido ensino acadêmico, embora de caráter eminentemente profissional, e do outro uma ineficiente, escassa e rudimentar organização do ensino popular que não estendia os seus benefícios a mais de 15 % de toda a população, já então de mais de 12.000.000.

Com o advento da República, não se modifica o panorama do setor educacional. Na opinião do ilustre professor Fernando de Azevedo, até a guerra de 1914-18, o período republicano nada mais fez do que conservar "o mesmo tipo de mentalidade e de cultura que se plasmou na fase colonial e em todo o Império", com "o mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas", que continuaria a predominar na legislação escolar, apesar da reforma Benjamin Constant, na qual se procurou substituir o clássico sistema de ensino literário e teórico pelo científico.

Apesar da influência exercida no ensino pela filosofia positivista e pela laicidade do mesmo, manteve-se mais ou menos inalterado o espírito da escola coimbrã, de base literária, orientada apenas para a formação do advogado, do médico e do engenheiro, trazendo como consequência um aumento sensível no número das escolas de direito que, em número de 2, em 1827, passaram para 19; de medicina que somavam 11 unidades, em 1940; de engenharia que passaram 2 para 10, ao passo que as escolas técnicas e as de caráter cultural desinteressado eram em número reduzidíssimo, sem revelar qualquer espírito de ensino sistematizado.

Sómente após a guerra de 1914-18, a que se conseguiram grandes transformações sociais, determinando um maior desenvolvimento industrial do país, um grande movimento de concentração das zonas urbanas, pôde haver uma reação contra os velhos moldes pedagógicos, iniciada em S. Paulo, por Sampaio Doria, seguido por outros educadores, não menos ilustres. Para esse movimento muito concorreu a Associação Brasileira de Educação fundada por Heitor Lira, em 1924, promovendo congresso de educação, conferência, difundindo as suas idéias e os novos métodos pedagógicos europeus e americanos, permitindo assim a possibilidade de serem estudados com objetividade os problemas educacionais brasileiros, com soluções baseadas nas nossas realidades.

Contudo o panorama da educação popular, no seu gráo elementar, continuava a apresentar uma situação pouco li-songeira, até 1930. Como diz o ilustre professor Lourenço Filho, apesar de sancionadas várias autorizações legislativas em 1906, 1908, 1910 e 1917, de discursos em que o professor Afrânio Peixoto pleiteou uma "orientação nacional do ensino primário, democratização do ensino secundário, fiscalização do ensino profissional e criação de um fundo nacional de educação", a União continuava indiferente pelo problema "porque, embora desejassem criar uma democracia, os governantes da República continuavam a agir como os escravocratas da colônia, e os aristocratas do Império. A educação das massas nada lhes significava nos planos de transformação da vida política do país".

Se acompanharmos o movimento de matrícula nas escolas primárias, encontraremos os seguintes índices, por mil habitantes, nas seguintes fases: em 1889, 18; em 1907, 29; em 1930, 50, enquanto os índices da Argentina, para o mesmo ano, atingia a 125 (L. F.).

Na mensagem que o Chefe da Nação enviou à Assembléia Constituinte, com dados correspondentes a 1931, lê-se: "ensino geral, 20.918 escolas públicas e 7.632 particulares com 2.020.931 alunos matriculados, 1.564.522 frequentes e 122.458 que terminaram o curso".

Entre mil (1.000) brasileiros aptos para receberem a educação cultural e elementar, 513 não ingressam na escola, e, dos 487 restantes, 110 matriculam-se mas não frequentam os cursos: 178 frequentam o primeiro ano de estudo, não chegando bem a lêr; 85 frequentam sómente até o segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; e apenas 30 adquirem a instrução elementar comum, assim mesmo, em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida deficiência atinente à profundidade do ensino, que não se prolonga, em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior".

Em 1940, o número da população, em idade escolar, era de 6.409.303 com 42.828 unidades escolares e 81.344 docentes; matrículas gerais 3.315.348, efetivas 2.742.746; frequência 2.333.522; aprovações em geral 1.406, 283 e 242.904 conclusões de curso (Jacir Maia).

A muda significação dêsses números após mais de meio século de regime republicano e mais de um século de democracia, nos mostra que a solução do problema apresenta aspectos de extrema dificuldade, que precisam ser encarados com o máximo cuidado e objetividade, levando em consideração todos os fatores da realidade brasileira, sejam eles de ordem político-administrativa, social, econômica, técnica ou simplesmente de ordem física ou territorial.

Este último aspecto do problema parece não ter sido levado na devida consideração, apesar de sua extrema importância, por não permitir que as medidas já postas em prática abranjam a totalidade da população escolar.

A exposição de Teixeira de Freitas sobre êsse particular deixa bem evidenciado a importância da questão e aponta os meios de solucioná-la. Segundo êsse técnico, de acordo com os dados de 1932, e admitindo o cálculo que a área escolarizável não abranja mais que a quarta parte do território, 65 % dessa área estavam fóra da ação do aparelho escolar, então existente; feitas as necessárias deduções, chega ain-

da à conclusão de que 960.613, da área escolarizável, não recebiam instrução por falta de escolas.

É fácil imaginar, portanto, o número de adolescentes que deixou de receber os benefícios da instrução, na época apropriada. Se não lhes proporcionarmos um meio capaz e eficiente para que possam recuperar na adolescência ou que deixaram de receber a infância, continuarão a pesar na comunidade como elementos negativos ou deficitários, incapazes de acompanhar o vertiginoso progresso do mundo moderno.

Embora a tarefa educacional compita essencialmente ao aparelhamento especializado do Ministério de Educação e Saúde, nada impede que outros departamentos de órgãos administrativos do Estado tragam a essa obra magna do nosso país o seu concurso, através de suas leis, ou de uma cooperação mais íntima e direta. Se nos detivermos um pouco sobre a significação do senso de 1940 que acusa para uma população de 20.960.865 pessoas de 18 anos e mais, apenas 9.143.565 de alfabetizados, com uma quota de 43,62% para o total, variável com as diversas regiões fisiográficas do país, alcançando apenas 27,09 para o nordeste, e sabendo-se quão precária é essa instrução em profundidade, será fácil avariar as dificuldades antepostas à execução da tarefa educacional pelo seu órgão competente.

É evidente que a obra educacional está a exigir medidas que tornem de fato efetiva a presença da criança na escola. Para que isto aconteça, porém, muito ainda se escoará, enquanto isso, o número de analfabetos continuará a crescer na mesma progressão com que o tem feito até a época presente. Se a educação da criança constitui uma obrigação elementar e fundamental do Estado moderno, com muito mais razão não pode nem deve ele abandonar a juventude, justamente na época em que o indivíduo passa a constituir para a nação um elemento precioso para a sua economia e para a sua defesa.

Dentre as várias causas invocadas para a explicação da defecção escolar, pode-se assinalar como a mais importante a situação econômica da família humilde que obriga os pais a exigir dos filhos a sua contribuição ao trabalho doméstico, após o primeiro ano de ensino, ou mesmo sem nenhum. Assim, é evidente que para a recuperação educacional do adolescente, somente uma lei, de execução compulsória e de severas punições para os faltosos, conseguirá colocar à disposição do órgão educacional a juventude, e essa lei é a lei do serviço militar.

Clima e saúde

Possue o Brasil, apesar de ter a maior parte de seu território situada nos trópicos, uma grande variedade de climas, computada em mais de 11, não apresentando, porém, nessa abundante variação, as extremas temperaturas dos países de climas frios ou temperados.

Segundo Afrânio Peixoto podemos delimitar no Brasil, 5 faixas ou zonas:

1.^o — *Zona equatorial*, na vizinhança do Equador, até ao paralelo 10.^o, compreendendo o Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e pequena parte de Goiás, Mato Grosso e Bahia.

2.^o — *Zona tropical*, entre o paralelo 10.^o e o trópico de Capricórnio, abrangendo Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, quasi todo, e parte do Oeste de S. Paulo.

3.^o — *Zona temperada*, entre o trópico de Capicórnio e o limite Sul do país, no paralelo 35.^o, 46, ocupando a parte Sul de São Paulo, os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em relação a unidade, S. Serebrenick divide o país em três faixas paralelas, dirigidas de S.W. para N.E. A faixa 1.^a que representa a região equatorial ou amazônica, a uni-

dade oscila de 80 a 97 %; a faixa 2.^a, em que a unidade é inferior a 80 % e desce a menos de 65 % no interior nordestino, constitui o sertão; e a faixa 3.^a em que a unidade é superior a 80 %, alcançando em alguns pontos 90 %, abrange a costa oriental.

A região mais úmida do Brasil é o Acre, com 97 %, em Sena Madureira, e a mais seca o interior do nordeste, que apresenta 62-61 %, em Quixeramubim, no Ceará, e Barra do Rio Grande, na Bahia, chegando, nos meses secos, a menos de 25 %, em algumas localidades, indo até 13 %, como, em 24-9-38, em Santa Luzia.

As variações anuais da umidade se representam pelas cifras de 3 %, para a amazônia ocidental, de 10 % para a costa equatorial, desde o baixo amazônias até Natal; na costa oriental, de Natal a Carvelas, a diferença é de 6 % e dêsse último ponto a Angra dos Reis, apenas de 4 %, sendo que no resto da costa e no interior dos Estados do sul, a oscilação sobe para 10 %.

Onde, porém, essas oscilações atingem maior amplitude é no Brasil central com a média de 25 %, alcançando em Goiás até 36 %.

As variações diurnas da umidade se processam no sentido inverso da temperatura, sendo mais elevada durante a noite, com o máximo entre 3 e 6 horas da manhã e o mínimo, entre 13 e 14 horas, moderadas na costa e grandes no interior.

A temperatura média baseada sobre dados de 130 localidades, varia de 16 a 29 graus, situando-se a zona mais fria na região montanhosa do Paraná, Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul e a mais quente, acima de 28.^o, no nordeste; a região do baixo Amazonas também apresenta temperaturas elevadas, entre 27 e 28 graus. As regiões de temperatura elevada apresentam, porém, regiões de temperatura bastante agradáveis, com um permanente clima primaveril, como Guaramiranga, no Ceará, Campina Grande, na Paraíba, Caruarú, Garanhuns, Pesqueira e outras locali-

dades, em Pernambuco, e várias outras na Bahia, principalmente Morro do Chapéu, onde já se tem verificado temperatura de 6.º.

Com exceção de algumas localidades, geralmente situadas na costa, e muitas na zona temperada, como Antonina, Paranaguá, não apresenta o Brasil a sensação de desconforto pelo calor que se verifica em países de altas latitudes, como em Washington e Nova York.

O que traz uma certa sensação de cansaço é a pequena variação das temperaturas anuais, das zonas equatoriais e tropicais, não permitindo ao organismo o verdadeiro revigoramento de energias que se observa nos climas frios. Contudo, essa lacuna é de certo modo compensada pelas variações diurnas que permitem um repouso reparador para o organismo humano. Essas oscilações diurnas que atingem em algumas localidades um desvio exagerado, chegando, às vezes, a alcançarem 27,6, são em outras bastante razoáveis e fazem com que, nas duas primeiras zonas, "as noites desempenhem o papel de inverno".

Ao contrário do que tem afirmado vários escritores, deslumbrados pela pujança da natureza tropical ou impulsionados por falsos e tendenciosos preconceitos, de que "no meio desta pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem", conseguiu o Brasil a mais rica civilização dos trópicos, sob o figurino do ultra civilizado ocidente europeu, apesar dos desmandos, do assalto desatinado à sua natureza, sob o comando desses mesmos civilizados europeus, mostrando assim, num formal desmentido que sob os céus dos trópicos existem condições propícias para o desenvolvimento de qualquer raça, quer pertençam aos grupos nórdicos, dólicos louros, ou aos do grupo mediterrâneo, de pele amorenada.

Provam-no os numerosos grupos raciais que, graças à nossa incuria e displicência, conseguiram formar quistos que conservam, mais ou menos, a pureza de origem, ou ainda o

desenvolvimento da nossa população que se fez e continua a se fazer com um predomínio cada vez maior do grupo da raça branca, constituindo um tipo próprio pela etnia, pela fusão e pela ação do clima. Como diz Afrânio Peixoto, "em duzentos anos, longe de se extinguirem os descendentes do povo de Cabral, terá passado inteiramente o eclipse negro, dêsses quatro séculos de mestiçagem", pela extinção progressiva do mestiço intermediário que desaparece pela morte prematura ou por um cruzamento, cada vez maior, com a raça branca e, dada a probabilidade de incremento da corrente imigratória para o nosso país, neste após guerra, é de esperar que êsse "eclipse" tenha ainda o seu período de duração bem diminuído, como licitamente podemos esperar do desenvolvimento proporcional da população, como mostra o quadro abaixo :

ANOS	% Brancos	% Mestiços	% Negros	% Índios	
1835	24,4	18,2	51,4	—	
1872	38,1	38,4	16,5	7,0	
1890	44,0	32,0	12,0	12,0	
1912	50,0	30,0	9,0	9,0	
1935	60,0	24,0	8,0	8,0	(A. F.)

Se quizermos recordar que, na época do descobrimento, a população de Portugal não ia além de 1.200.000 almas e que em 1550 o número de colonos era de cerca de 3.000, com um número reduzidíssimo de mulheres brancas, e que a cifra provável de escravos de raça negra entrados no Brasil foi de 3.300.000 e que somos hoje 45.300.000 com quasi dois terços de brancos, nos quais se incluem os 3.834.360 imigrantes de raça branca, descontados os 188.615 amarelos, teremos de chegar conclusão de que o clima do Brasil se presta melhor à adaptação e desenvolvimento desta raça do que à negra, se não tivéssemos de levar em consideração outros

fatores de grande importância na diminuição e provável extinção desta, dos quais sobreleva notar a sua degradação pelo cativeiro e a profunda ignorância em que se tem mantido a maioria dos seus componentes. A conclusão segura que se pode tirar, porém, é de que o clima do Brasil é bom para todas as raças, que aqui se adaptam, vivem, proliferam, como em qualquer outra parte do globo, confirmando assim o postulado de Humboldt de que o homem é cosmopolita, podendo viver em qualquer parte, desde que saiba "adaptar-se às condições diversas, a que foram chamados".

Sem que tenhamos cuidado de criar condições propícias à vida adotando medidas que permitissem amenizar as asperezas do clima em certas regiões, temos ao contrário, adotado hábitos e processos que não se ajustam ao ambiente pois que destinados a outras latitudes, sem que isso tenha trazido grandes inconvenientes, a não ser no que concerne ao conforto.

No nosso trato com a natureza temos agido de maneira imprevidente e insensata, utilizando métodos bárbaros e primitivos, desde que pouco trabalhosos e proporcionadores de um lucro imediato. As reservas florestais vão, aos poucos, se exgotando sob o machado do lenhador ou as "coivaras" do caboclo. No Paraná, os pinheirais já recuaram algumas dezenas de quilômetros de sua linha primitiva; os cedros, as imbuías, dentro em pouco, seguirão o destino do pau-brasil, hoje quasi uma lembrança do passado; no nordeste os 40 % da área regional, cobertos por florestas, estão hoje reduzidos a 10 % e em seu lugar temos a caatinga; em 1941, a extração de lenha atingiu a 90.500.000 metros cúbicos, além de 618.000 toneladas de carvão de madeira e 5.600.000 dormentes.

Em relação ao problema sanitário, a nossa ação não tem obedecido a uma orientação continuada, homogênea, porque os fatores políticos nunca deixam de interferir na solução dos problemas técnicos, quasi sempre com grandes prejuízos para estes, com exceção, talvez, da fundação Rocke-

ler, organizada sobre moldes americanos, e a qual deve o Brasil os mais assinalados serviços, entre os quais cumpre destacar a campanha contra o "A. gambiae", importado da África, através do tráfego, cada vez mais intenso, e que chegou ao nordeste, em poucos meses, cerca de 12.000 vítimas. Falhasse essa campanha e talvez toda essa região se tornasse inabitável, dado o alto índice de indefectividade do transmissor, várias vezes maior do que as espécies encontradas em nosso país, com imprevisíveis consequências para todo o continente.

É interessante notar o fato de que tenhamos tido capacidade e energia para debelar os grandes flagelos, capazes de por em jogo o nosso futuro como nação, e não tenhamos podido resolver ainda satisfatoriamente problemas sanitários de muito menor importância e que tanto concorrem para diminuir o valor do nosso homem!...

Entre os primeiros, podemos assinalar em nosso ativo a campanha contra a febre amarela, nas suas várias investidas, a luta contra a peste, sempre um perigo em potencial, principalmente em vasta zona do nordeste, e, finalmente, a mencionada batalha contra o "gambiae", o que vem confirmar que o nosso problema sanitário não está sob a dependência de clima e não constitui mais do que uma questão de organização, em que entram como elementos decisivos o problema educacional e o fator econômico, este, ainda sob a dependência daquele.

De fato, a febre amarela, tida ainda hoje como doença tropical, e que nos foi trazida da África, durante o período colonial, que avassalou terras de várias latitudes do continente americano e que chegou a se estender à Europa, pôde ser debelada, após as pesquisas da Comissão de Havana, sob a direção do Cel. Walter Reed, do exército americano, que demonstrou a transmissibilidade da doença pelo mosquito. Graças aos trabalhos desse cientista de farda, puderam os Estados Unidos levar a cabo a maior obra de engenharia conhecida no mundo — o Canal do Panamá, onde

duas ricas e grandes nações — Inglaterra e França, já haviam fracassado, por terem deixado à margem o mais importante problema para tal empreendimento — o problema sanitário. convencidos, talvez, do fatalismo das doenças tropicais.

Seguindo o exemplo dos americanos, em menos de três anos, Oswaldo Cruz e Carneiro de Mendonça libertam o Rio de Janeiro do terrível morbus, que há mais de 50 anos nos enxovalhava perante o mundo civilizado. Em 1928, surge nova ameaça, debelada por Clementino Fraga e Barros Barreto. Infelizmente, os sonhos de uma erradiação total se desvaneceu com a descoberta da febre amarela silvestre, pela primeira vez evidenciada por Sopor, no Sopor, no vale de Canaã, no Espírito Santo. Não desanima a ciência, e no silêncio do laboratório se forja uma arma com a qual enfrentar a nova modalidade do mal, a vacina anti-amarilica, que confere uma imunidade de 6 a 7 anos, sendo possível que ainda possa ser aperfeiçoada para tornar essa imunidade definitiva, a semelhança da própria doença.

A peste que nos entrou pelo porto de Santos, em 1899, propagava-se a seguir por quasi todo o Brasil, mantendo-se em estado endêmico, principalmente na região do nordeste. Doença dos roedores, é transmitida ao homem pelo rato doméstico, através de algumas variedades de pulga. Combatida eficazmente nos centros urbanos, acha-se hoje localizada quasi que exclusivamente á zona rural, principalmente nos centros produtores de cereais, mandioca, algodão, etc., onde a falta de higiene e impropriedade dos depósitos favorecem a proliferação dos ratos. Apesar, porém, desses contratempos e da ignorância dos nossos sertanejos que transformam a própria residência em depósitos de suas mercadorias, o serviço especializado do D.N.S. tem conseguido manter a maioria desses focos em estado de latência.

O mais terrível flagelo do Brasil, por ser o de mais difícil erradiação, é o paludismo. Doença universal, invadindo as terras de quasi todas as latitudes, já tendo sido locali-

zada em Archangel, na Rússia, é endêmica em quasi todo o litoral e em imensos tratos de terra do nosso interior, mesmo nas terras altas do planalto.

Exigindo a sua extinção grandes obras de engenharia sanitária, torna-se desarte um problema econômico, só possível para os grandes centros urbanos e para regiões cuja produção, atual ou futura, possa compensar as despesas a empregar. No Brasil, não se podendo fazer o máximo, pouco se tem feito para minorar a extensão do mal, apesar dos esforços, da abnegação e espírito de sacrifício de todos os componentes dessa admirável instituição— o serviço da malária.

Embora a letalidade para a doença seja pouco elevada na população adulta, nas formas comuns do paludismo, contudo, ela representa um verdadeiro flagelo, desvalorizando ricas zonas de cultura, diminuindo o valor do homem de 30 a 80 % (Barros Barreto), além de apresentar uma grande mortalidade infantil, de 1 mês a cinco anos de idade.

Na região amazônica, onde o mal assume grandes proporções, revestindo-se de extrema gravidade em certas paragens, ele tem provocado verdadeiras hecatombes, como na construção da Madeira-Mamoré, onde cada dormiente conta-se como uma vida ceifada; o problema só poderá ser amenizada por medidas drásticas e coercitivas, como a localização compulsória da população, acompanhada de uma ampla e sadia campanha educacional e uma racional organização do trabalho, em que o trabalhador possa dispor de eficiente proteção. Em todo o litoral, com exceção dos grandes centros urbanos, a incidência do mal se manifesta com extrema frequência, sem apresentar, entretanto, a gravidade de certas regiões da Amazônia, entretida, em grande parte, pela extrema ignorância e pauperismo de suas populações, para o que muito contribue a falta de uma assistência metódica por parte dos governos locais.

Problema difícil, exigindo grande soma de recursos, só poderá ser solucionado quando a população alcançar um

bom nível educacional, quando se aumentarem os meios de circulação e quando atingir o país um alto nível econômico. Será, talvez, um problema de séculos.

Dois outros grupos das chamadas doenças tropicais que assolam quasi toda a extensão do território nacional são constituídas por parasitas da classe dos helmintos e dos trematoides — a ancilostomose e a esquistosomoses intestinal.

A primeira dessas doenças, classificadas por Smilie como companheira da pobreza e da ignorância, como o confirmam as pesquisas de Samuel Pessoa nos mesmos grupos etários da planície e do litoral de S. Paulo, onde a infestação neste último é muito maior, graças ao paludismo e ao "déficit alimentar", reduz de muito a eficiência do homem, principalmente, devido à grande anemia produzida, pela subtração de sangue, avaliada de 0,84 a 0,98 cms³ diários, por helmintoto, com diminuição da hemoglobina e das hemácias (Barros Barreto).

De acôrdo com os dados da comissão Rockefeller, o índice de infestação é de 30 a 40 % nos Estados do sul, 60 a 80 % nos do centro e de 90 a 96 % para os do norte. (F. Coutinho).

Não se pode negar o esforço do D.N.S. na luta contra a ancilostomose e os magníficos resultados alcançados em alguns setores da União. Contudo, os obstáculos encontrados têm sido enormes, a maior parte deles decorrentes da ignorância e do pauperismo, impedindo que as medidas profiláticas, postas em prática alcancem o objetivo visado.

Os pés descalços e o hábito da decomposição das fezes nos lugares sombrios, junto das habitações, constituem os principais fatores da disseminação da doença. São costumes inveterados, de difícil erradiação, e daí a necessidade do aceleramento dos processos educacionais das massas, do levantamento do seu padrão de vida, afim de que possam ser restituídos ao Brasil alguns milhões de brasileiros fortes que ainda constituem elementos deficitários, depauperados, quasi improdutivos, por uma causa de fácil remoção.

A esquistosomose, revelada entre nós, em 1908, por Pirajá da Silva constitue também uma das doenças mais disseminadas pelo país, com exceção do Rio Grande do Sul. Como a ancilostomose, poderá ser evitada pela adoção de medidas higiênicas.

Seu agente causador é um parasita da espécie dos trematóides — o "*Schistosomum mansoni*", cujo hospedeiro é um molusco, comum nos rios e depósitos d'agua, em certas regiões do país — o "*Planorbis olivaceus*". Nas regiões do nordeste, onde as usinas e os engenhos de cana de açúcar lançam os detritos nos rios e córregos, o índice de infestação tem subido a altos níveis, como foi constatado por Ageu de Magalhães em 2.014 autopsias, praticadas em Recife, nas quais foi encontrado o índice de 33,7 % de infestação.

A infestação do caramujo dá-se pela carreação dos ovos do verme, depostos na terra com as fezes do infestado, pelas chuvas, indo ter aos rios, onde contaminam os caramujos nos quais se desenvolvem os embriões do verme que, após o seu primeiro ciclo de desenvolvimento, são postos em liberdade, indo infectar os que se utilizam das aguas poluídas, seja através da pele, nos banhos, na lavagem de roupa, etc., ou pela ingestão das mesmas.

Tal qual na ancilostomose, a profilaxia consiste na adoção do uso da latrina, supressão dos banhos e uso da agua contaminada e destruição do molusco hospedeiro; em suma, é um problema educacional das populações e um trabalho relativamente fácil de profilaxia, como foi demonstrado pelos serviços do D. N. S. que reduziu, em curto prazo, o elevadíssimo índice de infestação de Catende, Pernambuco, a um coeficiente quasi nulo.

Longa seria a lista das chamadas doenças tropicais, se a todas quizessemos, enumerar; sob o nosso ponto de vista bastam as que já mencionamos e que, como a maioria delas, dependem apenas, para a sua eliminação, de resolução, energia e sobretudo — educação.

(Continúa)

OS SERVIÇOS DA D. I. NOS MOLDES AMERICANOS

Tenente-Coronel *AGUINALDO JOSÉ SENA CAMPOS*

(Continuação)

Em oportunidade anterior foi descrito o funcionamento e encargos do Serviço de Intendência em Campanha, referidas às operações da 1.^a D. I. E., na Itália.

Prossegue-se com o Serviço de Material cuja importância ressalta sobremodo porque, se o S. I. alimenta homens e animais, o Serviço de Material Bélico mantém a combatividade das tropas, fornecendo materiais e munições, regulando consumos, reparando armas e viaturas, inspecionando armamentos e veículos.

Não é um organismo que permaneça estacionário à espera que o procurem as necessidades da tropa. A Chefia, através de seus auxiliares diretos e mesmo pessoalmente, e a Companhia Leve de Manutenção, seu órgão de execução, tomam contato diário com os corpos, para sentir as suas deficiências e necessidades e recomendar providências de ordem administrativa ou técnica, determinar fornecimentos e substituições de material, sempre com a preocupação de manter a eficiência das forças em combate.

Como medida de maior rapidez, para atender às reparações de material leve, a Companhia de Manutenção poderá lançar para uma posição mais avançada, o seu Pelotão de Armamento, de modo que em curto prazo os Corpos possam ser assistidos eficientemente.

Também, nos momentos de grande circulação, viaturas-socorro tomarão posições tais que permitam prestar os seus serviços em proveito de veículos acidentados que necessitam reboque até os órgãos de reparação, desimpedindo as estradas e preservando o material de possíveis depredações.

No que diz respeito ao armamento, o combatente é responsável pela sua limpeza e lubrificação; a unidade, dispondo de armeiros, presta ao material uma assistência de maior monta, trocando peças isoladas e preparando a evacuação daquele que precisa de reparação, só possível na Companhia de Manutenção.

No que diz respeito ao material automóvel, o motorista fazendo a limpeza, ajustagens de pequena monta, lubrificação e reparos de emergência, constitui o 1.º Escalão de Manutenção.

Ai todo o segredo da eficiência de uma unidade motorizada.

O motorista, conhecedor perfeito das suas responsabilidades e dedicado à sua viatura, diminui de muito o trabalho dos escalões superiores.

É imperdoável que um motor se funda por falta de água ou de óleo; que um diferencial se parta pela incuria de um displicente que preguiçosamente deixa de lubrificá-lo; que um motor tenha pane por falta absoluta de essência, etc. E os exemplos são apontados às centenas porque um motorista não se pode improvisar e nem um simples diploma de curso técnico habilita o soldado a desempenhar as suas funções, se não houver um período anterior razoável, de ação objetiva e prática, que desperte no homem o seu interesse pelo auto que lhe cabe e um certo tirocínio no seu manéjo e assistência.

O problema da formação de técnicos experientes ainda continua em suspenso. As improvisações, na Moto-Mecanização, trazem sempre, em última análise, os prejuizos irreparáveis do material, de difícil aquisição em nosso caso.

Os Americanos, com um campo muito mais vasto para a preparação de seus motoristas e com uma noção bem mais acentuada de responsabilidade, tiveram, no fim da campanha da África do Norte, que remodelar completamente as suas divisões motorizadas.

Apuradas as causas e julgados os responsáveis houve destituições em grande número, nem mesmo escapando os Generais Comandantes de Grandes Unidades.

A campanha da Itália, no âmbito brasileiro, está cheia de fatos que se antepõem às improvisações, tão do nosso costume e gritam aos nossos ouvidos como incentivo à formação, em maior escala, de núcleos de técnicos e especialistas de toda natureza, se é que nos passa pela mente a organização, em maior número, de tropas motorizadas em nosso Exército.

O 2.º Escalão de Manutenção de veículos está a cargo dos corpos de tropa, por intermédio de seus mecânicos dos quadros de artífices. Fazem pequenos reparos, substituem peças isoladas, suprem os interessados de artigos vários e preparam a evacuação do material.

Muito pode fazer uma oficina de corpo de tropa quando o Oficial de Motores é dedicado e está à altura de suas funções.

Houve unidades que chegaram a ter 40% de suas viaturas indisponíveis por descaso dos responsáveis diretos, ocasionando providências

enérgicas do Comando, mas houve, em compensação, quem chegou ao término da campanha, mesmo depois dos intensos deslocamentos finais, com o seu material em perfeito funcionamento, mas isso que por exceção.

Tivemos oficinas muito bem montadas e apresentando rendimento compensador e muito mais será conseguido se houver uma preparação meticulosa e racional dos técnicos e especialistas, capazes de solucionar com sucesso os encargos de manter em boas condições os veículos e unidades motorizadas.

O 3.º Escalão de Manutenção está a cargo da Companhia Leve de Manutenção que auxilia e completa as operações de manutenção dos corpos de tropa.

Tem como incumbência: o suprimento do 2.º Escalão, de conjuntos de peças; substituição de peças, cujo trabalho não possa ser executado pelo escalão subordinado; operações que necessitam do equipamento da oficina móvel; evacuação, para o 4.º Escalão (Exército), de veículos e conjuntos de peças, cuja reparação estiver além de possibilidades; inspeções técnicas inopinadas, etc. O principal objectivo da Companhia é devolver o material em boas condições de funcionamento e no menor prazo, limitando-se a fazer aquilo que é de sua alçada, pois do contrário não poderá satisfazer eficientemente às necessidades da Divisão.

A Companhia mantém um certo estoque de peças e de armamentos a fim de atender imediatamente os pedidos dos escalões inferiores.

Os trabalhos executados pela Companhia de Manutenção, no âmbito da 1.ª D. I. E., constituíram um dos sucessos das nossas tropas na campanha da Itália.

Não fôsse o esforço sobre-humano de um grupo da ordem dos homens, e teriam paralisado os movimentos de transporte da frota brasileira.

O trabalho exigido ao nosso material rodante foi muito além das possibilidades normais de transporte de uma unidade motorizada.

As condições físicas da região serrana, a lama, a neve, desconhecida dos nossos homens; a pouca prática dos motoristas, cuja preparação técnica era rudimentar em sua grande parte, e os acidentes diários contribuíram para baixar quase que assustadoramente a eficiência da frota rodante da Divisão Expedicionária.

Não fôsse ter a Cia. de Manutenção encarado com serenidade e ânimo forte os encargos que pesavam sobre os seus ombros e teria passado momentos muito mais difíceis do que os vividos pela tropa brasileira.

O Serviço de Material Bélico tem a seguinte organização:

A — Chefia — Tente-Coronel
 Adjuntos — Major
 Capitão
 Auxiliares.

B — Companhia de Manutenção:

- Secção de Suprimentos
- Pelotão de Reparação de Viaturas Automóveis.
- Pelotão de Reparação de Armamento.

O Chefe do Serviço de Material Bélico divisionário é o Conselheiro Técnico do Comando da Divisão no que concerne à sua especialidade.

Mantém íntima ligação com a 4.^a Secção, para conhecimento da situação tática. Organiza instruções e informações técnicas a serem distribuídas às Unidades. Orienta o pessoal especializado na remoção de projectis não explodidos e sobre os métodos de destruição de munições e materiais.

Prepara e faz executar as inspeções periódicas e as inopinadas.

Estabelece os planos para recebimento e coleta de material bélico e munições capturados, etc.

O Chefe do S. M. B. ainda é responsável direto por tôdas as atividades referentes a suprimentos e manutenção das tropas e materiais da Divisão.

Os suprimentos a cargo do S. M. B. são de duas espécies:

- Os de Ordem Geral;
- Os de munições.

Os de *Ordem Geral* compreendem: peças e sobressalentes para automóveis, óleos e lubrificantes, armamentos, etc.

Os de *Munições* compreendem:

— Munições de artilharia — munições de infantaria — munições químicas (exceto as destinadas às tropas especiais de Guerra Química)

Os suprimentos de Ordem Geral são feitos periodicamente como os de material de limpeza etc., ou à medida das necessidades.

Salienta-se, no entanto, o fornecimento para suprir faltas decorrentes de "perdas de combate".

As perdas de combate podem ser por *inutilização* da arma, e nesse caso a arma ou parte dela deve ser apresentada pela sub-unidade de serviço ao S. M. B., para ser trocada na Cia de Manutenção do Exército (4.^o Escalão) por uma arma perfeita, ou então por *extravio*, e nes-

se caso será apresentado ao órgão respectivo do Escalão superior um "certificado de extravio", assinado pelo S. 4 da unidade interessada, com os dados indispensáveis ao esclarecimento do ocorrido.

As armas que necessitem qualquer reparo são retiradas da linha de combate e poderão ser trocadas por outras existentes nas sub-unidades de serviço ou sub-unidades em 2.º escalão ou na própria Cia de Manutenção da Divisão.

Dessa forma não será diminuída a potência de fogo da unidade empenhada.

Os suprimentos em munições, chamados entre nós remuniciamento, obedece à normas especiais.

O Exército estabelece uma dotação a ser consumida, por arma, em determinado período e abre um crédito por um certo espaço de tempo.

Se houver saldos, estes serão incorporados ao estoque do depósito.

Os corpos fornecem, em geral, por telefone, os consumos diários referidos às 18 horas de cada dia e o Oficial de Munições prepara os pedidos aos depósitos do Exército, das munições a serem distribuídas às unidades.

Quando entre a Divisão e o Exército existe um Comando intermediário, de Corpo de Exército, os pedidos de munições serão visados pelo Oficial de Munições do Corpo de Exército, que controla diretamente os consumos e fornecimentos às Divisões, assim como dosa e distribui as munições, em face dos créditos abertos pelo Exército, em favor do Corpo de Exército e não das Divisões.

Tomou-se como norma, na Campanha da Itália, nas fases defensiva e ofensiva final, o transporte das munições pelos elementos dos corpos de tropa, com o fim de liberar os caminhões da Cia. de Intendência, sobrecarregados em seus afazeres.

Os caminhões das diversas unidades tomavam contato direto com os depósitos de Exército fazendo um percurso fechado, da ordem de 100 km, com os Apeninos intercalados em sua rota.

Essas operações de remuniciamento entre o Exército e a Divisão, são da responsabilidade direta do "Oficial de Munições" da Divisão, intermediário que é entre o escalão superior e os corpos de tropa.

A 4.ª Secção, dentro da Divisão, de posse dos créditos, estabelece as dotações para as diversas unidades interessadas e orienta o S. M. B. na distribuição das munições.

A Divisão não dispõe, normalmente, de depósitos de munição, mas poderão surgir situações que obriguem a uma manobra de munições entre as suas atividades.

A 4.ª Secção adotou para o caso, o sistema de hipoteca, pelo qual uma certa quantidade de munições, de várias espécies, dentro de cada R. I., ficou indisponível, e determinou que a sua localização, carregamento e transporte, até os vários pontos da frente, estivessem condicionados a um tempo limite.

Ordens inopinadas foram dadas para exercícios noturnos e os resultados foram plenamente satisfatórios.

Felizmente nenhuma situação crítica obrigou a manobras de munições, porque os R. I. resolveram os seus problemas com os recursos de que dispunham.

PADARIA BRASIL

— DE —

Willibaldo Ritter

Panificação Mecânica com 2 fornos a vapor, acionado por máquinas modernas — Fabricação de Bolachinhas, Bolachas e Biscoitos.

Telef. 25 — SÃO BORJA

ANGELO ZAMBONI

FERRAGENS — ELETRICIDADE
MUIDEZAS DIVERSAS

Gazolina STANDARD, Kerosene JACARE', Oleo MOBILOIL e
ESSOLUBE, Pneus e Camaras de Ar ATLAS
CARRAPATICIDA

Bicicletas e Motocicletas — Acessórios para autos e caminhões.
Baterias Atlas, Máquinas de Escrever L. C. Shmith

Rua Felix da Cunha, 824 — Rio Grande do Sul — São Borja — Brasil

COMISSÕES, REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA
Exportadores de Madeiras

Cons: Ford, Mercury, Lincoln — Oficina Ford Autorizada
End. Telegráfico e Fonográfico "BOCA"

Rua Bento Martins, 212/18 — Caixa Postal, 11.

TORRES & CIA. LTDA.

Rio Grande do Sul — Brasil

Urugualana

Uma Marcha de 109 Kms. pelo 13.º R. I.

Cel. *ALCINDO NUNES PEREIRA.*

As Diretrizes de Instrução do Comando da 5a. R. M., para 1945, determinavam que a tropa de Infantaria deveria estar, no fim do 3º Período, em condições de fazer um percurso de 100 km, em 4 dias consecutivos, com equipamento completo e trens.

A instrução do 13º R. I. foi orientada nesse sentido, alcançando satisfatoriamente o objetivo visado, com a execução de uma marcha de 109 km, em quatro etapas consecutivas, na estrada Ponta Grossa-Ibituva.

O percurso excedeu de 9 km ao exigido, por necessidade de localizar favoravelmente os estacionamentos (existência de água).

EFETIVO PARTICIPANTE

E. M. do R. I.	4 h
I Btl: 3 Cias Fzº e a C. Mtr.	476 h
II Btl: 3 Cias Fzº e a C. Mtr.	477 h
Cia Engº.	102 h
Cia Extra (incl. P E M)	88 h

Efetivo total: 1.147 h

ETAPAS EFETUADAS

1.ª Etapa — de 32 Km — a mais forte, teve início às 9 horas do dia 20 (Novembro), com uma noite clara, limpa, seca e temperatura fresca, terminando às 4 h 0m, do dia 21, duração efetiva 7 h 00m. (descontados os altos-horários e o grande-alto). Decorreu normalmente, com um rendimento de 4 Km horários.

2.ª Etapa — de 22 Km — a mais fraca, teve início às 2 h 30m, do dia 21, após fortes chuvas, com noite escura, úmida e fria, terminando às 4 h 30m, do dia 22; duração efetiva — 5 h 00m.

Realizou em condições difíceis, por estar molhada e escorregadia a estrada e serem fortes os declives; pela precariedade dos inúmeros pontilhões, desprovidos de guarda-flancos e com taboleiros estragados e, além de tudo isso, pelo aumento de peso do material molhado.

O rendimento de marcha foi de pouco menos de 3,5 Km horários.

3.^a Etapa — de 28 Km — começou às 3 h 00m, do dia 22, com tempo instável, nublado e ameaçador, obscuridade relativa e frio aumentado, terminou às 9 h 00; duração efetiva — 5 h 00m.

Foi efetuada em boas condições; a estrada úmida, sem estar escorregadia e a temperatura favorável, dando um rendimento de mais de 4,5 Km horários.

4.^a Etapa — de 27 Km — iniciada às 21 h 00m, do dia 23, com tempo frio e chuvoso, terminou às 5 h 00m, do dia 24; duração efetiva — 5 h 00m. Sem embargo das condições atmosféricas desfavoráveis, dos trechos lamacentos e da fadiga acumulada, o rendimento da marcha foi excelente: 4 Km horários.

ALTERAÇÕES OCORRIDAS

1) — com o pessoal

a) — As indisponibilidades permanentes (para toda a duração da marcha) elevaram-se a 4,2%, assim distribuídas pelas etapas:

1.^a Etapa — 3,3%

2.^a Etapa — 0,3%

3.^a Etapa — 0,6%

4.^a Etapa —

Foram causas dessas indisponibilidades: afecção dentária aguda, diarreia tóxica, mialgia, estafa, distúrbios gastro-hepáticos, sarampo, gripe e acidentes.

b) — As indisponibilidades transitórias (menos de 72 horas) foram representadas por:

	1. ^a Etapa	2. ^a Etapa	3. ^a Etapa	4. ^a Etapa	Obs.
Estropiados	4,3%	5,6%	1,8%	0,5%	—
Doentes . .	1,5%	1,6%	0,6%	0	Não evacuados

c) — Grande parte dos homens estropiados retomou os seus lugares nas fileiras. Os mais afetados nos pés foram transportados nas viaturas auto, reboques dos canhões anti-carros, cujas guarnições, mais poupadas, cederam-lhes os lugares.

2) — Com os *animais*

Alguns animais ficaram levemente feridos:

	Por cangalha ou arreio	Por acidente
1.ª Etapa	2	0
2.ª Etapa	4	3
3.ª Etapa	1	1
4.ª Etapa	3	0

Os impossibilitados de continuarem a prestar serviço foram substituídos pelos animais de muda.

3) — Com o *material*

Alguns acidentes sem gravidade, com viaturas e cargueiros, acarretaram leves danos no material.

Cinco cangalhas de metralhadoras e duas viaturas hipomóveis, foram avariadas, continuando todavia, após reparação de emergência, a serem utilizadas na marcha.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Merecem referência especial as observações seguintes:

a) — Do ponto de vista geral das marchas, esta demonstração vem confirmar que a nossa Infantaria, exercitada por um treinamento intenso e progressivo, poderá executar, em boas condições, um percurso de 100 Km, em 4 etapas consecutivas.

O exame dos resultados, atrás referidos, indica que a maior percentagem de baixas (doentes e estropiados) (n.º 1), verifica-se após a primeira etapa o que leva a crer que dará melhores resultados, intercalar entre as duas primeiras etapas um repouso de 24 horas.

É a fase do ajustamento.

b) — O uniforme de instrução é cômodo, todavia, o capacete de pano não apresenta as características necessárias a uma boa cobertura; permeável à chuva que penetra e corre pela espinha dorsal; não protege contra o calor, esquenta e abafa; encolhe de tal modo que não mais serve na cabeça, deformando-se por completo e se tornando horri-
velmente anti-estético.

O capote também não corresponde à sua finalidade. Não protege contra o frio desta região, nem contra os menores aguaceiros, enchendo rapidamente.

A falta de bolsos no capote apresenta sérios inconvenientes, num clima de frio intenso como este.

c) — Em relação a viaturas cumpre assinalar:

— a necessidade de cada sub-unidade ser dotada de um carro-dágua, associado à cozinha;

— o desequilíbrio do carro-cozinha, cujo avantrem inclina-se para a frente, castigando em demasia os muares do tronco, e a má colocação do freio, no retrotrem, cuja utilização falha nos momentos mais difíceis;

— O emprêgo obrigado de dois animais (dotação de paz), e viaturas feitas para atrelagem de três e de quatro animais.

IMPORTADORA CASA MARTINS

— DE —

Astrogildo Martins

End. Teleg.: ASTRO — ITAQUI

Fone 29

Automóveis — Acessórios e peças subsalentes para os mesmos
Oficina Mecânica em Geral, atendida por profissionais especializados em Automóveis, Caminhões e Máquinas Agrícolas em Geral.

Lubrificantes Texaco, Pennzoi e Mobilol, Gazolina, Kerosene e Oleos combustíveis "Texaco"

Soldas a oxigênio e Elétrica — Materiais elétricos e sanitários — Gachetas, Asbestos, Mangueiras, Correias cônicas e chatas, para fins agrícolas e Industriais.

Pintura a Duco — Pneumáticos e câmaras de ar, para automóveis, caminhões e bicicletas.

Rua 15 de Novembro, 741 - ITAQUI
RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

MOVEIS DE FINO GOSTO

Visite os 40
apartamentos de

BELA AURORA

e faça uma ideia de sua futura residência
CATETE, 78/84

O R. I. NO COMBATE

ADVERTENCIA — Há muito desejava o signatário da publicação hoje iniciada, nesta utilíssima Revista, expôr a atuação do R. I. no combate. O advento da guerra porém, obrigou-o a observar o que de novo surgiu com relação ao emprego da Infantaria. Concluída a guerra, é-lhe possível realizar o projetado, pois já se fez luz sobre a ação das armas e, consequentemente, sobre as suas possibilidades no estado atual dos conhecimentos militares.

Si dos escritos resultar algo de útil para os "Infantes", terá o signatário diminuído o seu saldo devedor para com os mestres franceses: Dumay, Barrand, Hughes, Nallot e Demiau; brasileiros: Tristão Araripe, Paulo Figueiredo, e companheiros de trabalho: Otávio Paranhos, Baptista Rangel, Sucupira, Maggesi, Jair Ribeiro, Baptista Gonçalves, Melo Alvarenga, Guerreiro Lima, Segadas Viana, Rossini, Rondon, Zerbini e João Armindo.

Ten. Cel. **J. B. DE MATTOS**
Instrutor da E. E. M.

A INFANTARIA ATUAL

I — INTRODUÇÃO

No estudo a empreender, levaremos em consideração que, apesar de cada arma possuir características próprias:

1.º) — o emprego das armas é feito no quadro da D. I. e isto permite:

- a) — Compreender que no combate, as armas não agem como forças independentes, para atingir objetivos particulares; ao contrário, associam suas propriedades, completam-se mutuamente e atuam no sentido da missão comum.

As reações recíprocas de seus efeitos, longe de produzirem a disjunção dos elementos essenciais diferentes, conduzem o conjunto de suas partes constitutivas a um rendimento global máximo.

- b) — Adquirir, simultaneamente, o conhecimento do valor absoluto de seus elementos constitutivos e a apreciação do valor relativo que têm em face de cada situação.

2.º) — Há uma série de fatores a influir no emprego de qualquer arma. No que se refere a Infantaria os fatores: *missão, fogo, terreno,*

forças morais, e ação pelo choque, conservam a importância de outrora. Um fator novo, porém, impõe-se definitiva e preponderantemente — a mina.

II — MISSÕES

"A Infantaria continúa a ser a *arma* principal. Qualquer que seja a potência de apóio das outras armas, a intensidade dos bombardeios aéreos e terrestres e o número de carros, a vitória só é definida quando ela ocupa a posição atacada, ou conserva a em que está contra a pressão do inimigo." (Do Cours d'Infanterie du Centre de Formation des Officiers d'Etat Major).

Sua missão pode ser sintetizada em *conquistar* ou *conservar* e *conquistar e conservar*. Embora "metódico" é artificial dissociar-se ofensiva e defensiva; o combate "da infantaria" é na realidade um misto das duas altitudes de características essenciais no combate.

O ritmo e as concepções das operações ofensivas modernas exigem várias denominações para a arma, denominações que especificam mais o meio de transporte do que a própria missão, mas que no fundo estabelecem como característica precípua da arma *dever a infantaria ser possuída dum espírito ofensivo*. Entende-se por isso que somente a inércia é imperdoável, que tôdas as ações devem tender a se opôr à vontade do inimigo e diminuir suas possibilidades, bem como que tôda ação não impulsionada posteriormente traduz-se numa execução que se arrasta sem ânimo.

Quer se trate de *Infantaria a pé*, ou simplesmente *Infantaria* onde o deslocamento e o combate são feitos a pé, quer se trate de *Infantaria blindada* em que blindagem protege a travessia da zona batida pelo fogo e ocupada, para permitir o combate no interior da posição; quer se trate de *Infantaria motorizada* em que é visado apenas maior rapidez no transporte para a ação, quer se trate de *Infantaria aéreo-terrestre*, em que são utilizados os meios de transporte que dominam o ar e finalmente quer se trate de *Infantaria de marinha*, caracterizada pela ação nos desembarques, as missões têm forçosamente de se classificar entre *conquistar* ou *conservar* e *conquistar e conservar*.

III — MEIOS DE AÇÃO

Os meios de ação da Infantaria são: *o fogo, o choque, a utilização do terreno, e as forças morais*.

O Fogo: O fogo continúa a ter papel preponderante quer na defensiva, quer na ofensiva. O produzido pela Infantaria, que atua mais próximo do inimigo deve ser eficaz, isto é, ajustado, regulado na defensiva e bem explorado na ofensiva. Os meios de transportes do infante não permitem desperdício.

A dificuldade das ligações em combate, a rapidez de evolução das situações, a conservação dos efetivos (função do tempo gasto em neutralizar ou destruir os engenhos de fogo inimigos), aconselha o aumento dos meios de fogo do Batalhão, aumento este que deve oscilar entre o desejo duma potência máxima e a condição vital de lhe conservar sua mobilidade e não tornar difícil o comando.

O Choque: Embora nas últimas campanhas não se tenham apresentado ações de vulto que se decidissem pelo choque é fora de dúvida que inúmeras ações locais exigiram o seu emprego.

O Terreno: Permanece tirânico e absoluto. Evidentemente impõe-se ser considerado tal qual se apresenta.

O inimigo e os meios variam. O terreno permanece o fator fixo da decisão. Nas ações das unidades motorizadas, a viabilidade, a permeabilidade do terreno, impõem igualmente, as condições da manobra.

A Infantaria não é dado escolher o terreno em que deve atuar, ao contrário, deve ser ápta a agir em qualquer terreno.

Há atualmente, porém, um elemento que facilita rápida modificação no aspêto tático do terreno, e portanto influe na sua utilização — *é a mina.*

As forças morais: Sua preeminência não variou, ao contrário, o combate moderno é cada vez mais brutal e impressionante e portanto somente a vontade ardente e as almas fortes podem sobreviver vitoriosamente.

Se isto é verdade para o comum dos combatentes, com muito mais forte razão para o infante e em abono desta afirmação vamos alinhar alguns juízos expressivos de após guerra, que tornam patente a assertiva alemã de que *“o infante devia ser um homem de escó!”*.

O Gen STILWED escreveu: “A posição do infante, forçando a progressão com o auxílio da artilharia, carros de combate, aviação, as suas próprias armas de apoio e todos os serviços, é a régua com a qual medimos o êxito ou o fracasso”.

E o General GEORGE MARSHALL, Ex-Chefe do Estado-Maior do Exército Norte-Americano: “Também creio contarmos excessivamente com as máquinas. Não compreendemos duas coisas: primeiro, que o melhor avião ou carro de combate do mundo não vale nada sem os técnicos treinados como soldados — duros, experimentados e altamente disciplinados, para realizarem a sua manutenção e o seu funcionamento; segundo, que o êxito no combate depende primordialmente do aperfeiçoamento do conjunto de combate treinado, composto de todas as Armas. De todos os conjuntos a criar, esse combatente é o mais difícil, o mais complicado, pois precisa atuar num terreno desconhecido, tanto a noite como de dia, no meio de privações, confusão, perigos e desânimos incríveis. É um conjunto de muitas partes, cujo elemento

decisivo continúa a ser o duro infante quasi sem publicidade, com apóio de artilharia". (Military Review — Edição Brasileira — Dezembro de 1945 — pág. 78).

Embora reconheça que se trate dum artigo de reportagem para revista o publicado me "EM GUARDA" — Ano 3 — N.º 9 — Sobre o título: "*O SOLDADO DE INFANTARIA CONTINUA SENDO O PRIMEIRO EM COMBATE*", transcrevo-o aqui porque nele estão expostas as características do infante atual.

O Soldado de Infantaria

"No Exército dos ESTADOS UNIDOS, o soldado de Infantaria é o combatente mais indispensável. É o "infante" que, em toda a modestia das suas funções, se destaca nas operações de guerra mais difíceis, quando, de fuzil em punho e ao péso do seu equipamento, arroja o perigo, avança indômito, pelos caminhos mais invios, pela lama, pelo mato e pelas pedras e sob todas as condições do tempo. E, muitas vezes, depois de 48 horas de marcha ininterrupta, é obrigado a entrar em combate e a passar sem comer, sem beber e até sem dormir, durante longos períodos.

Ele é o soldado que já se tornou lendário nas páginas da história militar, como elemento insubstituível para alcançar a vitória. Hoje, como sempre, é o soldado de infantaria que vai na frente, para atacar e manter as posições tomadas ao inimigo. Nas ALEUTAS, na ÁFRICA e nas numerosas ilhas do PACÍFICO, assim como nos territórios capturados e retomados às forças do Eixo, pelas tropas das NAÇÕES UNIDAS, o poder naval, o da artilharia, o das divisões blindadas e o das forças aéreas se fizeram sentir através dos seus tremendos ataques contra o inimigo, mas foi a infantaria que levou a efeito a decisão final.

Nesta guerra, o soldado de infantaria deve ter o completo conhecimento do manêjo intrincado de nada menos de 15 armas diferentes, e estar pronto para lutar contra um inimigo preparado e astuto, em terreno de natureza variada, desde as montanhas cobertas de gelo, até as regiões áridas e ardentes do deserto e as matas densas e úmidas da zona tropical. Tem que empregar um método diferente de combate em quasi todos os teatros da guerra. No NOVA GUINÉ, por exemplo, não há linha de frente para o soldado de infantaria, nem trincheiras protegidas por sacos de areia, abrigos subterrâneos ou cercas de arame farpado, como durante a última guerra, na FRANÇA, em 1918. A guerra de trincheira estava fadada a não se repetir. Ficou sendo a guerra estática.

"Não combatemos mais assim, lembra um soldado de agora", coberto de lama. "Os japoneses se concentram na frente, nos flancos

e até na nossa retaguarda. Temos que procurá-los, matá-los e continuar avançando”.

Diariamente, as patrulhas saem engatinhando das verdadeiras cóvas onde passam a noite, quasi sem dormir, e seguem pelo lamaçal causado pelas chuvas. A noite alivia um pouco o calor úmido e pegajoso da mata, mas o inimigo continúa. Conforme relatam experimentados combatentes, os japoneses, durante a noite, mantêm intermitente o fogo rasteiro das suas metralhadoras, para obrigar o adversário a permanecer dentro dos esconderijos. Enquanto isso, protegidos pela sua própria metralha, arriscam-se a avançar, aproximando-se das trincheiras. Quando estão bem ao alcance, lançam granadas de mão e fogem. O inimigo usa toda sorte de ardís para impossibilitar qualquer descanço. Mas o soldado de infantaria dos ESTADOS UNIDOS já se tornou um périto no combate na selva, sobrepujando mesmo o japonês.

“A Guerra”, relata um “infante” em operações na ITALIA, “quer dizer noites de frio, sem dormir, cercado de toda falta de conforto: barba crescida, emaranhada, cara suja, pés em petição de miséria, enfim, uma situação que, além de tudo, é de imprevistos. A roupa enrijece com a lama. De dia, o soldado cava, sua e se arrasta pelo chão, avançando lentamente, sobre pedras e lamaçais, vadeando rios e galgando montanhas. Quando chega a noite, sente-se frio até os ossos. As descargas da artilharia inimiga parecem explodir dentro dos ouvidos”

Em qualquer invasão anfíbia, é o soldado de infantaria que luta até terminar a obra. Quasi sempre bem apoiado pelo bombardeio naval e aéreo, mas é ele que se incumbem de liquidar os últimos atiradores de tocaia, que, de pontos favoráveis vão ceifando vidas e delongando a ocupação do território inimigo.

O Soldado de Infantaria não espera

O soldado de infantaria não pode cavar uma trincheira e aguardar o desenrolar dos acontecimentos. Em SALERNO, essa prática custou vultosas perdas para os aliados. Agora, a ordem é “forçar a ação, avançar sempre”. Se as redes de arame dificultam a avançada, não há outro recurso senão destruí-las com torpedos ou escalá-las mesmo sob o fogo intenso das metralhadoras e dos morteiros do inimigo.

Em geral, há áreas minadas e os sapadores pouco tempo tem para explorar o terreno e destruir as minas. Os alemães, especialmente, são de uma prodigalidade incomparável no uso das minas. O simples troço num pequenino arame, quasi imperceptível, pode causar a explosão de uma dúzia de granadas de efeitos tremendos. O soldado de infantaria, mais do que qualquer outro está exposto a esse constante perigo.

A artilharia dos aliados, as metralhadoras e até os tanques lançam uma chuva contínua de ferro e aço, que vai atingir as posições inimigas, espalhando a destruição e a morte. Mas, mesmo as bases de ferro e cimento em que se assentam os canhões inimigos de maior calibre, são objetivos que compete ao soldado de infantaria destruir, aproximando-se das mesmas, para pô-las fora de combate. A terra e a lama em redor dessas bases formam uma proteção que só se pode eliminar com uma descarga direta. Para essa operação, o soldado de infantaria arroja-se com temeridade, sob o intenso tiroteio que o cerca por todos os lados.

Se a batalha se prolonga por quatro ou cinco dias, isto significa que o soldado passou quatro ou cinco dias mal alimentado e mal dormido.

"Qualquer veterano," afirma o correspondente ERNIE PYLE, da imprensa norte-americana, "pode reconhecer pela expressão da fisionomia, o soldado que tem estado muito tempo nas linhas de combate. Seu olhar é opaco, inexpressivo, como que sem os menores reflexos das reações do cérebro".

O que mais caro paga a vitória

É por isso que, à medida que os exércitos das NAÇÕES UNIDAS intensificam a luta, os chefes militares mostram-se unânimes em reconhecer o valor do soldado de infantaria e a necessidade de aumentar mais ainda os efetivos dessa importante arma. Porque é bem possível que ainda caiba à infantaria a luta, passo a passo, até os redutos de BERLIM e de TÓQUIO.

O soldado de infantaria é, por tudo isso, o que mais caro paga o preço da vitória. O General de Brigada WILLIAM H. WILBUR calcula que, para cada combatente de artilharia ou das forças aéreas morto pelo inimigo, há 30, 50 e até 100 soldados de infantaria que morrem em combate.

Numa saudação ao soldado de infantaria dos Exércitos aliados, o Tenente-General LESLIE J. Mc NAIR, comandante em chefe das forças terrestres dos ESTADOS UNIDOS, declarou que "apesar da fascinação do público pela fase mecanizada da guerra moderna, nós, das forças armadas, bem sabemos que o fim da guerra não se realizará no mar, nem no ar, mas em terra. A infantaria, com suas armas e seus serviços de apoio, se encarregará dos encontros, por isso que, as defesas fixas da "FORTALEZA DA EUROPA" somente podem ser tomadas e mantidas pelo soldado de infantaria".

A pesar de dispor atualmente de armas modernas, que lhe aumentam poder ofensivo, e de contar com melhores recursos para a sua própria defesa, o soldado de infantaria continua a ser, essencialmente, um

combatente a pé, para o qual todos os acidentes de terreno, por menores que sejam, são muito importantes.

E aproveitando palavras do Cel. Castelo Branco, então nosso comandante, podemos concluir:

"Essas são as características gerais do infante moderno, do soldado que entra em posição, atira, progride, lança granada, investe com a baionêta, enfrenta outro homem armado e todos os tipos de tiros e fogos do adversário, vindos dos ares, dos morros, ravinas e debaixo da terra, e tudo isso na zona de morte da zona de combate.

A guerra moderna assombra a humanidade com o desaesombro do soldado de Infantaria. Combateu nas planícies e nas montanhas; desembarcou em praias atacando e atacou através de cursos d'água; lutou sob o sol do deserto escaldante, sob a chuva, na lama e na neve.

Os nossos aliados têm no *daugh-boy*, *tommy* e *poilu* os consagrados emblemas de bravura de cada um de seus povos.

O BRASIL não se deteve nos aguerridos infantes de SAMPAIO. Aquele espírito da Infantaria couraçada da guerra do Paraguai — couraça forçada de instrução, disciplina e heroísmo — animou, na segunda guerra mundial, o bravo *pracinha* brasileiro. *La Serra* — um corpo a corpo indomável, *Soprassasso* — uma destemida ação a curta distância, *Montese* — uma arrojada manobra de infiltração, e *Serreto* — um inflexível sacrifício de manter o terreno conquistado, intensamente minado e bombardeado, representam a síntese do valor da moderna Infantaria do Brasil e formam a mais elevada expressão, neste século, da bravura de nossa gente".

(Do Cel. H. CASTELLO BRANCO — Estudos da Infantaria, para a E. E. M.).

IV — ELEMENTOS A VENCER PELO INFANTE ATUAL

A mina: Os meios com que o infante deve deparar num combate moderno, com exceção da mina, já tiveram uso intenso anteriormente, constituindo trama de fogos mais ou menos denso. Todos conservam a sua conhecida eficiência, assim:

a metralhadora continua a ser o inimigo número 1 do infante, pela eficiência das barragens que realiza, assemelha-se-lhe a barragem produzida pelos morteiros;

o carro obtém mais pelo temor que causa, pois o infante já se encontra armado contra ele. É certo que o homem diante do carro sente-se como nossos antepassados deante dos monstros pré-históricos, sendo necessário um esforço grande de vontade para reagir, o que lhe é proporcionado por meio de uma conveniente instrução. No fim da

da guerra encontra-se proteção eficaz e completa por meio dos abrigos individuais profundos e estreitos, contra os carros que penetram na posição;

a granada embora impressionante é de fácil adaptação pela tropa. Uma Infantaria aguerrida atravessa, com fracas perdas, uma barragem de artilharia;

a bomba de avião mais impressionante que o obuz, apresenta menor eficácia contra o pessoal. O efeito moral, porém, é considerável e exige ação enérgica dos chefes para evitar pânico;

a metralhadora de avião é muito eficaz contra as tropas em movimento pelo considerável efeito moral; pode causar pânico.

V — ASPÉTOS GERAIS DA INFANTARIA MODERNA

Em capítulos anteriores esclarecemos que os diversos nomes com que se apresenta a Infantaria (blindada, motorizada, aéro-transportada, de desembarque ou de marinha) não lhe acarreta modalidades particulares da missão, além do meio de transporte, daí concluirmos pela possibilidade de uma organização única.

Restanos, pois, fazermos refências aos elementos minas, etapa de marcha e defesa anti-carro, pelo relêvo que adquiriram ou pelo temor que ainda representam.

A mina, pelos resultados apresentados, constitue a novidade a considerar nos processos de combate, aos quais acarretou algumas modificações.

Mais eficaz e de implantação mais rápida do que a rede de arame, mais impressionante para o atacante, o campo de minas pode permitir uma grande economia de forças na ofensiva preparada. Com o transporte permitido pelo motor, é possível realizar em uma noite, na frente da posição conquistada, uma barragem para deter qualquer contra ataque, pois exige uma perda de tempo mais ou menos longa para a desminagem.

A experiência da guerra demonstrou que um campo de minas contra pessoal não detém uma infantaria voluntariosa e enérgicamente comandada, mas provoca perdas comparáveis às causadas pela travessia dum tiro de barragem de artilharia. Sua presença reduz consideravelmente a impulsão da progressão, atrapalha a circulação e os reaprovisionamentos. O efeito sobre o moral é poderoso.

A mina anti-carro convenientemente localizada, e em número suficiente, impede completamente as evoluções dos blindados.

Os sapadores que marcham com o primeiro escalão têm um trabalho delicado e perigoso. Tendo em vista o atual desenvolvimento do emprego das minas, o trabalho de *desminagem* não pode constituir

especialidade dos sapadores e de seus auxiliares, mas todo infante deve estar apto a efetuar, com eficiência, uma tal tarefa.

A mina, em conclusão, é o elemento que mais poderosamente pode surpreender a infantaria na utilização do terreno.

b) — *Etapas de marcha.* A possibilidade de um comandante obter resultados decisivos no campo de batalha, depende, em grande parte, da capacidade de marcha de suas tropas; apesar dos meios mecânicos de transporte serem extensamente empregados para movimento de tropas, a manutenção da mobilidade no, ou perto do campo de batalha, exige que todas as forças estejam perfeitamente em condições de vencer grandes etapas à pé.

O R. I. deve ser adestrado em etapas médias de 30km por dia, sem fadiga excessiva; e, sob circunstâncias favoráveis, deverá marchar 50 a 60 km em 24 horas, ficando em condições de entrar em ação no final da etapa de marcha.

c) — *Defesa anti-carro.* O emprego intensivo e em massa dos carros influiu sobre modo na ação defensiva da infantaria. A solução do problema dentro da arma foi procurada pela adoção de elementos ativos (armas apropriadas a minas), preparo moral, entrincheiramento apropriado e elementos passivos, regulados pelos escalões superiores.

Em resumo, podemos agrupar as reações da defesa no seguinte:

1º) — a defesa é baseada numa *atitude anti-carro* que tem a primazia sobre os outros fatores;

2º) — recrudeceu a “*corrida para o obstáculo*”;

quando entre dois beligerantes há um curso d'água por exemplo, tem lugar uma corrida para a posse de suas margens: o atacante para cobrir a tomada do dispositivo e, o defensor para opôr um obstáculo aos carros, embora leve a desvantagem de ficar sob os observatórios da outra margem.

3º) — Para o ataque de carros não há mais *frente nem retaguarda.*

Deve haver uma “*zona de hostilidade*” capaz de fornecer fogos em qualquer direção.

4º) — *A continuidade de ocupação* cedeu lugar aos *pontos de apoio* em toda a profundidade.

A continuidade de fogos mostra-se cada vez mais necessária.

5º) — Embora o carro passe, é preciso deter a infantaria que o acompanha.

6º) — Mais do que nunca a defensiva é móvel. O *contra-ataque* parece ser a única medida possível de fazê-la durar, diante de um inimigo disposto ao ataque.

7º) — Uma busca de informações muito bem acionada é imprescindível à defesa.

A LIGAÇÃO DAS FORÇAS TERRESTRES E AÉREAS

COMO PODE SER OBTIDA A MAIS ESTREITA CO-
OPERAÇÃO ENTRE ESSAS FORÇAS

C^{ap.} GERALDO DE MENEZES CORTES

INTRODUÇÃO

Para que possa haver coordenação, que é a base de toda cooperação, a experiência da guerra evidencia que os correspondentes quartéis gerais de forças terrestres e aéreas, engajadas ou a engajarem-se em futuras operações conjuntas, devem estabelecer um PLANO INICIAL DE CONJUNTO e manter uma ESTREITA LIGAÇÃO. Como o Exército é a grande unidade estratégica, é no âmbito Comando Aéreo Tático — Exército que a melhor coordenação pode ser obtida, justificando a justaposição de seus Q. G. de que falamos no último artigo, pois, dessa forma, os respectivos comandantes e estados maiores são capazes, prontamente, de trocar informações e discutir planos e problemas de mútuo interesse. Os meios de transmissões entre Q. G. não adjacentes não podem substituir a eficiência do contacto pessoal entre comandantes e estados maiores de Q. G. justapostos.

Não basta que se preveja a participação conjunta das forças terrestres e aéreas pelo estabelecimento de um cuidadoso plano inicial, é preciso que se assegure sua ação conjugada e efetiva, no decorrer de toda a operação, porque, cada vez é mais rápida a evolução das situações táticas, fugindo às previsões iniciais e exigindo decisões novas com execuções oportunas. E, como podemos obter essa íntima cooperação?

- 1.º — Pelo estabelecimento dum SISTEMA DE LIGAÇÃO TERRESTRE-AEREA (SLTA), que assegura a troca rápida e contínua de informações do campo de batalha, entre as unidades terrestres e aéreas cooperantes.
- 2.º — Tirando-se partido do SISTEMA DE CONTRÔLE DAS FORÇAS AEREAS (*) (SCFA), que assegura ao comandante aéreo os necessários meios através os quais êle exerce a sua função de comando, isto é, o contrôle das operações aéreas.
- 3.º — Utilizando-se, em certos casos e para determinados fins, o OFICIAL DE LIGAÇÃO DA FORÇA AEREA (OLFA). (*)

SISTEMA DE LIGAÇÃO TERRESTRE-AEREA

1) — Generalidades

O Sistema baseia-se no trabalho de seleccionados oficiais terrestres, dotados de tirocínio nos assuntos táticos terrestres, e especializados na ligação terrestre-aérea, suficientemente instruídos em assuntos aéreos no que se refere :

- à doutrina de emprêgo das forças aéreas;
- ao equipamento, às características, às possibilidades e limitações no ponto de vista tático e técnico da aviação normalmente incluída numa força aérea tática;
- ao planeamento de missões aéreas;
- à entrevista ("Briefing") de equipagens de combate aéreo e ao interrogatório no regresso de missões;
- à confecção e aos processos de pedidos para missões aéreas incluindo a informação detalhada necessária a missões fotográficas;

(*) — O que abordaremos no próximo número da Revisão em continuação a este trabalho.

- aos métodos próprios de manutenção dum mapa de operações mostrando a situação das forças amigas e inimigas e a linha de segurança de bombardeio.

Como a experiência da guerra indica que a melhor coordenação das operações conjuntas aéreo-terrestres é obtida no nível dos Q. G. de Exército e de Comando Aéreo Tático, justamente aí fica a cabeça do Sistema de Ligação Terrestre-Aérea. Não quer isso dizer que esse sistema termine no escalão Exército, pois, como não poderia deixar de ser, a sua montagem é levada até o escalão Teatro de operações.

As figuras 1 e 2 apresentam esquematicamente o SLTA. Junto a cada Q. G. terrestre (Teatro, Gr. Ex., Ex., C. Ex. e Divisões) funciona uma Secção de ligação terrestre-aérea (Sec LTA) e com as unidades aéreas trabalha uma turma do Oficial da ligação terrestre-aérea (OLTA). Nas secções ou nas turmas trabalham os OLTA dotados de auxiliares e de meios de transmissões como veremos adiante.

II) — Descrição

A) — Sec. LTA do Q. G. do Teatro

- 1) — FUNÇÃO : — Supervisionar o funcionamento do sistema de ligação terrestre-aérea dentro do Teatro.
 - Reforçar o Ex. e Gr. Ex. com turmas de OLTA, além das permanentemente atribuídas, quando fôr necessário para completar o SLTA.
 - Prover as unidades aéreas da força aérea estratégica de turmas de OLTA, quando fôr pedido.
- 2) — COMPOSIÇÃO : Esta secção compõe-se de 2 oficiais e 2 praças seleccionados e possui os demais elementos de turmas OLTA disponíveis e que não pertençam aos Gr. de Ex. e Ex.

B) — Sec. LTA do Q. G. de Grupo de Exércitos

- 1) — FUNÇÃO : — Supervisionar o SLTA dentro do Gr. Ex.
 - Prover de turmas de OLTA às unidades da força aé-

rea tática que não estejam debaixo do contrôlo do comando aéreo tático, e supervisionar o funcionamento dessas turmas.

— Controlar e supervisionar o funcionamento da cia. de trns. de ligação terrestre-aérea de exército que estiver atribuída ao Q.G. do Gr. Ex.

— Operar um centro de informações que :

a) — executará as funções citadas adiante para um centro de informações de Exército, no que lhe fôr aplicável;

b) — manterá continua comunicação com as Sec LTA de Ex. ;

c) — manterá íntima ligação com o Q.G. da força aérea tática;

d) — providenciará troca rápida de informações terrestre-aéreas adequadas com as turmas de OLTA nas unidades da força aérea estratégica.

2) — COMPOSIÇÃO : Esta secção é similar à do Ex. e aproximadamente deve ser composta dos seguintes oficiais e praças :

1.^a parte — Um centro de informações terrestre-aéreo (CITA) idêntico a o de Ex. que é exposto mais adiante.

2.^a parte — Turmas de OLTA : 4 burocratas (1).

C) — *Sec. LTA do Q.G. de Exército*

1) — FUNÇÃO : Controlar e supervisionar o funcionamento das secções de ligação terrestre e aérea dentro do Exército.

— Prover, controlar e supervisionar o funcionamento das turmas de OLTA nas unidades do comando aéreo tático.

(1) — Na organização norte-americana é um técnico (especialista) de 4.^o grau.

- Controlar e supervisionar o funcionamento da cia. de trns. de ligação terrestre aérea de Ex. que é atribuída ao Q. G. de Ex.
- Providenciar "broadcastings" periódicos de última informação obtida de missões de reconhecimento.
- Operar um centro de informações que :
 - a) — manterá ligação íntima com as 3.^a e 2.^a Secções do Exército durante tôdas as fases da operação terrestre;
 - b) — manterá íntima ligação com o Q. G. do Comando Aéreo Tático;
 - c) — receberá, registrará e difundirá informação aérea-terrestre que ocorrer;
 - d) — manterá um mapa de situação terrestre-aérea em dia;
 - e) — transmitirá informação relativa à linha de segurança de bombardeio;
 - f) — manterá os OLTA nas unidades aéreas informadas quanto à situação terrestre;
 - g) — preparará pedidos aéreos para a aprovação do Exército e submissão ao comando aéreo tático;
 - h) — manterá apropriadas Sec LTA e turmas de OLTA informadas dos detalhes das operações aéreas planejadas; do andamento dos pedidos para missões aéreas incluindo aceitação, recusas, cancelamentos e mudanças, e dos resultados de operações aéreas;
 - i) — Consolidará todos os pedidos para reconhecimento visual e fotográfico (aéreo), coordenará êsses pedidos com a 2.^a Secção do Ex. para eliminar missões duplicatas ou não essenciais e submeterá os pedidos aprovados ao comando aéreo tático;
 - j) — transmitirá informação detalhada concernente às missões de reconhecimento visual e fotográfi-

co para os OLTA nas unidades de reconhecimento.

- 2) — COMPOSIÇÃO : Esta secção é subdividida em duas partes: o centro de informações terrestre-aéreas e as turmas de OLTA.

1.^a parte — Centro de informações terrestre-aéreas :

1 Cel.	
1 Ten. Cel.	
1 Maj.	
1 Cap.	
Total de oficiais	4
1 Sargento ajudante	
1 Sargento auxiliar	
6 burocratas (2)	
Total de praças	2
Total do pessoal	12

2.^a parte — Turmas de OLTA :

4 Maj.	
8 Cap.	
Total de oficiais	12
6 burocratas (2)	
6 burocratas (3)	
Total de praças	12

D) — *Sec. LTA do Corpo de Exército*

- 1) — FUNÇÃO : — Manter íntima ligação com as 3.^a secções durante tôdas as fases da operação terrestre.
 — Manter contacto pessoal com a Sec. LTA no Q.G. de Ex.
 — Receber, registrar e difundir informação aérea terrestre que ocorrer.

(2) — Na organização norte-americana são 1 técnico de 3.^o gráu, 2 de 4.^o gráu, e 3 de 5.^o gráu.

(3) — Na org. norte-americana são técnicos (especialistas) de 5.^o gráu.

- Manter em dia um mapa da situação terrestre-aérea.
- Transmitir informação relativa à linha de segurança de bombardeio.
- Fornecer ao CITA de Exército informações quanto à evolução da situação no campo de batalha terrestre e quanto às mudanças de dispositivo das unidades terrestres.
- Consolidar e enviar para o CITA do Ex. as necessárias informações para a formulação dos pedidos aéreos.
- Manter adequados comandantes terrestres informados quanto ao andamento de pedidos para missões aéreas incluindo aceitação, recusas, cancelamentos e mudanças, e quanto aos resultados de operações aéreas.
- Coordenar com a 2.^a Secção e enviar ao CITA de Ex. minuciosos pedidos para fotografias aéreas e auxiliar na respectiva identificação e distribuição.

2) — COMPOSIÇÃO : — Esta secção não compreende permanentemente turmas de OLTA, ela consiste de :

1	Ten. Cel.	
1	Cap.	
	Total de oficiais	2
1	2. ^o sargento	
2	burocratas (4)	
	Total de praças	3
	Total de pessoal	5

E) — *Sec. LTA de Divisão* — 1) — FUNÇÃO: — Tem os mesmos encargos previstos acima para uma Sec. de C. Ex.

2) — COMPOSIÇÃO : Da mesma forma que a C. Ex., esta secção não compreende, permanentemente, turmas de OLTA, e consiste de somente: 1 Maj e 1 burocrata (4).

(4) — Na org. norte-americana são um técnico de 4.^o e um de 5.^o grau.

F) — *Turmas de OLTA* :

- 1) — FUNÇÃO: — Manter um mapa de operações mostrando a linha de segurança de bombardeio e o dispositivo das forças terrestres amigas e inimigas.
- Auxiliar a entrevista ("briefing") das equipagens de combate, quando fôr pedido.
- Auxiliar o interrogatório de equipagens de combate, quando fôr pedido.
- Transmitir rapidamente para o CITA, informação essencial concernente a resultados de missões aéreas.
- Informar à respectiva unidade aérea o que concerne à organização, à tática e à técnica terrestres amiga e inimiga, inclusive quanto aos seus respectivos materiais.
- Manter um arquivo de dados de reconhecimento disponíveis sobre o armamento e material da força terrestre amiga e inimiga.
- Assegurar às unidades aéreas informação autorizada concernente às missões, aos objetivos e planos das unidades terrestres e quanto à evolução da batalha terrestre.
- Manter contacto pessoal com a Sec. LTA no Q.G. de Ex.

Embora a primeira finalidade de turmas de OLTA seja assegurar a ligação directa com as unidades aéreas, elas podem, temporariamente, ser empregadas junto às unidades terrestres com as seguintes finalidades :

- Familiarizar a Sec. LTA dos C. Ex. e Div., recentemente incorporados ao Ex., com as normas de conduta preestabelecidas e em uso no SLTA do Ex.;
- Ligar directamente ao SLTA, seleccionadas unidades terrestres que não possuem uma Sec. LTA. Quando assim empregada, a turma de OLTA funciona como uma Sec. LTA.

2) — ORGANIZAÇÃO E REPARTIÇÃO DAS TURMAS :

a) Organização : — As turmas OLTA podem ser do tipo duplo e simples, tendo aquelas 2 oficiais e 2 praças e estas últimas 1 oficial e 1 praça, umas e outras dotadas de adequado transporte e meios de transmissões rádio fornecidos pela Cia. de trns. da LTA.

A organização minuciosa pode ser a seguinte :

— Turma de OLTA do tipo duplo —

Pessoal propriamente da turma :

1 maj. (ou cap.) OLTA

1 cap. OLTA

1 burocrata (1)

1 burocrata (3)

1 burocrata (3) (além de escriturário tem o dever adicional de motorista).

Pessoal adido (da Cia. de trns. da LTA.) :

1 2.^o sargento, operador de rádio

1 operador de rádio (1)

1 operador de rádio (3) (adicional encargo de motorista)

1 reparador de rádio (3).

Material : — Rádio, mesas e cadeiras de campanha, material de escritório, telefone para comunicação com a unidade aérea a que estiver adido; e suficiente transporte para assegurar a respectiva mobilidade.

— Turma de OLTA do tipo simples — Organização idêntica à da turma supra, exceto quanto ao pessoal propriamente da turma, que consta de:

1 Maj. (ou Cap.) OLTA

1 burocrata (1) (além de escriturário tem o dever adicional de motorista).

b) Repartição das turmas : — Sòmente um número mínimo de turmas de OLTA constam dos quadros de organização dos Q. G. de Ex. e Gr. Ex. Estas turmas de OLTA constituem um núcleo de instruídos OLTA familiarizados com a organização, missão, planos e minucioso procedimento relativo às unidades junto às quais devem trabalhar. Quando é necessário um reforço dessas turmas, êle é fornecido pela Sec. LTA. do Q. G. do Teatro que possui uma reserva de turmas OLTA. A Sec. LTA de Ex. distribui turmas OLTA para os elementos do Comando Aéreo Tático e a Sec. LTA de Gr. de Ex. as distribui para os elementos da Força Aérea Tática, mediante pedido dos respectivos comandantes aéreos e na forma abaixo indicada :

— E' da responsabilidade do Gen. Cmt. do Comando Aéreo Tático, pedir Turmas OLTA para trabalhar nas unidades aéreas quando operações em curso ou futuras exigirem tal assistência; também a êle compete retorná-las ao Q. G. de Ex. quando a assistência não fôr mais necessária. Responsabilidade semelhante tem o Gen. Cmt. da Força Aérea Tática a respeito das turmas de OLTA providas pela Sec. LTA do Gr. Ex.

— As unidades aéreas dum Comando Aéreo Tático são dotadas de turmas de OLTA pela Sec. LTA de Ex. como se segue:

Para trabalhar com	Composição
Cada esquadrão de reconhecimento tático	Uma turma dupla
Cada esquadrão de reconhecimento fotográfico	Uma turma dupla
Cada regimento de caça	" " "
Cada regimento de reconhecimento ..	" " "
Cada centro de controle tático (5) ..	" " "
Cada brigada de caça	Uma turma simples

(5) — Pode ser combinado com brigada de caça, em cujo caso serão eliminadas as turmas de tais brigadas.

— As unidades aéreas duma Fôrça Aérea Tática não incluídas em Comando Aéreo Tático são providas de turmas de OLTA pela Sec. LTA de Gr. de Ex. como se segue:

Para trabalhar com	Composição
Cada regimento de bombardeio	Uma turma dupla
Cada brigada de bombardeio	" " "
Comando de bombardeio	" " "

— As unidades aéreas duma Fôrça Aérea Estratégica são providas de turmas de OLTA (quando pedido) pela Sec. de LTA do Teatro nas seguintes condições:

Para trabalhar com	Composição
Cada brigada de bombardeio da fôrça aérea estratégica	Uma turma dupla
Q. G. da fôrça aérea estratégica	Uma turma simples

G) — *Cia. Trns. de LTA* —

1) — CONSIDERAÇÕES GERAIS SÔBRE AS TRNS. NO SLTA:

- As trns. da rêde de Comando da fôrça terrestre empregada num Teatro não são afetadas pela introdução do sistema de ligação terrestre-aérea, de forma que os meios de transmissões empregados pelo Ex. para exercer o Comando através aquela rêde não sofrem nenhuma restrição.
- As trns. da rêde de Comando da fôrça empregada num Teatro não são afetadas pela introdução do SLTA, de forma que os meios de trns. empregados pelo comando aéreo tático, incluindo os usados para exercer o comando e o contrôle das unidades aéreas da aviação em vôo e de outros elementos do Comando aéreo tático, não são afetados pelo SLTA.
- Os meios de trns. supra referidos não asseguram a troca rápida de informações da batalha, necessárias às

efetivas operações aéreo-terrestres conjuntas. Por isso, o SLTA incluía meios de trns. independentes, com a principal finalidade de assegurar a troca rápida dessas informações aéreas-terrestres entre os apropriados Q. G. e instalações aéreas e terrestres.

Estes meios de trns. são empregados para formar a rede de informações terrestres-aéreas necessárias a cada Ex. e Gr. de Ex. (ver Fig. 1 e 2). A responsabilidade do funcionamento da rede de informações terrestre-aérea de Ex. e de Gr. de Ex. é respectivamente dos Comandantes de Ex. e de Gr. Ex.

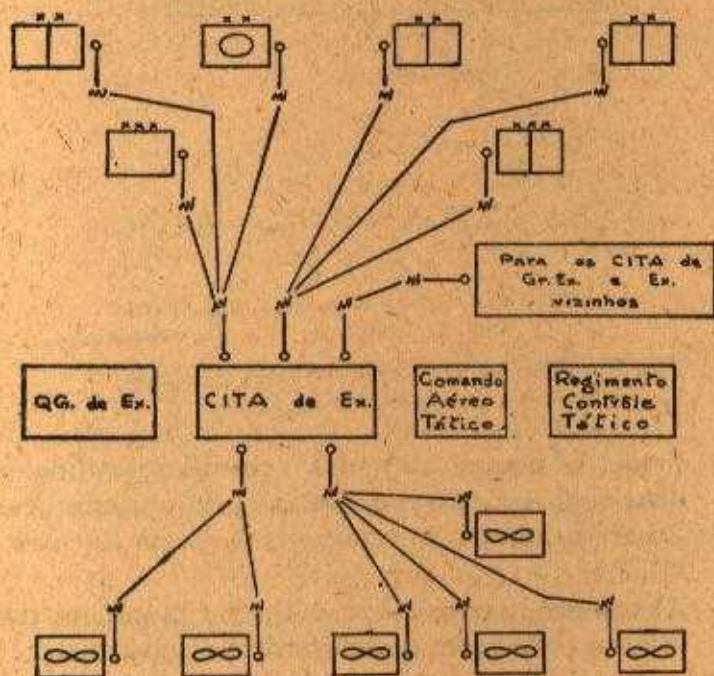


Fig. 1 - Rede de Informação Terrestre Aérea
DE Exército

- 2) — FUNÇÃO : — Prover os necessários meios de trns. rádio, pessoal e material para instalar as trns. rádio e centros de trns. para o SLTA.

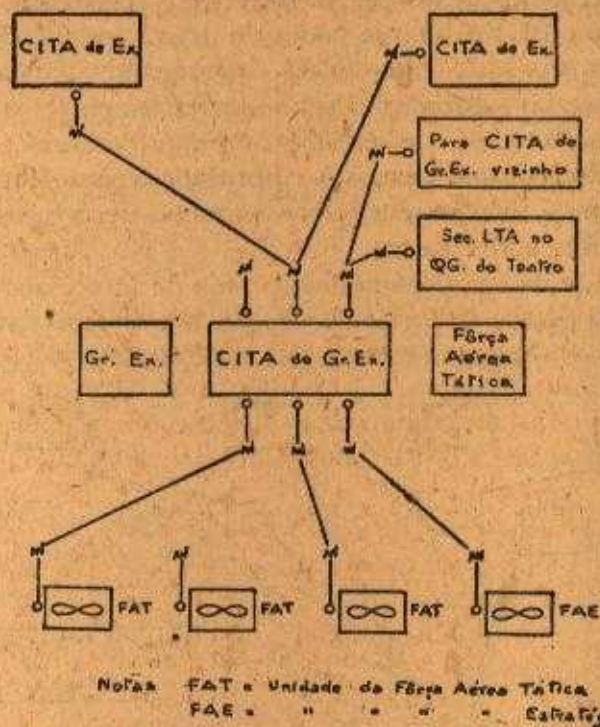


Fig. 2 - Rede de Informação Terrestre-Aérea de Grupo de Exército

- Prover os necessários meios e pessoal para funcionar duas estações "teletype" por cia. de transmissões.
 - Prover o necessário transporte para as turmas de OLTA.
 - Além disso, devem cifrar e decifrar despachos transmitidos pelas redes de informação terrestre-aérea.
- 3) - ORGANIZAÇÃO : - O SLTA necessita que cada Ex. e Gr. Ex. seja dotado duma Cia. trans. LTA, capaz de operar 30 estações móveis de rádio, um centro de trns. e 2 estações "teletype". Tendo aproximadamente 6 oficiais e 213 praças, tais Cias. são atribuídas ao Ex. e Gr. Ex., ficando debaixo do controle opera-

cional do oficial chefe das respectivas Secções de LTA.

III) — *Funcionamento do SLTA* —

— Conferências periódicas de planeamento são realizadas no nível Exército-Comando aéreo tático para discutir o seguinte :

- 1) — As situações gerais aérea e terrestre.
- 2) — Missões e diretivas recebidas pelo Exército dos mais elevados Q. G. das forças terrestres.
- 3) — Missões e diretivas recebidas pelo Comando aéreo tático dos mais elevados Q. G. das forças aéreas.
- 4) — Plano geral de operações terrestres do Exército.
- 5) — Plano geral de operações aéreas do Comando aéreo tático.
- 6) — Operações terrestre-aérea conjuntas no campo de batalha.

— Baseada sobre informação disponível na ocasião da conferência de planeamento conjunto, a maioria das operações aéreas contempladas no campo de batalha pode ser planejada minuciosamente. Tais operações são as chamadas missões preplanejadas.

Suficiente informação raramente será disponível na ocasião da conferência de planeamento conjunto de modo a possibilitar a conclusão dos planos de todas as missões aéreas no campo de batalha, e a evolução da situação não pode ser estimada perfeitamente para prever-se a necessidade de todas as missões aéreas que as unidades das forças terrestres podem desejar mais tarde. As missões aéreas, no campo de batalha, ulteriormente desejáveis por unidades terrestres e as que serão desencadeadas durante a recepção de informação adicional de unidades das

fôrças terrestres são chamadas missões pedidas (6).

- Um pedido de missão aérea deve responder às quatro seguintes interrogações fundamentais: O QUE? ONDE? QUANDO? e PORQUE?

- 1) — O QUE? — incluindo o nome e a descrição do alvo ou objetivo.
- 2) — ONDE? — indicando exata localização de um alvo ou objetivo, fixo ou em movimento, e, nesse caso, dando a direção e a velocidade do movimento, bem como a ocasião em que foi observado.
- 3) — QUANDO? — estabelecendo qual a ocasião e durante que tempo o ataque aéreo é desejado.
- 4) — PORQUE? — exprimindo a finalidade da missão com a indicação dos resultados desejados em proveito das operações terrestres.

- As Secções de LTA em Q. G. de Divisões e C. Ex. transmitem tais informações básicas de um pedido, pela rede de informação terrestre-aérea, à Sec. LTA do Q. G. de Ex., onde, após a avaliação das informações é preparado um pedido para aprovação do Exército. Como vemos na Fig. 1, transmissões rádio diretas entre o CITA de Ex. e as Sec. LTA em cada Q. G. de Div. e C. Ex. estão asseguradas. O C. Ex. fica na escuta das transmissões das Div. para o Ex. e seu silêncio indicará aprovação ao pedido feito. Se o pedido fôr aprovado pelo Ex. e aceito pelo Comando aéreo tático, o CITA começa imediatamente a transmitir informação terrestre necessária às turmas de OLTA junto das unidades aéreas que atenderão ao pedido, e logo informa os C. Ex. e Divisões a respeito. Ao mesmo tempo o Comando

-
- (6) — As operações de combate em todos os teatros têm demonstrado que uma média de 90 a 95% das missões aéreas conduzidas por um Comando Aéreo Tático podem ser planejadas com razoável antecedência, várias horas antes da execução, enquanto que 5 a 10% das missões aéreas serão desencadeadas durante a recepção de informação adicional ou no decorrer da batalha.

Aéreo Tático transmite as instruções necessárias para a unidade aérea escolhida para executar a missão. Se o Comando Aéreo Tático rejeita o pedido, o Q. G. de Ex. é notificado e o CITA imediatamente avisa o C. Ex. ou Divisão interessada.

- A autoridade para a aceitação ou rejeição dum pedido submetido pelo Ex. permanece com o Comando Aéreo Tático, e com a Força Aérea Tática para o que fôr submetido pelo Gr. de Ex. A importância da repercussão esperada de uma missão pedida sobre as operações terrestres é um fator importantíssimo na aceitação dum pedido. Os seguintes fatores influenciarão na aceitação ou rejeição de pedidos :

- 1) — Disponibilidade material de aviões.
- 2) — Condições atmosféricas no aeródromo, ao longo da rota para o alvo, e na região do próprio objetivo.
- 3) — Adequabilidade do alvo ao ataque aéreo e em face do resultado desejado.
- 4) — Possibilidade da força disponível para alcançar o resultado desejado.
- 5) — Outros empreendimentos de mais alta prioridade.

- Para ressaltar a necessidade de responder-se às 4 perguntas fundamentais ao formular-se um pedido de missão aérea apresentaremos o seguinte exemplo:

E' feito o seguinte pedido terrestre para ação aérea : "Bombardear os bosques na área R 563750 — 563781 — 590750 — 590781 entre 11.00 e 12.00 horas".

Se o planejamento para essa missão fosse executado baseado em sua informação não se poderiam tomar corretas decisões quanto a

- 1) — Tipo de bombas necessárias.
- 2) — Escala de esforço necessário.
- 3) — Tipo de ataque a ser feito.
- 4) — Natureza de alvo.
- 5) — Resultado a alcançar.

Por isso, haveria pequena chance de conduzir a missão com sucesso.

Admitamos agora, que uma pergunta posterior à formulação do pedido inicial tivesse o seguinte esclarecimento — o resultado desejado em proveito da operação terrestre é prevenir contra um suspeito ataque blindado, partindo dos bosques na direção geral do sul contra unidades terrestres amigas, que se preparam para atacar na direção dos bosques, às 12.10 horas. Dado este breve esclarecimento do resultado desejado sobre a operação terrestre e a descrição do alvo, é então possível:

- 1) Escolher a ou as armas adequadas.
- 2) Organizar o quadro de emprego da força necessária.
- 3) Planejar necessário reconhecimento e vigilância.
- 4) Determinar o melhor método de ataque.

Assim todo o trabalho preparatório pode ser executado para assegurar-se o êxito da missão.

— Um bom momento a ser seguido pelos comandantes terrestres antes de transmitirem informação que importe em pedido aéreo, ao CITA de Ex. é o seguinte :

- 1) Podem os resultados desejados serem alcançados por armas das forças terrestres ?
- 2) O ataque aéreo virá acarretar perigo para nossas tropas terrestres ?
- 3) O alvo ou o objetivo está cuidadosa e precisamente descrito ?

- 4) A localização do alvo fixo está dada ou a direção, a velocidade de movimento e a ocasião da observação de objetivo móvel estão indicadas? Se estando feita referência a mapa ou foto, estão eles identificados e temos certeza de que os interessados dispõem de cópias dos mesmos?
- 5) Está indicado o espaço de tempo dentro do qual se deseja o ataque aéreo e qual a ocasião (hora e data) preferida? Calcado sobre experiência anterior relativa ao espaço de tempo entre a remessa dum pedido e o desencadeamento da missão aérea, haverá luz diurna suficiente?
- 6) Qual é a finalidade do ataque aéreo? O que as forças terrestres executarão e que efeito sobre suas operações se espera do ataque aéreo pedido?

Farmacia Castro

EURICO MENDES DE CASTRO

Praça 15 de Novembro n.º 1523 — SÃO BORJA —
Rio Grande do Sul — BRASIL

Telegramas — Fonogramas "FARCASTRO" — Telefone n.º 31

Completo sortimento de especialidades farmacêuticas
nacionais e estrangeiras, etc.

RAMIRO FURQUIM

Concessionário FORD

RUA MARECHAL FLORIANO, 1.137 — SANTIAGO
R. G. DO SUL

Oficina de consertos — Vendas de autos e Caminhões —
Gasolina — Oleos

PROBLEMAS DO RECRUTAMENTO MILITAR

Cap. *MOACYR RIBEIRO COELHO.*

O Serviço Militar, como todo o problema social, apresenta aspectos delicados que exigem dos responsáveis o máximo de observação e de tato.

Parece-nos, outrossim, ser o momento atual, quando está em elaboração uma nova lei para este serviço, ocasião oportuna para ser debatida a importante questão.

A necessidade da renovação temporária das fileiras, apresenta, a nosso ver, um duplo aspecto de contraditórios interesses em muitos casos: o social e o militar.

Do ponto de vista social, dado que as Forças Armadas, notadamente o Exército, recrutam os seus elementos nos mais remotos recantos do país, resulta que, em não pequeno número de casos, pelas razões apontadas adiante, o homem, após licenciado, não regressa ao local de origem, cooperando dessa forma o Serviço Militar para o êxodo do homem rural para as cidades.

O aspecto militar, diz respeito ao aproveitamento racional do indivíduo em funções militares para que o recomendem as suas habilidades e conhecimentos da vida civil.

Este aspecto cresce de importância à medida que a guerra se torna mais técnica e mais complexa e levou os Estados Unidos a pôr em prática os mais modernos e científicos processos de classificação do homem segundo suas possibilidades.

Evidentemente, não pensamos aqui em sugerir medidas que excedam os nossos poucos recursos materiais.

É fora de dúvida que são as nossas populações rurais as principais provedoras das fileiras do Exército, não só porque mais dois terços do povo brasileiro vive nos campos, como também porque nas cidades o jovem dispõe de maiores recursos para cumprir o seu dever cívico sem ser incorporado à tropa: C. P. O. R., T. G., Unidades — quadro, etc.

Considerando, portanto, o relêvo que o homem rural assume no caso, concentremos nele a nossa atenção.

Quem meditar sobre a nossa expansão demográfica, há de notar que as nossas populações rurais representam duas etapas distintas da civilização nacional, como consequência que são de duas causas diferentes e ostentam, por isso, características particulares.

Umas, são o fruto da expansão levada a termo pelo espírito aventureiro das primeiras gerações de colonizadores que semeou irregularmente núcleos de vida humana pelo vasto "hinterland", autênticas ilhotas de civilização incipiente, mantidas depois pelo determinismo geográfico.

Outras, representantes de uma fase recente, fixaram o homem à terra pelas exigências do progresso e são consequência das necessidades industriais e de subsistências dos grandes centros.

Estas, em incessante intercâmbio com a civilização, prosperam sob o influxo direto do progresso; aquelas, mais ou menos isoladas, se mantêm estacionárias.

Nestas, a vida é industrial ou de lavoura mecanizada e científica; aquelas se mantêm da indústria extrativa, pastoril e da lavoura empírica.

Somos assim levados a admitir que o homem rural, fruto como não poderia deixar de ser do meio em que vive, não apresenta condições técnicas, intelectuais ou psicológicas análogas, as quais variam conforme ele provenha de um meio da primeira ou da segunda das categorias apontadas.

É fácil compreender também a verdadeira medida do perigoso fascínio que a vida atraente e cômoda das grandes cidades pode exercer sobre a imaginação de seres rudes e, até então, submetidos a um baixo padrão de vida, fascínio este tanto mais evidente e decisivo, quanto mais miseráveis e rudes tenham sido as suas condições anteriores de existência. Esta brusca mutação de ambiente social pode conduzir o indivíduo e a Nação a um sensível prejuízo: aquela, pelo êxodo progressivo, lento mas constante, de braços essenciais à lavoura; este, porque não dispondo geralmente de uma profissão capaz de lhe garantir a subsistência em um grande centro, passará a constituir aí um jornaleiro sem futuro, arriscado, aliás, a tornar-se um desajustado social.

Impõe-se, conseqüentemente, a conveniência de serem rigorosamente classificados os núcleos de nossas populações rurais a fim de por todos os meios viáveis, destinarem-se os conscritos das regiões de mais baixo "status" a servir em localidades onde eles venham a experimentar a menor transição social possível.

Passemos agora ao aspeto estritamente militar, isto é, àqueles que se refere ao melhor aproveitamento do homem para as lides militares, à luz das características que ele traga da vida civil.

Pelo que dissemos atrás, podemos concluir que nossos conscritos, segundo sua região de origem, serão homens acostumados aos meios modernos de trabalho, afeito ao manuseio de veículos automóveis, maquinária industrial e agrícola, etc, ou, indivíduos que desconhecem o emprego de tais recursos, servindo-se de meios elementares de locomoção e de trabalho, baseados evidentemente na energia animal.

Esta diferença de aptidões para o trabalho, não implica todavia, como pode parecer à primeira vista, num fator de desvalorização do indivíduo em face do serviço militar. Julgamos, pelo contrário, que esta circunstância, se hábilmente explorada, constitui fator de valorização militar.

Sinão, vejamos.

Se meditar-mos sobre o aspeto que uma luta armada tomará na América do Sul, veremos que a guerra, já de per si complexa, revestir-se-á, para nós, de modalidades próprias, decorrentes do ambiente geográfico em que vivemos e das condições demográficas, económicas e industriais que nos são inherentes. Um conflito continental apresentará modalidades singulares, participando, tanto da guerra moderna, como das campanhas Napoleónicas.

E isso porque nós pertencemos, simultaneamente, ao passado e ao presente, participando, paralelamente, das mais modernas iniciativas, como das técnicas mais rudimentares.

Para um embate dessa natureza, o melhor exército será, evidentemente, aquêle que dispuzer para cada teatro de operações da tropa e do material mais adequado e, como não poderemos prescindir do mais recente material, situações haverá, sem dúvida, em que uma junta de bois supere a eficiência de um trator e, pois, ao lado do técnico e do especialista, o rude campeiro atuará com brilho.

O elemento humano capaz de atender a tantas e tão variadas exigências, terá que compreender desde o hábil motorista até ao modesto tropeiro, visto que o cargueiro será, por vêzes, o único "motor" capaz de fazer chegar o material ao pé da obra.

Ora, o Brasil que se derrama por sobre meia América do Sul, compreendendo em seu seio toda a imensa gama de atividades humanas, desde o que é mais moderno até as lides de origem mais remota, oferece, considerado como manacial de soldados, imensas, inestimáveis possibilidades pelas suas condições geográficas e de existência de suas populações, cujas atividades civis correspondem às diferentes necessidades do serviço militar.

De fato, nenhum povo reunirá maiores recursos para possuir um bom soldado do que o povo brasileiro.

Herdeiro da indômita bravura e do espírito combativo dos portugueses, aliados à tenacidade, despêzo pela vida e subtilezas da raça indígena, tem a suavizar-lhe as asperezas do caráter, o espírito de subordinação e a capacidade de sofrimento do guerreiro africano.

Produto, essencialmente, dessas três raças fortes e de espírito aguerrido, tem ainda o brasileiro a favorecê-lo como homem de guerra, as próprias condições de vida a que se acha submetido, repletas de sacrificios e privações.

O homem brasileiro é, por isso mesmo, soldado por instinto, de valor inapreciável na campanha, diligente, sofredor, resistente e sensato na ação. Não sente a transição, quando troca a charrua pelo canhão, o laço pela espada, o caminhão civil pelo transporte militar, e, está sempre ápto, mediante rápida preparação, a desempenhar-se brilhantemente na guerra.

Raro será que não saiba empregar uma arma de fogo e que não esteja habituado ao valor militar do terreno, cujos acidentes aprendeu insensivelmente a utilizar na tocaia à caça; sabe montar, porque é o cavalo o seu meio normal de condução, mas mesmo que por vezes isso não se verifique é, pelo menos, um caminheiro infatigável.

A sua capacidade técnica, se bem que reduzida pelo baixo padrão de vida de grande percentagem de nossas populações, é, mesmo assim, considerável porque ele é inteligente e facilmente adaptável.

É absolutamente desconhecido entre nós o tipo característico do camponês, notório em outros exércitos que, inadaptado à vida do quartel, bisonho e melancólico, suporta como um pesado e inexorável sacrifício o tempo em que está separado do cabo da enxada.

Muito pelo contrário, o brasileiro, de modo geral, anseia por experimentar a vida da caserna. Nas localidades de pequena guarnição o voluntariado é coberto sem demora.

Sóbrio por natureza, acostumado ao desconforto e à vida áspera e primitiva, disciplinado e obediente por índole, bravo e leal pelo sangue e pela tradição, o brasileiro possui, indubitavelmente, o plasma de um autêntico e formidável soldado, desde o centáuro gaúcho, insuperável cavalariano, até ao inexcedível infante recrutado entre as sóbrias e valorosas populações do Nordeste, aos quais se junta, hoje em dia, o técnico habilíssimo e industrioso, forjado na luta permanente do homem contra o material deficiente e precário.

Estes aspétos das nossas populações, preciosas qualidades de desvalorização se hábilmente aproveitadas, tornar-se-ão em fatores de desvalorização se um recrutamento racional e judicioso, não puder colocar a cada elemento nas funções para as quais está talhado desde a vida civil.

Especialmente hoje, quando começa a tomar vulto a organização das nossas forças blindadas e de especialistas, e se cogita da criação de unidades aero-terrestres, o problema de um recrutamento racional e criteriosos se impõe cada vez mais.

É fácil depreender que insuperáveis dificuldades impedem a adoção de processos que visassem colocar nas fileiras cada homem no lugar exato que lhe competisse. Nem haveria vantagem numa seleção rigorosa por parte do Serviço de Recrutamento, visando atender àquele objetivo, por isso que qualquer unidade necessita de técnicos e especialistas, assim como, na mais técnica das unidades haverá sempre lugar

para um certo número de indivíduos incompatíveis com aquelas funções.

O que se deverá promover, a todo custo, é a designação para cada unidade de conscritos oriundos de um ambiente social cujo "status" exija dos seus componentes o conhecimento de técnicas compatíveis com as atividades normais desempenhadas pela tropa.

Em outras palavras, admitindo-se que os indivíduos pertencentes a uma coletividade, devem apresentar um nível médio de possibilidades intelectuais e técnicas, trata-se de:

a — classificar o território nacional em zonas de recrutamento tendo por base o padrão de vida de suas populações, indústrias existente, produção, etc.;

b — destinar para cada unidade os conscritos daquelas zonas onde predominem os gêneros de atividade humana mais consentâneos com as necessidades da tropa a que se destinem.

A título de exemplo, admitimos a seguintes classificação:

ZONAS DE RECRUTAMENTO	{	Industrializadas	{ cidades mais importantes centros industriais centros agrícolas de estágio avançado
		Não industrializadas	{ regiões pastoris de indústria extrativa agrícolas de estágio atrasado

A designação dos conscritos pelas diferentes Armas ou Serviços, poderia obedecer ao seguinte critério:

Oriundos das zonas industrializadas — destinados às unidades moto-mecanizadas e motorizadas, anti-aéreas, de transmissões, formações sanitárias, infantaria (esta em menor percentagem);

Oriundos das zonas não industrializadas — unidades de cavalaria, artilharia e engenharia hipo-móveis e infantaria, destinando-se preferentemente à cavalaria aqueles que procedessem das zonas pastoris.

Com esta prática, supomos, seriam de esperar os seguintes resultados:

1 — Suprir tôdas as unidades montadas, especialmente as de cavalaria, de cavaleiros feitos, áptos pelas lides campeiras a conduzir com firmeza a sua montada em qualquer terreno, o que permitiria poupar, em benefício de outros ramos da instrução, um tempo precioso, além de possibilitar um maior desenvolvimento da instrução equestre no mesmo prazo.

2 — Proporcionar às unidades moto-mecanizadas o concurso inestimável de técnicos e especialistas.

3 — Reduzir ao mínimo as possibilidades de inadaptação do indivíduo à vida militar.

De um modo geral, cremos que esta prática, duplamente vantajosa, virá beneficiar o homem e o Exército: este, porque, melhorando as condições de rendimento do soldado, pouparia tempo e material; aquele, porque não se desambientando durante o tempo de serviço das suas atividades civis, poderia, em muitos casos, melhorar a sua capacidade profissional. Além de que, no caso de uma reincorporação, estaria em boas condições técnicas.

Em suma, parece-nos que devemos evitar a todo custo o transformar um ótimo especialista em um péssimo cavaleiro dos Regimentos sediados nas cidades, ao mesmo passo que não devemos pretender fazer depanadores e motoristas de indivíduos que, quando muito, dirigiam carroças, sob o pretexto de evitar longos deslocamentos, aliás ponderáveis em caso de mobilização.

Mas não será muito mais grave que o homem, uma vez licenciado, desaprenda inteiramente o pouco que aprendeu durante o tempo de serviço, devido a não poder exercitar os conhecimentos adquiridos?

Se dispomos, em quase todos os pontos de território nacional, de homens afeitos ao emprêgo do cavalo, porque não aproveitá-los nas unidades hipo?

Porque desperdiçar os contingentes das cidades se é neles que se poderão encontrar os técnicos e especialistas de que tanto carecem as nossas unidades especializadas?

É preciso que se tenha estado como instrutor dentro de um carro de combate, para se poder avaliar devidamente da necessidade de seleccionar os contingentes para aquelas guarnições.

O recrutamento desse pessoal feito ao acaso, só poderá trazer, como consequências imediatas, o retardamento considerável no preparo da tropa, prematura usura do material, maior dispêndio de combustível, em suma, o encarecimento da instrução.

Além disso, com o tempo, teria o país a lamentar mais um fator de êxodo de suas populações rurais, visto que o homem do campo que tenha aprendido no quartel um ofício que o capacite a viver na cidade, é um elemento perdido para a lavoura, definitivamente.

Em conclusão, apontaremos, como medidas simples e práticas, capazes de aumentar o rendimento da instrução e, conseqüentemente, o grau de eficiência da tropa:

— basear a designação dos conscritos pelas diferentes unidades na procedência dos indivíduos;

— estabelecer normas objetivas e adequadas segundo as quais as unidades se empenham, efetivamente, em colocar cada homem na função ou especialidade para a qual êle se encontra mais credenciado.

Oficialato da Reserva do Serviço de Saúde do Exército — Novos Rumos

Dr. JAYME DE A. VILLAS BOAS

Cel. médico

Destinadas principalmente aos que se dedicam à coletividade militar, as presente nótulas prescindem supérflua exposição de motivos, de vês que são em torno de imperativo patriótico.

Já tendo o assunto ocasionado vários comentários, para acautelar contra a imprevidência e seus consideráveis prejuízos, procuro apenas focar um dos objetivos que, desde o tempo de paz, vem preocupando os responsáveis compenetrados das múltiplas atribuições do Serviço de Saúde, mórmente em relação ao preparo e requisitos para oficiais de sua Reserva.

Durante o período de guerra, em todos os países, a mobilização não se faz sem encontrar dificuldades sempre crescentes.

A “contribuição dos cientistas da medicina civil dos Estados Unidos, na recente luta mundial” — constituiu tema de excelente conferência pronunciada à 6/10/43, na Academia Brasileira de Medicina Militar, pelo General Médico Charles Clark Hilmann, Chefe da Divisão do Serviço Técnico da Diretoria de Saúde do Exército Norte Americano. (*) O ilustre conferencista mencionou então os trabalhos efetuados quando a América do Norte se defrontou com a necessidade de rápida expansão militar para se opôr à ameaça do “Eixo” e disse que a magnitude da tarefa seria avaliada facilmente porquanto o Exército aumentou de trinta vêzes os seus efetivos.

Sabe-se que, além dos recursos materiais, a escassez de pessoal habilitado equívale à impossibilidade de socorro conveniente, tornando impraticáveis o cuidado pela saúde dos combatente, a devida assistência sanitária às tropas, do mesmo modo que às populações inermes, por maiores que sejam os esforços e desvê-los dos seus profissionais.

Parece-me dispensável citar impressionantes exemplos bem expressivos.

(*) — Atualmente Diretor do Lettermann General Hospital (São Francisco — Califórnia).

Urge, entretanto, prever a utilização de maior número dos elementos disponíveis, treinados para evitar atuações nocivas, a fim de que se obtenham tudo quanto necessário aos preceitos de higiene — inclusive a profilaxia das doenças transmissíveis — condições essenciais para conservar os efetivos da tropa, além de assegurar o tratamento dos doentes ou feridos, recorrendo-se à prática dos conhecimentos técnicos médico — militares especializados.

Ante os inúmeros benefícios da imprescindível assistência, compreende-se seja de absoluta necessidade que ela não sofra alteração em seu ritmo de trabalho e aperfeiçoamento para ser aplicada mesmo em momentos intranquilos, em situações desfavoráveis de segurança, de instabilidade, afóra os imprevistos.

Em verdade, conquanto tenhamos a nossa experiência, a de outros povos considerados mais adiantados serve-nos de alerta. Nunca será demais encarecer ou insistir sobre os inconvenientes das improvisações e suas graves consequências.

“Curso de emergência”, segundo a própria expressão em sentido figurado, significa ocorrência perigosa, situação fortuita e de sucesso duvidoso. O prazo e as particularidades que acompanham o seu funcionamento, dificilmente poderão garantir resultado prático muito aproveitável.

Deve-se, pois, intensificar o aumento e melhorar a formação dos oficiais da Reserva do Serviço de Saúde, de modo apropriado obtendo-se das novas gerações saídas das escolas de Medicina, Farmácia e Odontologia o máximo de elementos capazes de corresponder às finalidades de uma organização que possa oportunamente mitigar a dor e o sofrimento dos que forem vítimas da luta.

Baseando-me em inexoráveis fatos ocorridos na conflagração européia (1914-18), em campanhas nacionais e até na recente guerra mundial contra as nações totalitárias, talvez não haja argumentos convincentes para condenar novos rumos que permitam modificar quantitativa e qualitativamente o ingresso no oficialato de Reserva do nosso Serviço de Saúde.

Côncia da atual fase promissora, a segunda secção da D. S. E. certamente está cogitando de estudar um meio mais isento de defeitos, que sirva para solucionar tão importante questão.

Conforme as instruções reguladoras da execução do Decreto-lei n.º 7.343 de 26/11/945, que extinguiu o sorteio militar, os alunos do instituto de ensino superior (oficial ou reconhecido) são obrigados a matricular-se nos C. P. O. R.

Que resultará de tudo isso?

Que ficará restando para constituir eficiente — Reserva em oficiais do SS. das nossas forças de terra?

Que interesse terá o Exército em preparar determinados oficiais combatentes, os quais preferirão pertencer à Reserva do Serviço Saúde?

Verifica-se que os estudantes de medicina, de farmácia e odontologia, terminados os seus cursos universitários, geralmente — com tagens para o Serviço de Saúde do Exército — desejam pertencer respectivos quadros de médicos farmacêuticos ou dentistas R2.

Em consequência, a Nação é onerada prejudicialmente por formação de tais oficiais, para as diferentes armas, corresponde às peças e consumo de tempo (2 anos de C. P. O. R.), além de que tarde eles serão transferidos para a Reserva do SS. depois de satisfeitas as exigências mantidas em vigor.

Deduz-se bem alvitre conseguirmos adotar, no Brasil, que os alunos dos últimos anos das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia sejam obrigados a frequentar a Escola de Saúde do Exército (Cursos de formação para médicos, farmacêuticos e dentistas futuros) adquirindo instrução especializada mediante ensino teórico-prático, ampliando conhecimentos úteis às funções técnico-militares. Após estágios e depois de aprovados, receberão o diploma acompanhado de prova de quitação com o serviço militar, sendo considerados oficiais R2 dos respectivos quadros.

Haverá assim um aumento progressivo da nossa exigua Reserva de tal modo carecente de um corpo de oficiais mais numerosos, o que jamais acontecerá se o País em guerra conservar, nas diversas armas, profissionais que o atenderão em detrimento de um Serviço que contribua influenciando para os resultados satisfatórios dos interesses bélicos.

 * **Waihrich, Severo & Cia.** *
 *
 * MARCHANTES *
 *
 * FORNECEM O EXÉRCITO NACIONAL *
 *
 * Escritório: Dr. Bozano n. 997—Fone 204 *
 *
 * SANTA MARIA — Rio Grande do Sul *
 *
 * *****

Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano nos Teatros de Operações

Cap. Médico Dr. SAULO TEODORO PEREIRA DE MELO

CAPITULO 13

ORGAOS ESPECIAIS DO SERVIÇO DE SAÚDE

178. ORGANIZAÇÃO. (V. TOE 8-500). — Os órgãos especiais do serviço de saúde são flexíveis em organização e efetivos, sendo preajustados antecipadamente às necessidades do teatro de operações. São constituídos de estado-maior e número variável de unidades ou de turmas. Designam-se pelotões, companhias, batalhões mixtos, unidades técnicas do serviço de saúde e outras, de conformidade com os efetivos. e as unidades ou as turmas componentes (V. fig. 109).

Cada unidade ou turma é representada cifradamente por letras, como, por exemplo, estado-maior do pelotão independente AB; seção de ambulâncias motorizada n.º 3 CC; etc. Para designar o órgão inteiro, as letras representativas dos elementos componentes são grupadas depois do nome da unidade resultante; assim, o primeiro órgão da figura 109, pode ser denominado 32.º pelotão de saúde mixto independente ABAHBDBFBJ. A ordem de grandeza (pelotão, companhia, batalhão) dos órgãos guardam as seguintes relações:

Pelotão — 2 ou mais turmas, acima de 20 homens.

Companhia — 2 ou mais pelotões, acima de 100 homens.

Batalhão — 3 ou mais companhias.

179. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* — Qualquer órgão do serviço de saúde é repositório de turmas e unidades de vários tipo destinadas a suplementar e prestar serviço a outras unidades de saúde, no teatro de operações; e são mandadas avançar isoladamente ou grupadas em pelotões ou companhias, sob as ordens de estado-maior e complementadas com turmas de rancho, mecânicos, etc. A ordem de grandeza dessas unidades depende da importância e extensão do teatro, dos efetivos empenhados e das necessidades relativas do, apoio do ser-

viço de saúde. Todos os órgãos do serviço de saúde arrolados adeante devem ser referidos às TOE da série 8-500.

b. *Particularidades.* (1) *Turmas e unidades administrativas.* — As turmas e unidades administrativas (A) têm por finalidade fornecer administração, tanto a novos grupamentos de turmas ou unidades não administrativos, como a outras unidades de saúde independentes como companhias, hospitais, etc. Estes encargos compreendem comando, administração, aprovisionamento, rancho, manutenção de motores, etc. A grandeza das turmas ou unidades administrativas depende do número e dos efetivos das turmas e unidades não administrativas integralizantes do órgão recém-constituído. Turmas de rancho, mão de obra e mecânicos podem também ser destacadas em qualquer órgão de saúde, para reforçá-lo e provê-lo de serviços de rancho e manutenção. As turmas administrativas dividem-se em dois grupos: chefia (headquarters) e execução (service). As turmas de chefia fornecem comando e encargos administrativos, exceto rancho e manutenção de motores, mas podendo compreender aprovisionamento. As turmas de execução fornecem rancho e manutenção de motores, sendo proporcionais aos órgãos integralizados.

(a) *Comando de pelotão (AA).* — Esta turma compreende um oficial e um sargento; e, sob as ordens do comando de companhia, comanda e controla a atividade de duas ou mais turmas não-administrativas. Esta turma não executa administração de companhia, que é feita por seu próprio órgão de comando; nem pode comandar um pelotão independente. Só conta com um equipamento individual.

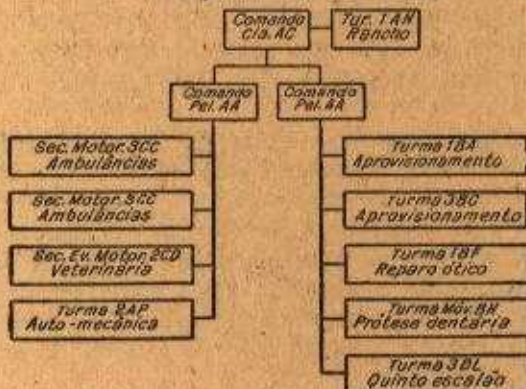
(b) *Comando de pelotão independente (AB).* — Esta turma compreende um oficial, um sargento comandante de pelotão, um sargento de motores, um escrevente e um condutor. Fornece comando e administração de companhia para pelotão independente constituído de duas ou mais turmas não-administrativas. Não dispõe de aprovisionamento, rancho e manutenção de motores; podendo turmas de rancho e de mecânicos ser destacadas para estas funções. Conta com equipamento de campanha, menos o de rancho, como barraca de esquadra, canastras, máquina de escrever, cadeiras e outros artigos; e um caminhão leve para transporte.

(c) *Comando de companhia (AC).* — Esta turma compreende comandante de companhia, oficial administrativo assistente, primeiro sargento, sargento aprovisionador, sargento motorista, escrevente e condutor de caminhão. Fornece comando e administração para dois ou mais pelotões, inclusive aprovisionamento; mas não rancho nem manutenção de motores, podendo turmas de rancho e de mecânicos ser destacadas para estas funções. Conta com equipamento de campanha, menos o de rancho, como barraca de esquadra, mesas, cadeiras,

PELOTÃO DE SAÚDE MIXTO INDEPENDENTE



Companhia mixta de saúde



Batalhão mixto de saúde



Órgão técnico do serviço de saúde

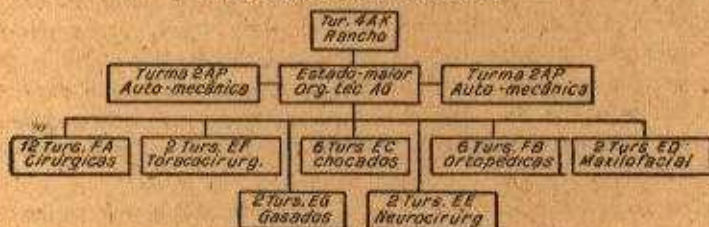


FIG. 109 TIPOS DE ÓRGÃOS TÉCNICOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

máquina de escrever, canastras e outros artigos; e alguns caminhões leves, pesados e reboques para o transporte.

(d) *Comando de batalhão (AD)*. Esta turma fornece comando e administração para três ou mais companhias. Turmas de rancho e

de mecânicos podem ser destacadas no batalhão, si não tiverem sido nas companhias. O estado-maior de batalhão compreende:

1. — O comandante, que é responsável pelo comando, pela administração, disciplina, pelo emprêgo tático e, até certo ponto, pela instrução das companhias componentes.

2. — O subcomandante, o principal auxiliar do comandante, em cuja ausência decide, de acôrdo com o critério estabelecido.

3. — O ajudante, que executa a administração rotineira, correspondência, ordens, etc., ajudado por sargento ajudante (*major*) e escreventes.

4. Outro oficial pode ser encarregado do pessoal, distribuindo serviço, preparando a folha de pagamento, etc., auxiliado por sargento do pessoal. Pode também ser designado oficial aprovisionador; e auxiliado por sargento aprovisionador e escreventes, compilar os pedidos das companhias, recolher os suprimentos nos pontos de aprovisionamento e distribuí-los às companhias. Pode ainda ser nomeado oficial de motores e, auxiliado por sargento motorista e turmas de mecânicos destacados, executa a manutenção de motores de segundo escalão do batalhão inteiro.

O comando de batalhão conta com equipamento de campanha ordinário, menos o de rancho, como barraca de esquadra, barraca pequena de paredes, mesas, cadeiras, cofre, máquina de escrever e outros artigos; e alguns caminhões leves para o transporte.

(e) *Comando de centro de concentração de saúde*. V. Cap. 20.

(f) *Centro hospitalar*. V. Cap. 17, sec. IV.

(g) *Comando de órgão de serviço técnico*. V. Cap. 18.

(h) *Turma de rancho n.º 1* (AH). — Esta turma provê seção

de rancho para turma de comando ou qualquer outra unidade de saúde, quando necessária. Compreende sargento de rancho, três cozinheiros e ajudantes. Fornece alimentação para 40 a 125 homens. Quando é destacada em pelotão mixto de saúde independente o sargento do rancho acumula as funções de aprovisionador. Conta com o equipamento de campanha comum e tódo de cozinha, cozinha de campanha, ferveedores de água e outros utensílios de rancho.

(i) *Turma de rancho n.º 2* (AI). — Esta turma provê seção de rancho para turma de comando ou qualquer outra unidade de saúde, fornecendo alimentação para 126 a 175 homens. Compreende sargento de rancho e cinco cozinheiros e ajudantes. O equipamento é essencialmente o mesmo da turma n.º 1.

(j) *Turma de rancho n.º 3* (AJ). — Esta turma é essencialmente idêntica a n.º 2, com a particularidade de contar com oito servidores e poder fornecer alimentação para 176 a 225 homens.

(k) *Turma de rancho n.º 4 (AK)*. — Esta turma é essencialmente idêntica a n.º 2, com a particularidade de contar com nove servidores e poder fornecer alimentação para 226 a 275 homens.

(l) *Turma de rancho n.º 5 (AL)*. — Esta turma é essencialmente idêntica a n.º 2, com a particularidade de contar com doze servidores e poder fornecer alimentação para 276 a 325 homens.

(m) *Turma de serviço n.º 1 (AM)*. — Esta turma compreende ferreiro, carpinteiro, capoteiro e biscateiro; podendo ser encarregada de reparar instalações, construir edifícios e aparelhamentos temporários, enfardar ou consertar equipamentos de hospitais de evacuação. Pode ser destacada em órgão de saúde mixto ou isoladamente em qualquer unidade de saúde. Do equipamento consta utensílios de ferreiro e carpinteiro.

(n) *Turma de serviço n.º 2 (AN)*. — Esta turma, com a particularidade de contar com seis artifices em vez de quatro, é essencialmente idêntica à n.º 1.

(o) *Turma auto-mecânica n.º 1 (AO)*. — Esta turma compreende um mecânico de automóvel. Pode ser destacada em unidade mixta de saúde ou outra unidade de saúde, para executar manutenção de motores de segundo escalão até em quinze veículos. Conta com estojo de mecânico de motor.

(p) *Turma auto-mecânica n.º 2 (AP)*. — Esta turma é essencialmente idêntica à n.º 1, com a particularidade de contar com dois mecânicos, capazes de executar segundo escalão de manutenção de motores para 15 a 30 viaturas. Conta com um caminhão leve.

(2) *Turma de depósito (B)*. (a) *Generalidades*. — Estas turmas podem ser empregadas das maneiras seguintes:

1. Suplementar depósito-base de companhia-depósito (TOE 8-187) para instalar depósito auxiliar de zona de comunicações.

2. Suplementar depósito-base de companhia-depósito (TOE 8-187 para instalar seção de material de saúde em depósito do serviço de intendência da zona de comunicações.

3. Uma ou mais turmas podem instalar depósito-auxiliar de material de saúde da zona de comunicações.

4. Uma ou mais turmas podem instalar seção de material de saúde em depósito do serviço de intendência da zona de comunicações.

5. Operar isoladamente.

As turmas de depósito de material de saúde são de dois tipos: as de suprimentos, isto é, de armazenagem e distribuição; as de manutenção de material de saúde. (V. Cap. 23):

(b) *Turmas de armazenagem e distribuição*. — Estas turmas recebem, armazenam e distribuem material de saúde para os depósitos de exército e para as tropas da zona de comunicações. Têm efetivos variáveis:

Denominação	Efetivos	Meios para
Turma de aprovisionamento n.º 1 (BA)	10 homens	mais de 7.500 homens
" " " n.º 2 (BB)	15 "	de 7.500 a 15.000 "
" " " n.º 3 (BC)	21 "	15.000 25.000 "
" " " n.º 4 (BD)	24 "	25.000 50.000 "
" " " n.º 5 (BE)	31 "	50.000 100.000 "

As turmas têm essencialmente a mesma organização, mesmo equipamento e mesmas funções que as suas homólogas do pelotão de armazenagem e distribuição da companhia-depósito da zona de comunicações.

(c) *Turmas de manutenção de material de saúde.* — Estas turmas fornecem manutenção de material de saúde aos mais altos escalões, consertam óculos e manufacturam aparelhos protéticos dentários, (exceto quanto às turmas de quinto escalão), para as tropas de zonas de comunicações.

1. *Turmas de reparo ótico n.º 1 (BF).* — Esta turma, similar em organização, função e equipamento à oficina de reparo ótico da companhia-depósito da zona de comunicações, serve às tropas de zona de comunicações e tem o seu estado-maior no depósito da zona de comunicações. Atende à 50.000 homens.

2. *Turma de reparo ótico n.º 2 (BG).* — Esta turma, similar em organização, função e equipamento à turma móvel de reparo ótico da companhia-depósito da zona de comunicações, suplementa a n.º 1 anterior. Atende à 20.000 homens.

3. *Turma móvel na prótese dentária (BH).* — Esta turma é semelhante em organização, função e equipamento à turma móvel de prótese dentária da companhia-depósito da zona de comunicações.

4. *Turma fixa de prótese dentária (BI).* — Esta turma instala oficina central (fixa) de prótese dentária da zona de comunicações. Atende à pacientes das unidades, dos dispensários e hospitais que não dispõem de recursos protéticos. Compreende dois oficiais protodontistas e certo número de praças técnicas, que tiram os moldes e confeccionam os aparelhos protéticos. Instala-se em edifício temporário ou permanente; contando com material de consumo para seis meses; balança portátil, maçarico, bico de Bunsen, jôgo de compreensão, torno, motor elétrico, máquina de modelar, aventais e vários outros instrumentos especiais.

5. *Turma de manutenção de material de saúde de terceiro e quarto escalões n.º 1 (BJ).* — Esta turma executa manutenção de material de saúde de terceiro e quarto escalões para as tropas da zona de comunicações (V. Cap. 11). Localiza-se geralmente em depósito de material de saúde. Compreende oficial, sargento e certo número de praças técnicas de manutenção de equipamento. Atende à efetivos de

50.000 homens aproximadamente. Instala-se em edificações permanentes ou temporárias ou em barracas de esquadra. Conta com pouco equipamento, motivo por que se pode utilizar o do depósito em que se acha instalada; e um caminhão, para transportar peças sobressalentes e o seu pessoal.

6. *Turma de manutenção de material de saúde de quarto escalão n.º 2 (BK).* — Esta turma é essencialmente idêntica à n.º 1, com a particularidade de contar com o maior número de praças técnicas e poder atender a efetivo de cerca de 100.000 homens.

7. *Turma de manutenção de material de saúde de quinto escalão n.º 3 (BK).* — Esta turma executa manutenção de quinto escalão de material de saúde para o teatro de operações. Localiza-se geralmente no depósito de material de saúde da zona de comunicações (V. Cap. 11). Suplementa o depósito-base da companhia-depósito, constituindo parte do depósito de material de saúde da zona de comunicações. Compreende oficial, sargento e determinado número de praças técnicas em conservação de equipamento de saúde. Conta com equipamento de bombeiro, latoeiro, utensílios de mecânico, pintor, soldador, segundo escalão de manutenção de motores e de "coleção suplementar de ferramentas n.º I", própria para manutenção de material de saúde de quinto escalão.

(3) *Seções de ambulâncias (C).* — Estas seções são de dois tipos: seções de moto-ambulâncias, para baixas humanas; seções motorizadas de evacuação veterinária, para baixas animais.

(e) *Seções de moto-ambulâncias.* — Estas seções podem-se empregar formando grupamentos de pelotões ou companhias de ambulâncias independentes, às ordens de turma de comando; reforçando companhias de ambulâncias independentes ou companhias de evacuação independentes ou divisionárias; destacando-se isoladamente em hospitais, dispensários, grupamentos de saúde ou batalhão de saúde. O funcionamento depende do tipo do emprêgo, mas podem ser usadas para o transporte de baixas em quase todas as posições do teatro de operações. As seções são dos três tipos seguintes:

Denominação	Veículos	Efetivos	
Sec. Auto-Amb n.º 1 (CA)	3	8	(comandada por sargento)
" " n.º 2 (CB)	6	16	(" " " oficial)
" " n.º 3 (CC)	10	26	(" " " ")

Cada ambulância é tripulada pelo condutor e o ajudante; e equipada com padiolas, mantas e aparelhos de fratura, carregando cada homem o seu próprio estojo de emergência. Cada seção conta com mais um condutor e um jipe, para o comandante da seção; e deve ser provida de manutenção de motores de segundo escalão, seja pelo órgão

a que servir, seja pela integração de turma auto-mecânica. O comandante é diretamente responsável pela seção, mas depende da autoridade que comanda a unidade ou o órgão em que ela estiver destacada, como companhia, hospital, etc.

(b) *Moto-seções de evacuação veterinária.* — Estas seções contam com combinações de reboques de 6T para carga e animal, com tratores; cada semi-reboque pode transportar oito animais. Podem ser destacadas em companhias de veterinária independentes ou em esquadrões de veterinária para auxiliar a evacuação dos animais dos postos de socorro das unidades para os postos de triagem ou tratamento; dos hospitais veterinários de evacuação para os hospitais veterinários de gerais ou para os hospitais veterinários de convalescentes, da zona de comunicações; entre esses hospitais ou desses para os hospitais de guarnição de veterinária, da zona de comunicações. Podem também transportar os animais aptos dos postos ou hospitais veterinários de tratamento para os regimentos ou esquadrões de remonta. Cada ambulância é tripulada pelo condutor, ajudante e por técnico veterinário ou sargento. As seções são dos dois tipos seguintes:

Denominação			Veículos Ejetivos		
Moto-secc.	Evac.	Vet. n.º 1 (CD)	1	3	(comandada por sargento)
"	"	" n.º 2 (CE)	3	11	(" " " oficial)

O equipamento consiste de estojos individuais de veterinária e canastras MD 80 e 81 para cada ambulância (dispensário veterinário; e equipamento e material de consumo para tratamento de urgência).

(4) *Turmas veterinárias (D).* (a). *Turma veterinária n.º 1 (DA).* — Esta turma compreende oficial veterinário, três sargentos, um dos quais exerce as funções de primeiro sargento, e praças técnicas, inclusive escrevente, ferrador, laboratorista, farmacêutico, cavalariças, veterinários e condutores de caminhões. Pode instalar posto ou hospital de tratamento veterinário e prover de transporte qualquer órgão, no teatro de operações. Tem meios para cuidar de trinta animais. Pode instalar dispensário ou hospital para acampamento, guarnição ou base de animais de carga; suplementar outros órgãos veterinários, como hospital ou companhia independente de veterinária; reforçar, em tratamento e evacuação, as divisões leves de tração animal ou qualquer outro órgão. A turma pode instalar posto de tratamento ou pequeno hospital, dispondo de equipamento para pequena cirurgia e exames de laboratório simples; e um reboque para transporte de dois cavalos. O equipamento consiste de bomba com mangueira; caixa de ferrador; caixa de intervenções cirúrgicas veteri-

nárias gerais; canastras MD 80 e 81 com instrumentos e drogas veterinárias; caixa de utensílios de contenção, com cabeçadas, maneias, cabresto, antolhos; canastras veterinárias contra gás; esterilizadores, estufas, aventais, bornais, escovas, etc.; e barraca de esquadra. O equipamento de dispensário veterinário, 9734 000, compreendendo canastra MD 4, com mesa e máquina de escrever; coleção de lanternas; canastras MD 80 e 81; canastra de ferrador, com suprimentos; e barraca pequena de paredes, é privativo destas turmas. O transporte consta de caminhão de carga de 2 1/2T, com reboque para dois cavalos, e um caminhão leve.

(b) *Turma veterinária n.º 2 (DB)*. — Esta turma é essencialmente idêntica à n.º 1, com a particularidade de compreender dois oficiais, cinco sargentos e mais técnicos; podendo cuidar de 75 animais. O equipamento é também semelhante, porém em maior quantidade que o da turma n.º 1.

(c) *Seção de serviço veterinário (DC)*. — Esta seção executa serviço veterinário de primeiro escalão para qualquer órgão que disponha de animais, sem o pessoal orgânico necessário; ou pode suplementar unidade de veterinária regular, quando houver baixas excessivas. A companhia de cargueiros de intendência pode contar com uma destas seções destacadas. Compreende oficial veterinário, sargento, condutor de cargueiro, condutor de caminhão e dois técnicos veterinários. Instala posto de socorro veterinário para tratamento de urgência das baixas animais. Si três ou mais seções forem destacadas em um mesmo órgão, oficial veterinário adicional, como comandante, e um sargento, como seu auxiliar, são previstos nos efetivos. O equipamento consta do seguinte:

1. Canastras MD 80 e 81, com instrumentos e drogas veterinários si a seção for motorizada; canastras veterinárias de cargueiro "A" e "B", si o transporte for por este meio.

2. Material veterinário contra gás.

O transporte consiste de caminhão leve ou de três mulas, conforme o meio de tração da seção.

(d) *Destacamento veterinário de inspeção de alimentos (DD)*. — Este destacamento compreende oficial veterinário, sargento e três praças especialistas em inspeção de alimentos e laticínios. As suas atribuições consistem em inspecionar carnes e laticínios distribuídos ou comprados pelas unidades em que esteja destacado, como centros hospitalares, postos, acampamentos, guarnições, centros de concentração ou outros órgãos ou estabelecimentos. O equipamento consta do seguinte:

1. Equipamento-unidade de destacamento veterinário de inspeção de alimentos, 9733 700, constando de facas, tesouras, aparelhos para examinar leite (lactômetro) e ovos (ooscópio), caixa de ins-

trumental para examinar carnes e laticínio, avental de açougueiro, padrão para exame de sedimento e pequena biblioteca.

2. O equipamento regular de campanha.

(c) *Destacamento veterinário de aviação* (TOE 8-487). — Ainda que este destacamento não esteja computado na TOE 8-500, a sua similitude, em organização e função, com o destacamento veterinário de inspeção de alimentos (DD) torna a sua descrição conveniente aqui. Compreende oficial veterinário, dois sargentos inspetores de carne e laticínios, e um escrevente-dactilógrafo. É organizado para força aérea de teatro de operações, de aproximadamente 25.000 homens, podendo ser acrescido de mais uma seção por 25.000 homens ou fração. Esta seção compreende oficial veterinário e dois inspetores técnicos de carne e laticínio. Os encargos do destacamento são as inspeções de carnes, leite e derivados distribuídos à força ou comprados localmente por ela. Como equipamento, conta o de inspeção de alimentos, constante de facas, tesouras, aparelho para examinar leite e ovos, caixa de instrumental para inspeção de carnes e laticínios, aventais de açougueiro, padrões para exame de sedimento e dois livros de exames.

(5) *Turmas de serviço técnico* (E). V. Cap. 18.

(6) *Unidade de controle anti-malária*. (FA). V. Cap. 21.

(7) *Unidade de pesquisas anti-malárias* (FB). V. Cap. 21.

(8) *Dispensário Geral n.º 1* (GA). V. Cap. 12.

(9) *Dispensário Geral n.º 2* (GB). V. Cap. 12.

(10) *Seção de dispensário* (GC). — Esta seção compreende dois oficiais médicos, um dentista e certo número de praças. Pode ser destacada em qualquer órgão ou estabelecimento que não disponha de dispensário ou hospital, tais como os depósitos de material de saúde ou gerais. Atende de 5.000 a 10.000 homens. Um dos médicos comanda a seção; quando ela opera isoladamente, ele desempenha funções de comandante de destacamento, auxiliado por sargento, como sargenteante, e um escrevente. O dentista e um assistente técnico instalam dependência dentária, para extrair e obter dentes. Sob a fiscalização de médico, instala também enfermaria de dez leitos para os casos de tratamento no quartel. O tratamento ambulatorio e a visita médica são executados pelos dois médicos, auxiliados por técnicos e escreventes. Estabelece pequeno laboratório, para urinálises e hematimetria; e pequena farmácia. Auto-ambulância traz baixas e leva-as para os postos hospitalares ou hospitais gerais. O transporte e o equipamento constam do seguinte:

(a) Ambulância e caminhão leve.

(b) Equipamento de campanha regulamentar, menos de rancho.

(c) Canastra MD 60, para dispensário dentário.

- (d) Barraca de esquadra para enfermaria.
- (e) Barraca grande de paredes para dispensário.
- (f) Equipamento de enfermagem, de zona de comunicações, para 10 leitos e 97.257, constante do seguinte:

1. Drogas, produtos quimicos e pensos para trinta dias de consumo.

2. Lâmpada de operação, instrumental, seringas, aparelhos de fraturas, meios para terapia intravenosa e anestesia e outro instrumentos de cirurgia.

3. Equipamento profilático.

4. Esfigmomanômetro, estetoscópio e outros aparelhos de semiologia.

5. Tarimbas articuláveis, carrinhos para distribuição de alimentos, comadres, pijamas, roupa de cama e outros equipamentos de enfermaria.

6. Microscópio, centrifugador, urinômetro e outros equipamentos de laboratório.

7. Máquina de escrever, mesas, cadeiras e outros equipamentos de escritório.

O registo dos pacientes é mantido nas fichas de evacuação e no registo de saúde de campanha (8-27 e 8-28) e em outros modelos regulamentares. O mapa estatístico e o de feridos e doentes são encaminhados periodicamente ao chefe do serviço de saúde do escalão superior.

(11) *Laboratório geral de saúde* (HA). V. Cap. 19.

(12) *Laboratório de saúde* (HB). V. Cap. 10.

(13) *Seção de saúde destacada*. (1A) — Esta seção compreende oficial médico, oficial dentista, dois sargentos e certo número de praças técnicas. Pode ser destacada em qualquer batalhão independente ou órgão de efetivo equivalente, que não disponha de serviço de saúde ou em que este seja insuficiente. Presta sempre serviço de saúde de primeiro escalão, funcionando como qualquer destacamento de saúde (V. destacamentos de saúde), cuja administração executa, sob as ordens do mais antigo oficial médico, como comandante, auxiliado pelo mais graduado sargento, como sargenteante. Como meio de transporte conta com caminhão e reboque; como equipamento, dispõe do normal de campanha, menos o de rancho; canastra MD 60, para dispensário dentário; canastra MD 4, com mesa e máquina de escrever; meios contra gás, como drogas, luvas de borracha e aventais; e equipamento de estado-maior regimental de saúde, que consiste em:

(a) Canastra MD 1, com pensos.

(b) Canastra MD 2, com drogas e instrumentos.

(c) Padiolâs, mantas e aparelhos de fratura.

- (d) Barraca de posto de comando.
- (e) Outros equipamentos diversos.
- (14) *Pelotão sanitário* (JA) (V. Cap. 21). Este pelotão pode também ser designado para executar outras atribuições, descritas nas da Companhia Sanitária.
- (15) *Museu de artes e serviço de saúde* (KA). V. Cap. 24.

180. EQUIPAMENTO, TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO E INSTRUÇÃO. — V. § 179.

CAPITULO 14

TRENS HOSPITAIS

181. GENERALIDADES. — Os trens hospitalares são de dois tipos: os da zona do interior (ZI), usados somente no território continental dos Estados- Unidos; e os da zona de comunicações (ZC), usados nos teatros de operações. Podem também ser usados trens improvisados (V. FM 8-35). O tipo descrito é o da zona de comunicações.

182. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-520). — Pode-se dividir o pessoal do trem hospital em estado-maior; divisão técnica, que cuida dos pacientes nos carros-enfermarias; divisão administrativa, que exerce a administração, rancho, instalações e outras atribuições. A mesma organização pode ser usada nos trens do interior e nos improvisados.



Fig. 110. Organização funcional do trem hospital

183. O TREM. — Normalmente o trem tem lotação para 256 leitos, em dezesseis carros-enfermarias, comportando mais um carro de instalações, um para os oficiais, dois para as praças e um para a cozinha, o refeitório e a farmácia (V. fig. 112).

a. *Carro-enfermaria*. — Cada carro tem oito duplos beliches, com lotação para dezesseis camas. No centro há dois bancos, para os pacientes ambulantes e a tripulação; a sentina, o lavador de comadres, o despêjo, o lavatório.

b. *Carro de instalações*. — Este carro tem dois geradores elétricos e dois a vapor, armário, banheiro e outras instalações.

c. *Carro de oficiais*. — Este carro divide-se em duas seções. Em uma das extremidades, dois duplos beliches para quatro oficiais; na outra, três, para seis enfermeiras. No centro, latrinas, banheiros separados.

d. *Carro de praças*. — Cada um destes dois carros dispõe de beliches, latrinas e banheiros para as praças de saúde.

e. *Carro cozinha, refeitório e farmácia*. — Este carro tem cozinha e dispensa para preparar a alimentação dos pacientes e da tripulação, em uma das extremidades; pequena farmácia, com despêjo, prateleiras e oficina, na outra. No centro, há mesas para dezesseis pratos. Há muitos tipos de trens improvisados, devendo ser observada a organização padrão. A locomotiva é tripulada por pessoal do corpo de transporte sob a direção do comandante do trem.



Fig. III — Carregamento de trem hospital na Itália

184. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. — O trem hospital evacua as baixas dos hospitais de evacuação para os hospitais gerais; entre os hospitais gerais; destes para os portos ou para a zona do interior. Geralmente deve haver um trem por divisão empenhada. Funcionam sob o controle do teatro de operações, porém sob a direção do oficial regulador.

b. *Particularidades.* (1) *Estado-maior do trem.* — O estado-maior localiza-se no carro dos oficiais, em mesa privativa. Coordena as atividades administrativas e técnicas do trem; e prepara a documentação regulamentar sobre o pessoal e os pacientes. É responsável por todos os pertences e registos dos pacientes transportados, exceto os que eles levam consigo pessoalmente. O pessoal do estado-maior ajuda a tratar dos pacientes, em caso de necessidade. O trem é comandado por oficial do corpo médico, a quem compete os seguintes encargos:

(a) Administração, disciplina, instrução e emprêgo tático da unidade em todas as situações.

(b) Antes da partida do trem para o local a ser evacuado, é responsável pelo carregamento e o bom estado de conservação do material necessário; devendo verificar si este material e os restantes suprimentos são suficientes para a viagem, geralmente de três dias; si os carros estão convenientemente dispostos no comboio; si todo o pessoal está treinado e habituado com o seu encargo particular.

(c) Durante a estadia no local, é responsável pelo carregamento do trem; confere o pessoal e a sua documentação; classifica os casos clínicos pelos diferentes carros-enfermarias; impugna os casos julgados inevacuáveis, os contagiosos e outros. Recebe e confere os valores pessoais dos pacientes; passando legalmente os respectivos recibos ao oficial encarregado, de conformidade com os pacientes embarcados, segundo os valores recebidos.

(d) Durante a viagem, é o responsável pelo tratamento dos pacientes transportados. Controla a atividade da unidade e os assuntos administrativos referentes ao pessoal e aos pacientes.

(e) Mantém ligação com o chefe do serviço de saúde da zona de comunicações, relativamente a suprimentos e a reforço e substituição de pessoal.

(f) Mantém ligação com o médico regulador, preposto do oficial regulador, e com o chefe do serviço de saúde do teatro de operações, a respeito da origem e do destino dos pacientes e do critério adotado nas evacuações.

(g) Encaminha os pedidos de conservação e consertos mecânicos do trem, feitos pelo pessoal do corpo de transporte, em serviço.

(h) Em destino, é responsável pelo desembarque dos pacientes, devendo exigir do oficial encarregado de recebê-los o competente recibo de todos os indivíduos e dos respectivos valores entregues.

(i) A partida e à chegada do trem, controla o câmbio de material-carga sob a sua guarda.

O comandante do trem é auxiliado nesses encargos por oficial de administração do corpo de saúde; podendo outro oficial de admi-

as enfermeiras as praças e os pacientes. Os pacientes comem no próprio carro-enfermaria, em bandejas; a tripulação, no refeitório.

(b) *Suprimentos*. — Desta seção é encarregada uma praça, sob as ordens de oficial. É localizada no carro de instalações, encarregando-se da aquisição, armazenagem e distribuição de todos os suprimentos, gerais e de saúde, exceto alimento, usados no trem. O fardamento e a bagagem dos pacientes são guardados no carro de instalações. A locomotiva e a maquinária do carro de instalações são manejadas por pessoal dos corpos de transporte e de maquinistas, sob as ordens do comandante do trem.

(3) *Divisão técnica*. — Esta divisão, sob a supervisão de oficial do corpo médico, compreende as enfermeiras, certo número de praças de saúde e de técnicos cirúrgicos. Divide-se em duas seções.

(a) *Seção cirúrgica*. — Atende aos casos cirúrgicos em trânsito. Há um técnico cirúrgico em cada carro-enfermaria; e uma enfermeira por dois ou três carros. Cada carro dispõe de padiola e suporte, para improvisar mesa de curativo, na parte central, onde podem ser feitos os pensos e pequena cirurgia de urgência. Não há carro nem sala de operação, porque no trem não se operam casos importantes de cirurgia. Os pacientes devem ser colocados de jeito que os feridos fiquem do lado do corredor, para que possam ser pensados mais facilmente; reservando-se as camas inferiores dos beliches, para



Fig. 113 — Interior de carro enfermaria

os feridos deitados (*litter*). Sargento pode ser encarregado do carro onde existam os pacientes mais graves.

(b) *Seção médica*. — Atende aos casos de medicina em trânsito. Há uma praça de saúde em cada carro-enfermaria; e uma enfermeira por dois ou três carros. Os doentes contagiosos podem ser isolados em um dos carros.

(c) *Farmácia*. — Conta com um técnico, encarregado da armazenagem e do aviamento das drogas e receitas; do arquivo do receituário e do registo dos narcóticos.

185. EQUIPAMENTO. — Cada carro-enfermaria dispõe de pijamas, lençóis, travesseiros, mantas, bandejas compartimentadas, louças, padiola, comadres, catéteres e estojo de enfermaria contendo pinças hemostáticas, bisturis, etc. O carro cozinha, refeitório e farmácia é equipado com utensílios de cozinha e farmácia, tais como balança, copos e provetas graduadas, etc.

186. TRANSPORTE. — São os próprios carros do trem; não há veículos motorizados.

187. INSTRUÇÃO. a. *Individual*. — Além da instrução básica e da técnica, o pessoal de enfermagem deve cursar escolas técnicas especiais, nos hospitais permanentes, em que o órgão for destacado para o adestramento; ou em cursos especializados, organizados no próprio órgão. Dos seus programas devem constar as regras de enfermagem médica e cirúrgica e os cuidados a dispensar aos diferentes tipos de baixas. Devem também ser preparados cozinheiros, farmacêuticos práticos e técnicos administrativos.

b. *Conjunta*. — O pessoal deve ser depois treinado em conjunto, em trem hospital em plena atividade ou em funcionamento simulado.

188. ADMINISTRAÇÃO — Os métodos administrativos variarão conforme a posição e o emprêgo tático do trem; porém, em geral, são os seguintes:

a. *Pessoal*. — O estado-maior encaminha as partes diárias e a demais documentação referente a pessoal ao comandante da zona de comunicações. Para cobrir as necessidades de arraçamento, documentação idêntica dos pacientes deve também ser fornecida.

b. *Saúde*. — Os únicos modelos de registo que acompanham os pacientes são os de campanha, presos a ele, e a lista de expedição fornecida pelo oficial encarregado da evacuação do órgão de origem ao comandante do trem. Durante a viagem, a divisão técnica regista os modelos de campanha que lhe cabem. O estado-maior do trem guarda a lista de expedição (evacuação), por ela registando a sua

documentação, segundo o número e a espécie dos pacientes transportados. Além desta lista, base informativa para as autoridades superiores, documentação alguma outra é instaurada. No ponto de destino, é ainda a lista de expedição utilizada para a verificação e a apresentação dos pacientes ao órgão de recepção.

c. *Aprovisionamento.* (1) — Os suprimentos automáticos de I Classe são retirados pela unidade do ponto de aprovisionamento indicado sobre a estrada de ferro.

(2) — O material de saúde é obtido do depósito respectivo da zona de comunicações, em pedido normal, extraordinário ou contra crédito ajustado. A entrega do material é efetuada por trem ou caminhão.

(3) — Os demais suprimentos são fornecidos mediante pedidos, por intermédio do chefe do serviço de saúde da zona de comunicações, aos mais próximos depósitos correspondentes.

d. *Assistência a doentes e acidentados.* — A divisão técnica do trem hospital instala dispensário para atender à tripulação.

DESTILARIA RIOGRANDENSE DE PETRÓLEO S. A.

FUNDADA EM 1933

End. Teleg. e Fonog.: DESTILARIA — Caixa Postal, 31
Usinas: Rua Piauí — Escritórios: D. de Almeida, 1222

URUGUAIANA — BRASIL

Dissolvente — Gasolina — Água-Ráz — Querosene — Agricol
Gás — Oil — Fuel — Oil — Asfalto

Empresa Gráfica Ouvidor S. A.

Tipografia — Litografia — Linotipia — Folhetos — Papeleria —
Teses — Encadernação — Pautação — Timbragem e Livros
em Branco.

Rua Lavradio, 162/6 - Tels. 22-1018 - 42-0871

Endereço Telegráfico "ZINGERLEU" — Caixa Postal 386

Colonização e Imigração

II (*)

Cap. AMAURY BENEVENUTO DE LIMA

Oficial de Estado Maior

(ALGUNS ASPECTOS)

A questão da colonização deve ser estudada em plano mais amplo e abrangendo aspectos que parece que sòmente muito remotamente o tocam.

Independentemente de outros, cuja importância não ha negar, queremos ressaltar o econômico, não só com referência ao presente como ao futuro que ela ajuda a preparar, como ainda ao sentido histórico de nossa economia.

Colonização e imigração estão intimamente ligadas embora a primeira seja o fim e a segunda, um dos meios de atingir aquela finalidade, da qual tem sido fator essencial.

Na colonização do Brasil, através sua história, tem tido grande relêvo a imigração alienígena pois o elemento autoctone foi pouco aproveitado e não era suficiente em número total, nem em concentração, nem em nível cultural semelhante ao europeu. O crescimento vegetativo, embora alcance por vêzes valores bastante elevados, jamais foi suficiente para cobrir com a necessária densidade o território. Desse modo, a imigração portuguesa foi logo seguida da negra, destinada a fornecer a indispensavel mão de obra.

Podemos caracterizar o novo período histórico em início de curso, como uma introversão, ou seja, a substituição progressiva da atividade econômica, tendo em vista o fornecimento de matérias primas e produtos exóticos (o açúcar, o

(*) — N. da R. — A 1.ª parte foi publicada no n.º de junho de 1945.

ouro, o café, a borracha, o cacau, o algodão, etc.), ou melhor, produção visando exclusivamente a exportação, pela criação de um mercado consumidor interno e uma economia tendo por fim suprir este mercado. Isto, naturalmente, não exclue o comércio internacional. É claro que as finalidades são gerais e os objetivos a serem alcançados em prazos históricos.

Nestas condições cumpre-nos obter, do ponto de vista de colonização: u'a maior quantidade bruta de indivíduos, elevação do poder aquisitivo desses indivíduos, mão de obra técnica e não técnica para as diversas atividades a serem criadas ou intensificadas e ocupação efetiva e econômica do território; esta última resultando mais como corolário das anteriores, embora possa ser levada a efeito simultaneamente.

Tudo isto deve ser realizado sem que se quebre o ritmo de nossa história e dentro dos nossos quadros. Em qualquer hipótese as rédeas devem estar segura e firmemente em nossas mãos.

Procuremos estabelecer uma finalidade nestas questões — fundamento básico como em qualquer outra — e caminhar firme e desassombradamente para ela, ressalvados apenas os inconvenientes que a aplicação fizer surgir.

Detalhemos as finalidades a atingir:

— *maior quantidade bruta de indivíduos*:
poderá ser obtida, em contingentes de diversos valores, por:

— intensificação da imigração, através da política de portas abertas.

Os inconvenientes deste meio são óbvios e não há necessidade de destacá-los;

— intensificação da imigração em bases pré-estabelecidas. Voltaremos mais detidamente a este ponto;

— intensificação do crescimento vegetativo, seja pelo aumento da natalidade, amparada efetivamente por uma legislação adequada, seja pela diminuição da mortalidade infantil;

- aproveitamento racional do restante dos índios, facultando-lhes honestamente conveniente culturação;
- valorização dos recursos humanos não aproveitados e existentes em estágio de miserabilidade, como os habitantes das favelas;

— *a elevação do poder aquisitivo*

já foge à alçada deste modesto estudo, embora seja decorrente de uma colonização sabiamente orientada;

— *mão de obra técnica :*

- pela elevação do nível técnico das massas e dos indivíduos, seja ensinando diretamente os nacionais, seja obtendo técnicos que imigrem, seja, simultaneamente, com o concurso de uns e de outros. Estes últimos praticamente fogem à alçada de um programa tão geral, pois são geralmente obtidos por contratos individuais; quanto ao ensino não será demais aumentar o pouco que por ora possuímos. As alegações de carater intelectual e fantasioso que tem sido lançadas não sobrevivem à prática, como ficou demonstrado, entre outros, no caso da Fábrica Nacional de Motores em que os operários aprenderam rapidamente as especialidades. Os norte-americanos igualmente se surpreenderam com os resultados obtidos na África do Norte com trabalhadores nativos.

— *mão de obra técnica :*

- quer dizer indivíduos capazes de realizar qualquer trabalho não especializado. Isto não importa em aumentar as favelas, mas em escolher principalmente famílias e que tenham uma ocupação que nos possa ser útil de qualquer forma e se venham enquadrar no nosso meio;

— a ocupação efetiva do território

- derivará não só do aumento bruto do total como da sábia escolha de pontos "estratégicos" onde sejam criadas condições de vida para uma coletividade. Ai é bom esclarecer que não se trata apenas de lançar alguns infelizes no meio do mato, mas de, previamente, criar as condições de vida, depois colocar os indivíduos e, finalmente, prestar-lhes efetiva assistência, inclusive créditos, pelo tempo necessário.

Assim, se alguns deverão vir para os centros industriais, outros deverão ir para os campos. Destes últimos alguns devem apenas reforçar os já existentes, enquanto que outros terão um trabalho mais complexo de destruição do deserto.

Até agora, têm sido beneficiados pela imigração os Estados sulinos, para onde imigram mesmo brasileiros de outros Estados em crise.

A política imigratória deriva da política de colonização e vai depender em grande parte de uma orientação geral que deverá atingir inúmeros outros pontos.

Limitar a questão ao seu aspecto imigratório, é ver apenas uma de suas inúmeras faces.

Na questão de formação dos núcleos coloniais, temos a debater dois aspectos que têm sido endeusados ou amaldiçoados, sem maiores exames: o da pequena propriedade e o da grande propriedade.

A pequena propriedade somente surgiu em torno de algumas grandes cidades e nos Estados sulinos mercê da imigração européa e das condições locais que não permitiam a produção dos grandes produtos coloniais.

No restante do país, sempre foi utilizada a grande propriedade, devido a diversos fatores, dentre os quais o baixo rendimento de exploração. Esta situação atuou no complexo cultural do brasileiro, em geral, sob nível econômico tão baixo que se caracteriza pela desambição da posse a no desamor pela terra.

Desse modo, para adotarmos uma política de núcleos colonizadores, precisaremos utilizar estas duas possibilidades segundo as condições locais, escoimando-as de seus inconvenientes e empregando-as segundo as conveniências regionais.

Em alguns pontos, será conveniente a distribuição de lotes, sábiamente entremeiados de brasileiros e estrangeiros, permanecendo os meios de circulação, como já assinalamos em outro estudo, em mãos brasileiras. Estes pontos serão naturalmente de preferência os do sul, ou regiões que se prestem à pequena indústria de subsistência, além de outros produtos destinados à terra, como por exemplo: o linho, os laticínios, etc.

Em outros — pensamos que a maioria — terá de ser adotada a exploração coletiva das grandes propriedades, com uma sábia divisão de trabalho, de forma a ser autosuficiente, pelo menos, em subsistências. Dever-se-á nestas explorações coletivas estimular o desejo de propriedade, o que não será difícil, se houver elevação de nível da vida de seus componentes individualmente e do conjunto.

Em algumas regiões será possível desde logo o concurso de estrangeiros, enquanto que em outros o trabalho inicial terá que ser feito exclusivamente com brasileiros, até que as condições se tornem atraentes para os estrangeiros.

Assim teremos feito uma política objetiva visando nossa indústria nascente, nossa produção de subsistência e matéria prima, destinada principalmente à utilização interna.

Ressalte-se, porém, que não devemos coibir a exportação dos excessos e, ao contrário, devemos estimulá-la para que os saldos de nossa balança comercial nos permitam adquirir novos e melhores equipamentos para a nossa produção, bem como matérias primas, subsistências e artigos diversos.

Não se trata evidentemente de um sonho de auto-suficiência total, mas de incrementar um novo estado de coisas que se prenuncia, em que trabalharemos mais para nós mesmos, e nos tornaremos menos sensíveis à injunções externas.

Uma das causas do poder e progresso dos 3 maiores países que lideram hoje o mundo: os Estados Unidos, o Império Britânico e a Rússia, tem sido apontada como sendo a existência de mercados sem barreiras que têm a seu dispôr.

Por outro lado, não nos convem de nenhuma forma abandonar de chofre a exploração de produtos que constituem ainda a nossa base e que poderão, poderosamente, servir de centro de interesse inicial para a colonização.

Assim, por exemplo, o café embora o seu ocaso comece a ser visível a não longa distância.

A borracha, cujas grandes e misérias vimos em tão curto praso, agora reerguida momentaneamente pela conjuntura mundial.

A respeito deste produto, devem ser feitas algumas observações. O Instituto Agrônomo do Norte planeja uma nova forma de exploração seja dos seringais nativos seja dos seringais plantados com clones imunes a moléstias, obtidos naquele órgão, em uma base cooperativista, na qual a exploração da havea serão associadas culturas de subsistência. Naturalmente a exploração menos econômica dos seringais nativos será progressivamente abandonada a medida que maiores facilidades forem sendo obtidas com o advento de novos "clones" mais aperfeiçoados e o progresso dos núcleos já estabelecidos. Cumpre, porém, lembrar que o definitivo ocaso da borracha talvez não esteja longe com os progressos técnicos do produto artificial e nova entrada no mundo comercial do produto asiático. Assim, este produto com outros, que são restos de nossa economia colonial, devem servir como centro de interesse apenas inicial e sobre ele devem ser desde logo estudados meios de paulatina substituição de centro de interesse econômico. Cumpre notar, embora exceda aos objetivos do presente estudo, que mesmo produzida a baixo preço, a concorrência no mercado mundial a longo prazo não trará vantagens, pois, além de nossa produção ser ínfima em relação aos demais produtores, é

fatal uma super-produção e aviltamento dos preços além de qualquer limite suportável.

Provavelmente, em futuro não muito remoto, a borracha brasileira deverá ser absorvida exclusivamente pelo mercado interno, como já vem acontecendo com o açúcar.

O exemplo citado, da borracha, vem apenas para esclarecer o perigo de certas orientações que viriam somente aumentar o número de vítimas de uma eventual crise, se acumularmos o nosso esforço, sem previsão de abandono progressivo, das culturas de produtos coloniais.

As possibilidades, vantagens e inconvenientes da colonização pela pequena propriedade mais ou menos organizada, encontraremos nos Estados sulinos, onde também apresenta modalidades interessantes como a da distribuição de sementes de linho a pequenos produtores com aquisição garantida por grandes firmas. Simultaneamente estes pequenos produtores se dedicam a outras atividades agrícolas de pequena cultura.

A grande colonização poderá ser observada nos Estados Unidos com os maravilhosos resultados obtidos no Vale de Tennessee que estava votado ao abandono devido, entre outras causas, às inundações dos rios e à erosão que destruía a fertilidade do sólo. Os resultados parciais até agora obtidos são verdadeiramente assombrosos.

Devemos porém nos precaver de nos lançarmos em obras igualmente gigantescas em curto prazo, pois, elas exigem enormes capitais iniciais de que estamos longe de dispor. Além de que, será preferível obter uma melhora geral de nosso nível em maior área do que um pequeno paraíso em meio a um vasto inferno.

Com referência ao aproveitamento de nossas populações indígenas, assunto hoje fóra de moda, ouvimos de autorizada pessoa que passou grande parte de sua existência em viagens pelo nosso interior e ao qual estão afetas importantes responsabilidades relativas aos índios, uma crítica bem fundamentada a respeito do processo atualmente em uso.

Citou aquela autoridade o caso, um entre muitos, de uma jovem índia que educada em uma missão religiosa em rio do Estado do Amazonas, onde aprendeu alguns hábitos higiênicos, princípios religiosos, habilidades manuais e alfabetizou-se, encontrada por ele em um barranco do rio. Regressando ao seio da família ficaram sem aplicação os conhecimentos adquiridos, ao tempo em que estava completamente desambientada de sua família e dos seus hábitos.

Uma verdadeira criatura marginal, cujo retorno, em peores condições, à vida primitiva ou à miserabilidade nas grandes cidades, coroaría uma obra, prenhe de boas intenções.

A par disto, lemos em um grande matutino da capital da República, artigo assinado por nome de uma das grandes famílias do Pará, em que são advogadas medidas severas de repressão aos índios, e críticas ao Serviço de Proteção, mal velando o desejo de pura e simples destruição.

Quer nos parecer que o aproveitamento do índio não tem sido até agora bem orientado quer pelas missões religiosas, quer pelos órgãos oficiais.

Inculcar-lhes hábitos civilizados de superfície (vestuário, primeiras letras) e lançá-los no mundo é apenas obter um miserável a mais, presa fácil de todos os vícios. Não ignoramos os defeitos de dissimulação e falta de hábito de trabalho regular. Parece-nos porém que nunca lhes foi facultado observar uma efetiva melhoria de suas condições de vida obtida por esse meio.

Vimos índios (uma família inteira) em estafante trabalho de fazer farinha despendendo energias que poucos europeus poderiam despendar.

Apenas uma pergunta: que poderia fazer um índio com o produto acumulado de um trabalho prolongado? Que melhorias efetivas poderia obter para si e sua família?

Parece que o maior erro tem sido agir sobre o indivíduo apenas em lugar de procurar desde o início criar uma coletividade, lançando nela o indivíduo. Nenhuma quali-

dade individual tem valor se não encontra um meio para exercê-la.

O exemplo do índio pode se aplicar a outros indivíduos e na colonização em geral.

Uma colônia agrícola se veria em crise se lhe faltassem os meios de transporte para a circulação. Sem crédito a longo prazo e juro baixo é impossível iniciar e manter uma obra dessa natureza. Se as condições sanitárias não forem conseguidas, uma região pode despovoar-se em pouco tempo.

E assim por diante. Será preciso apreciar e resolver os problemas em bloco ou é preferível não tomar esses rumos, ao menos por humanidade.

Além da iniciativa governamental e sob as suas vistas pode e deve ser exercida a iniciativa privada. Já possuímos o exemplo da Ford em Belterra e Fordlândia e, segundo informações incompletas a interessante tentativa no Maranhão com capitais paulistas que, com o suporte económico do ba-baçu, indo desde o plantio até a manufatura, se propõe a uma ação colonizadora.

Que vasto campo para empreendimentos, mesmo que evitemos — e devemos evitar a todo o custo — qualquer fuga à realidade e à rígida contabilidade!

PADARIA «PRIMAVERA»

Rua Cel. Niederauer, 736 — Fone 261

— DE —

Viuva Luiz Reis

SANTA MARIA

Atende entregas em domicílio, Pães, Biscuitos, Miudezas
e Massas alimentícias em geral

Fornecedores das unidades militares federais

A BORRACHA NO BRASIL

RUI ALENCAR NOGUEIRA
Cap. de Infantaria

Certamente que nenhum produto teve importância tão acentuada no desenvolvimento das operações da Segunda Grande Guerra Mundial como a borracha.

Diz-nos um técnico norte-americano que, sem ela, nada se poderia fazer e, em consequência desta necessidade imperiosa, vimos a mudança dos vários teatros de operações e a conquista do baluarte de Singapura pelos japoneses, mesmo arrostando pesadas consequências. Cremos que ninguém errará em afirmar que a borracha e o petróleo constituíram os elementos básicos das operações militares.

Basta que examinemos as suas múltiplas aplicações quer na aviação quer na arte náutica ou na indústria bélica, para darmos o justo valor.

Sendo matéria prima brasileira, por excelência, vejamo-la mais detalhadamente, segundo os mais recentes estudos sobre o assunto.

A borracha é um carboneto cuja fórmula molecular ainda é incógnita sendo conhecida, apenas, a sua constituição centesimal.

Isto tem trazido grandes embaraços às experiências para fabricação da borracha sintética, cousa que tanto desejaram os nazistas só o conseguindo de modo empírico e de pouca valia.

A borracha sintética, feita à base de terebentina, não podendo apresentar as mesmas características do produto natural, dada a precariedade da utilização da própria essência, dos óleos secativos, gomas e resinas, está muito longe de competir industrialmente com o *latex* proveniente da sangria das árvores apropriadas, não podendo constituir, portanto, objeto de concorrência comercial apreciável.

O clima tropical é privilegiadamente favorável ao desenvolvimento das espécies vegetais leitosas produtoras da borracha e, daí, sermos favorecidos pela natureza sob este ponto de vista, prodigalizados com a grandiosidade da bacia amazônica, onde a "*hevea brasiliensis*" ou seringueira, tem o seu vasto domínio florestal.

Inicialmente, a borracha era exclusivamente produto da extração das árvores leitosas, sem outras preocupações.

Assim procediam os nosso indígenas, extraindo o leite, coagulando-o para aproveitamento impermeabilizante, com o qual confeccionavam utensílios e adornos rústicos.

Os portugueses encontraram-na em uso corrente e chegou a ser feita uma roupa que foi presenteada ao rei de Portugal em 1759, causando o mais franco sucesso na corte, pois permitia a alguém andar na chuva sem se molhar.

Embora existam outras árvores fornecedoras do *latex*, a seringueira não só pela qualidade excepcional na produção da borracha fina que é, justamente, o tipo comercial mais perfeito e, por isso, mais procurado, como pelo fácil aproveitamento sob a forma de cultura especializada, tal, como acontece com a região indú-malaia e com as plantações racionadas da *Fordlândia*, encontra sempre a preferência.

Em climas quentes e húmidos, tal como do tipo amazônico, a "hevea" atinge proporções agigantadas, favorecendo ao máximo os exploradores.

As transformações por que passou a planície amazônica nos diferentes períodos da história geológica facilitará o "*habitat*" incomparável da seringueira.

Convém rememorarmos, embora sucintamente, a evolução do continente brasílico, de que nos falam os nossos maiores geologistas e segundo os estudos mais recentes a cargo do departamento especializado do Ministério da Agricultura.

É sabido que o continente sul-americano resultou das várias influências físicas que atuaram desigualmente sobre a face da Terra, nos diferentes períodos geológicos e o produto do ajustamento de duas grandes massas: "uma mais antiga e mais estável, o bloco brasílico-guianense, outra, mais recente e mais possante, o sublevamento andino."

Diz-nos D. de Carvalho que as terras do Brasil constituem o resto de outras muito mais extensas chamadas "*Terras da Gondwana*", que englobavam a atual América do Sul, na sua face oriental, África, Madagascar e Índia peninsular, do que resultava não um continente do hemisfério sul, mas um conjunto de ilhas.

Nosso país compreendia a parte ocidental desse continente, ligado que estava à África, tendo os seus rios principais orientados na direção geral de Leste para Oeste, fugindo todos do Atlântico atual que só em período geológico posterior veio a surgir, e, apresentando indícios de terras muito antigas nas suas fronteiras ocidentais.

Assim, vemos ainda rios como Uruguai, Iguassú, Tibagi, Tieté, Rio Grande e o próprio S. Francisco, nascerem quasi na costa Atlântica e correrem em direção oposta, descrevendo contornos diversos até despejarem as suas águas quer em outro rio principal quer no mar.

A base arqueana estrutural do Brasil sofreu transformações orogênicas.

Na bacia amazônica encontramos-la representada nas terras ao N. do rio Negro, às margens dos rios Branco, Mapuêra, Trombetas, Parú,

Jari, Oiapoque, compreendendo grande parte do Território Federal do mesmo nome. Na parte meridional do grande rio, assinalamo-la ao sul do Madeira, às margens do Roosevelt, do Tapajós, do Juruena, do Iriri, do Bocajá, do Xingú estendendo-se até o rio Arinos, onde vai surgir uma vasta área do cretáceo.

O desgastamento erosivo do "Himalaia brasileiro" fez-se na direção geral de Leste-Oeste proporcionando, ao forasteiro, a impressão de que o Brasil é um país de vastas montanhas quando, segundo Deffontaine, subindo-se o maciço atlântico, o que vamos encontrar é um vasto planalto onde pouco ou nenhum obstáculo existe para dificultar as comunicações.

Na era paleozóica, o desgaste acima mencionado provocou o "entulhamento" de golfões e baías em Minas, Baía, S. Paulo e na Amazônia.

O siluriano, o devoniano e até mesmo o carbonífero deixaram ao longo do Amazonas estreitas faixas que, posteriormente, limitaram na parte mais estreita do grande rio, imensas terras do terciário e do quaternário.

Somente na era mesozóica depositaram-se os nossos chapadões, após o capeamento basáltico que veio a constituir os "traps" paranaenses, a desagregação das terras da "Gondwana" e as invasões e recuos do mar.

Na era seguinte (cenozóica), o dobramento dos Andes influiu consideravelmente, porquanto deu lugar ao levantamento de terras a Leste.

O Amazonas que, com o erguimento das outras terras ia-se estreitando cada vez mais, tornou-se um canal separador da ilha guianense, ligando o mar interior formado a Oeste com o levantamento andino, com as águas de Leste.

Continuando a evolução geológica, na era que se lhe seguiu, houve nova elevação da bacia amazônica, produzindo-se forte sedimentação em todo o leito do rio.

Segundo Alberto Betim, "a formação do planalto central brasileiro com suas camadas horizontais de arenito, elevadas a mais de mil metros, sem dobras, porém, fraturadas, fraturas testemunhadas pela admirável rede hidrográfica dos afluentes do sul do Amazonas, pelos rios Tocantins, Araguaia, S. Francisco na maior parte do seu curso, pelo Paragui e Paraná, assim como pela segunda fase diastrófica das Serras cristalinas e da serra do Espinhaço" são o resultado do comportamento da terra brasileira "como uma massa rígida em flutuação no magma interior", operadas nessa fase da história geológica.

"Também, como consequência desse movimento, as águas dos mares, (águas epicontinentais do cretáceo) teriam vindo acumular-se na bacia do Alto Amazonas, ao pé dos Andes, como testemunham os sedimentos lacustres da Serra Mar — 1930).

Ainda no quaternário, procedeu-se a um outro levantamento de terras na Amazônia do que resultou o leito atual e a vastidão da fôz deltaica, salpintada de ilhas e encharcadas de lagôas, parecendo que o mar quer engulir a costa à viva força.

Numa comparação belíssima, um dos nossos geógrafos concebeu como sendo o Amazonas um enorme frasco deitado cujo gargalo se acha voltado para o oceano e tudo resultante das transformações por que passou, conforme tratámos linhas atrás.

Colocada assim, entre três grandes centros dispersadores das águas — os Andes, o maciço guiano e o maciço brasileiro — fazendo, obrigatoriamente, a junção de tôdas elas, a bacia amazônica tornou-se uma grandesa exponencial acupando lugar de destaque quer pelo volume quer pela vastidão da área que ocupa.

A bacia amazônica, ocupando área de 6.500.000 km², possui uma navegabilidade de 25.446 km ou seja 57,8% da rede fluvial brasileira e dispõe de uma força hidráulica de 1.947.000 H. P.

Convém salientarmos, contudo, que a extensão navegável do rio Amazonas é, apenas, de 6.200 km. que, mesmo assim, nos fornece uma grande "estrada fluvial" e pela qual a penetração do nosso "*hinterland*" é acessível por vapôres apropriados de Manaus a Iquitos e até àquela cidade por navios de grande calado.

Em virtude das necessidades americanas com relação à nossa borracha, como consequência da última guerra, foram utilizadas lanchas especiais, apropriadas à navegação fluvial e de grande potência, para auxílio imediato ao trabalhador e transporte rápido do produto.

Empregando lanchas de maior potência motora, pretendem os americanos, após a realização de algumas obras de engenharia com relação à cachoeira de S. Gabriel, fazer a ligação das bacias do Amazonas e do Orenoco, através o Cassiquiare.

Para tal entendem-se com os governos interessados e os técnicos da fábrica "Higgins" estudam com afinco a possibilidade.

Sobre as desvantagens que tal fato trará ao nosso país, encontramos na "Defesa Nacional" de março de 1945 um excelente trabalho do brilhante oficial de engenharia, Ten. Cel. Adalardo Fialho, o qual recomendamos ao leitor interessado.

Oferece-nos pois, o Amazonas, características das mais interessantes quer sob o ponto de vista da nossa economia quer com relação aos nossos entendimentos internacionais futuros.

É nesse meio que cresce e floresce a espécie vegetal que tanta influência exerceu na balança comercial do nosso país e que, com a última guerra mundial, reconquistou a legitimidade de um dos principais produtos exportáveis brasileiros.

São chamados "seringais" as aglomerações da seringueira, ocupando vasta área, embora misturada com outras árvores e dificultando um trabalho de extração mais ou menos organizado.

A seringueira, como já dissemos, constitui hoje, também, uma exploração agrícola segundo métodos e processos técnicos modernos, deixando de ser, destarte, unicamente um produto espontâneo do solo, sem os preceitos e os cuidados indispensáveis.

Os seringais são estabelecidos em locais próximos a um porto acessível e que permita transporte em condições satisfatórias e em pontos cujos "viveiros" tenham densidade e extensão compatíveis com uma exploração compensadora.

Dividem-se eles em um certo número de estradas e atalhos, todos abertos pelo homem com a utilização de facão ou machadinha com o objeto de ligar entre si as diferentes árvores pois, conforme explicamos acima, estas não se acham grupadas em um conglomerado homogêneo, como acontece com plantações cultivadas.

Cada estrada grupa um número variável entre 80 a 150 árvores que permitem o trabalho diário de um "seringueiro", entendendo-se até 4 e 5 quilômetros de distância e aberta, inicialmente, por um "mateiro".

O seringueiro instala-se à entrada da estrada, controe a cabana onde mora com a família e, ao lado dela, ergue uma cobertura destinada aos trabalhos da defumação do latex.

Coletando uma certa quantidade de estradas surge o depósito ou centro, contíguo à habitação do patrão seringueiro — favorecido sempre pelas jornadas de trabalho do infeliz e despresado seringueiro.

Os utensílios do seringueiro são poucos e rudimentares: uma machadinha, um terço, uns recipientes de folhas de flandres para 2 litros, um balde de ferro esmaltado com capacidade até 10 litros, cerca de 500 tijelinhas de folha com formato tronco-cônico, cúias para retida do latex, uma bacia de ferro zincado própria à defumação, uma chaminé rústica feita de lata de querosene vasia, também para a defumação, e mais um rifle ou espingarda.

O trabalho começa cedo pois o calor não o deixa em atividade em horas avançadas do dia.

Pela madrugada, sai o seringueiro e vai fazendo em cada árvore, com o auxílio da machadinha, uma série de incisões de 0,30, em distâncias iguais, sobre uma mesma circunferência do tronco de cada espécime, numa altura de 1,50 m a 2,00 m.

Tais cortes, devem ser feitos com certa técnica, não ultrapassando o liber e a camada exterior do cambium, para o aproveitamento máximo do latex e, ainda, evitar o aparecimento de excrescências nocivas à árvore, o que dá lugar a um processo de cicatrização lento e difícil.

Feita a incisão, o seringueiro ajusta as tijelinhas, fixando-as à casca, às vezes, com um pouco de barro, de modo a poderem receber o *latex* que escorre pelo talho.

Após efetuar a mesma operação em tôdas as árvores de uma estrada, volta ao ponto de partida e torna a fazer o mesmo percurso, recolhendo no balde a quantidade da substância leitosa existente nas tijelinhas.

No dia imediato, tem êle idêntico trabalho, sendo que a incisão é feita, em cada árvore, cêrca de 0,10 m abaixo da anterior.

Assim procede nos dias subseqüentes até chegar à base do tronco, quando, então, recomeça os cortes a partir do alto, ao lado das primeiras, sempre da mesma maneira e na mesma ordem.

Entre 10 e 12 horas, o seringueiro já tem o balde cheio, entra para o defumador e é nesta hora que êle procede à coagulação pelo único processo usado nos seringais do Amazonas: o da defumação.

Vejamos em que consiste a operação.

Ao lado da choupana do seringueiro, salientamos acima, é construída uma coberta de fôlhas de palmeiras, onde fica instalado um fogareiro rudimentar enterrado no solo e feito de barro.

Preparado o fogo, misturadas as resinas e materiais que produzem bastante fumaça, é colocada a chaminé ou "boião".

A defumação, atribuem os técnicos a superior qualidade da nossa borracha pois que os demais processos utilizados, principalmente no extremo oriente, não dão bom resultado.

No entanto, segundo alguns entendidos, a influência está na qualidade de fumaça oriunda de resinas e madeiras que muito favorecem a coagulação perfeita.

Há quem diga que êle apresenta alguns inconvenientes quais sejam: trabalho moroso (cêrca de 1 hora para cada 2 litros); grande prejuízo à saúde do seringueiro, em virtude do desprendimento de antiséticos creosotados, aldeído fórmico e óxido de carbono, rusticidade do trabalho.

Não nos cabe discutir a afirmativa.

Terminada a defumação com a preparação das *bolas* o seringueiro as deposita até no chão e expostas ao tempo de forma que, aos poucos, a água nelas contidas vai-se desprendendo o que dá lugar a uma diminuição no pêso, diminuição esta que chega, às vezes, à metade do total, aparecendo a cor escura na superfície de tôdas elas.

Cada seringueiro marca com sinais próprios as bolas que fabrica e, depois de reuni-las vai levá-las ao *patrão seringueiro*, vendendo-as à pêso.

Daí este último, justamente, passar a usufruir maiores vantagens com o trabalho insano do infeliz seringueiro.

Instalado num grande barracão à entrada do seringal, ali permanece à espera, seja do produto extraído, seja do "aviador" com o seu "gaiola" carregado de especiarias, que compra, vendendo o seu produto em troca.

Só periodicamente ali vão ter outras embarcações, pois a subida dos rios depende de águas favoráveis.

O "aviador" traz tudo de que o patrão necessita: farinha, carne seca, feijão, sal, tabaco, aguardente, fazendas, objetos diversos, armas e munições das capitais de Manaus e Belém onde fazem ponto terminal das viagens.

Nessas cidades, os "gaiolas" entregam a borracha às grandes firmas exportadoras que se encarregam do beneficiamento do produto, da embalagem e dos demais trabalhos indispensáveis à exportação para o estrangeiro, ou para os centros industriais do país.

A colheita do latex é feita, mais ativamente, de julho a fevereiro, variável com a região. Na zona do Xingú, uma "estrada" pode produzir cerca de 1.000 quilos de borracha seca, enquanto em outras regiões bastante esgotadas, a produção de borracha não chega a 200 quilos.

Os compradores distinguem 3 tipos de borracha: a fina, a entre-fina e o sernambi.

O primeiro tipo é o melhor, provém da defumação perfeita do latex e da sua completa coagulação, isenta de sujeiras, de terra e de outras impurezas. É, naturalmente, a mais procurada para industrialização.

A borracha entre-fina é formada pelo latex mal coagulado ou pela mistura de outras espécies que não a da "hevea" exclusivamente.

Por último, o sernambi é o tipo mais inferior proveniente da coagulação espontânea. Apresenta geralmente duas variedades: o sernambi de casca e o sernambi de fundo de tijela.

Também os compradores fazem a distribuição da borracha, segundo a procedência: da ilha, do sertão, do Xingú, etc.

São inúmeros os intermediários entre o seringueiro que produz a borracha e o fabricante. Esta escala serve, sobretudo, para encarecê-la, acarretando os mais sérios inconvenientes.

Além do processo brasileiro, considerado insubstituível, da defumação para obtenção da borracha, existem outros, segundo teorias mais recentes: mecânicos, físicos e químicos, já utilizados com algum resultado.

Utilizam-se, então, a corrente elétrica através o latex, dessecção pela evaporação da água e os ácidos coagulantes.

Estes últimos citados não são usados comumente no nosso país.

— II —

A nossa borracha tem sofrido constantemente a concorrência dos mercados orientais, mórmente por causa da deslealdade comercial do nosso seringueiro que, mal orientado e sem o amparo técnico-profissional indispensável, começou a desvalorisar a produto fraudando-o no pêso, como defeza contra os ganaciosos exploradores do seu trabalho.

As nossas florestas do vale amazônico ainda constituirão, por muito tempo, fonte inexgotável da árvore da borracha, embora torne-se indispensável cuidar, desde já, da cultura metódica da seringueira e da melhoria das condições de vida do trabalhador, entregue ao seu próprio destino, sem proteção e sem ter a quem recorrer, sem conforto, sem higiene, vitimado pelas febres palustres, mal alimentado, vivendo entregue à sanha de elementos exploradores, desumanos e inescrupulosos.

As condições locais têm concorrido, por vêzes, para o abandono temporário da região, ocasionando uma diminuição do produto.

É o cearense, especialmente, quem fornece o grande contingente de seringueiros, como consequência natural da estiagem periódica do nordeste e do seu temperamento aventureiro.

Desde muito tempo, acossado pelas sêcas, sai o sertanejo cearense, às vêzes só e em outras tantas acompanhado da família, à procura de trabalho para prover os meios de subsistência.

Começa então, a odisséia!

Explorado desde que põe o pé no barco que o transporta à Amazônia, vai o infeliz internar-se nos seringais, mísero e desamparado, com o coração cheio de esperanças e com o firme propósito de retornar à gleba natal tão logo caíam as primeiras chuvas.

Não tem êle nenhum direito a não ser o de trabalhar exaustivamente para o patrão seringueiro, sem remuneração justa, sem assistência social, sem recursos financeiros e sem higiene, e, o que é mais grave e inconveniente, sem meios capazes de convidá-lo a radicar-se a Terra.

Sem apresentar condições favoráveis à uma exploração racionalizada, a borracha brasileira terá que sofrer, como sôe acontecer, uma forte concorrência porquanto se opera o abandono sistemático de diversas zonas de extração, de tempos em tempos, pela carência e precariedade das condições locais de vida. É o que se verifica agora.

Tudo isto e mais a dificuldade de transporte concorrem para o encarecimento do produto uma vêz que, penetrando cada vêz mais no interior, afastam-se também, os locais de fácil embarque.

Por outro lado, deixado ao abandono e sem a orientação indispensável, não pode o seringueiro sempre e cada vêz mais produzir borracha fina capaz de superar o congênere oriental.

O transporte circunscreve-se aos afluentes amazônicos, dando lugar a uma série de contratempos. É que, subindo as cachoeiras dos rios, na época das secas, fica o seringueiro com o produto retido, sem poder descer até Manaus o que lhe causa sérios prejuízos.

Os navios gaiolas, impedidos de continuar a navegação, e parados adiante das cachoeiras do Xingú e do Tapajóz, tem que esperar a vinda das barcas de montante e até esta pequena navegação é perigosa, ocasionando, muitas vezes, perdas de vidas e de mercadoria, na descida das "corredeiras".

É-nos fácil compreender o arrôjo de tal empresa. A viagem é feita em barcos de 10 a 15 toneladas, de elevado custo, exigindo em média 10 tripulantes, sem força propulsora bastante, exigindo esforço máximo dos homens que, diante das cachoeiras, descarregam-nos completamente e carregam as "bolas" pelas margens, a braços.

Melhorará consideravelmente a situação quando, a exemplo do que tentam fazer os americanos, na ligação das bacias do Amazonas e do Orenoco através o canal Cassiquiare, fôrem empregadas lanchas potentes e apropriadas do tipo ligeiro e de fundo chato.

Além dêste imperativo, há necessidade da limpeza e desobstrução dos rios, com a retirada de árvores, depósitos e outros impecilhos à navegação.

Concomitantemente, a construção de grandes rodovias e ferrovias dará a solução adequada às dificuldades de transporte.

Para aquilataremos o que seja a rede ferroviária da bacia amazônica basta citarmos que o vale do grande rio só conta com a "E. F. de Bragança", que serve a uma zona não produtora de borracha e a "E. F. Madeira-Mamoré", construída em virtude do acôrdo esabelecido pelo tratado de Petrópolis, graças à clarividência do espírito superior do Barão do Rio Branco, em solução ao litígio com a Bolívia.

O plano rodoviário nacional, cujo mapa de 1944 temos à mão, estabelece as rodovias tronco que favorecerão a ligação dos Estados Amazônicos com os centros do sul, do país e isto constituirá a viga mestra para facilitar os meios de transporte e, forçosamente, permitirá melhores condições de vida nos seringais, com diminuição do custo dos produtos de primeira necessidade, sem os quais a subsistência nunca é dificultada.

Além disso, a rede rodoviária amazônica simultaneamente com a extração da borracha, a exploração de outros produtos florestais, tais como a castanha, copaíba, o cumarú, etc.

Com a melhoria da navegação fluvial ter-se-á, naturalmente, melhor intercâmbio nos transportes o que favorecerá, também, melhor circulação e, consequentemente, valorização econômica da região.

Mais avisado e menos ignorante, o nosso caboclo já não é o "para-ra" estarecido de épocas mais remotas. O misticismo religioso extremado e por demais explorado em todos os sentidos quer pelos "pregadores" e missionários quer pelos astutos negociantes, apresenta aspectos bem diferentes e evolutivos, próprios da época contemporânea.

Eis porque é complexo o problema social naquela região e reclama medidas consentâneas e urgentes, em benefício de tão importante produto extrativo das nossas florestas do "inferno verde".

— III —

A borracha é, atualmente, considerada como matéria prima de inestimável valor pois que, em face das necessidades crescentes da nossa civilização podemos afirmar, sem receio, que ela é imprescindível em toda a parte.

Do grupo dos produtos não minerais, sob o ponto de vista bélico, é ela quem ocupa a primazia na fabricação dos materiais de guerra.

Calculam-se em 40.000 as aplicações industriais da borracha e seus derivados.

Por toda parte, presta ela os seus serviços à humanidade, na paz ou na guerra.

No lar, encontramos-a, em cada dependência, nos condutos de energia elétrica, nos aparelhos sanitários, tapetes, cortinas, luvas, bolsas, sacos, e até nos brinquedos infantis.

Automóveis, veículos de toda sorte, aviões, rádios, trens, canhões, tanques, aparelhos de várias espécies, sistemas de comunicação, rede de iluminação, de modo geral, não dispensam a borracha.

Excusamo-nos de maiores delongas nesta enumeração por demais conhecida para abordarmos outros aspectos da questão.

Talvez muita gente ignore que, no mundo, fomos os primeiros a utilizar a borracha e, lamentavelmente, cedemos a dianteira na sua industrialização para chegarmos até a meros fornecedores de matéria prima.

Exportamos para os Estados Unidos, em 1820, os primeiros artefatos e, de uma só vez, vendemos-lhe 500 pares de sapatos.

Claro está que não se tratava de artigo fino mas, avantajava-se pela impermeabilidade que apresentava.

Já em 1876 teríamos a primeira ameaça de sofrermos a competição de outros mercados do extremo oriente, cousa que veio a se tornar realidade ao depois.

O fato provinha de ter um botânico inglês, que estivera alguns anos na Amazônia, levado para Londres, e de lá, para as estações expe-

rimentais do oriente, sementes e mudas da seringueira as quais, submetidas a certos cuidados e sob orientação técnica, produziram bons resultados.

Por volta do ano de 1891 surgiu o primeiro pneumático que viria revolucionar a indústria automobilística, abrindo vastos horizontes aos transportes.

A evolução do pneumático foi rápida e, em consequência, a valorização da borracha tornou-se espantosa, porquanto cresceu de maneira extraordinária o consumo mundial.

Contudo, nosso comércio ficara estrangulado diante da organização econômica e da produção das plantações asiáticas, embora apresentassem *latex* inferior ao nosso.

É que, enquanto na Ásia, cada hectare cultivado, reunia exclusivamente espécimens da *hevea*, na Amazônia entremeavam-se eles com outras árvores, diminuindo a capacidade produtiva de cada área...

Decorria isto da nossa falta de sistematização na cultura da *hevea* uma vez que, até hoje, vivemos exclusivamente do extrativismo sem outra idéia capaz de melhorar a situação, salvo na "Fordlândia", conforme trataremos.

Por outro lado, com o espírito ganancioso, sem orientação e sem fiscalização, passamos a produzir borracha inferior que, dentro em pouco, havia de sofrer a concorrência do similar asiático que nos levou a melhor durante certo tempo.

Ficámos anos a fio sem um plano econômico capaz de resolver o impasse, sem meios de defesa da produção e sem usinas de beneficiamento para perfeita lavagem e crepagem do produto.

Encontramos, por fim, no mercado interno a maneira de derimir a questão e foi êle, sobretudo, quem até antes da segunda guerra mundial, sustentou como verdadeira válvula de segurança, dentro das possibilidades da indústria nacional, os encargos das compensações comerciais.

Atualmente, a primeira parte do grave problema da borracha está afeta ao "Instituto Agrônomo do Norte", subordinado ao "Centro de Pesquisas Agronômicas" o qual encarrega-se da orientação do cultivo racionalizado da seringueira e congêneres.

Como havíamos dito, o uso da borracha entre nós, é bastante antigo. Conta-nos a história que os indígenas usavam-na como impermeabilizante em todo o vale do Amazonas, confeccionando utensílios de usos vários, com real proveito.

Contudo, sua maior aplicação surgiu para o mundo, depois que o norte-americano Goodyear descobriu o processo de vulcanização abrindo novas e grande possibilidades ao seu uso, maxime quanto ao largo

emprego pelos veículos motorizados, favorecendo-lhes maior comodidade e proporcionando-lhes aumento de velocidade.

Como uma consequência lógica, surgiram nos Estados Unidos grandes empresas que passaram a fabricar artefatos de borracha mais bem acabados e perfeitos.

A indústria entrava em uma nova fase e o Brasil não estava em condições de acompanhá-la pelo que passámos a constituir excelente mercado para as referidas empresas.

A incipiente indústria amazônica limitava-se à simples obtenção e exportação da borracha crua. Éramos os vendedores da matéria prima e os compradores do produto manufaturado.

A partir de 1930, o governo assegurou-nos melhor posição quanto ao seu aproveitamento e industrialização, proporcionando maior garantia para exportação e favorecendo o trabalho das nossas fábricas.

Data desta época, a fundação do "Instituto Agrônomo do Norte" que tão bons serviços vem prestando.

Ainda por causa da nova orientação traçada, surgiu a "Fordlândia" às margens do Tapajóz, distante 110 milhas de Santarém, a qual ocupa uma área de 8.400 acres, tudo obedecendo ao acôrdo feito com o Governo Federal.

Segundo os informes oficiais, ali instalaram-se hospitais, escolas, armazens, cinemas, etc. cultivam-se arroz, mandioca, café, frutas cítricas, legumes, invertendo-se um capital de 8 milhões de dólares.

Retiram-se dali madeiras e outros produtos vegetais amazônicos sendo que, somente a partir deste ano cerca de 410.000 seringueiras cultivadas cientificamente, começarão a produzir, podendo fornecer uma média de 226 toneladas de borracha.

No entanto, ao que se noticia, o Governo Federal, em dias do mês findo, comprou tôdas as instalações da "Fordlândia", passando a explorá-la por conta própria, o que não deixa de ser auspicioso para nós.

Quanto à indústria, atualmente por todo o país, existem inúmeras fábricas de artefatos de borracha. Instalaram-se modernos estabelecimentos no D. Federal, em S. Paulo, no Pará, no R. G. do Sul, em Pernambuco e na Baía.

O Estado do Pará, há muito vinha desenvolvendo a fabricação de pneumáticos e, no momento, tem-na suficientemente ampla para suprimento do mercado local.

O D. Federal, não obstante tornou-se um grande produtor no país, representando 54% da indústria nacional, de pneumáticos, vulcanização de artigos de borracha, câmaras de ar, capotes, capas de borracha, lençóis de borracha, passadeiras, tapetes, mangueiras e tubos, garrafas, meias, luvas, rólhas, tampões, etc., num total de 22.230.000 cruzeiros.

S. Paulo, conquanto iniciante, fornece 30% da produção nacional compreendendo capas e capotes, cintos, toucas, calções, ligas, passadeiras, mangueiras, luvas, pneumáticos e câmaras de ar, assim como outros artigos domésticos, num total de 12.119.000 cruzeiros.

A seguir, assinalamos o Estado do Pará com 8,20% no valor de 3.360.000 cruzeiros, com a fabricação de pneumáticos e câmaras de ar, borracha em lençol, galochas e saltos para sapatos.

Logo abaixo, aparecem o Rio Grande do Sul com 7% da produção e Pernambuco com 0,64%.

Notável tem sido o nosso progresso nestes últimos tempos tanto que alcançamos a auto-suficiência e libertamo-nos da importação estrangeira, salvo para determinados utensílios, sobretudo pneumáticos especiais e câmaras de ar.

Ao que tudo indica, dentro em breve, S. Paulo com a instalação de grandes fábricas, ultrapassará de muito a produção do D. Federal, concorrendo com maior parcela para permitir a exportação para outros países sul-americanos, principalmente para a Argentina, no momento interessada na compra de grande quantidade de pneumáticos em troca de suprimentos de trigo para os nossos moinhos.

Destarte, a exportação que decaira nos últimos tempos tende a retomar o seu lugar primitivo favorecendo auspiciosamente a nossa balança comercial.

Não podemos deixar de depositar a nossa confiança de brasileiros no futuro promissor da borracha no Brasil, uma vez que tendemos para um melhor aproveitamento, segundo métodos e processos técnicos modernos.

Não queremos pingar o ponto final no presente trabalho sem lembrarmos aos nossos leitores que a borracha não é extraída somente da "hevea brasiliensis".

O caucho, a maniçoba, a mangabeira são outros espécimes vegetais gomosos dos quais, no nordeste e no norte é retirado o *latex* para transformação em borracha.

Somente o processo utilizado é diferente.

O *maniçobeiro*, por exemplo, retira pedaços da casca da árvore de alguns centímetros de tamanho; o leite que escorre dessas feridas deposita-se em uma escavação na base do tronco o que, por si só, indica as impurezas que impregnam o produto, além dos inconvenientes que traz a vida da árvore.

O *caucheiro* é, por excelência, nômade e trabalha em pequenos grupos que se espalham pela floresta à procura do caucho.

Ao contrário do *seringueiro*, não se fixa para abertura das *estradas*, nem constroe a sua *choupana*.

O *caucheiro* arma a sua tenda no meio da floresta, derruba tôdas as árvores que pode, suga-lhe todo o *latex* por processo semelhante ao da "hevea e ao depois vai embora, à cata de novas colheitas.

O leite do caucha não é defumado como o da seringueira. A coagulação é feita de modo espontâneo, mexendo sempre e fazendo-se a compressão mesmo com os pés, dentro de um barril, até que se solidifique.

Só isto nos indica que não é possível a obtenção do produto fino de grande valia.

Tal como se passa com caucho, o manicobreiro não defuma o *latex* extraído.

Vimos em traços gerais, na multiplicidade dos seus aspéctos, o problema da nossa borracha que, a julgar pela observação dos fatos noticiados, pode ficar sumetida a uma nova crise, em virtude do término da guerra e da provável perda de grandes mercados.

Tudo, no entanto, vai depender da orientação clarividente dos dirigentes do país os quais, animados de bons propósitos, conseguirão resolver a questão plenamente favorável aos interesses econômicos.

Wandscheer & Cia.

Produtos Coloniais — Frutas e Madeiras

Navegação Conta própria entre Porto Lucena e Itaqui

Agentes da Singer — Agentes da Atlantic Refining Company

(Matriz — Porto Lucena)

«ARMAZEM BRASIL»

SECOS E MOLHADOS A VAREJO E EM GROSSO

— FONE N.º 18 —

FABRICA DE MASSA ALIMENTICIA

ORCAR CIRILO RITZEL

Sucessor de Hugo Ritzel

Escritório: "EDIFÍCIO RITZEL"

Rua Aparicio Mariense, esq. Riachuelo — São Borja —

— R. G. Sul — Brasil

Filiais em: GARRUCHOS — Município de São Borja e

PASSO DE S. BORJA

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"Ao Exército cabe, entre nós, concorrer para a administração de áreas particularmente necessitadas de governos de ação mais livremente construtora na fase, que ainda atravessamos, de incorporação, integração ou reintegração dessas áreas ao sistema brasileiro de cultura ! Sistema de característicos apenas esboçados e que representa a vitória esquemática, mas já esplendida, da primeira civilização moderna a vingar nos tropicos. E essa vitória difficil, nós corremos o risco de perdê-la se diminuir o nosso esforço de solidificação de valores que ao hoje se vão tornando claros."

Gilberto Freire

Guerra da Tríplice Aliança

UM ROTEIRO DE ESTUDO

Cap. *NELSON WERNECK SODRE*

A aprendizagem de História Militar oferece um duplo interesse. Fixa, em primeiro lugar, a atenção sobre o desenvolvimento dos povos e seus problemas, indispensavel ao entendimento das lutas militares em que se envolveram. Em segundo lugar, é necessária à análise dos temas militares atuais, as batalhas e os combates, fundamentos da Tática Geral. Nesse sentido, não há como deixar de compreender a História Militar como a preparação por excelência ao estudo da Tática. O estudo de assunto tão vasto, entretanto, exige uma disciplina de pesquisa e de análise. Ele é tanto mais útil quanto mais recente for a campanha em apreço. Mas, dentro de certos limites, o estudo de campanha mais recuada, feito sob condições de método bem determinadas,

torna mais flexível a imaginação e a própria aplicação de ensinamentos.

É nesse ponto, sem dúvida, que o método elimina, no estudo em apreço, as características dispersivas, ligadas à mera ilustração. É bem verdade que seria pelo menos imprudente aplicar, hoje, ensinamentos retirados a campanhas antigas. Mas a compreensão por que o chefe dessa época agiu desta ou daquela maneira fornecerá, sem dúvida, elementos para a ação atual, desde que se faça influir, sobre uma decisão de agora, com os seus novos valores, aqueles fatores que deram fisionomia à decisão antiga. Um chefe, em qualquer tempo, joga com instrumentos especiais, tropas e armas, sobre um terreno caracterizado, e contra um adversário que pode fazer isto ou aquilo para impedir-lhe a ação. Ele procedá de maneira diversa si os instrumentos, — os meios, — forem diversos, si as tropas forem enquadradas de forma diferente ou empregarem armamento de outras características, si o terreno apresentar fisionomia alterada, e si o adversário puder lutar com possibilidades maiores, ou menores, também modificadas pela evolução humana em todos os seus aspectos.

A evolução dos meios é bastante acelerada, — e isso vimos de assistir no simples confronto entre os que foram empregados em uma e em outra das duas grandes conflagrações que abalaram o nosso século. A evolução de certos processos mentais, entre tanto, é muito menos rápida. E a do terreno, bastante lenta. Quando o estudo de campanhas antigas se aplica àquelas que envolveram o povo entre o qual se vive, um terreno que se conhece, a análise de como os meios fizeram alterar os processos é muito mais fácil. Esta a utilidade do estudo de campanhas realizadas pelas forças brasileiras, no passado, empregando processos que dependiam dos meios disponíveis, muitas vezes ainda hoje usados, embora em escala diferente. A evolução dos meios, aliás, não envolve apenas a duração do choque, em si mesmo, do combate ou da batalha, mas o alcance das repercussões posteriores. O

ideal de decidir a guerra numa só batalha parece, ainda, hoje, bem distante das possibilidades, consideravelmente aumentadas, de que dispõe o homem.

Apresentaremos, pois, um método de estudo, aplicável ao problema da Guerra da Triplice Aliança. Ele não pretende ser indeformável, e muito menos único. Trata-se de roteiro, que pôde ser alterado, no seu todo, ou em alguma de suas partes, mas que facilita a abordagem do assunto e a apreciação de suas conclusões, parciais ou totais. Pôde ser tomado na sua amplitude máxima, abrangendo os aspectos políticos da campanha, seus antecedentes e suas consequências. Como pôde ser tomado em parte, a que se refere tão somente às operações, por exemplo. O que se torna imperativo é a abordagem do assunto de posse de um roteiro a seguir, sem o que o estudo se perderá, sem objetividade, ou exigirá um esforço habitualmente fóra das possibilidades individuais.

Este poderá ser um método a aplicar.

I — SITUAÇÃO :

Sintese do desenvolvimento histórico dos países envolvidos na guerra. Suas origens. O problema das fronteiras comuns e o da navegação platina. Formação e desmembramento do vice-reinado do Rio da Prata. A fase da luta pela autonomia.

- a — Argentina : influência da cultura pastoril. Causas e rumos da Revolução de Maio. Campanhas externas e esboço dos limites políticos. A luta pela federação e os conflitos provinciais. Função política e economica da bacia platina na sua evolução.
- b — Uruguai : Influência da cultura pastoril e suas ligações com a província do Rio Grande do Sul. Ligações externas, conflitos internos, e sua interdependência. Função no quadro platino e relações

com o Brasil. Intervenções anteriores do Brasil, e a de 1864.

- c — Brasil: Características de sua formação. Preponderância do centro-sul e formação particular da província de Mato Grosso e sua dependência platina. Intervenção nos negócios platinos. Rosas e o problema do Uruguai.
- d — Paraguai: Influência da formação jesuítica e do isolamento. Francia e Lopez. Ligações externas e função no quadro platino. Governo de Francisco Solano Lopez.

II — TERRENO:

- a — Bacia platina: condições de navegação de seus rios; portos e comunicações terrestres. Influência da distância entre as fontes provedoras, no Brasil, e o teatro de operações: imposição das comunicações marítimas.
- b — Mesopotâmia argentina: a província de Corrientes.
- c — Sudoeste da província do Rio Grande do Sul e sul da província de Mato Grosso: a serra do Maracajú.
- d — O baixo Paraguai: função dos cortes sucessivos da margem esquerda, as depressões.
- e — Chaco Central.

III — INIMIGO:

- a — Fundamentos psicológicos da formação militar paraguaia.
- b — Possibilidades demográficas: a mobilização e distribuição dos efetivos. Os chefes, Lopez.
- c — A missão militar brasileira e sua função no Paraguai.
- d — Possibilidades do exército paraguaio e possíveis planos de operações. Alianças em perspectiva.

IV — MEIOS :

- a — Aliados: Meios navais e possibilidades da indústria brasileira. Efetivos: sua variação e contribuição de cada um dos aliados. Armamento: suas características, sua renovação e possibilidades de produção e importação. Características das forças de cada um dos países. Serviços: a distância das fontes provedoras e as longas paradas nas operações. Linhas de comunicações e seu equipamento. Viveres: valor da etapa e distribuições. Munições: produção, transporte, distribuição e consumo. Transmissões: o telegrafo. Observação: o balão.
- b — Paraguaio: Meios navais. Efetivos: sua variação. Armamento: possibilidades de produção e estocagem existente. Suas características. Função do sistema de fortificações ao longo do rio. Os arsenais e as bases.

V — OPERAÇÕES :

- a — Período de iniciativa dos paraguaios: invasão de Mato Grosso e da província de Corrientes; repercussão no conjunto das operações. Invasão do Rio Grande do Sul. Rendição de Uruguaiana.
- b — Preliminares da iniciativa dos Aliados: concentração e transposição do Paraná. A liberdade de comunicações: Riachuelo. As operações combinadas da esquadra e das forças de terra. A luta contra o sistema fortificado. Curupaiti.
- c — Comando de Caxias: a longa preparação, suas razões e sua importância. Operações de Caxias. Dzembrada.
- d — Perseguição: Campanha da Cordilheira.

VI — CONCLUSÕES :

Nova posição dos beligerantes em face da vitória. Os tratados e os dissídios a respeito da paz. O acôrdo Paraguaio-brasileiro e suas consequências. Nova configuração geográfica dos países e repercussões políticas que a guerra provocou em cada um. O surto argentino e a preponderância da província de Buenos Aires. Declínio do império, no Brasil, e aparecimento do Exército como força organizada.

PADARIA "SANTO ANTONIO"

de

ANTONIO PEIXOTO

PANIFICAÇÃO EM GERAL

Pães — Biscuitos — Bolachas e Bolachinhas Finas

Rua Floriano Peixoto, 1024 — Fone 89 — Santiago — R.G. do Sul

Armando R. Delacoste

CONCESSIONÁRIO CHEVROLET

PEÇAS E ACESSÓRIOS EM GERAL

TELEFONE N.º 9 — RUA GENERAL CAMARA N.º 1.245

URUGUAIANA — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Enderêço Telegráfico e Fonográfico ARDELA

«CANUDOS E ITÁLIA, GUERRA DE FANÁTICOS»

(Homenagem ao "Pracinha" brasileiro representante do soldado)

MJ NELSON R. CARVALHO

Aqueles que passaram pelas bancas da Escola Militar de Realengo, em tempos não mui "lontanos", hão de se lembrar sempre da figura simpática e bondosa dum velho e experimentado mestre: o Cel. Azôr Brasileiro de Almeida.

Pertencia-lhe a cadeira de Noções do Direito em que, a par da elegância de linguagem, a todos incutia a exaltação do "jus". O Cel. Azôr teria sido um hábil diplomata, não o tivesse atraído a vocação das armas e da cátedra.

Como soldado, fez a Campanha de Canudos e agora, em recente carta ao nosso amigo Ten. Cel. Samuel Pires, traçou, em largas linhas embora, o que foram o desgaste moral e o sofrimento físico do "jagunço do lado de cá"... Inspirou-o uma crônica sobre o "pracinha", de "O Cruzeiro do Sul". E conclue, ao ter conhecimento dos nossos mais recentes êxitos, que a fibra do nosso homem é sempre a mesma no ardor do combate e apesar das asperezas do trato ou do tempo. Quem leu "Os Sertões" sabe o que foi a luta cruel nas ásperas caatingas do interior da Bahia, como não ignora as provações sofridas pela soldadesca, campanha em que o abastecimento foi uma "áfrica" que só depois de Machado Bittencourt teve a solução que conduzia àquela triste vitória, tão retardada e tão inglória...

Diz o Coronel Azôr: "Eu reconheci nessa figura bem brasileira do nosso soldado comum, mergulhado no seu buraco de gelo, o mesmo homem que conheci há 47 anos pas-

sados, no sertão nordestino, a combater os fanáticos de Conselheiro. — Não tinham que afrontar o frio de 14.^o abaixo de zéro, nem os engenhos de guerra possuíam o atual poder de morte e destruição. Mas o pracinha passou 13 dias sem ouvir o toque de carnear, comendo raiz de imbú ou a magra carne de um cabrito caçado na caatinga. E normalizado o serviço de abastecimento, recebia uma pitada de sal e um litro de farinha, para cada 5 homens. . . E os feridos não tinham hospital, a farmacia não tinha desinfetantes e gemiam com bicheiras nas feridas abertas. E não houve um caso de insubordinação, expostos como estavam às emboscadas dos jagunços".

E com estas palavras de exaltação Patriótica, veneravel soldado, sempre atento ás cousas deste Exército que tanto amou e ilustrou, assim termina o Coronel Azôr: "E eu que conheci o nosso pracinha, nunca duvidei da coragem e do devotamento com que iria honrar em terra estranha, o nome do Brasil !"

Contraste e confronto de duas guerras tão diferentes e tão distantes. O pracinha de hoje é muito mais bem assistido em todas as suas necessidades; é também muito mais rudemente castigado pelos terríveis e mortíferos engenhos de destruição e morte, modernos; mas é sempre o mesmo "pracinha brasileiro": s implles, afável, disciplinado, agressivo, viril, heroico e generoso !

Sim, "pracinha brasileiro" : Você, das Bandeiras do Paraguai e á REPUBLICA, construiu a risonha e florida Pátria Brasileira, e agora, você feito Expedicionário, foi ao Velho Mundo para subjugar a tirania e a opressão, e libertar povos. Com você "pracinha brasileiro", o nome do Brasil resplandecerá no cenário internacional!

Você que já tinha vencido o jagunço fanatizado na aspreza das caatingas, venceu, também agora, os demônios enfeitados de Hitler, sob neve e gelo de ásperas montanhas — você bateu o boche em Massarosa, e, Camaiore, em Capano e Barga; você superou em Castelo, Bela Vista, La

Serra, Marano, Soprassasso e Castenuovo. Você o encurralou em Montese, correu atrás dele até Vignola, cercou-o em Colecchio e o forçou a rendição incondicional desde Alessandria.

Você, "pracinha brasileiro" de todos os tempos, é o ar-tífice da grandesa militar do Brasil !

Glória, pois ao Brasil, nas comemorações do 1.º aniversário de tua insuperável bravura em campos da Europa e que teu exemplo sirva de penhor a perpetuidade de noso amor pelo Brasil e de garantia incontestável de nossa soberania e dignidade de Nação independente.

VENDAS **Ford** SERVIÇOS

Sociedade Samborjense de Automóveis e Acessórios Ltda.

CAPITAL REGISTRADO Cr\$ 300.000,00

ENDERÊÇO: Fonográfico e Telegráfico — RADIADOR

CONCESSIONÁRIOS **Ford**

AGENTES DOS PRODUTOS DE PETRÓLEO TEXACO
E DISTRIBUIDORES DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DUNLOP

SAO BORJA — Rio Grande do Sul — BRASIL

OSÓRIO, SOLDADO E POETA

Cel. JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES

O general Osório foi, sem dúvida, o homem mais glorificado e o nome mais glorioso do Brasil no segundo Império. Na República, enquanto viveram os que o amaram em vida, os Floriano, os Mallet, os Carneiro, os Jaceguai e muitos outros, sua memória foi devotamente reverenciada.

Depois, esmaeceu. Nunca se lhe negaram os méritos, mas esqueceram-nos. Contestando-os, em parte, apenas surgiu, por ocasião do seu centenário, um desafeto. Este, porém, não tinha autoridade na matéria, por seus antecedentes suspeitos. Em vida, os que ousaram denegrir-lhe o renome, foram aniquilados pelas provas inconcussas da falsidade de mesquinhas arguições de desafetos ou despeitados.

Não obstante, o olvido nunca foi completo. Restou a fama de sua bravura inegalável e de quando em vez, um ou outro admirador estudioso recorda-lhe outros grandes méritos. Todavia, percebe-se que ele ainda goza de simpatia geral no conceito nacional.

As solenidades que se realizam anualmente junto à sua estátua, inaugurada por Floriano, com o maior esplendor possível, foram perdendo o brilho, até mesmo parecem se haver transformado numa rotina desamparada. O monumento jaz agora, *sobre o seu túmulo*, aberto em cripta eterna, na praça denominada pela data da República, quase abandonado. Ninguém cuida dele. Serve irreverentemente de depósito dos restos das merendas da gente que perambula por ali.

Até os platenses, notadamente os argentinos, para quem Osório é o brasileiro de maior estima, nem mais o visitam solenemente, talvez, por pressuporem algum inconveniente diplomático, dadas as preferências ostensivas do Brasil por outro herói seu.

Caxias o outro grande general da Monarquia e membro proeminente do Partido Conservador, enquanto Osório o era do Liberal, passou a ter a preferência do mundo oficial para o culto dos nossos heróis, com caráter, a bem dizer-se, exclusivo.

São fatos notórios. Houve, a favor de Caxias, uma reação tal que se fazem raros, mesmo entre os militares, os capazes de atribuírem a Osório o seu mérito real, quando se consideram os valores de nossos grandes soldados do passado. A mocidade militar formada sob a inspiração do primeiro, seu patrono oficial, só a este conhece e de fato venera.

Há nisto fenômeno singular e sobretudo dois grandes erros: — um histórico, outro meramente cultural.

É curioso notar que a mocidade militar da República haja preferido Caxias a Osório e lhe tenha dado um realce, por certo em muito merecido, por que era de algum modo reação às injustiças que sofrera na Monarquia que tão bem servira. Mas essa justa reação exagerou. A preferência exclusiva redundou em ser, também, injusta.

No *panteão* dos nossos heróis, Osório de modo algum pode ser considerado em segundo plano, sob que aspecto fôr dos interesses maiores da vida, notadamente militares.

Aí está o erro histórico. Caxias e Osório, aquele mais velho e gentilhomem, este plebeu que se fez nobre depois, desempenharam, como soldados, papel de suma importância num período de nossa evolução nacional.

No consolidar da ordem interna, ambos trabalharam, em campos e esferas de responsabilidades diferentes, mas com igual dedicação. Ai, porém, o papel de Caxias é bem maior que o de Osório, vistas as cousas em seu conjunto.

Nas lutas da fronteira, em contraposição, Osório apresenta fôlha de mais numerosos serviços e quicá, na última, que foi a guerra do Paraguai, rigorosamente considerando, bem mais valiosos, se bem que atuasse em posição mais modesta. Esteve nos campos de batalha de princípio a fim, com leves interrupções. Foi o novo primeiro comandante em chefe, a quem coube tirar do nada, ou de um amontoado caótico de elementos improvisados, um Exército de "*gente para brigar*", conforme a pitoresca denominação que êle mesmo dava aos combatentes aptos. Formou-o, instruiu-o e levou-o à vitória, com trabalho insano mas vantajosamente.

Seu comando no 1.^o Corpo do Exército na guerra do Paraguai, que êle considerava conscientemente o seu maior serviço à Pátria, é obra titânica. Recomenda-o à consideração dos pósteros como tipo de chefe militar do mais alto valor.

Na atmosfera da política interna, Osório era liberal sincero. Batia-se pela verdade e a valorização da representação nacional, asentada em boas práticas eleitorais. Queria que o governo representativo o fôsse, não só de direito, mas de fato.

Caxias era conservador, extremamente respeitador da ordem representada pelo prestígio do poder, mesmo que êsse poder tivesse algo de abusivo. Nêle, o político e o soldado eram uma só pessoa, enquanto que em Osório apareciam perfeitamente distintos. Jamais os confundia.

Embora vigoroso nas lutas partidárias, Osório não indagava, para cumprir ordens como soldado, se o governo pertencia ao seu ou ao partido adverso, a amigo ou desafeto.

Nenhuma razão valiosa há, portanto, para se preferir o Duque ao Marquês como típico herói militar, o bom modelo a seguir, tanto mais que Osório se mostrava, de fato, tão amigo da ordem quanto Lima e Silva.

De resto, quando vemos o papel desempenhado pelas forças armadas na nossa política interna, mesmo depois da escolha de Caxias seu patrono, percebemos que o modelo realmente seguido se aproxima mais de Osório. Aquêlê era sinceramente pela obediência passiva ao govôrno e o disse no Senado. Justificando-se da única rebelião em que tomara parte, a de 1831, declarou que o fizera exclusivamente no cumprimento de ordens do seu comandante de unidade, sem indagar das razões e finalidades das mesmas. O outro, afirmara certa vez, de público, e o repetira em diversas oportunidades, que jamais desembainharia sua espada ao serviço do despotismo ou para oprimir o povo.

Não fôra, portanto, uma tendência evidentemente retrograda no sentimento republicano, manifestada a partir de certa época, parece que o entusiasmo pelo Condestável do Império, não se teria feito exclusivo. Isto é verdadeiro, principalmente no seio do Exército depois que, para melhorar sua instrução profissional, procurou orientar-se pelo Exército Alemão. O aspecto de máquina de guerra perfeita que êste apresentava, com sua submissão ao Kaiser, fêz crer a muitos que só numa monarquia se poderia obter tal resultado. Dai o relêvo considerável que tomou aos olhos dos reformistas a figura imponente, mas essencialmente monárquica, do Duque.

A êle, talvez, se preferisse Osório se as tendências fôsssem de culto da liberdade e não de reação contra ela, aliás em parte justificada, porque esta degenerara entre nós em licenciosidade.

Uma análise profunda dos dois valores mostra muita coisa favorável a Osório, inclusive a ação fascinante que sabia exercer sobre seus comandados e as massas em geral, o que é de nimia importância para um condutor de homens.

Não se veja no que dizemos nenhuma diminuição de respeito e consideração pelo venerável Caxias, cujo valor de chefe é incontestável. Veja-se, antes, um esforço para a correção de uma injustiça a Osório, quando ambos, no dizer poético de Tobias Barreto, bem merecem ser considerados *as duas pontas do compasso com que o destino traçou no espaço infinito a evolução do Brasil*.

Não se quer ver hoje em Osório mais que um bravo e, quando muito, se lhe atribui certo valor de tático, ao passo que a Caxias se dão fóros de único estrategista do Brasil (1).

(1) Calôgeras — *A Formação Histórica do Brasil*.

Todavia, quem pesquisar os arquivos e notadamente a *Coleção Osório*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, poderá colher preciosas informações denunciadoras de sua cultura militar, sem limitação de campo. Nós mesmos recolhemos mais de duzentas opiniões suas sobre assuntos diversos, entre as quais muitas relativas à arte militar, que nenhum estrategista pode dispensar.

O estudo de sua ação e os conselhos que deu durante a guerra do Paraguai, bem como em relação a questões estratégicas do Brasil na sua época, mostra que ele não era apenas um bravo dotado de senso tático.

Seja como for, o fato é que Osório e Caxias sobressaem em nosso cenário histórico com a maior imponência. A princípio, caminhavam na mesma trilha de patriotismo, sem rivalidades e até se apoiando mutuamente. Por fim, quando atuam já no mesmo nível, separam-se.

O jogo dos interesses políticos partidários afasta um do outro. Rompe-se a velha amizade que a ambos ligava. Mas, quem rompe é Caxias e não Osório. Este, depois do acidente que marcou o auge da crise que os levou à separação, não trepidou ainda em declarar publicamente conservar-lhe a antiga estima, tudo atribuindo à efeitos de sua má saúde.

A ausência de orgulho, que Osório revela nesta oportunidade, constitui uma das suas características, das que mais o diferenciam de Caxias; e que eram talvez causa principal das preferências da popularidade.

A sua simplicidade, os seus hábitos e procedimentos democráticos, o seu *republicanismo nato*, a sua geral benevolência, faziam-no amado, mesmo de muitos dos seus adversários políticos.

Apesar disso, fez uma carreira militar muito retardada em comparação com os seus méritos. A franqueza com que se manifestava e agia, em regra, não agradava aos poderosos. E porque não desfrutava nem ambicionava honras e postos, ia sendo esquecido dos governos, quer liberais quer conservadores.

As circunstâncias, porém, iam impondo a sua ascensão, tanto na hierarquia militar como na política.

Quando Tenente General e Marechal do Exército graduado, seu prestígio o levou ao Senado, daí ao Ministério, e, apesar de suas afirmações de incompetência, soube atuar com desassombro, modéstia e muita inteligência. Mas, então, confessava-se farto do artificialismo da Corte e dizia ser sua maior aspiração poder regressar à tranquilidade do seu canto na província natal.

Apesar de seu nenhum desejo e de nada fazer visando as grandezas, sua carreira militar e política, embora retardada por coisas diversas, foi um triunfo contínuo, sem nenhum declínio.

Ai estão os dois aspectos mais interessantes de sua vida: — o trínfo e a inapetência pelas grandezas. É a poesia que melhor os põe em foco.

O seu triunfo foi cantado por numerosos poetas das mais variadas condições. Nos arquivos do Instituto Histórico, a que anteriormente nos referimos, estão guardadas, além de variadas composições musicais em sua honra, numerosíssimas composições poéticas que o homenageiam. Houve mesmo um entusiasta, que tentou, à imitação dos Lusíadas, compôr uma "Orosiade" em 13 cantos.

Padres, oficiais, soldados, estudantes, jornalistas, médicos, engenheiros, operários, mulheres e muitos outros nacionais, de todos os cantos do Brasil, e até estrangeiros porfiaram em imenso torneio de rimas e métricas, em fazer-lhe a exaltação.

A inapetência pelas honrarias e posições, que a tantos seduz, é-nos confessada por seu próprio estro. Encontra explicação nos insucessos de sua mocidade de aparência tão triunfante. Não poudeseguir a carreira que almejava. Seu primeiro amor foi quase uma tragédia, chegou mesmo a merecer essa qualificação.

Osório era poeta. E há quem diga, da feliz inspiração. Fôra, embora somente o seu soneto *Lília*, colecionado por Laudelino Freire, sua única produção; parece não se lhe poderia negar ter sido dotado de um estro natural, espontâneo. Há, porém, na poesia de Osório muito mais. Além do lirismo dramático de seus amores por Lília, vemo-lo buscar na rima e na métrica meio de confessar sua intimidade ou de dar largas à graça de seu inteligente espírito.

Na improvisação dos motes, que propunha, ou das glosas que lhe pediam, revela quanto a faculdade de versificar lhe era natural. Mas, a poesia, pelas circunstâncias de sua vida, era nêle como uma flor do campo, sem cultivo.

Não admira que assim fôsse. Osório era, essencialmente, onde quer que estivesse, homem do campo, feito em plena natureza das onduladas coxilhas verdejantes do sul, desdobradas naqueles imensos horizontes. Era um bom gaúcho — isto é, gente de triste cantar (2) — saturado de liberdade.

Havia de se sentir constrangido, no artificialismo da Córte e mal satisfeito entre os homens maneirosos das grandes cidades; a que se via obrigado pelas posições que alcançou no serviço da Pátria. Era um insatisfeito, pelos próprios triunfos que alcançara. Ele mesmo não-lo confessa em versos que obtiveram, em seu tempo, grande voga na provincia do sul.

(2) Aurélio Pôrto.

"NADA DO QUE VEJO QUERO"

*"Mostrou-me a fortuna abertas
As portas dos seus tesouros
Mostrou-me palmas e louros;
Fez-me mil milhões de ofertas:*

*"Fortuna, tu não acertas!
(Lhe respondo em tom severo)
Os dons que do céu espero
Tu nunca me podes dar;
Torna as portas a fechar
Nada do que vejo quero."*

Os fados eram-lhe, de fato, contraditórios e adversos aos seus íntimos anseios. E nesse sentido manifestaram-se muito cedo. Fizeram-no soldado quando desamava a guerra e sentia fascinação pelo estudo tranqüilo das ciências da paz. Impediram-no de satisfazer os desejos de seu primeiro amor, de obter a sua Lília.

Tais desenganos, em sua alma moça, haviam de deixar marca profunda e daí a insatisfação apesar de seus triunfos.

Na exaltação do amor, fez-se poeta. Em sua alma jovem, o incêndio da paixão desafogou em rimas.

Na vila do Rio Pardo, tiveram cenário êstes dramas da sua mocidade. Terminada a guerra da Cisplatina, foi ali ter a guarnição o 5.º Regimento de Cavalaria, de cujo corpo de oficiais fazia parte o Tenente Manoel Luiz Osório. Jovem de vinte anos, mas já mimoso da fama de altos feitos, trombeteados pelas vastas campinas do sul, teve particular acolhida.

As damas, moças e velhas, que se compraziam em ouvir os contos dos heróicos procedimentos dos seus gallardos gaúchos, queriam conhecer os pormenores dos arrojados lances do jovem tenente, de sua própria boca.

Osório lhes agradava particularmente. Era jovem e belo. Modesto. Nada gabola. Ana, entre tôdas, singularmente se interessava por êle. Estava vencida por Osório e venceu-o. Êle rendeu-se prezeirosamente. Em pouco, eram apaixonados e o idílio transformou Ana em Lília, fazendo um poeta.

Osório começa a versificar:

*"Quer o fado que te adore
Enquanto Lília eu viver,
Obedecendo ao destino
Hei de amar-te até morrer."*

*Uma esperança futura
Consoladora me diz
Que entre dias desgraçados
Virá um dia feliz.*

*Só por ti Lília querida
Arranco do coração,
Suspiros que nascem d'alma
Gerados pela paixão.*

*Só vivo quando te vejo
Dia e noite penso em ti
Si nasceste para amar-me
Eu para te amar nasci."*

Depois é o sonho e o delírio:

*"Sonhando que alegre hora
Entre os teus braços passava
E doces beijos te dava.
Acordei; raiava a aurora
Procurei-te sem demora...
Desgraçado... Não te vi!
Amargas penas senti
Deixando o leito de dôr
Entre gemidos de amor
Dei mil suspiros por ti."*

Isto, porém, dura pouco. A família burguesa de Ana tem espírito prático. Osório é pobre e um tenente ganha apenas vinte e cinco mil réis por mês! Não é um bom casamento. Trata, então, de intervir para evitá-lo e obtém o afastamento de Osório da guarnição da vila. Relacionada com o comandante das Armas, consegue que êle seja nomeado para comandar um posto na linha da fronteira.

Osório percebe a trama e protesta:

*"Contra mim a negra ausência
Já vejo mover os passos;
Vem matar-me, arrebatando
Lília bela de meus braços.*

*Contra vontade te deixo
Porque o fado quer assim,
Vou suportar no destêrro
Delírio ardente, sem fim.*

*Podem de ti separar-me
Privar-me até de tê-ver!
Mas que eu deixe de adorar-te
Não há quem possa fazer!"*

Osório parte, para viver atormentado pela saudade, o desejo e o ciúme. Então sonha e delira, espargindo em versos o que lhe vai n'alma:

*"A minha vida tem sido
Delírio ardente sem fim.*

*"Tem meu ser enfraquecido
A força do meu pesar!...
Um contínuo suspirar
A minha vida tem sido.
É de amor o mal nascido
Só constante para mim.
Infeliz ao mundo vim
Para viver de agonias,
Sendo amor para meus dias
Delírio ardente sem fim."*

Estes e outros versos chegavam ao poder de Lília por um onze-letras amável e ela, sempre fiel, colecionava-os carinhosamente.

Belo dia, porém, uma escrava os descobre e denuncia o caso a família. Desde, então, a correspondência, bem vigiada, não lhe chega mais às mãos. Trama-se, em seguida, a intriga para convencê-la de que Osório a esquecerá. O resultado, a princípio, é nulo. O tempo, no entanto, quase a faz duvidar.

Nesse meio tempo, arrajam-lhe um bom partido e fazem pressão sobre Ana para que se deixe casar. Assoalham mesmo a morte de Osório.

Ana, desesperada, tenta salvar-se. Envia um próprio ao seu amado, chamando-o. Que a venha buscar; irá com ele, seja para onde fôr! Mas que se apresse!

O receio, porém, de ver malogrado o seu intento, leva-a a recomendar ao seu correio que somente em mãos de Osório entregue a sua missiva. Na viagem, o portador adoece e o destinatário só vem a saber o que se passa um mês depois.

Ana, mortificada e disiludida... deixa-se casar... Não viverá, porém, muito tempo. Definhará rapidamente. Quando lhe preparam a mortalha, lêem gravado no seu peito, indelêvelmente, o nome Osório!...

No seu posto longiquo da linha da fronteira, Osório, sem notícias, temeroso do futuro, saudoso e inquieto, compõe o soneto:

"LÍLIA!"

*"Em desejos ardendo ternamente
Oh! Lília! o triste humano que te adora,
Por gozar-te suspira, geme e chora,
Sem que possa beijar-te um só instante.*

*Que vale o meu amor se delirante
Entre a chama fatal que me devora
Não me conto ditoso uma só hora,
O prêmio não me dás de ser constante.*

*Oh! Lília bela! o meu queixume escuta
Tem dó deste infeliz que é todo teu
E a glória de adorar-te só disputa.*

*Cede o que a natureza te cedeu
Dá-me a palma do amor na doce luta,
Dá-me os mimos que o céu te concedeu!"*

Quando recebe a carta de sua amada, chamando-o compreende a tragédia. É tarde de mais... Não perde um instante, apenas o tempo necessário, algumas horas, para passar ao substituto imediato o comando do seu pequeno posto. Mas, antes, precavido, expede logo o estafeta com notícias suas e anunciando sua próxima chegada. Tudo baldado... É tarde de mais!...

Ao chegar a Rio Pardo, sabe que o casamento de Ana é fato consumado. Nem entra na vila. Revolta-se contra a pobre criatura. Nem compreende o poder da intriga contra a sua fragilidade.

Quase a detesta:

"MURCHEM FLORES DESPRESADAS"

*"Germinaram lindas flores
Para Lília destinadas
Como ela mudou de amores
Murchem flores despresadas.*

*Oh! flores qu'en amei tanto
E foram tão mal fadadas!
Sinto o vosso mau destino
Murchem flores despresadas.*

*As falsas juras da ingrata
Nunca por amor ditadas
Meu coração iludiram,
Murchem flores despresadas.*

*Há de a falsa arrepender-se
Em dores desesperadas;
Enquanto cruel se ostenta
Murchem flores despresadas.*

*Não vos querem por que fostes
Das minhas mãos desgraçadas
Não gratidão na fera
Murchem flores despresadas.*

*Como se esqueceu a ingrata
Que as nossas almas ligadas
Um mútuo amor juraram
Murchem flores despresadas.*

*Si por um amor fingido
Não fostes apreciadas
Lamentai vosso infortúnio
Murchem flores despresadas.*

*Bem a meu pensar vos vejo
Nesse vaso reclinadas
Amor vos condena à morte
Murchem flores despresadas."*

Esta tormenta foi por volta de 1830. Depois, o tempo e os graves acontecimentos que nesta época agitavam a vida nacional, aos quais Osório não era indiferente, foram amainando os arroubos de sua ardente paixão, dando lugar a uma saudade triste:

*"Ingrata que me deixaste
Na tua cruel mudança
Recordações do passado
Uma perdida esperança.*

*Inda é teu o pobre amante
Que de adorar-te não cansa
Que te aprecia sofrendo
Uma perdida esperança.*

*Cruel Lília!... o desgraçado
Que teu amor não alcança*

*Vai lhe roubando a existência
Uma perdida esperança.*

*Fizeram minhas delícias
Teus afagos na aliança
Hoje faz o meu tormento
Uma perdida esperança.*

*Tu Verás ingrata um dia
Debaixo do frio chão
E mesmo assim respirando
A minha ardente paixão.*

Era ainda cruel. Em sua dôr e saudade, não considerava a fraqueza da sua indefeza Ana. Mais tarde, compreendeu talvez, que ela também sofria. De qualquer modo, não podia esquecer. Sente-se sempre dominado. Sua imagem o não abandona. Outro certamente não é o motivo que o faz propor a colegas seus, amigos de versejar, este mote:

*"Si nos braços de outra amante
Por meu gosto me prendi,
Mesmo aí por ti suspiro
Eu para te amar nasci."*

Em 1835, Osório casa-se em Bagé. Era outro amor mais calmo. Não o deixava a época, porém, viver tranqüilo. Realizado o matrimônio, logo a guerra o levou para fora do lar. Era a luta farroupilha que se iniciava e ia durar uma década. De novo, Osório recorre à poesia para dizer o que sente:

ADEUS!

*"Já sôa o clarim de Marte!
Vou deixar-te minha amada!
Suspirando corro às armas
Adeus mulher adorada.*

*Baixando à campã
Frio jazigo
A tua imagem
Irã comigo.*

*Baixando à campã
Frio jazigo
A tua imagem
Irã comigo.*

*Mas se coroado de louros
Voltar a ver-te engraçada,
Até tão doces momentos
Adeus mulher adorada.*

*Si fôr em árduo combate
Minha vida arrebatada
Si perder-te para sempre
Adeus mulher adorada.*

*Teus lindos lábios
Beijando então
Doces prazeres
Renovarão."*

Não era, porém, a poesia de Osório, apenas sentimental. Fazia às vezes sátira, em seus improvisos de repentista. O chiste de seu espírito, sempre bem disposto, manifesta-se com frequência. Tome-mos dois exemplos.

Em 1851, época da campanha de Caseros, Osório, ao passar no acampamento próximo à barraca de um oficial ouve-o dizer ao camarada que lhe fazia companhia:

— "Achei!"

Mas logo em seguida exclama contrariado:

— "Mal! agora é a pena que tem gordura no bico."

Entrementes o outro que se apossara do escrito em elaboração, lê, jocoso, em voz alta :

*"Neste triste acampamento
A que o fado me condena."*

E Osório, entrando na barraca conclui:

*"Quero escrever os meus males
Tem graxa o bico da pena."*

De outra feita, fizeram-lhe a proposta do seguinte mote para glosar:

"Não rachou-me a cabeça esta cadeira?"

Era uma frase ouvida de um chefe amigo de Baco, por um subalterno indiscreto. Vira-o tombar de êbrio e ser socorrido por seu

ordenança Juca, cujo maior serviço era servi-lo interminavelmente, de anís, ao sair do sofá de seu aposento para o leito. Tudo explicado em carta, o poeta mandou em resposta esta glosa:

*"Já poderoso anís seus vapores,
Mandam-me ao leito procurar descanso.
Obedeço. o Meu corpo num balanço
Se teima estar em pé, tem dissabores.*

*Já quanto a vista alcança é de mil côres
— "Leva Juca! a garrafa que o anís manso
De estar com êle um dia não me canso
Mas em mim não produz senão furores:*

*Dormiu; mas dormiu pouco o beerrão
E apenas acordou da bebedeira
Estendeu piedosa mão ao garrafão!*

*Foi de cabeça a baixo! É bôa asneira!
Disse o tal quando estava já no chão:
Não rachou-me a cabeça esta cadeira?"*

Muitas das poesias de Osório agradaram tanto ao gosto popular que foram musicadas e se converteram em modinhas, cantadas com aprêço, ao violão.

Este aspecto da personalidade do Marquês do Herval, pouco conhecido pelos que nêle admiram principalmente a bravura, e nada mais querem ver, não é, por certo, destituído de interesse para quem pretenda apreciá-lo em seu justo valor. Nem é sem importância para a melhor compreensão dos seus procedimentos no decorrer da sua vida. Muitos aspectos desta ficam esclarecidos por suas poesias.

Silhueta Geográfica do Brasil

(Continuação do numero 384)

— 2.^a Parte —

Cap. GERARDO L. AMARAL

URUGUAI — A 30 de outubro de 1909 foi concluído o Tratado que definiu as nossas fronteiras com o Uruguai. "Foi o último dos grandes atos internacionais de Rio Branco e constituiu o florão de remate de sua obra benemérita de retificação do perímetro do território nacional." (12)

Ao alvorecer do século passado nossas fronteiras com o Uruguai haviam chegado ao traçado que hoje ostentam. Apenas controvérsias em torno dos direitos da navegação no rio Jaguarão e Lagoa Mirim se verificaram, e isto porque ora vagos os termos dos ajustes, ora mais ou menos precisos, davam sempre margem a reclamações. Assim, pela Convenção assinada entre o Gen. Lecor e Cabildo de Montevideo, em 30 de janeiro de 1819, ficou dito que a raia acompanharia a margem ocidental da Lagoa. A 30 de novembro do mesmo ano lavrase o Auto de Demarcação, em complemento à Convenção, e, mais explicito, fixa que a lagoa e o rio ficariam dentro do território português ainda protegidos por uma faixa de terreno compreendendo a distância de dois tiros de canhão.

Em 31 de julho de 1821, pelo Ato de Incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a divisa é estabelecida "... seguindo as pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pelo pontal de S. Miguel...". O mesmo Ato deita por terra a exclusividade do domínio português sobre as águas da lagoa e omite a parte referente à faixa da terra da distância de dois tiros de canhão. Vem depois a Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto de 1828, resultante do desfecho da batalha do Passo do Rosário. Estabelece a independência da Província Oriental mas nada estipula com referência aos limites.

Temeroso da intervenção de Rosas na vida interna do Uruguai o Governo Oriental procura conseguir o auxilio e a aliança do Brasil

(12) A. G. Araujo Jorge — Ob. cit. (pág. 183)

em favor de quem procura abrir mão do condomínio das águas da lagôa que lhe ficara assegurado pela Ato de Incorporação, já citado.

Não se interessou o Império pela oferta. Em face dos acontecimentos do Prata era preferível manter uma atitude de expectativa.

Em 1851, porém, perdurando a situação, decidiu-se o Brasil a defender, como devia, a independência do Uruguai expulsando Oribe e suas tropas do território oriental. Vencido Rosas em Monte Caseros, celebram o Brasil e o Uruguai vários tratados inclusive um de limites (12.X.51) em que se estabelece o domínio exclusivo do Brasil sobre as águas da lagôa Mirim e rio Jaguarão, por cujas margens ocidental e direita, respectivamente, correria a linde, que continuaria pelos pontos porque até hoje passa.

Homens da competência do Cons.^o Duarte da Ponte Ribeiro e do Gen. Soares de Andreia anos antes recomendaram ao governo desistisse de manter domínio exclusivo sobre as águas em foco, por não ser justa tal posse. Ainda que o Governo Imperial deixasse dito que poderia consentir, sob determinadas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, a navegação daquelas águas por embarcações uruguaias, a concessão formal foi sempre adiada.

A resolução do Governo do Brasil de fazer constar do documento de ajuste que era permitida *por concessão do Brasil* a navegação da lagôa Mirim e do rio Jaguarão retardou a aceitação, por parte dos nossos vizinhos do sul, do condomínio daquelas águas, por julgarem eles que tal condomínio era um direito que tinham.

Assim até 1909 manteve-se o *statuo quo* do tratado de 1851 — o Brasil era exclusivo dominador das águas extremenhas da fronteira Sul.

O trabalho preparatório para o Tratado de 30.X.1909 durou cerca de sete anos. Durante todo esse tempo Rio Branco dedicou-se à conquistar a opinião pública e políticos eminentes em favor da concessão do condomínio das águas da lagôa Mirim e do rio Jaguarão ao Uruguai.

Cedia, pois, o Brasil, espontaneamente, um *direito* seu de exclusividade, ainda que antipática, em favor de um vizinho pequeno na superfície mas grande, imenso, pelo valor de sua gente e pela fraternal solidariedade com que prontamente nos tem honrado em tôdas as vicissitudes.

O Tratado de 1909 não foi uma vitória de qualquer das Altas Partes contratantes, ou de seus estadistas, foi uma vitória do espírito pacifista que há-de reinar sempre na América, enquanto ela tiver homens como o nosso Rio Branco.

ARGENTINA — A traçado das fronteiras com a República Argentina é decorrente dos Tratados de 1750 e 1777 que não deixam dúvidas

sobre a localização dos afluentes do Uruguai e Iguaçu, tributários êsses que formam a divisa entre as terras das então Colônias portuguesa e espanhola. O artigo V do Tratado de Madrid e o artigo VIII, do de S. Ildefonso são bem claros, ainda que a linguagem da época fôsse quasi sempre imprecisa quando não confusa. O Pepiri-guaçu é citado por sua própria denominação em ambos documentos, enquanto o Santo Antônio só aparece com êste nome no segundo Tratado devido ao reconhecimento feito em 1759 pelo comissários demarcadores dos limites fixados no Tratado de Madrid.

Não havia margem para dúvidas, tanto assim que o Visconde do Rio Branco, em 1857 (14.XII) concluiu, em nome do Brasil, um tratado de limites com a Argentina em que se determinava no artigo 2.º "para evitar qualquer dúvida" "que os rios Pepiri-guaçu e Santo Antônio eram os rios reconhecidos em 1759..." (13) Aprovado em ambas casas do Congresso argentino não logrou o Tratado sua ratificação pelo Governo portenho. Crises políticas sucessivas retardaram o ato final e o Tratado se tornou nulo.

Finda a guerra contra Lopez voltou o Império, desejoso de solucionar pacificamente suas questões com os vizinhos, a tentar a ratificação do Tratado de 1857 ou a conclusão de um novo.

Pela primeira vez o Governo argentino manifesta dúvidas quanto à localização dos rios Pepiri-guaçu e Santo Antônio do que resultaram improficuos os esforços da Missão especial enviada pelo Governo brasileiro para por fim à pendência.

Só em 1881 se revela claramente a pretensão argentina ao declarar que os rios limitrofes não eram os já conhecidos, mas os Chapecó e Chopim — encravados em território indiscutivelmente brasileiro — e que davam os nomes constantes do Tratado de Santo Ildefonso e reconhecidos pelo Tratado de 1857, como passa a considerar litigioso o território a Oeste dos rios Chapecó e Chopim e entre os rios Uruguai e Iguaçu até as margens esquerda e direita, respectivamente, dos rios Pepiri-guaçu e Santo Antônio. Propõe o Brasil uma comissão mista brasileira e argentina que reconhecesse os quatro rios e permitisse chegassem os litigantes a uma solução definitiva para o caso ou recorressem ao arbitramento.

Em fevereiro de 1889 antes de findar os trabalhos de reconhecimento propõe o representante diplomático argentino no Rio, como solução definitiva, que o território em litígio fôsse dividido por uma média na geométrica traçada entre os limites pretendidos pelo Brasil e a Argentina. O Conselho de Estado do Império recusou por unanimidade, opinando pelo arbitramento. E a 7 de setembro de 1889 foi assinado

(13) — Id., id., *ibid.* (pág. 12)

um tratado, ratificado a 4 de novembro, em que era escolhido árbitro o Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, desde que até noventa dias após a conclusão dos trabalhos da comissão mista não chegassem os dois governos a um acordo.

Estava, porém, por dias, o Império.

E a República nascente num gesto de rasgado liberalismo e falso senso de fraternidade adota a sugestão argentina cedendo à República vizinha a metade da área em disputa que, na sua totalidade, tinha cerca de 300.000 km² e perto de 6.00 habitantes dos quais apenas 30 não eram brasileiros e nem um só era argentino!!!

Estruge pela imprensa uma campanha de veemente repúdio ao Tratado assinado em Montevideo dando forma jurídica à decisão do Governo Provisório. Clama o povo. Bradam homens de saber e responsabilidade e o Congresso Nacional por esmagadora maioria nega seu beneplácito à amputação do território nacional e recomenda o arbitramento.

Não havia outra saída; e o Presidente Grover Cleveland decidirá do caso.

O Barão de Aguiar de Andrade é nomeado defensor dos direitos do Brasil junto ao Árbitro. Diplomata conceituado e profundo conhecedor da questão tinha o Brasil um advogado à altura do feito. A idade avançada e o precário estado de sua saúde cederam ante a magnitude da tarefa. Falece o Barão a 25 de março de 1893.

Difícil, ingente, mas urgente, era dar-lhe substituto. Floriano, porém, em dez dias decidiu quem arcaria com a responsabilidade de tomar o caso em marcha. Ao Barão de Aguiar de Andrade sucederia o Barão do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos, nosso consul em Liverpool. A escolha não poderia ter sido mais feliz. "O Barão do Rio Branco era, em verdade, o homem talhado àquela árdua tarefa. Desde cedo e ainda estudante devotara-se amorosamente às pesquisas sobre a história e a geografia do Brasil." (14)

Devotado inteiramente a seus estudos históricos nada almejava além daquele consulado que lhe permitia vagares para as meditações exigidas por seu espírito propenso ao recolhimento. Pesquisador de arquivos, frequentador de livrarias, espírito aberto à compreensão dos problemas históricos e geográficos, do que desde cedo dera mostras exuberantes, era o nosso advogado um penhor seguro da vitória brasileira.

E ele nunca descreu dela.

Nomeado tomou, de imediato, as providências necessárias para organizar a documentação que ilustraria e enriqueceria as Memórias que apresentaria ao Árbitro. Reuniu dados e documentos, mobilizou

(14) — Id., id., *ibid.* (pág. 21)

amigos brasileiros e portugueses, movimentou bibliotecários e arquivistas de Portugal e Espanha, exgotou-se em um trabalho pessoal, exclusivamente pessoal, e insano, até o dia em que fez entrega das Razões brasileiras ao Presidente Cleveland.

Venceu. A vitória foi sua, do seu saber, da sua tenacidade, do seu acendrado patriotismo. Vencedor, recebeu com os louros do triunfo os espinhos da inveja e da maldade humana.

Senhor de seu próprio valor e dotado de uma personalidade marcante, não se dobraria às muitas vezes mesquinhas limitações que, à capa de burocracia, de rotina, lhe procuravam impôr. Jamais se atribuiu a glória de haver vencido só o duro embate, como jamais deixou de atribuir-se a inteira responsabilidade da missão que lhe foi confiada.

A 5 de fevereiro de 1895, presentes Rio Branco e seu ilustre opositor Dr. Estanislau Zeballos, o Secretário e o 1.º Sub-Secretário de Estado norte americanos, membros das representações diplomáticas interessadas e funcionários norte americanos, foi entregue aos dois plenipotenciários cópias do laudo favorável ao Brasil, reconhecendo assim o Árbitro ser de posse incontestável do Brasil, o território cujo litígio a Argentina levantara em 1881, sem nenhuma base histórica ou jurídica.

Vencida a etapa do arbitramento penitenciou-se a Argentina da celeuma levantada com a pressurosa demarcação das fronteiras arbitradas, o que realizou em conjunto com a representação do Brasil, agindo na maior cordialidade e manifesto desejo de selar definitivamente a questão.

PARAGUAI — A formação teocrática imposta aos guaranís pelos jesuitas ancorou fundamente no espírito da gente paraguáia. Da fidelidade semi-bárbara aos missionários evoluíram os paraguaios para a lealdade mística aos seus Reis, Consules ou Presidentes. Com base na fortaleza desses sentimentos cristalizou-se um vigoroso sentimento nacionalista que fez do Paraguai uma Nação forte na luta contra o meio telúrico, hispido e selvagem mas que despertou nos seus filhos uma poderosa consciência nacional, única força moral capaz de fazer milagres.

A defesa contínua de seu solo sáfaro tem sido a missão precípua de várias gerações dos netos dos guaranís recompensados com as recentes manifestações petrolíferas que, porém, como em todo o mundo, já cobraram tributos de sangue.

As nossas questões de limites com o Paraguai podem ser grupadas em três fases: a colonial; a da Independência à Guerra com a Triplíce Aliança e a da Guerra aos nossos dias.

Os tratados de 1750 e 1777 determinavam de forma bastante clara as fronteiras entre as possessões portuguesa e espanhola na secção que hoje separa o Brasil da República vizinha.

A existência de valiosos hervaes nativos ao Norte do Rio Igurey levou os espanhóis a pretenderem duvidar, na fase dos reconhecimentos e demarcações, da existência do referido curso d'água. (15) Esta dúvida levaria muitos anos a ser desfeita pois "o Tratado de S. Ildefonso foi o último pacto dessa natureza (*limites*) concluído entre as duas coroas" (16). Ainda não se haviam dirimido as objeções criadas quasi sempre pela Espanha quando sobreveiu nova guerra na Península (1801). Já vimos que durante esse conflito nossas fronteiras ao Sul foram levadas até o Quarahim. Nos demais setores os portugueses guardaram suas posições e na margem ocidental do Paraguai nada avançariam limitando-se ali a "resistir ao ataque dos espanhóis contra Coimbra" (17).

O Tratado de Badajoz silenciou sobre os limites das possessões na América e como a guerra rompe os tratados, segundo doutrina já então corrente, passavam a vigorar naturalmente, os limites resultantes das novas conquistas. Não tendo havido conquista no setor paraguaio a fronteira seria função da *posse imemorial, mansa e pacífica, ou uti-possidetis*. A obediência, ou melhor, a aplicação desse princípio de direito impõe a *posse de fato*. A região da fronteira em causa era, ao tempo, deserta e desconhecida. Não possuíam quer Portugal, quer Espanha, qualquer estabelecimento permanente que comprovasse sua expansão até ali. Sem outro recurso, voltavam as partes a apoiar-se na letra dos tratados. A discussão sofisticada girava, principalmente, sobre a existência do Igurey a que os antigos tratados davam nome, assegurando, assim, sua existência, ao fixarem o limite no lado do Rio Paraná. Em seguida, nos tratados, a linguagem é menos positiva: "Desde a boca do Igurey continuará pelo seu álveo acima até encontrar a sua origem principal; e daí buscará em linha reta, pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam Corrientes..." como se lê no art. VI do Tratado de Madrid, redação que pouco difere no art. IX do Tratado de S. Ildefonso, onde é mantida a expressão "que talvez será o que chamam Corrientes...". Seguindo esse rio até sua boca toma a fronteira o Rio Paraguai, por seu canal principal, subindo-o.

(15) — O assunto é apresentado com exuberante documentação por Hildebrando Accioly em "LIMITES DO BRASIL" — (A Fronteira com o Paraguai). A esse enderço enviamos os que desejarem melhor conhecer o assunto.

(16) — Hildebrando Accioly — "Limites do Brasil" — (A Fronteira com o Paraguai) (pág. 5)

(17) — Id., id., *ibid.* (pág. 7)

O contraventente do Igurey, o rio mais vizinho, é o Jejuy (ou Jujuy) mas uma simples vista a uma carta geográfica revela a situação de qualquer dos afluentes do Jejuy, de que um deles é o "que talvez será o que chamam Corrientes..."

Mas os paraguaios já haviam chegado às margens sul do Rio Apa e asseguraram, pelo *uti-possidetis*, o deslocamento de sua fronteira para aquêle rio revogando pelo fato da posse a letra do Tratado.

A política da fronteira do Brasil foi sempre justa, franca e cordial.

Só em 1844 foi celebrado o primeiro tratado de limites entre o Império e a República cuja independência então reconhecera.

O Tratado de 1844 estabelecia a nomeação de comissários para *examinar e reconhecer os limites indicados no Tratado de S. Ildelfonso*. Era o reconhecimento, por parte de ambos os governos, da linha Igurey-Jejuy. Contudo, por motivos superiores, D. Pedro II não o ratificou.

Em 1847 o Governo paraguaio tem a iniciativa de retomar o assunto. Envia ao Rio um emissário com uma proposta de outro tratado que seria de aliança, comércio, navegação e limites. Por êste documento a fronteira subiria o Paraná (desde o Iguagú) até o Salto Grande, galgaria as Serras do Maracajú e a de Amambai até as nascente do Rio Branco e desceria por êste rio até a sua fôz no Paraguai. Seria dado como neutro o território entre o Apa e o Rio Branco!!!

A simples leitura do proposto revela que o Paraguai reconhecia não lhe assistir direito ao território ao Norte do Rio Apa e aceitava a linha de cristas ao Sul do Iguatemy, um dos rios com que procuraram substituir o Igurey.

Não podia o Império aceitar um território neutro entre as duas soberanias e fez a contra-proposta (em 1853) aceitando a linha Salto Grande-Rio Apa e, com reserva, autoriza o representante brasileiro a aceitar, para pôr fim ao caso, a linha Iguatemy-Apa. Recusada a generosa oferta brasileira foi o negociador ainda forçado a deixar Assunção. Talvez lhe caiba um pouco de culpa, conforme anota Hildebrando Accioly. (18)

O Governo Imperial pede e recebe satisfações através a aparatosa missão confiada ao Chefe de esquadra Pedro Ferreira. Mas, proposta a decisão do litígio fronteiriço, o assunto foi apenas objeto de um ajuste adiando a solução para mais um ano.

Paralelamente e dependente das questões de limites vinha sendo discutida a da navegação no Rio Paraguai que a República procurava negar ao Império apezar de lhe estar garantida por um tratado concluído em 1850.

(18). — Id., id., ibid. Nota à pág. 68

A missão Pedro Ferreira assinara dois ajustes (limites e navegação), dependendo o de navegação do de limites, cuja solução ficara adiada por um ano... e o Imperador negou ratificação ao documentos.

Em 1856, Carlos Lopez, envia nova missão ao Rio, sendo chefe D. José Berges, para por fim aos desentendimentos sobre navegação e limites. O primeiro parecia de solução mais fácil que o segundo. Representou o Brasil o então ministro do Exterior Conselheiro Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Inicialmente, o Cons.^o Paranhos conseguiu isolar completamente os dois assuntos. Assim foi assinado um Tratado de amizade, navegação e comércio.

A discussão sobre limites foi conduzida pelo representante brasileiro com a maior cordura oferecendo novamente a antiga proposta: Iguaçu-Serra do Maracajú-Apa. Mas Berges queria mais, muito mais: a linha Ivinheima-Serra de Amambai-Rio Branco... Esta absurda pretensão sem qualquer amparo, provoca de Paranhos a expressão de que "O Paraguai não podia herdar direitos mais extensos do que os da metrópole." "Não podia pretender, ajunta Acilly, além da sua herança, mais do que efetivamente houvesse ocupado." (19) As conferências terminaram sem que chegassem a um acordo e a decisão adiada por um prazo de seis anos durante o qual seria respeitado o *uti-possidetis* atual de cada um dos interessados.

O Tratado de navegação de 1856 fôra de tal forma regulamentado pelo Governo paraguaio que suas franquias à navegação brasileira ficaram como que completamente revogadas. Duas missões são mandadas a Assunção. A primeira chefiada pelo futuro Visconde do Cabo Frio, que não concluiu as negociações e a segunda pelo Conselheiro Paranhos. A tarefa era dura mas o primeiro Rio Branco era homem para ela. Os regulamentos da navegação foram revogados e assinada uma convenção sobre a inteligência do Tratado de 1856.

A questão de limites não foi objeto de ajuste. Estava em suspenso até 1862. Aseguram alguns historiadores que a Missão de Paranhos retardou por alguns anos a guerra então iminente.

Mas ela veio. A 1.^o de maio de 1865 foi assinado em Buenos Aires um tratado entre o Brasil, Argentina e o Uruguai em que se estabeleciam os compromissos recíprocos, as providências para obter a vitória e uma paz duradoura. Na parte concorrente aos limites entre o Brasil e o Paraguai foi fixada a linha Igurey-Serra do Maracajú-Rio Apa, completada pelo Paraná de um lado, desde o Iguaçu, e pelo Paraguai do outro até a Baía Negra.

Terminada a guerra, enquanto o Brasil mantinha seu desejo de ficar de posse apenas do que lhe fôra assegurado pelo Tratado da

(19) — Id., Id., *ibid.* (pág. 81/82)

Tríplice Aliança e que era menos do que antes da guerra pleiteara e tinha direito, a Argentina, que fizera incluir naquele Tratado linhas divisórias enquadrando territórios sobre os quais não podia apresentar qualquer título de posse, ainda pretendia crescer suas descabidas pretensões. Já reafirmara o Brasil que "jamais quiz engrandecimento territorial à custa das Repúblicas vizinhas e não abusa da vitória, que lhe é certa, privando o Paraguai de território que seja incontestavelmente dele." (20)

Da divergência cada vez mais acentuada entre o Brasil e a Argentina para o cumprimento das cláusulas do Tratado de 1865 resultou que nosso país se decidiu a resolver separadamente com o Paraguai a contenda de limites. E assim o fez sempre revelando a mais franca cordialidade e a maior desambição territorial, que seria justificável num vencedor. Depois de várias demarches firmaram os interessados a linha: R. Paraná (desde o Iguaçu ao Salto Grande) — Serra do Maracajú — Serra de Amambai-Rio Apa-Rio Paraguai, que foi estabelecida no Tratado de 9 de janeiro de 1872 assinado pelo Barão de Cotegipe, pelo Brasil e D. Carlos Loizaga, pelo Paraguai.

Ficava, ainda, sem sertidão certa, a linha fronteiriça sobre o Rio Paraguai. Indiscutida e indiscutível a posse brasileira sobre a margem esquerda do rio, a margem direita tinha três pretendentes: a Argentina, a Bolívia e o Paraguai. Em 1876, por ação convincente da diplomacia brasileira a Argentina levantou suas pretensões. Restavam os outros dois.

Era norma diplomática brasileira ao ajustar questões de divisas, ressaltar sempre direitos de terceiros desde que fossem conhecidas suas pretensões. Em 1927 o Brasil encerrou definitivamente o caso na seção Foz do Apa-Baía Negra com o Paraguai, então senhor do território confinante com o Brasil na margem oposta do rio. Concluído o Tratado Ibarra-Mangabeira o Brasil cientificou ao Paraguai e à Bolívia que havia concluído a litígio com o primeiro por estar em sua posse o território fronteiriço mas que tal procedimento não significava qualquer prejulgamento nosso ao direito de terceiros sobre a região limítrofe.

BOLÍVIA — Ainda que derogadas pela superveniência da guerra de 1801, os Tratados de Madrid e S. Ildefonso seriam volta e meia lembrados na dirimência de questões de limites entre o Brasil e as antigas colônias de Castela.

(20) — Id., id., *ibid.*, citando Instruções reservadas a Francisco Otaviano (pág. 92)

A grosso modo estão traçadas no mapa que juntamos a este trabalho (fig. II) as fronteiras do Brasil de acôrdo co o estabelecimento nos Tratados de 1750 e 1777, o estado em que se encontravam em 1822 e o traço vigorante hoje em dia. (Nossos mapas são calcados nos apresentados pelo Embxor Macedo Soares, em "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial"). Nota-se a marcante diferença do traçado atual, para os anteriores, da confluência Mamoré-Guaporé ao Javari.

A Bolívia atual é a antiga Audiência de Charcas, primitiva dependência do Vice Reinado do Prata. "Era muito indecisa a sua configuração territorial que abrangia o grande planalto onde se aglomerou o núcleo primitivo de povoamento e raro desciam seus povoadores para o declive oriental, sempre o mesmo hoje escassamente povoado. (21).

Atravessada a fase de contínuas agitações intestinas, que caracteriza os movimentos pela independência das nações sul-americanas, e os acontecimentos posteriores relativos à consolidação de suas soberanias, puderam ser abordadas as questões de limites entre o Império e seus vizinhos.

Com a Bolívia, só em 1867, poudo ser firmado o primeiro tratado de definição de divisas e, dado que os tratados anteriores concluídos entre as antigas metrópoles estavam rôtos, restava a aplicação do *uti-possidetis* como base das negociações. O Império, em plena guerra, sofria as antipatias gerais não obstante o liberalismo de sua política internacional. A discussão do tratado foi conduzida com muito tato e sua redação deixava aberta a porta para retificações posteriores que fossem aconselhadas pelo melhor conhecimento geográfico da raia fixada. Assim foi determinada a fronteira desde a Baía Negra, para o N., até o Javari.

O pacto de 1876 definiu a linde mais ou menos claramente até a confluência do Beni no Madeira ou no ponto de latitude sul 10°20', donde seria traçada uma "linha leste-oste no sentido de um paralelo até encontrar o Javari. Se essa linha não encontrasse a nascente do Javari, possivelmente situada mais ao norte, a linha leste-oste sofreria uma inflexão retilínea para atingir a nascente do Javari." (22)

A demarcação de tal linha seria profundamente lesiva aos interesses do Brasil, se respeitado o *uti-possidetis*, pois as terras ao sul da linha geodésica de 10°20', de há muito era ocupadas por brasileiros e portugueses. O balizamento, em 1878, chegara até a confluência Beni-Madeira, determinando algumas modificações da fronteira fixada ora para atender direitos de uma, ora da outra parte, que tivesse populações localizadas naquelas paragens.

(21) — João Ribeiro — Ob. cit., (pág. 63)

(22) — Id., id., ibid. (pág. 66)

A exploração da árvore da borracha ocasionou a penetração da região do rio Acre ou Aquiri por parte de dezenas de milhares de brasileiro, em sua maioria nordestinos. Reclamam os bolivianos contra a invasão e criam um posto alfandegário em pleno seringal brasileiro de Caquetá. Reagem os brasileiros expulsando as autoridades bolivianas.

Surge a idéia de independência do Acre tão distante e quasi inacessível à assistência de qualquer dos dois governos. Luiz Calvez, primeiro, e Plácido de Castro, depois, foram os chefes da reação dos seringalistas ameaçados de expoliação. Durante longos anos viveu aquela região em estado de guerra sendo mais crítico o periodo de 1898 a 1902.

Quando a Bolívia resolveu, em 1901, arrendar o território a um sindicato anglo-americano (Bolivian Syndicate) para a exploração da borracha levanta-se um clamor geral em todo o Brasil. O Acre, de direito, pertencia à Bolívia mas só era facilmente acessível pelos rios da bacia amazônica, o que o tornava um prolongamento do Brasil. Foi descoberto, povoado, colonizado e valorizado pelo nordestino indene ao sofrimento do maior desconforto moral e físico. *De fato*, a região era nossa.

O governo Rodrigues Alves (1902-06) recebera pesados encargos. O regime ainda falto de vitalidade procurava amparo nos grandes homens. O paulista ilustre organizou sua equipe de governo com carinho patriótico: Frontin, Pereira Passos, Lauro Muller, Oswaldo Cruz e Rio Branco eram as forças máximas da época, e ele os reuniu num governo para grandes realizações.

Viu Rio Branco quasi à força. Empossado, enfrentou sem tibiezas o caso acreano que apaixonava a opinião pública. Convencido da necessidade de tornar brasileiro o território propõe, como única solução, sua compra ao governo boliviano. A proposta é inicialmente repelida como já o fôra no governo anterior (Campos Sales). A Bolívia estava segura de seus direitos pois "todo o Território do Acre era boliviano, consoante invariável interpretação dada ao Tratado de limites de 1867 pela nossa Repartição dos Negócios Estrangeiros no Império e na República, segundo a qual a linha oblíqua Javari-Beni constituía a divisória entre o Brasil e a Bolívia..." (23). A opinião pública mundial, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, era contrária à atitude do Brasil e a este, conforme reconheceu e declarou Rio Branco, só podia interessar uma solução amigável e imediata. O arbitramento seria a protelação do inevitável à custa de sangue de nossos patrícios em constantes atos de rebeldia.

(23) — A. G. Araujo Jorge — Ob. cit. (pág. 132)

Ao Grande Chanceller apresentava-se um dilema: ou o Brasil reconhecia a soberania boliviana sobre o território que, de direito, lhe pertencia mas que os brasileiros povoaram e exploravam, ficando contra estes e, para submetê-los, teria que recorrer às armas aliado ao estrangeiro de território estrangeiro, contrariando imutáveis princípios que norteavam a política internacional do Brasil.

A Bolívia resolve porém que nenhuma discussão manteria sobre o caso enquanto não dominasse a insurreição acreana e, para debelá-la, faz seguir uma expedição militar. Rio Branco revidou à altura providenciando a ocupação militar da região até a solução do litígio e disso faz ciente a parte contrária. Era a defesa inconcussa dos nossos patriotas. Isto feito exhibe-se em sua plenitude a compleição robusta do grande estadista: redobra de atividades buscando a solução pacífica do prêmio que, pelas armas, seria de pronta decisão. Mas não era esse o desejo do Brasil. Consegue, em pouco tempo, que a Bolívia assine um Acôrdo Provisório, e o Sindicato sua cabal desistência de pleitear, em qualquer tempo, direitos de exploração do território, mediante o pagamento de 110.000 libras esterlinas.

Em julho de 1903 são retomadas as negociações definitivas à base de uma permuta de territórios. Em novembro, a 17, foi assinado o Tratado de Petrópolis, ato realizado na cidade serrana, encerrando-se com esse documento uma questão longa de mais de 30 anos. De acôrdo com o termos do ajuste o Brasil deu compensações territoriais ao longo da fronteira; construiria a E. F. Madeira-Mamoré, dando à Bolívia liberdade de trânsito por esta estrada e pelos rios amazônicos até o Atlântico, e pagaria uma indenização pecuniária de dois milhões de esterlinos, recebendo em troca o território do Acre inteiramente habitado por brasileiros e cuja parte meridional era inquestionavelmente nossa e a setentrional dependente da inteligência do Tratado de 1867 realizado sobre bases muito frágeis de conhecimentos geográficos incompletos.

O Tratado de Petrópolis foi completado, ou melhor, coroado com o Tratado do Natal, de 1928, que fixou definitivamente a linde brasileiro-boliviana e assentou o plano das ligações ferroviárias entre os dois países.

PERÚ — O milenar império dos Incas foi mostrado ao mundo nos albores do século XVI. Pizarro e seus aventureiros traem e sacrificam Atahualpa abrindo a era da expansão espanhola que redundaria na criação do Vice Reinado do Perú abrangendo tôdas as terras sob o domínio de Castela.

As transmutações político-administrativas nunca afetaram o pre-
tígio que a civilização incisa assegurava ao País. Vais...
Independência e a terra do funcionamento da cia. de
trns. de ligação terrestre-aérea de exército que estiver
atribuída ao Ex. do Ex.

Operar um certo número de operações que

a) — executará as ff

A 12 de julho de 1904 são assinados dois Acôrdos: O primeiro criando um Tribunal Arbitral, no Rio, para julgar reclamações brasileiras e peruanas, e o segundo, provisório, neutralizando a região para que os governos interessados pudessem chegar ao entendimento sem a eclosão de novos conflitos e, ainda, criando duas comissões técnicas incumbidas de reconhecer os rios Alto-Juruá e Alto-Purús, até suas cabeceiras.

A região neutralizada passou a ser administrada por Comissões Mistas, uma para o Alto Purús (Euclides da Cunha, pelo Brasil) e outra para o Alto Juruá (Gen. Belarmino de Mendonça). As providências foram benéficas. Cessaram as incursões peruanas e reinou calma na região.

A Rio Branco cabia dar solução a mais um caso de fronteiras. E o faria com a mesma desenvoltura anterior pois conhecia a fundo tôdas as questões ligadas à História ou à Geografia do Brasil.

Quando foi assinado o Tratado de 1867 (Brasil-Bolívia) o Governo peruano apresentou seu protesto ao da Bolívia que lhe não reconheceu, contudo, qualquer direito sobre os territórios em litígio com o Brasil. Não desanima o Governo peruano e tenta várias vezes chamar o Brasil a conferenciar em conjunto com a Bolívia, para resolverem os três sobre seus limites na região entre o Madeira e o Javari. Evidentemente as pretensões do Perú era exageradas, mas não porisso, mas porque a discussão a três nunca foi de boa prática, recusou sempre o Império as sugestões peruanas. Em 1903 insiste o Perú em estar presente às discussões que resultaram no Tratado de Petrópolis. Rio Branco declina da proposta como da de submeterem as três nações interessadas suas questões de limites a juízo arbitral. Justifica Rio Branco ser mais simples e mais prático tratar com cada parte à sua vez. Ressalvou-se contudo no Tratado de Petrópolis que o Brasil reconhecia possíveis direitos ao Perú e com ele, em tempo oportuno, discutiria o assunto. Solucionado o litígio com a Bolívia o Chanceller brasileiro deu início às gestões com o Perú prolongando-se elas de 1904 a 1909, quando foi assinado o Tratado de 8 de setembro. Nesse interim a Bolívia e o Perú submetiam ao juízo arbitral do Governo argentino sua pendência e sendo o laudo favorável à Bolívia simplificou-se a questão com o Brasil pois, da exagerada pretensão peruana de 442.000 km² coube, finalmente, ao nosso vizinho, um território de cerca de 39.00 km² tirados do Acre, cuja totalidade (191.000 km²) estava incluída nas exigências do Perú.

Posteriormente o Perú teve que ceder à Colômbia uma parte de seu território confrontante com o Brasil, de Tabatinga para o N. Estivemos alheios ao conflito entre ambos.

A fronteira Brasil-Perú oferece a particularidade de incluir na sua linha o ponto mais ocidental do nosso território.

COLOMBIA — Passado o ciclo da Independência as novas nações sul-americanas, excluído o Império cujo regime assegurava maior solidez, viveram longo tempo num clima de insegurança, sacudidas por revoluções, dominadas por caudilhos. Faltava, é evidente, a tais governos, a autoridade suficiente para decidir de questões vitais como são as de limites. Contudo era mister iniciá-las pelos menos.

A secção de nossa atual fronteira com a Colômbia era de fixação delicada e complexa. Com o desmembramento do Vice Reinado de Nova Granada, Colômbia, Equador e Perú pleiteavam confinar com o Brasil na região do Amazonas ao Japurá.

Conforme já vimos o Perú reconheceu pelo Tratado de 1851, com ele concluído por ser a nação dominadora da região, o limite definido pela linha Tabatinga-Apaporis.

Bem cedo, por volta de 1828, procurou a Colômbia acertar suas lindes com o Brasil e desde logo revelou suas absurdas pretensões de vigorar a divisa fixada no Tratado de 1777. Não é demais insistirmos na nulidade daquela Tratado revogado pelo de Paz, de Badajoz em 1801. Só a aplicação do *uti-possidetis* poderia resolver, à falta de tratados, as questões de fronteiras. Escudado neste ponto de vista repeliu o Brasil tôdas as tentativas colombianas até que em 1853, em Bogotá, foi assinado o primeiro tratado de limites entre o Império e aquela República, negociado à base do *uti-possidetis*. O Senado colombiano regeitou-o por unanimidade, em 1855, "sob o fundamento principal de que o reconhecimento da fronteira estipulada importaria no enfraquecimento dos títulos territoriais de Nova Granada nas controvérsias de limites com as Repúblicas do Perú e Equador" (24). O sonho colombiano era trazer sua divisa pelas margens N. do Amazonas e S. do Japurá, metendo uma formidável cunha em pleno território brasileiro.

Oitenta anos se passaram desde o início das primeiras negociações e antes que o assunto tivesse sua solução final. Só em 1907, sendo ministro do Exterior Rio Branco, teve desfecho a questão quasi centenária. O Tratado de 1907 dividiu em três secções a fronteira brasileiro-colombiana: 1) de Cucuy até a nascente do Memachi; 2) daí à foz do Apaporis; e 3) dessa foz ao Amazonas. A terceira secção ficaria "sujeita a posterior negociação, no caso de vir a ter ganho de causa a Colômbia em seus litígios com o Perú e o Equador." Ora, o Perú, como acima ficou dito, em 1851, aceitara como fronteira a linha reta de Tabatinga à foz do Apaporis no Japurá. O Equador, em tratado condicional assinado a 6 de maio

(24) — Id., id., *ibid.* (pág. 175)

de 1904, reconhecia previamente e sem maior dificuldade a mesma linha para o caso de vir a confinar com o Brasil como esperava. Mas a Colômbia queria mais, muito mais... Queria, mas não teve. Com referência à segunda secção acima indicada foi adotado de comum acôrdo o respeito à posse da época de envolta com recíprocas tolerâncias em concessões amigáveis. Quando a terceira secção houve apenas uma mudança de vizinho. Antes a Venezuela, depois a Colômbia, vencedora por decisão arbitral da Rainha Regente da Espanha. A fronteira ali já estava demarcada e a Colômbia reconheceu-a.

O tratado de 1907 sem ser completo deu resultado que dele se esperava: permitiu o ajuste sobre a navegação no Içá pela Colômbia; definiu limites em *territórios disputados por quatro nações diferentes: Venezuela, Colômbia, Equador e Perú* e deixou margem para a solução final que foi encontrada graças aos bons ofícios do Snr. Charles E. Hughes, Secretário do Estado norte-americano em 1925, solicitados pelos três governos interessados na divisa entre o Amazonas e o Japurá. Foram aceitas as sugestões do ilustre estadista norte-americano das quais resultou o reconhecimento pela Colômbia da linha Tabatinga-Apaporis.

Em 15 de agosto de 1928, um século depois das primeiras negociações provocadas pela República de Nova Granda por seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Imperador D. Pedro I, foi encerrada a contenda com reconhecimento da linha Tabatinga-Apaporis e recíprocas concessões do Brasil e Colômbia, à perpetuidade, da livre navegação por seus barcos nos rios comuns a ambos os países.

VENEZUELA — A primeira *tierra firme* vista por Colombo tomou o nome de Venezuela (Veneza pequena).

As agitações políticas que assinalam a era da Independência na América Latina encontraram na Venezuela campo propício. A terra do Libertador não se entibiu jamais com o poderio da Mertopole, mas o sonho de seu grande filho dissipou-se com a libertação! A Grande Colômbia desmoronou-se mal se viu independente.

Governos carentes de prestígio e autoridade não poderiam acertar questões da delicadeza de um ajuste de fronteiras. Porisso não foram ratificados os primeiros convênios de limites e navegação escritos em 1852 e 1853. Mais alguns anos, em 1859, foi firmado o Tratado que praticamente vigora até hoje pois os limites nele definidos não sofreram modificações de monta.

A descrição da raia tinha início na nascente do Rio Menachi, ia de O. para L. pelas terras altas que dão nascente a pequenos afluentes

do Rio Negro, pela margem direita, acompanha parte do curso deste rio, atravessa-o em frente à ilha S. José, próximo à pedra de Cucuí. Esta secção, como já está dito, passou a ser entre o Brasil e a Colômbia por haver a Venezuela perdido uma questão arbitrada pela Rainha Regente da Espanha, em 1892. Da ilha S. José em diante a fronteira é composta de duas linhas geodésicas, uma daquela ilha ao Salto de Huá, no canal de Maturacá e outra desse salto ao Cerro Cupí. Desta altura a raia segue pelas terras elevadas que separam as bacias Negro-Branco da do Orenoco, até chegar ao monte Roraima, notável por ser o ponto mais setentrional do Brasil e o mais elevado do maciço das Guianas.

Posteriormente ao Tratado de 1859 alguns firmados de comum acôrdo têm dirimido dúvidas locais a plantação de marcos.

GUIANA INGLESA — Os primeiros exploradores da vastíssima região situada entre o Orenoco e o Amazonas foram os holandeses. Posteriormente o nome de Guiana se applicou a uma região menos extensa, já limitada pelos Essequibo e Oiapoc não obstante as excessivas pretensões de ingleses e francezes em ficarem pé na primitiva Guaiana, isto é em se espalharem até às margens do Amazonas e Branco..

Aos últimos alentos do século XVI os holandeses estabeleceram-se na confluência do Cuyuni e Mazaruni, afluentes do Essequibo, onde encontraram ruínas de um forte português.

Meio século depois os francezes expulsos do Maranhão chegaram à Guiana e fundam Cayenne.

A Guiana Inglesa foi a última a constituir-se e sua configuração, até pouco tempo, apresentava certa variabilidade dadas suas pretensões de absorver territórios vizinhos e pertencentes à Venezuela, ao Brasil e à Guiana Holandesa.

Sua questão de limites com o Brasil data de 1838. Até 1839 os geógrafos e cartógrafos de nomeada tinham como certa a fronteira da então Guiana Inglesa (conquistada à Holanda) com o Brasil, definida pelo *divortium aquarum* das bacias do Amazonas e do Essequibo. Robert Schomburgk, geógrafo e explorador alemão a serviço da Grã-Bretanha, foi o iniciador da questão que durou oitenta anos. Voltando elle em 1838 à aldeia Pirara, onde estivera três anos antes, e encontrando-a abandonada tomou posse dela em nome da Corôa Britânica fazendo fundar ali uma missão anglicana de catequese das tribus das redondezas.

Mal entendidos conseqüentes das distâncias e inviabilidade do território em contestação, aliados ao interesse do Governo da Guiana

Ingleza em mostrar-se zeloso pela soberania e expansão inglesas, rendudaram em represálias da parte do governo do Pará. Caminhavam as cousas para a luta armada quando o Governo brasileiro, em 1842, propoz a neutralização do território do Pirara. De pronto foi atendida a sugestão do Império estendendo-se, porém, por influência do mesmo alemão, a zona neutralizada até as margens dos rios Cotingo, Maú e Tacutú.

Procurou o Brasil, no ano seguinte, solucionar a demanda enviando uma Missão especial a Londres (Cons.^o José de Araujo Ribeiro), que teve várias conferências com Lord Aberdeen apresentando-lhe um projeto de convenção calcada na linha do Rupumuni e o paralelo 2.^o de latitude N. até encontrar a nascente do Correntine, início da fronteira com a Guiana Holandesa. A contra-proposta de Lord Aberdeen era pela linha Maú-Tacutú a O. e o mesmo segundo grau ao Sul. A firmeza da atuação do Cons.^o Araujo Ribeiro levou o Governo britânico a considerar a proposta brasileira com a variante de cedermos Pirara e um território circunvizinho de algumas milhas, para conforme dizia, garantir a proteção oferecida pela Inglaterra às tribus ali residentes. Não estando para tanto autorizado o enviado brasileiro suspendeu as negociações. Em 1888 o Brasil fez uma tentativa para solucionar o caso e em 1891 a Inglaterra igualmente procedeu, revivendo a proposta de Lord Aberdeen pela linha Maú-Tacutú.

Agravando-se a situação da fronteira Brasil-Guiana Francesa resolveram o nosso Governo acelerar a decisão do litígio com o Império britânico a fim de poder contar com êsse como aliado na questão com a França, que tentava envolver as duas outras Guianas com o território da sua, aumentado do que nos pretendia usurpar. As demarches duraram de 1896 a 1898 quando decidiram os dois governos apelar para a arbitragem (Tratado de 1901). O Rei da Itália foi o árbitro escolhido e, em 1904 deu sua decisão reconhecendo apenas parte das razões apresentadas pelo Brasil. Convencidos os dois governos interessados de que havia pequenos erros geográficos na sentença arbitral decidiram retificá-los de comum acôrdo, o que fizeram em 1926.

GUIANA HOLANDESA — A despeito de terem sido os primeiros colonizadores da região guianense os holandeses sofreram as investidas dos franceses e dos ingleses, seus vizinhos de flanco, procurando cada um mais avançar no território central.

Com o Brasil, ao Sul, nenhuma questão de fronteiras teve a Guiana Holandesa, ou Surinan. O *divortium aquarum* dos rios amazônicos e dos tributários do Atlântico Norte foi sempre reconhecido como limite

natural entre os dois vizinhos, ambos despidos de ambições expansionistas.

Em 5 de Maio de 1906 foi concluído um Tratado entre os Governos interessados dando forma jurídica ao que a tradição já consagrara.

GUIANA FRANCESA — Fracassando suas tentativas de fundar uma França Antártica, com Villegaignon, no Rio e uma França Equinocial, com La Ravardiére, no Maranhão, dirigiram-se os franceses para a Guiana onde seriam mais felizes. Em 1629 fundam Cayenne, núcleo inicial da futura Guiana Francesa e ainda hoje sua capital.

Segue-se uma fase em que os holandeses tomar a colônia, os franceses retomam-na, são vencidos pelos ingleses e esses pelos holandeses aos quais, finalmente, os franceses retomam-na definitivamente. Em 50 anos a Guiana teve assim nada menos de seis dominadores: franceses, holandeses, franceses, ingleses, holandeses, e finalmente os franceses.

O espírito expansionista vigorante na época leva os franceses a buscar o Sul, as margens do Amazonas, onde pretendiam fazer chegar seus domínios. Logo passaram dos desentendimentos aos conflitos armados com as autoridades portuguesas e as duas Corôas entenderam ser necessário fixar a lindes de seus domínios. As negociações tiveram início mas não chegaram a bom termo e só chegariam... duzentos anos depois!!!

Em 1713, em Utrecht, celebrou-se um Tratado em que a França renunciava à navegação do Amazonas e às terras entre esse rio e o Japoc ou Vicente Pinson. Este Tratado, e principalmente seu artigo 8.º que definia os limites entre as duas possessões, seria invocado durante quasi dois séculos e, finalmente, sua interpretação daria ganho de causa ao Brasil no litígio com a França.

Pouco depois de 1713, em 1731, começaram os franceses a dizer ora que o Japoc e o Vicente Pinson eram dois rios diferentes; ora davam ao Araguari o duplo nome de Japoc ou Vicente Pinson; ora queriam indentificar outros rios com tais nomes. E, sempre, a cada sofisma, caminhavam para o Sul buscando as margens do Rio Mar. Desejosa de encerrar a questão a Corôa de Portugal chegou mesmo a aceitar o Rio Araguari como limite Sul da Guiana Francesa com sua colônia.

A vinda de D. João VI para o Brasil e o lançamento de seu Manifesto tornando nulos todos os tratados assinados com a França retorna a questão ao estado inicial. Manda o Regente invadir a Guiana Francesa como represália, e instala-se ali o domínio português que durará 8 anos. O Tratado de Paris, conseqüente da queda de Napoleão, estabelecia a restituição da Guiana à França desde o rio Carapaporis.

Portugal não aceitou a cláusula por ser a revivescência da complexa questão. No Ato Final do Congresso de Viena de 1815 foi inserido um artigo pela qual a Guiana Francesa seria restituída "até o Rio Oiapoc, cuja embocadura está situada entre o quarto e o quinto grau de latitude Norte, limite que Portugal sempre considerou como o fixado pelo Tratado de Utrecht" (25). A este Ato seguiu-se a Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, confirmando o estabelecido em Viena. A Guiana foi restituída à França mas sua fronteira com o Brasil ficou sem reconhecimento e demarcação.

A época de nossa Independência recrudescce na França a campanha expansionista. Voltam os conflitos na zona em pendência com a intrusão de um destacamento militar francês em Amapá, em 1836, e que só evacuou o território quatro anos depois por imposição da Inglaterra. No ano seguinte acordaram o Brasil e a França em neutralizar o território até a decisão do pleito. Retomadas as negociações não chegam a termo. A França exige o limites no Araguari cedendo até Carapaporis; Portugal insiste no Oiapoc, cedendo até o Cunani e mesmo o Calsoene. E o caso continua...

Proclamada a República interrompem-se as negociações em curso.

Em 1894 são descobertas jazidas de ouro nas cabeceiras do Calsoene. Agrava-se a situação. Com a chegada de aventureiros formam-se dois governos: um brasileiro, outro francês. Como não podia deixar de acontecer sobrevêm desentendimentos, rivalidades, que resultam na prisão do Capitão Governador do Amapá (que se dizia representante da Guiana) pelo cabeça do triunvirato brasileiro — o Cabralzinho. Em represália o faccioso Governador militar de Cayenne despacha para o Amapá uma expedição militar havendo luta sangrenta. Esses lamentáveis acontecimentos despertam os povos de ambos os países que clamam pela cessação de tal estado de coisas. Era imperioso solucionar o litígio.

"Esgotados todos os meios conducentes a um acôrdo direto, só restava o recurso ao juízo arbitral. (26) Rio Branco a custo acedeu em advogar a causa do Brasil pois considerava a projeção internacional da França um fator preponderante no ânimo do julgador; já serem do conhecimento desse país as razões que o Brasil teria de apresentar e seriam as mesmas já expostas em 1861, enquanto que as da França não eram conhecidas; e ainda que, depois de 1815, os Plenipotenciários portugueses complicaram a questão admitindo erro no Tratado de Utrecht, de 1713, ao reconhecer como um só dois rios distintos.

(25) — Id., id., *ibid.* (pág. 74)

(26) — Id., id., *ibid.* (pág. 83)

Rio Branco já vinha, de há muito, preparando a Memória com que o Brasil defenderia seus direitos perante o árbitro e orientou o Ministério do Exterior na redação do Tratado de arbitramento levando em conta tôdas as hipóteses de modo que o Brasil pudesse acobertar-se contra o poderio impressionante de sua adversária.

Nêsse meio tempo a situação continuava tensa e não era respeitada, de parte a parte, a neutralidade do Território em litígio.

Conforma-se Rio Branco em ser o advogado do Brasil sendo nomeado por decreto de 22.XI.98, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto ao Governo Suíço.

A França na sua contestação incluía um território que orçava em 260.000 km². Era absurda sua pretensão do limite interior, isto é da faixa delimitada pela nascente do Araguari até a margem esquerda do Rio Branco envolvendo, pelo Sul, as demais Guianas. O Território marítimo era o que de fato ela pretendia, sendo a pretensão interna mais uma diversão... O caso do território marítimo dependia da identificação do *Japoc* ou *Vicente Pinson* como sendo o atual Oiapoc, ou o Araguari, como a França pretendia. Vencendo êsse seu ponto de vista acarretaria a vitória de tôda a contestação. Mas não venceu. E a 1.º de dezembro de 1900 tinha fim a mais longa questão de limites que o Brasil sustentou e foi ganha graças ao saber primoroso do nunca bastante louvado estadista que foi Rio Branco e à inteireza moral do Presidente da Confederação Suíça que lhe permitiu agir como disse Rui Barbosa, "com elevado espírito de justiça e reconhecida independência."

CONCLUSÃO — *As questões de território, como as questões de honra, são as que mais exaltam o melindre nacional. É de acôrdo com o sentimento nacional, portanto, que os homens de Estado tem de resolvê-las, se as quiserem deixar com efeito resolvidas, e medirem o mal das agitações alimentadas por uma impressão popular de ofensa à integridade do país, diz Rui Barbosa em carta de resposta a Rio Branco. A exaltação do melindre popular manifestada pela imprensa, em discursos, comícios, e outros meios de difusão da palavra escrita e falada, foi notável nos casos do Acre e do Amapá, onde corren sangue brasileiro, como fôra no das Missões, inculento é verdade, mas que amputava uma parte do território nacional sacrificado em favor de uma mal inspirada preocupação de fraternidade americana. E foi atendendo ao sentimento nacional melindrado que os homens de Estado resolveram com efeito aqueles e outros casos.*

A repulsa unisona do povo ao Tratado de Montevideu fez com que o Congresso Nacional negasse por 142 contra 5 votos sua aprovação ao documento firmado por Quintino Bocayuva.

De Alexandre de Gusmão ao nossos dias todos os diplomatas brasileiros tiveram por norma única um conjunto de princípios em que ficassem resguardados os direitos do Brasil ao que fôsse inquestionavelmente seu e, porisso, na defesa da mínima porção de nosso território foi sempre posta a maior e mais decidida firmeza de ação. Mas, a par da intransigente defesa do que é nosso há sempre o respeito absoluto ao que não nos pertence e um insofismável sentimento de boa vizinhança. Duarte da Ponte Ribeiro, em 1844, aconselhava o Governo a ceder a navegação da Lagoa Mirim aos urugaios pois, não obstante a lagoa dever ser toda brasileira, a existência de possessões orientais em suas margens tornava impossível negar-lhes aquele direito. A voz do grande Conselheiro foi ouvida um pouco tarde; é de dizer-se, mas o foi, ao tempo e por obra de Rio Branco.

No caso das Missões a posição do Brasil foi claramente definida pelas expressões de D. Pedro II já citadas e que se resumem nestas: Se o território é nosso, não o cedemos; se não é, não o queremos; se há dúvida, o árbitro decida.

Em cada litígio a questão se apresenta com características próprias e é de maior relêvo a atitude do Brasil frente ao Paraguai. O pensamento do Governo Imperial estava espelhado nestas palavras oficiais, também já citadas: o Brasil jamais quis engrandecimento territorial à custa das Repúblicas vizinhas e não abusa da vitória, que lhe é certa, privando ao Paraguai de território que seja incontestavelmente dele." (20) O que se viu depois da guerra foi o Brasil vencedor defendendo o Paraguai das expoliações de que se via ameaçado...

A política de fronteiras do Brasil foi sempre calcada no respeito aos seguintes princípios: "1.º, o *uti-possidetis*; 2.º, as estipulações celebradas entre as Corôas de Portugal e Espanha, naquelas partes em que elas não contrariam os fatos de possessão, e esclarecem as dúvidas resultantes da falta de ocupação efetiva". (27)

Estamos hoje com as nossas lindes juridicamente consolidadas. A raia é um traço firme, inquestionável, já assinalado em sua quasi totalidade pelos marcos plantados por comissões mistas de representantes das partes interessadas agindo na maior harmonia.

Não queremos encerrar este ligeiro esboço histórico, em que só tivemos por mira compilar o que temos lido, sem prestar nossa comovida homenagem a todos que perlustraram as inóvias terras fronteiriças assinalando com o tacão de sua bota bandeirante ou com o auxílio de mo-

(27) — Hildebrando Accioly — Ob. cit. (pág. 80)

dermíssimo instrumental, os marcos mais avançados de nossa soberania deixando lá senão a própria vida, sua mocidade ou sua saúde, ao serviço do Brasil.

ERRATA

Por haverem escapado à revisão do número 384, de Maio pp., solicitamos aos nossos leitores façam as seguintes alterações no artigo cujo título encima estas linhas:

Pág. 162 — a nota (2) corresponde aos n.ºs (2) e (3) do texto e as notas (3) e (4) correspondem aos n.ºs (4) e (5) do texto; este à pag. 164.

Pág. 164 — a nota (5) corresponde ao n.º (6) do texto à pag. seguinte.

Pág. 165 — cancelar a nota (6)

Pág. 166 — cancelar, no texto, o n.º (3), e nota (8) corresponde ao n.º (9) do texto à pag. 169.

Pág. 169 — a nota (9) corresponde ao n.º (10) do texto à pag. 171.

Pág. 171 — as notas (10) e (11) correspondem aos n.ºs (11) e (12) do texto, o último na pag. 172.

Pág. 172 — cancelar a nota (12).

Estas correções se impõem principalmente aos que desejem consultar as obras indicadas.

Na Fig. II lêa-se (Mapa calcado nos apresentados por Macedo Soares em "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial") e não como foi publicado.

NOTA — O mapa referente à figura II, foi publicado na REVISTA do mês de maio.

SÍTIO DE BAGÉ

(Episódio da Revolução de 1893)

A GUISA DE PREFÁCIO

Pelo Ten. Cel. *EDUARDO PERES CAMPELO DE ALMEIDA*

Propomo-nos lançar este pequeno volume sobre um dos episódios da revolução de 1893.

Não nos move outro intuito que o de colaborar para o esclarecimento de um fato, por muitos, pouco conhecido e por alguns ignorado, e que no entanto constituiu um acontecimento marcante nos nos primórdios do Regime Republicano.


Para organizar estas desprezenciosas notas valemo-nos dos elementos fornecidos pelos Srs. General de Divisão Graduado Reformado João Fleury de Souza Amorim e General de Brigada Reformado Manoel Antônio Pereira da Cunha que forneceu também as fotografias que ilustram este opúsculo. São veteranos dessa epopéia que tão alto elevou o nome do soldado brasileiro pela bravura, pela dedicação, pelo estoicismo e, principalmente, pela lealdade demonstrada naqueles dias nevoentos de 1893. Assim também "Os Grandes Soldados do Brasil" do Coronel Lima Figueiredo e a História do Brasil, de Rocha Pombo, completaram os elementos de que nos valemos para o estudo que fizemos.

É natural compreender-se a facilidade que teriam os adeptos do trono para lançarem um contra golpe restaurando o regime decaído, caso fosse vencedor, na luta fratricida a que se lançaram os partidos na ganância do poder, a facção que combatia o governo. Naturalmente a deposição deste constituiria um fato notável e criaria um momento crítico na vida republicana de que poderiam aproveitar-se os monarquistas para, pelo menos, desmoralizar o regime recém implantado no País.

Foi, sob todos os pontos de vista, lamentável que se tivessem passado os fatos que narraremos nestas páginas; são fatos com que não nos devemos vangloriar pois se trata de uma luta entre irmãos e dela pouco se aproveitará para a Nação que se vê, em tais ocasiões, a braços com problemas que lhe abalam o crédito além de perder vidas que lhe seriam preciosas.

Justamente por isso não nos move aqui um sentimento de crítica, mas num relato, a luz dos documentos e de informações, imparcial e tanto quanto possível verdadeiro, tentar a elaboração de um trabalho possivelmente útil à história brasileira.

Se esta utilidade se fizer sentir; se este trabalho tiver o mérito de fazer lembrar um fato que se acolhera nas dobras do tempo, sentir-se-á o Autor plenamente recompensado.

—  A memória daqueles que tombaram na luta fratricida de 1893, as nossas respeitosas homenagens.

AS CLASSES ARMADAS E A NAÇÃO

As Classes Armadas emanam do povo e são a garantia de sua vontade e constituem a salvaguarda da soberania da Nação.

Para ser forte, a organização militar de um povo deve logicamente decorrer de sua constituição política. Quando as instituições se modificam, as bases das classes armadas devem modificar-se paralelamente. Estas adquirem toda a sua força quando seu organismo corresponde intimamente ao estado social do País.

Se isso não succeder as classes armadas podem envelhecer em relação ao progresso da Nação que será então mal servida, que não sentirá o apoio devido por uma entidade que é a salvaguarda de sua soberania. Muitas vezes, como observamos na nossa própria história, e de um modo geral na história dos povos, a incompreensão dos fundamentos em que repousa o grande edifício que constitui as classes armadas, cria um verdadeiro abismo entre a Nação e os seus defensores natos, com grande detrimento para o progresso das Nações.

Por vezes pequenas questões, que aparentemente nada têm de importância, atingem proporções incommensuráveis cujas conseqüências não serão dadas prever. E o caso, por exemplo, da *questão militar* suscitada nos últimos tempos da monarquia. A aplicação de uma pena disciplinar a um Capitão, cuja companhia se sediava no Piauí, foi o início do rastilho que, hábilmente explorado, criou a célebre questão constituiu um dos fatores predominantes da queda do trono. Divorciara-se o Exército da Nação, separando-se inteiramente dos governantes, que segundo os políticos da época pouca importância ligavam as instituições, tratando antes de garantir o futuro, lucupletando-se com as vantagens advindas do Poder.

Para que esse divórcio não se efetive é necessário que os métodos de instrução e de disciplina correspondam ao estado político do País e progridam com elle.

Mas, raramente isso acontece, e porque? Porque o espirito das classes armadas, as tradições de que são impregnadas, só muito len-

tamente se modificam. Acontecendo algumas vezes, que se atrasam sobre o movimento do seu tempo.

A estreita ligação entre a mentalidade da nação com os processos de instrução e de disciplina, é necessário para dar às classes armadas seu máximo de potência.

OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Não se procesaram, como era de esperar, em calma, os primeiros anos da República. Ainda se fizeram sentir os efeitos da questão citada militar, uma vez que o Congresso se mostrava radicalmente contra a corrente militar. O mal estar decorrente cedo se transformou em irritação dada a incompatibilidade das duas forças em presença: O Presidente da República e Congresso.

O rompimento não podia tardar e surgiu violento. Julgava o Marechal Deodoro que o equilíbrio seria restabelecido por um golpe de força e assim agiu, dissolvendo o Congresso.

O erro deste golpe sentiu-o logo o Governo, pois tramou-se imediatamente uma contra-revolução tendo como elementos proeminentes o Almirante Custódio José de Melo e o próprio Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto.

Embora dispusesse de elementos para reagir e sufocar a luta que se avizinhava, e que, seria dura e prolongada, Deodoro, já cansado, preferiu nobremente renunciar ao poder. Para isso convidou o Vice-Presidente para substituí-lo.

Governou o Marechal Floriano de 1891 a 1894, mas como, na opinião de alguns, não procurou cumprir o preceito constitucional sobre a nova eleição (1), teve o seu governo entrecortado de revoluções, algumas das quais meros acidentes, outras entretanto, de caráter grave.

Estes movimentos tiveram seu início na Fortaleza de Santa Cruz e se iniciou na manhã de 19 de janeiro de 1892, ao qual teve de aderir a Lage, que lhe fica fronteira.

A segunda manifestação contra o governante, foi justamente o manifesto assinado por 13 generais do Exército e da Armada insinuando, claramente, a necessidade de se proceder as eleições presidenciais, uma vez que o artigo 42 da Constituição então estatuiu: — "Se, no caso de vaga, por qualquer causa, do Presidente e do Vice-Presidente, não houver decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se à nova eleição".

(1) — Sobre esse assunto recomendamos a esplêndida Conferência realizada no "Círculo dos Oficiais Reformados do Exército e da Armada", no dia 30 de junho de 1941 por Pereira Lessa, sob o título "A Legalidade do Governo de Floriano".

Foi este documento uma verdadeira Carta-Ultimatum que mereceu resposta enérgica e violenta e que culminou a 12 de abril com a reforma dos signatários que, juntamente com outros militares e políticos foram mandados para o Alto Amazonas.

A PERSONALIDADE DE FLORIANO PEIXOTO — O MARECHAL DE FERRO

Floriano Peixoto foi, pode-se afirmar, um predestinado.

Nascido a 30 de abril de 1839, na vila de Ipioca, no Estado de Alagoas, entregou a alma ao Creador a 29 de junho de 1895, numa fazenda, na Estação de Floriano, no Estado do Rio de Janeiro.

Foram 56 anos de útil existência, assinalada por episódios que dignificam.

Tendo recebido uma bela educação dada por um tio, com 18 anos de idade candidatou-se a Escola Militar, verificando praça no 1.º Batalhão de Artilharia a Pé. Não foi ótimo estudante na Escola, mas os seus dotes de caráter, de honestidade e de camaradagem, grangearam-lhe um grande círculo de amigos.

Apesar de ser um soldado na mais alta expressão do vocábulo e pertencer ao Exército, o seu primeiro ato demonstrativo de sua fibra como guerreiro deu-o executando o papel de marinheiro. Foi a guerra do Paraguai que apanhou o Herói servindo no Rio Grande do Sul. A invasão inopinada do nosso território pelas hostes de Estigaribia levou de vencida as fracas guarnições de nossa fronteira meridional e as cidades e vilas foram cedendo, uma a uma, à fúria do invasor, até que em Uruguaiana o Chefe paraguaio cercado e já vencido, aguardava em vão, um reforço que deveria chegar em breve, dadas as promessas do Ditador do Paraguai.

Era, de fato, intenção de *El Supremo* enviar esses reforços, alimentando destarte a batalha que se avizinhava furiosa.

E Floriano exerceu papel preponderante no término feliz dessa aventura pois que, com sua pequena flotilha, impediu que o Coronel Duarte transpuzesse o rio e juntasse suas tropas com as de Estigaribia. E o que é mais, fez calar as baterias inimigas colocadas na foz do Ibicuí e apreendeu diversas chatas com munições e reforços para Estigaribia.

Por este ato foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Durante a guerra percorreu as Armas de Artilharia, Engenharia e, finalmente, Infantaria, demonstrando em tôdas elas a sua fibra, a sua bravura, a sua rjeza de caráter.

Terminada a guerra era êle Major e regressando ao Rio de Janeiro foi promovido, aos 36 anos de idade, a Tenente Coronel e condecorado com a medalha de Campanha do Paraguai.

Em 11 de maio de 1872, contraiu núpcias com D. Josina Vieira Peixoto, filha do seu pai adotivo.

Ao alvorecer de 1883 foi galardeado com os bordados generalícios.

Amigo do Imperador e de Deodoro, foi muito injustiçado sob o pretexto de haver traído sucessivamente êsses dois vultos.

Pura invencionice; antes de tudo Floriano era um Patriota, a sua causa era, por conseguinte, a do Brasil.

Não era um vassalo, reservava-se o direito de discordar dos amigos.

A gloriosa jornada de 89 encontrou-o, já no posto de Marechal, servindo no Ministério da Guerra, como ajudante de General. A sua atitude firme recusando-se a combater seus irmãos, é uma prova frisante contra a injúria que lhe assacaram de não ser republicano.

Proclamada a República, foi Floriano eleito Vice-Presidente, mas discordou do ato de Deodoro na dissolução do Congresso, colocando-se então em oposição a êsse seu amigo e colega de arma.

Floriano Peixoto, cognominado o Marechal de Ferro, em virtude de ter resistido e dominado a revolta da Esquadra, ao mando de Custódio José de Melo e a adesão posterior de Saldanha da Gama, era um homem que possuía tôdas as qualidades para mover em torno de sua figura os mais absurdos entusiasmos.

Honesto por excelência, era um verdadeiro e perfeito soldado por instinto. Extremamente patriota, era, por essas qualidades, um elemento que devia estar em evidência na época, porque a Pátria tinha necessidade de seus serviços. "Num tempo de completo desvario da consciência geral, da dissolução de caráter, de espantosos renunciamentos morais, nada mais fácil de que instituir o culto da vontade e da força onde só havia fraquezas e abdicações. Por fortuna da República, teve-o ela a seu lado no transe doloroso que ia sofrer." O seu governo foi pleno de acontecimentos lutosos.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Mas, de todos os fatos passados no governo do Marechal de Ferro, o que se processou no Rio Grande do Sul foi qualquer coisa de notável não só pelos ódios acirrados dos partidos políticos ali implantados, mas também pela índole indomável do gaúcho, afeito as lutas partidárias, assim também acostumado a inclemência do tempo e habituado ao clima e a topografia local.

Ao tempo em que estamos tratando era, sem dúvida, o Rio Grande do Sul o Estado em que maior anarquia reinava, basta dizer-

mos que logo nos três primeiros anos da República, 19 governadores tiveram assento no Palácio Governamental e cuja elevação e deposição era feita a capricho das facções. Iniciou essa série o Visconde de Pelotas que foi logo após substituído por um seu auxiliar, a 13 de julho de 1891. Como tivesse Castilho aderido ao golpe de 3 de novembro, foi deposto, a 12, apesar dos apelos que fizera ao Marechal Deodoro.

Sobem então ao poder os *Federalistas* que compunham de dois elementos: os *gasparistas* cujo chefe mental era Gaspar da Silveira Martins e os *tavaristas*, da família Tavares, de Bagé.

Entretanto pouco durou o governo federalista (iniciado a 12 de novembro de 1831) pois uma revolução que teve início em 17 de julho de 1892, restituiu ao poder os Castilhistas, cujo chefe Júlio de Castilhos foi reconduzido com o apoio já agora, do Marechal Floriano.

Mas, nesse mesmo tempo, era o Visconde de Pelotas, que pela segunda vez governava o Rio Grande do Sul, substituído à força, por Joca Tavares que assumiu imediatamente o governo.

Criou-se no Estado, dêste modo uma dualidade de governos: um em Bagé outro em Pôrto Alegre, uma vez que, obrigado a deixar o Palácio, o Visconde de Pelotas transmitiu o poder a Joca Tavares que se achava em Bagé e era aclamado, em Porto Alegre o Sr. Júlio de Castilhos para governar o Estado.

Está dualidade, como é fácil de conceber-se, criou incômoda situação no Estado que se viu a braços com uma série de movimentos à que se denominou a *Revolução federalista*.

No decorrer dêsses acontecimentos, todos aliás desfavoráveis aos federalistas, êstes foram obrigados a transpor as fronteiras omisiando-se nos países lindeiros. Contudo não cessaram suas atividades, fazendo notar sua presença em vários pontos, executando escaramuças várias.

O que foi essa revolução, onde atrocidades sem par foram praticadas de lado a lado, di-lo a história, com abundância de detalhes.

Foi, justamente, em vista das perturbações em que se achava o Estado, que o Ministro da Guerra se transferiu para Porto Alegre, desde 20 de abril de 1893.

CAPITULAÇÃO DO RIO NEGRO

Enquanto que no Norte, isto é, em Santa Catarina, Paraná, os federalistas vinham obtendo vários sucessos, na parte Sul os revolucionários estacionaram. Mas, como não podia deixar de ser, as notícias dêsses sucessos chegaram ao Sul do Estado, e, como que por

milagre, conseguiu levantar-lhes o moral, que não sendo tudo, constituiu grande parte do sucesso, na guerra.

Dêste modo corriam os dias de outubro de 1893, dias agitados e cheios de receios e precauções, quando o General Izidoro Fernandes de Oliveira assumiu o comando das forças do Setor do Rio Negro — Bagé e Fronteira. Estas forças eram constituídas do seguinte modo:

31.º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Coronel Carlos Maria da Silva Teles, que mais tarde passou a comandar toda guarnição; 4.º Regimento de Artilharia, comandado pelo Major Miguel Paes; Contingente do 28.º Batalhão de Infantaria; Contingente do 2.º Batalhão de Engenharia; 3.º Corpo Provisório; Batalhão Republicano; Pessoal da Guarda Aduaneira; Contingente do 1.º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado. Ao todo formava essa tropa um efetivo de cerca de 3.000 homens a cujo conjunto se denominou "*Guarnição de Bagé e Fronteira*".

Foi destacado para o Quebracho, entre Rio Negro e Bagé, o Corpo de Transporte com um efetivo de cerca de 100 homens, para servir de ligação, e o 2.º Batalhão de Reserva da Brigada Militar.

Estes elementos acamparam às margens do Rio Negro tendo o General organizado o seu Q.G. mais acima, numa mangueira de pedra, com o 28.º Batalhão de Infantaria.

A Cavalaria deveria guarnecer as imediações e a ponte do Candiota na Estrada que vai para Pedras Altas; esta arma tinha um efetivo de, mais ou menos, 1.300 homens e era comandada pelos irmãos Pedroso.

Para sua segurança o General enviou Piquetes de Cavalaria em direções diversas, direções perigosas afim de barrar o acesso inimigo, concentrando sobre ele toda sua atenção.

Mas o adversário, que teria, nesse caso, liberdade de ação em vista da iniciativa da operação que tomara, conhecedor absoluto da da região em que se ia agir e, além do mais conhecedor do efetivo de que dispunha o General Izidoro, reuniu os seus elementos, cerca de 4.000 homens, e partiu ao ataque.

Tudo preparado lançara-se a sanguinolenta operação ao mando de Joca Tavares (João Nunes Tavares) e outros chefes. Houve então, como hoje dizemos, a tomada de contato, precedida do reconhecimento indispensável a operações dêste jaez.

Os Pedrosos, homens destemidos e afeitos a luta, reconhecendo a superioridade do adversário e admitindo, pela experiência que tinham, ser uma temeridade, quicá um suicídio, tentar resistir a semelhante inimigo, aconselharam ao General uma retirada para Bagé onde a defesa seria feita em condições mais favoráveis e talvez mesmo com probabilidades de êxito.

Não tendo sido atendidos nesse alvitre disseram-lhe: "Senhor General, o Senhor vai nos sacrificar, continuaremos a combater a seu lado para que o Sr. não nos chame de covardes". E assim aconteceu, infelizmente.

Após as operações preliminares do reconhecimento o adversário toma o contato, estendendo o sítio a todo o acampamento, começando então as escaramuças, e era de vêr-se as cargas célebres executadas pela Cavalaria de lado a lado, procurando cada qual sobrepujar o outro quer em audácia, quer em rancor. Entretanto as vantagens, pendiam para os federalistas que, tendo superioridade numérica, apertavam cada vez mais o cêrco uma vez que os legalistas ora avançavam, ora recuavam, mas sempre cedendo terreno, alcançando os revolucionários a explanada do reduto-mangueira anteriormente falado, onde se achava o Q. G. com o 28.º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Coronel Domiciano de Araújo Pantoja.

A situação se tornava cada vez mais crítica até que Piquetes do inimigo apoderam-se da margem do Rio, que corre a uma distância de 300 metros do reduto.

Dai, em locais de combate adrede preparados, estavam os atacantes em condições de caçar os defensores que se aventuravam, premidos pela sêde que já se fazia sentir, a irem buscar o líquido precioso que lá em baixo marulhava.

Tão perto estava a água, mas a transposição do rio pelos revolucionários, tornou-a inacessível.

Assim cada vez se tornava mais crítica a situação e estamos então ao findar de novembro, debaixo de um sol causticante, cercados por um inimigo terrível, premidos por uma sêde insuportável.

A vista da situação periclitante em que se achava, o General Izidoro apela para Bagé para onde manda um emisário determinando que os elementos destacados nessa cidade viessem em socorro dos de Rio Negro.

Em virtude desta determinação, a primeira vista lógica, o Coronel Teles reúne um conselho de oficiais, expõe-lhes a situação e, após uma série de considerações, ficou resolvido não se enviar reforço ao Rio Negro pela deficiência de efetivos em que se achava Bagé e pela possibilidade que claramente se divisava de se ter de defender a Cidade, dentro de breve tempo.

Na esperança de que os reforços determinados viessem, o General Izidoro continuou a resistir aos atacantes o que serviu apenas para aumentar o número de mortes em homens e em animais não sô devido as peripécias naturais do combate, como também pela associação de um novo flagelo: a fome.

Baldo de recursos, incapaz de opor resistência mais tenaz e prolongada, só uma solução se apresentava ao General comandante: a Capitulação.

E assim, às 12 horas do dia 23 de novembro o Reduto hasteava a Bandeira da Paz, indicando que capitulava.

No momento, entretanto, em que os revolucionários entravam no Reduto, aproveitando-se da confusão natural que então reinava, Zeca Pedroso coloca as divisas usadas pelo inimigo em seu chapéu e consegue sair ileso, o que não aconteceu com seu irmão, Coronel Pedroso, que foi degolado pelo preto Adão Latorre; o mesmo acontecendo com toda sua gente que perfazia um efetivo de mais ou menos 400 homens.

O que se passou no ato da Capitulação torna-se impossível descrever. Os assaltantes cercam o reduto e do seu interior arrancavam os civis, manietados, os chefes são levados a carnificina, sendo degolados em ermos lugares. A vida dos militares foi entretanto poupada; excetuou-se porém a do Alferes Napoleão, que foi fuzilado por ter protestado contra tanta selvageria.

Rio Negro, é um atestado vivo da bravura de nossa gente. Vidas preciosas foram roubadas a existência nessa luta fratricida, sem um lógico objetivo, por isso que se buscava o poder, não se olhando, nem se pensando nos males que estavam causando à Pátria e ao regime recém-implantado.

SITIO DE BAGÉ

A força que fôra destacada para o Quebracho, de efetivo reduzidíssimo, nada poderia fazer e por isso, sabedora do desastre de Rio Negro, retira-se para Bagé onde, dá a notícia ao Coronel Teles do que se passara.

A notícia ecoou célere e todos os defensores se indignaram.

No dia 24, pela manhã, surgiu, pelo lado Norte da Cidade, um Piquete de Cavalaria que arrebanhou a cavallhada que pastava nos arredores.

A esse tempo já a cidade estava cercada e isolada das demais guarnições do Estado.

O Coronel Teles, diante de tão grave situação, decidiu enviar a Porto Alegre, via Uruguai, o Capitão José Antônio de Souza, em trajes civis, com a missão de cientificar ao General Moura, então Ministro da Guerra, o que ocorria e pedir-lhe a remessa de recursos e dizer-lhe que *"os defensores da Praça, saberiam honrar as tradições dos nossos maiores, vingando o ultraje sofrido pela guarnição do Rio Negro"*.

Em seguida passou a tomar as providências adaptáveis ao caso, requisitando os poucos gêneros que existiam no comércio, dando salvo-conduto a quem quizesse deixar a cidade.

Enquanto isso se passava, uma força com o efetivo de cerca de 500 homens, estendia o cerco à Bagé, obedecendo às mesmas características que a do Rio Negro. Essa força obedecia ao comando do General Tavares, o mesmo que sitiou a posição do Rio Negro.

O Coronel Teles, não dispondo de Cavalaria, tão necessária para reconhecer o inimigo à distância, batê-lo ou retardar-lhe a progressão, remediou a situação, utilizando a sua escassa Infantaria. Além disso tomou a decisão de reunir na Praça da Matriz (hoje Dr. Pena, se não nos enganamos) fig. n.º 1, a sua minguada guarnição, aumentada dos civis adeptos da situação, conseguiu assim reunir um total de 1.000 homens, mais ou menos e com esse punhado de bravos resolveu resistir até o esgotamento de todos os recursos, ou até que um socorro viesse em seu auxílio.



A Praça da Matriz, era como quasi tôdas as praças do interior d'este Brasil imenso. Possuía uma área útil de cêrca de 10.000 m².

Pela parte Norte limitava a Praça a rua Dr. Veríssimo; ao Sul o cemitério improvisado, que fôra organizado para dar pousada eterna aquêles que tombaram em defesa da legalidade. A Oeste vemos a rua 7 de Setembro e a Este a rua Barão do Amazonas. Separava o cemitério, da Igreja Matriz de Bagé, um Bêco a que não se deu nome;

Havia trincheiras, tornando a praça fortificada:

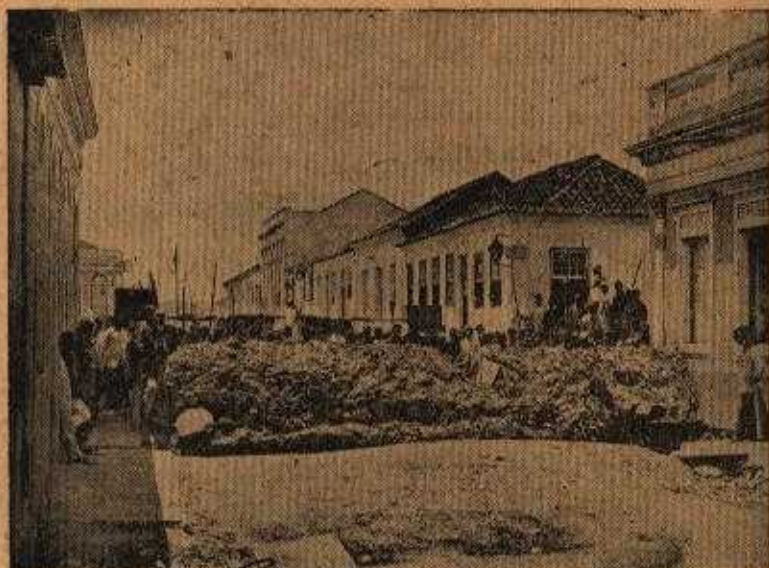
1 — No cruzamento da rua 7 de Setembro com Conde de Porto Alegre, comandada pelo Cap. Marçal Figueira. Fig. 2.



2 — No cruzamento das ruas 7 de Setembro e Dr. Veríssimo, comandada pelo Alferes Forjaz. Fig. 3.



3 — No cruzamento das ruas Barão do Amazonas e Conde de Porto Alegre, comandada pelo Capitão Pires (2). Fig. 4.



Nessa trincheira, entre outros, permaneceu, durante grande parte do tempo, o Cadete João Fleury de Souza Amorim, que se vê na trincheira, aparecendo apenas o busto, fardado de branco.

(2) — Como em todas as ocasiões idênticas, há paixões e ódios entre as facções diversas cada uma procurando atrair para seu lado o maior número possível de adeptos. Deste modo estava a Escola Militar, com sede em Porto Alegre, minada por interesses contrários. Tendo o Presidente Júlio de Castilhos ciência deste fato e não sabendo quais os elementos da Escola que eram florianistas e quais os que não eram, resolveu oferecer à assinatura dos então Cadetes um telegrama de apoio incondicional ao Marechal Presidente. Assinou este documento um pequeno número de alunos, revelando deste modo a minoria absoluta com que contava o Marechal Floriano, na Escola Militar.

Resolveu-se então que se fechasse a Escola e os Cadetes relacionados fossem apresentados ao 6.º Distrito Militar afim de tomarem destino.

Aqueles que assinaram a moção de apoio a Floriano tiveram a regalia de permanecer em Porto Alegre ou onde escolhesse; os demais, neutros ou não, foram mandados para a fronteira.

A questão de neutralidade parece não dever enquadrar-se no espírito militar que defende, de qualquer modo, a causa da Pátria e esta estava em perigo pois tratava-se de firmar um regime *«proclamado»* evitando-se assim o descrédito da República que engatinhava ainda e da qual muito se tinha que es-

4 — No cruzamento das ruas Barão do Amazonas e Dr. Veríssimo, comandada inicialmente pelo Cap. Moreira Sobrinho, que, posteriormente, foi substituído pelo Cap. Gomes Carneiro, irmão do heróico defensor da Lapa. Fig. 5.



Nessa trincheira permaneceu também o então Sargento Cunha.

perar, mais que não tinha tido tempo de iniciar o seu trabalho pois os interesses pessoais se contrapunham.

Resolveu deste modo o Ministro não admitir neutros em assuntos de tão grande monta. Ou está conosco ou está contra nós, pensara o Chefe e, assim pensando, decidiu, fechada a Escola, classificar os alunos, como se disse acima.

Foi quando surgiu o aluno João Fleury de Souza Amorim, que demonstrando a tempera de que era formado o seu caráter sem juça, apresentou-se para seguir para Bagé. Muito espantado ficou o General Moura fazendo ver ao então Cadete, hoje General de Divisão Reformado, que ele, assinando o telegrama, adquirira o direito de ficar em Porto Alegre. Aí então se fez sentir o espírito do soldado, o caráter de um moço educado nas mais rígidas normas da moral e já firmado pelas vicissitudes da vida, que, nos primeiros passos da carreira, que com dificuldade abraçara, já lhe parecia adversa.

Com a educação que lhe é peculiar, mas dentro da mais sã disciplina, ponderou ao Ministro que ele havia assinado o telegrama porque admirava e de fato apoiava incondicionalmente o Marechal Floriano e estava inteiramente solidário com a República; não era, deste modo, passeando em Porto Alegre, que ele iria servir a causa do Regime e cumprir um dever a que se obrigara.

Depois de elogiar essa atitude varonil de um simples aluno da Escola que,

5 — No início da rua Dr. Veríssimo a N.L. da Cidade a trincheira denominada da Panela do Candal, comandada pelo 1.º Tenente Juvenal Freire. Fig. 6.



Os revolucionários com o moral alevantado pela recente vitória do Rio Negro, animado com a situação vantajosa em que se achava e, naturalmente, supondo que ninguém lhes incomodaria e, o que é mais, crentes em mais uma vitória que se lhes apresentava fácil, resolveram dilatar o sítio para que seus defensores se rendessem pela fome.

Tudo porém, em vão. O fato dêles subestimarem o valor dos defensores de Bagé, foi-lhes talvez fatal, pois ao envez de se queda-

dêste modo, dava uma cabal demonstração de quanto vale uma opinião sincera, servida por um caráter íntegro, atendeu as pretensões do Cadete.

Resolveu assim, classificá-lo no 4.º Regimento de Artilharia de Campanha, uma vez que tinha a certeza de poder contar, para futuras operações, com um homem, na mais lacta expressão do vocábulo.

Foram mandados para Bagé, 31 ex-alunos que foram recebidos pelo Cel. Carlos Teles com as devidas reservas; de fato foram êles desertando para as fileiras dos federalistas, só se, conservando no seu posto o Cadete João Fleury, o "index" como o apelidaram e que, devido a atitude de seus companheiros chamou sobre si a desconfiança do Chefe e por isso muito sofreu não tendo sido retirado da frente durante vários dias seguidos, junto a um canhão do 4.º Regimento de Artilharia, na trincheira da rua Barão do Amazonas.

Só mais tarde, sabedor da verdade a respeito do Cadete em apreço, mandou o Cel. Teles chamá-lo e passou então a tratá-lo com a consideração devida a quem, pela sua atitude viril, pôs em jogo o seu futuro o tornou-se um dos estílios do sítio naquele findar sombrio de 1893.

rem em conjecturas deveriam ter traçado, mesmo antes do ataque a Rio Negro, o plano geral da operação que iam empreender, incluindo naturalmente a cidade de Bagé.

Reunidas as forças, nada mais teriam que lançar-se ao ataque, dando, por conseguinte o menor tempo possível ao inimigo de organizar-se.

Assim porém não aconteceu.

Os federalistas, no entanto, deveriam, de imediato, ter notado que os defensores estavam dispostos a reagir, por isso que diariamente ao cair da tarde, a Infantaria florianista tiroteava com os Piquetes revolucionários que excursionavam até as proximidades da posição, descendo o cerro de Bagé que circunda a cidade pelo Sul.

A finalidade dessas excursões era, como depois se verificou, a de fazer uma demonstração de forças e trazerem boatos alarmantes para causar pânico na população e amedrontar os defensores.

Eram sempre rechassados pela Infantaria florianista pois o Alferes Paes Leme, do 31.º Batalhão executava sempre essa missão, prazerosa e galhardamente.

No dia 15 de dezembro, o Alferes Campos, do 31.º Batalhão de Infantaria, recebeu ordem de ir, com seu Pelotão, rechassar um Piquete que descia a cochilha, pelo lado do antigo quartel do 4.º Regimento que ficava na encosta N.W. do Morro de Bagé.

Dando cumprimento a essa missão o pelotão se pôs em marcha e a certa distância é fraccionado, cabendo o comando dos dois elementos, respectivamente, aos 1.º sargento João de Carvalho Borges, hoje 1.º Tenente reformado e 2.º sargento Eustáchio.

Justamente este elemento, comandado pelo Sgt. Eustáchio, ao passar pelo flanco direito do quartel do 4.º Regimento, foi atacado por um piquete que se ocultara atrás do Edifício e que surgindo, com o máximo de velocidade, executa uma terrível carga contra essa pequena força, dando como resultado a morte do Sgt. Eustáchio, a lançaço, e a do cabo Maciel, a bala; mas o Piquete, comandado por um tal Adão, ao impeto da réplica legalista, refeita da surpresa, recua, morrendo então o seu comandante o que resulta na debandada da força revolucionária.

A tarde numerosos Piquetes se acercam do Cerro de Bagé, na parte Sul da cidade, mas o Canhão, comandado pelo 1.º Ten. Juvenal Freire, situado na Panela do Candal entrava em ação, fazendo-os retroceder.

Estamos a 18 de dezembro, há falta de tudo, cada um se arranja como pode. Começam as deserções, pela facilidade que havia de saída na parte Sul da praça, franqueada até o cemitério, distando cerca 800 metros.

Cientes os revolucionários da situação dos defensores, apertam o cerco, enquanto várias colunas convergem para Bagé, em socorro da praça.

O Ministro da Guerra, que como dissemos se transportara para Porto Alegre, ao ter conhecimento do que se passava em Bagé, organizou um corpo que mais tarde se denominou Divisão do Sul para seguir em socorro dos sitiados. Houve, porém, tanta demora na preparação dessa Divisão que só a 6 de janeiro levantou acampamento de Pedras Altas e só chegou à cidade de Parahysinho, seguindo depois ao encalço do inimigo.

No dia 22 de dezembro, às 16 horas, depois de uma série enorme de escaramuças sangrentas, foi pedido um armistício e por isso, introduzido na praça uma Comissão de federalistas que veio em nome dos seus Chefes propor ao Comandante da praça rendição com garantia de vida para todos.

Com a amabilidade e a franqueza que era peculiar àquele valeroso soldado, o Coronel Telés repeliu a proposta e declarou: "Vocês é que devem depor as armas, porque estão fora da lei, garanto a todos anistia ampla". A Comissão retira-se então.

Nessa mesma ocasião chegam também à praça algumas famílias dos sitiados que vêm visitar os seus, saudosas que estavam dos entes queridos.

Entre estas famílias vem a progenitora do Cap. de Artilharia Moreira Sobrinho que comandava o canhão da rua Barão do Amazonas — última rua a L. da cidade — que se cruza com a rua Dr. Veríssimo. Justamente nesse cruzamento localizava-se uma trincheira onde estava o Cap. Moreira Sobrinho e o Sgt. Ajudante Manoel Antônio Ferreira da Cunha, hoje General de Brigada reformado, que era auxiliar do Cap. Sobrinho. Após a entrevista entre mãe e filho e já eram 10 horas quando se notou a ausência do Cap. Sobrinho que fôra procurado pelo Fiscal, Cap. Otávio Pinto. Não se encontrava o Cap. nem em seu posto de combate, nem na guarnição, ausentara-se o Cap. Moreira Sobrinho, tendo destarte cumprido o seu dever de revolucionário.

Foi substituto do Cap. Sobrinho o Sargento Ajudante Cunha que permaneceu no posto até o final do sítio e foi destarte um dos pontos fortes com que contou o comandante para defesa da Praça.

Por volta das 23 horas os piquetes e sentinelas colocados fora da praça, ao N. da Cidade, foram atacados por numerosos combatentes e, diante da impetuosidade do ataque, tiveram de recuar até a Praça onde foram os atacantes detidos e em seguida repelidos. Entretanto a caçada aos sitiados continuava de seteiras adrede preparadas, no fundo dos quintais, dos telhados das casas e, particularmente, das casas situadas ao N. da Praça atirando os revolucionários em

direção a última casa da rua 7 de Setembro, contigua a Praça e cujos estragos podem ser vistos na figura n.º 1, que engloba também as casas da rua Dr. Veríssimo, a preferida para o assalto, como adiante relataremos.

O tiroteio e a fuzilaria continuavam sem interrupção durante toda noite, dêste modo ficaram os defensores da praça circunscritos ao seu perímetro; a parte Sul entretanto até o cemitério estava sob ação do fogo dos sitiados e assim se conservou até o fim do sítio.

Depois do dia 22 o Coronel Teles manda fazer um reconhecimento ao N. da Cidade. Para tão arriscada missão foi designado o 1.º Tenente Jorge Wiedmam comandante do contingente do 2.º Batalhão de Engenharia.

Para escolha dos homens que deviam constituir êsse reconhecimento a única dificuldade encontrada pelo Ten. Wiedmam, que feleceu como General, foi o selecionamento pois a qualquer preço todos queriam ir.

Depois de muito trabalho foram escolhidos 20 homens; essa força no seu itinerário, recebeu das ruas transversais e das casas por onde passava, tiros de fuzil que tiveram o efeito de tirar alguns homens fora de combate; a resistência ia assim crescendo à medida que a força progredia, até que não sendo mais possível progredir, o Tenente resolve regressar.

Cumpria assim a missão o Tenente Wiedmam que foi um ábnegado, um herói, bem como a sua pequena força.

Aliás êsses reconhecimentos tinham apenas efeitos morais, pois o Cel. Teles não dispunha de Cavalaria, como já dissemos, e nem de uma Infantaria suficientemente alimentada, tinha que guarnecer a Artilharia, não podia, por isso deixar a praça, para combater fora os revolucionários.

Só uma coisa lhe restava fazer. Era resistir na praça até que o último combatente o acompanhasse. Assim decidiu, assim o fez.

Sabiam os revolucionários que sobre êles, convergindo para Bagé, vinham duas colunas: uma a L. e outra a W. e por isso a sorte se lhes apresentava adversa. Era a Divisão do Sul que se aproximava, inexorável para os federalistas. A vista dêste acontecimento e impotentes para tomar pela força o reduto, começaram os revolucionários a agir psicologicamente, espalhando boatos aterradores entre as famílias dos sitiados.

Na praça o que mais inquieta não é propriamente o combate, mas a falta absoluta de gêneros e a tal ponto esta ausência se faz sentir que o depauperamento já está tomando conta dos sitiados.

Chegamos assim ao dia 24 de dezembro, véspera do nascimento do Salvador, dia de festa para a Humanidade, mas os legalistas parecem constituir uma fração a parte pois a fome vai causando já seus

efeitos; nem para os doentes, nem para os feridos recolhidos ao Hospital de sangue, situados na própria Matriz, tinham um caldo sequer para mitigar-lhes a fome e mesmo a sede, alguns morreram de inanição.

No interior da Praça os seus defensores, depauperados pela fome, cansados pelas vigílias continuadas, não perdiam a esperança da vitória, prescreutando o horizonte, esperando um reforço que tarda já a chegar...

Não só o Natal, mas o dia de Ano Bom, foram calamitosos para os defensores da praça, a fome e o seu negro cortejo, as doenças e tudo o que delas resulta, a sede e o que mais se imaginar possa, foram os presentes que receberam aqueles bravos.

Estamos já em 1894! O panorama da praça é desolador, misérias por todos os lados, todos porém resignados, aguardando cada um o desfêcho final. A fuzilaria continua a martelar e os boatos a correr de boca em boca; boatos aterradores que, por vezes, surtiam efeitos morais formidáveis. Mas estava, em jogo a honra do Exército e ela deveria sair incólune.

Nos quatro primeiros dias de janeiro, afim de mitigar a fome dos sitiados, tiveram de ser sacrificados os poucos animais que restavam, com isto o Cel. Teles deu o grande exemplo, mandando sacrificar o seu ótimo cavalo de raça. A pequenissima quantidade de gêneros que existia era reservada para os doentes.

Havia dois médicos: um, militar, o Capitão Dr. Carnaúba, outro civil, o Dr. Vinhas que se prontificou a auxiliar no Hospital de Sangue, mas de medicamentos quasi nada restava.

Os combatentes esqueléticos, doentes, dormiam ao relento; muitas vezes tangidos pela fome e demonstrando a fibra do soldado brasileiro, penetravam nas casas, já saqueadas pelos revolucionários a procura de qualquer alimento, entrando muitas vezes em luta com os elementos da revolução que ainda permaneciam nelas. Cachorrões, gatos, ratos, figos verdes, carurú cozido nágua e sal, eram os alimentos dos sitiados nos últimos dias.

Bastava êsse quadro para que pudéssemos aquilatar dos sofrimentos daqueles bravos, isto porém não era tudo.

Se antes do ataque a liberdade de locomoção era dada aos defensores que assim poderiam procurar o que comer, depois do ataque não se podia mais sair da praça; poder-se-ia ir até às proximidades do cemitério, mas assim mesmo com grande risco da vida porque os tiros partidos da parte N. da Cidade atravessando a praça vinham cair aquém e além do cemitério.

Nada, nada mais se encontrava; a situação torna-se precarissima, atingindo também a população civil cuja maioria, empunhando bandeira branca abandonava suas casas e atravessava as linhas revolu-

cionárias procurando melhores dias, numa região em que pudesse viver mais folgadoamente, embora longe de seus lares.

A Matriz é transformada em Hospital de Sangue, figura 1, e em um terreno baldio, nos fundos da Igreja, é improvisado um cemitério onde repousam as cinzas dos que tombaram em defesa da legalidade.

Finalmente, no dia 5 os federalistas resolveram lançar o ataque à Praça.

Para isso utilizaram tôdas as casas da última quadra da rua Sete afim de poderem desembocar na praça por N.W.; usaram dêste modo o estratagema de perfurarem as paredes centrais dessas casas, exceto da última dessa rua e da rua Dr. Verissimo que, com a primeira, cruza no canto N.W. da praça da Matriz. Tudo preparado, às 14 horas colocaram um grande efetivo no interior das casas e em suas adjacências.

Entretanto os defensores da trincheira da rua Sete, e as sentinelas ali postadas, apesar do estálido das balas que fazia um barulho ensurdecedor, ouviram o desmoronamento das paredes e comunicaram o fato ao Comando.

Era crítica a situação. Era necessário que um homem aparecesse para levantar o moral daqueles homens esqueléticos, cômicos, porém, do dever a que se impuseram. E êsse homem aparece na pessoa do próprio Comandante, Coronel Carlos Teles, que decide preceder ao inimigo tomando assim, mangrado tudo, a iniciativa da operação.

Assim decidindo e comandando pessoalmente, dá ordem ao Major Mason, da Brigada Militar, dizendo: "Major desaloje essa gente".

A intenção do Coronel era naturalmente surpreender o assaltante e com isto ganhar uma batalha que já se vislumbra perdida.

Para cumprir a lacônica missão que lhe foi imposta o Major Mason só tinha um meio; derrubar as paredes das duas casas citadas (a da rua Sete e a da rua Dr. Verissimo) em seguida aproveitar-se da confusão e da surpresa para, num golpe brutal, fazer com que retrocedessem os revolucionários que deveriam pagar um alto preço pela ousada tentativa.

Isso foi feito; as paredes foram derrubadas por praças do 2º Corpo, do 31º Batalhão e de Unidades.

A ordem foi cumprida integralmente. Dos escombros resultantes dos desmoronamentos praticados, foram improvisadas trincheiras onde se colocou um canhão, retirado da rua Sete.

A trincheira ficou provisoriamente, ao comando do Alferes Forjaz que, para desalojar os rebeldes que persistiam em permanecer no interior das casas, ordenou se atirasse com lanterna. Desta forma a posição foi consolidada.

Concomitantemente, o Sargento Ajudante Ferreira da Cunha, recebera ordem para que com seu canhão fôsse substituir o que saíra da rua Sete, para garantir a integridade dessa posição. Tendo chegado a êsse local, observou de imediato que grupos de revolucionários tentavam atravessar a rua Sete nas proximidades do mercado ordenou então uma descarga com granadas e Schrapneis o que causou ótimo efeito pois, ainda desta vez, os revolucionários desistiam de mais êste intuito.

O ruído do tiroteio era ensurdecedor e uma das balas revolucionárias, fere no braço, embora levemente, o heróico Comandante da Praça.

A situação entretanto amaina um pouco, já não existe o perigo imediato do ataque a praça e por isso os canhões da rua Sete e da Barão do Amazonas, esquina com Dr. Veríssimo, retornam a seus lugares. Mas o tiroteio e a fome continuaram a rondar os defensores da praça.

A incredulidade de alguns na chegada do almejado reforço era patente; outros, de espírito mais forte, acreditavam na concretização dessa esperança; todos porem se mantinham firmes na resolução que tomaram pois nela viam, antes de tudo, o fortalecimento de um regimem, há pouco implantado, regimem que devia sobre-existir.

As 23 horas de 7 para 8, cessara por completo o tiroteio em tôrno da Cidade. Alegria para uns, desconfiança para outros.

Não se trataria de uma cilada, afim de que os sitiados se apresentassem na orla da Cidade, para serem metralhados? Outros porem propunham um dilema: ou aproximara-se o desejado reforço ou a munição faltara aos sitiados.

De qualquer modo porém, qualquer que fôsse a hipótese formulada, uma coisa acabara de se concretizar, não se ouvia mais o estalido enervante das balas mortais. No mínimo os sitiados teriam, com esta pausa, um reparador descanso.

Mas a vigilância deveria ser redobrada em vista mesmo dessa circunstância que não havia entrado nas hipóteses diversas formuladas pelo grande chefe o Coronel Carlos Maria da Silva Teles.

Um fato curiosíssimo porém deixara estarrecidos os defensores da trincheira da rua Sete. Até hoje os sobreviventes que estavam naquela trincheira não sabem explicar quem seja o vulto que as 4 horas da madrugada de 8 se aproximava da dita trincheira, em passos cadenciados; tal era o silêncio reinante, que o seu pizar era ouvido pelos defensores, e o vulto se aproximava, braços cruzados às costas. Parecia mais um fantasma, uma visão. Mas a sua atitude era de paz e por isso não provocou uma reação dos elementos que

guarneciam esta parte da praça; chegando a pequena distância o vulto disse: "Bom dia. Os revolucionários deixaram a cidade". E retirou-se, como chegara. Quem seria aquele emissário da paz, aquele portador de uma notícia que iria causar tanta alegria e tanto contentamento? Ninguém soube, pois a perplexidade interrompeu qualquer ato de iniciativa dos defensores da trincheira.

A boa nova chegara célere ao conhecimento do Coronel Teles que sem demora, manda sair Piquetes em direções diversas para reconhecerem as posições adversas e trazerem as informações precisas de que o Comando carecia para tomar a decisão ou as decisões que o caso exigisse.

Os Piquetes seguiram no cumprimento da Missão recebida, e, regressando, informaram que, de fato, a Cidade estava deserta, casas arrombadas, a maioria saqueadas, algumas incendiadas, objetos de uso doméstico, gêneros, etc., atirados à rua.

Era o término de uma situação que pareceu eternisar-se tal o cortejo de horrores que a acompanhou. Não há pena que possa descrever a alegria que se apossou daquela gente, habitante da Cidade, como dos soldados e dos que tomaram parte ativa no sítio.

Logo após a confirmação da notícia o Coronel Teles mandou tocar Alvorada. As 6 horas, a Cidade é franqueada aos defensores da Praça; momentos depois a banda de música do 31.º Batalhão saía em passeata, acompanhada pela escassa e sacrificada população e as famílias vão aos poucos, voltando aos seus lares e a vida da cidade vai se normalizando.

No dia 8, às 10 horas, a coluna do Coronel Sampaio dava sinais de sua aproximação, vindo da direção do quartel do 4.º Regimento, dando uma salva de Artilharia e logo após aparecia no desfiladeiro a testa com seus flanqueadores, cobrindo-lhes os flancos; minutos após toda a coluna bivacava próximo à sanga que passa a Leste da Cidade. Estava ali concretizada a remessa do auxílio tão ansiosamente esperado. Tardou mas finalmente, chegou e fôra a sua aproximação, sem dúvida, o fator preponderante, senão o principal, do levantamento do sítio que tantas vítimas causara. Grande foi a alegria do pessoal ao ver a coluna, maior porém fôra quando se levantara o sítio.

As 14 horas os Coronéis Sampaio e Teles conferenciam e aquele Comandante levanta acampamento e prossegue na marcha em perseguição aos fugitivos que seguem em direção a fronteira do Uruguai, levando os destroços do Rio Negro e de Bagé: grande número de feridos, carretas, prisioneiros, etc..

A coluna do General Hipólito Ribeiro, general honorário, veterano da Guerra do Paraguai que também vinha em socorro de Bagé, mas por W., teve, antes de atingir a sua meta, ciência de que

os federalistas haviam levantado o sítio e conhecedor de sua situação e do itinerário que tomaram decidiu seguir no encalço dos revolucionários.

O que foi essa perseguição diz a seguinte Ordem do Dia n.º 12, de 2 de março de 1894, do comando do 6.º Distrito Militar em Porto Alegre: — 1.º de março. O General Hipólito, por intermédio do Ministro Plenipotenciário do Brasil no Estado Oriental do Uruguái, pede-me para transmitir o seguinte recado: As 8 horas a nossa vanguarda, composta de Cavalaria atacou a retaguarda inimiga, no rio Ibirapuitan, tomando 11 carretas com munição, armamento e fazendas. Muitos mortos verificando-se, até êsse momento, mais de 50. Tivemos poucos feridos, tendo-se apenas notícias de 2 mortos. Continuo em perseguição aos bandos fugitivos. Mais tarde darei pormenores. Estou à frente e não descançarei enquanto não conseguir vitória final".

No mesmo dia, chegava outro telegrama do Uruguái, mais ou menos nestes termos: Chegou um próprio de Hipólito que manda o seguinte comunicado: Transmita Vitorino ao Ministro da Guerra êste recado — Confirmo telegrama anterior, Continuo em perseguição da coluna Cabeda, Ulisses e Davi, desde Ibirapuitan até a casa de Carlos Judice em Sarandí, 6 léguas — Desbaratamos completamente o inimigo, ficando 400 mortos, entre êstes oficiais, muitos prisioneiros, todo transporte de guerra e particular, arquivo e estandarte, instrumentos de música, todo armamento e munição, 3.000 animais — Tivemos satisfação de resgatar nossos companheiros Cel. Alencastro, Major Almeida, Tenente Vicente Alves, Alferes José de Vasconcelos e Custódio, Capitães José Soares e Jesuino Severo — Consta que General Izidoro escapou-se para o Estado Oriental — Foram completamente extintos os batalhões Ernesto Paiva, Antônio Vargas, Cabeda, Ulisses e Davi, fugiram pequenos grupos, completa debandada, uns direção linha oriental, outros Quarahy — Continuo a perseguição — Asseguro-vos porém que coluna inimiga ficou completamente desfeita.

Termina assim a revolução de 1893.

Militarmente estava vencida a Revolução, mas politicamente muito se tinha a fazer e a estrada era áspera e, por vêzes, apresentava acesso difícil.

Mas quem nada ganhou foi a Pátria pois sentia o abalo que se refletia em suas instituições, ainda tão novas, experimentando ainda os seus primeiros passos.

Só mesmo o pulso forte do Marechal de Ferro, o Consolidador da República, poderia conduzir a Náu, em tão seguro rumo.

Assim procedeu o inclito Marechal e por êste serviço à Pátria lhe deve imorredoura gratidão.

Os defensores de Bagé legaram a posteridade um exemplo de heroísmo, de abnegação e de sacrifício que por vèzes atingiu as raías do incognocível.

Após o sítio, o Coronel Teles, revelando o seu espirito de modéstia e de desprendimento, disse que esta operação nada mais representava que o cumprimento do dever e por isso não daria publicidade a tão extraordinário feito. Instado entretanto pelo seu ex-secretário, Alferes aluno Arêas Leão, decidiu publicar a ordem do dia que para aqui transcrevemos:

"ORDEM DO DIA"

Quartel do Comando da Guarnição e Fronteira de Bagé.
9 de janeiro de 1894.

Ordem do Dia n.º

Após quarenta e seis longos dias de sítio, é com a maior satisfação que este comando, rememorando o que então se passara, torna público o seguinte:

As forças desta Guarnição, compostas do 31.º Batalhão de Infantaria, do 4.º Regimento e o do 2.º Regimento de Engenheiros, 5.º Corpo Provisório, Batalhão Republicano, pessoal da Guarda aduaneira, contingentes do 1.º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar e de Patriotas, privadas de comunicações com as demais guarnições deste Estado desde 24 de novembro, na noite de 22 de dezembro convergiram para a praça fortificada, repelindo sempre o inimigo que por diversas vèzes e em dias diferentes, tentara tomar de assalto esse centro de resistência.

Desde a madrugada de 27 de novembro, porém, que esta heróica resistência fôra valorosamente secundada pelo Corpo de Transporte e 2.º Batalhão da Reserva da Brigada Militar, procedentes de Quebracho donde se retiraram do sítio com que o inimigo tentou isolá-los, e com os quais as forças acima mencionadas perfizeram um total de novecentos homens.

A concentração dessas forças na praça fortificada, exigida pela falta absoluta de Cavalaria, um dos mais importantes e imprescindíveis recursos nas guerras sul-americanas, bem como pela sua inferioridade numérica em relação às do inimigo, compostas de uns três mil homens, alentados ainda pela recente vitória do Rio Negro, talvez lhes fizesse crêr no prenúncio de mais uma vitória.

Assim ilusoriamente reanimados redobram a intensidade dos seus fogos de fuzilaria que, partindo dos fundos dos quintais, das esquinas e telhados das casas, principalmente das situadas ao Norte

e Este da cidade, onde em maior número se alojaram, varriam a praça em todas as direções.

É com orgulho que este comando vos assegura que nesses momentos, os mais críticos, sempre julgou esta praça inexpugnável vendo que cada um de vós era inseparável de seu posto de honra, procurando a porfia melhor cumprir os seus deveres, tornando-se todos dignos dos maiores encômios e da gratidão nacional, mesmo porque na noite de 8 do corrente, o inimigo abatido por tão heróica resistência e já desprovido de munições e desarmados pelos grandes claros que fizestes em suas fileiras, fugiu precipitadamente, deixando muitas armas, e após uma cidade em ruínas, saqueada e incendiada.

As instituições nascentes e a integridade da nossa Pátria não perigarão jamais enquanto tiverem defensores valorosos e abnegados até o sacrificio, como vós.

Diante da uniformidade de um semelhante proceder, este comando julga-se dispensado de mencionar o nome dos que se distinguiram; por isso louva a todos os oficiais e praças desta guarnição pela firmeza e lealdade com que se portaram durante o penoso sítio a que esteve sujeita, e determina que os Senhores comandantes de corpos façam em ordens regimentais as distinções que julgarem de justiça.

Contrabalançando as alegrias provenientes da grande vitória alcançada pelas armas gloriosas da República, este comando lamenta aqueles que tombaram no campo da luta; aos feridos, os que apenas chegaram a verter o seu sangue em prol das novas instituições. — os nossos respeitos e admiração; áqueles, porém, que sucubiram para sempre, as nossas saudades e a gratidão da Pátria (assinado). Carlos Maria da Silva Teles, Coronel".

É uma ordem do dia extensa, revelando aos pósteros os horrores por que passara mos defensores da praça fortificada.

Acima de tudo, porém, o que se nota neste documento é a modestia de que se revestia o caráter de um Chefe que no seu trabalho anônimo só tinha em mira o engrandecimento da Pátria e do Regimento recém-proclamado.

A sua integridade, ao seu caráter impoluto, a firmeza de seu espirito deve-se a inexpugnabilidade da Praça da Matriz. De fato foi preciso grande firmeza de ânimo, servida por um patriotismo impar, para poder resistir com aquele punhado de heróis a um assaltante cujo efetivo era de quatro vezes mais, possuindo além disso a iniciativa das operações e, por conseguinte, liberdade de ação.

Não obstante haver declarado o comandante que não citaria nomes pois todos se destacaram igualmente na resistência oposta, o Coronel Teles, comissionou, segundo a Ordem Regimental n.º 220, de 9 de janeiro de 1894, em Alferes, treze inferiores, sendo hoje quasi todos Generais reformados. Dentre os comissionados, lembra-

mo-nos dos nomes impolutos de João Fleury de Souza Amorim, Manoel Antônio Ferreira da Cunha, Napoleão Poeta da Fontoura e Primo Pereira de Paula Dias. Portadores de fé de ofício que honrariam a qualquer oficial que as possuísse, e em cujos assentamentos consta: "Por Decreto de 3 de novembro do ano findo (1894) publicado na Ordem do Dia da Repartição do Ajudante General n.º 619 de 14 de fevereiro foi promovido ao posto de Alferes por atos de bravura, para a arma de Infantaria".

Terminado o sítio, o Coronel Teles teve a satisfação de receber os seguintes telegramas:

Porto Alegre, 14 de janeiro de 1894.

Coronel Carlos Teles.

Bagé

Vosso heroísmo e de vossa guarnição provocou entusiasmo e admiração de todos os republicanos e os justos aplausos nacionais, pela imperterrita e prodigiosa resistência, que opuzestes aos sanguinários inimigos da República durante prolongado sítio.

Abraço-vos jubilosamente e aos vossos comandados.

Júlio de Castilhos.

Porto Alegre, 14 de janeiro de 1894.

Coronel Carlos Teles.

Bagé

Viva a República.

Vós e a heroica guarnição de Bagé fizeram jús a uossa admiração e reconhecimento.

Com tão valentes e abnegados soldados e patriotas a República não pode ser vencida.

Ao Marechal Floriano transmitti o telegrama que me enviastes.

Abraço-vos e a todos os valentes camaradas da guarnição de Bagé.

General Moura

Ministro da Guerra

Rio Grande, 15 de janeiro de 1894.

Coronel Carlos Teles.

Bagé

Com a sinceridade e admiração de soldado, felicito-vos pela heroica e prodigiosa defesa que durante longos e penosos dias opuzestes tenazmente aos bárbaros inimigos da República.

Abraço-vos e aos destemidos, leais e bravos companheiros que faziam parte da guarnição do vosso digno comando.

Saudações.

General Bacelar.

Estes telegramas são atestados vivos da heróica resistência que durou 46 dias ou seja de 24 de novembro de 1893 a 8 de janeiro de 1894.

46 dias de fome, de sede, de doença, de todo um cortejo de sofrimentos que só espíritos bem formados e abnegados poderiam suportar.

Modestos, não querendo fazer alarde da façanha que praticaram. Se isto constituiu um fato digno de encômios por um lado, por outro teve como consequência ficar quasi desconhecido um fato histórico devêra estar em nossas páginas como um padrão de glória, do estoicismo e da bravura do nosso povo, de que o sítio do 12 R.I., em Minas, na revolução de 1930, é novo exemplo.

Não que se tratasse de uma guerra, mas de uma luta fratricida. Foi porém uma luta resultante de um movimento aclamado pela Nação, apoiado pelo povo e proclamado pelas forças armadas do País.

51 anos já se passaram sobre este glorioso feito, muitos dos que conseguiram sobreviver àquele horror, já partiram para a eternidade. A estes e àqueles que perderam a vida naquela Praça histórica a nossa reverência ante a sua memória, rogando a Deus que, na sua infinita Misericórdia, conceda-lhes a paz de espírito.

Aos que ainda vivem a nossa admiração e o nosso reconhecimento pela fibra que demonstraram, pelo belo exemplo que nos legaram e de que sempre nos lembramos para a glória impoluta do Brasil.

Tapeçaria ECONOMICA

FABRICA DE MÓVEIS ESTOFADOS

Decorações — Cortinas — Ornamentações

ACEITAM-SE REFORMAS

I. BERECHMAN & COMP.

RUA DO CATETE, 46 — TEL.: 25-7723 — RIO

DIVERSOS

Dicionário Militar Brasileiro

Cap. OTAVIO A. VELHO

ABRIGAR — Proteger ou promover a segurança de uma tropa ou localidade.

ABRIGO — 1 — Proteção natural ou artificial contra os tiros e a observação do inimigo.

AÇÃO — 2 — É toda intervenção da Artilharia no campo de batalha. Pode ser de *Contra-bateria*, em proveito imediato do dispositivo ou afastada.

AÇÃO AFASTADA — Toda aquela que é realizada sobre a retaguarda do campo de batalha ou da frente de combate. Visa uma ou mais das seguintes finalidades: — retardar o contacto; perturbar a realização do dispositivo inimigo; dificultar o exercício do comando; prejudicar as comunicações com a retaguarda; perturbar os reaprovisionamentos; impedir a manobra das reservas; isolar os escalões avançados.

AÇÃO de CONTRA-BATERIA — Toda ação da Artilharia que tem por fim atacar a Artilharia inimiga em posição, para não permitir a sua intervenção eficaz contra as unidades do escalão de ataque ou contra o dispositivo da defesa. Normalmente realizada com o emprêgo da observação aérea, ela assume maior intensidade nas situações ofensivas, com a finalidade de: — antes do ataque, permitir e facilitar a realização do dispositivo e protegê-lo na base de partida, bem como obrigar o ini-

migo a revelar o desdobramento de sua Artilharia; durante o ataque, desorganizar o fogo da Artilharia inimiga, principalmente durante as crises da progressão, nas instalações e reajustamentos do dispositivo.

AÇÃO em PROVEITO IMEDIATO do DISPOSITIVO —

Ação essencial da Artilharia na iminência e durante o combate, destinada a desorganizar ou deter o dispositivo inimigo, neutralizar seus órgãos de fogo e de comando, apoiar as unidades que atacam ou são atacadas.

ADMINISTRAÇÃO — Conjunto de todos os aspectos das operações militares não abrangidos nos termos *Tática e Estratégia*. Compreende reaprovisionamento, evacuações, medidas sanitárias, construções, manutenção, substituição, transporte, controle do tráfego, recuperações, sepultamento, cálculos relativos aos movimentos, direção do pessoal, aquartelamento, governo militar, lei marcial, censura e outros assuntos semelhantes.

AGRUPAMENTO de COMBATE — V. *Grupamento tático*.

ALARGAR a BRECHA — Aumentar a largura de uma brecha aberta numa fortificação, numa posição defensiva ou no dispositivo de uma tropa.

ALTURA — 1 — Qualquer distância vertical.

2 — A distância de um ponto a um plano horizontal qualquer de referência.

ALTURA de um ASTRO — 1 — Uma das coordenadas astronômicas horizontais.

2 — Arco do círculo vertical do astro, compreendido entre o plano do horizonte e o próprio astro. Conta-se de 0° a 90°, a partir do horizonte, positivamente para cima e negativamente para baixo.

AMERISSAGEM — 1 — Ato ou efeito de *amerissar*.

2 — Pouso de um hidroavião ou de uma aeronave anfíbia sobre a água.

AMERISSAR — 1 — Diz-se de uma aeronave que pousa sobre a água.

2 — Ação de fazer uma aeronave pousar sobre a água.

ANDADURA — Maneira do animal se deslocar. Pode ser: passo, trote e galope.

ANDADURA de MARCHA — É aquela em que o elemento-base de uma unidade se desloca na ocasião considerada.

ANEIS do EMBOLO — Aros de metal anti-fricção que abraçam lateralmente o êmbolo num motor, vedando por completo a câmara. São alojados em ranhuras dispostas no corpo do êmbolo e ajustam-se, por expansão, às paredes do cilindro. Para permitir a dilatação do êmbolo e deles próprios, êsses anéis apresentam cortes de diversos tipos.

ANEIS de SEGMENTO — V. *Anéis do êmbolo*.

ANEMOMETRO — Instrumento empregado para medir a intensidade do vento.

ANFÍBIO — 1 — Avião cujo trem de pouso é dotado de rodas e de flutuadores ao mesmo tempo, o que lhe permite pousar e decolar tanto em terra como na água.

2 — Veículo, geralmente blindado, que possui meios de locomoção que lhe permitem circular indiferentemente em terra ou na água.

ÂNGULO HORARIO de um ASTRO — É o formado pelo meridiano local com o meridiano celeste que passa pelo astro.

ÂNGULO do VENTO — É o formado pela direção norte-sul verdadeira com a direção de onde sopra o vento. É contado de O.^o a 360.^o a partir do norte verdadeiro para a direita.

ANIMAR — Vivificar, infundir vigor, incutir ânimo, elevar o moral, inspirar valor, despertar a coragem e o entusiasmo.

ANIMAR-SE — Cobrar ânimo. Encorajar-se. Excitar-se.
Criar novo alento. Entusiasmar-se.

APAGAR o FOGO do ADVERSARIO — Ato de calar, extinguir, fazer cessar o fogo do inimigo, mediante a ação violenta do fogo contra as suas armas e órgãos de combate.

APLASTAMENTO — Acidente em que um avião, por motivo de avaria no trem de aterragem, acaba por assentar no solo o próprio ventre da fuselagem.

APELSTAR — Sofrer um *aplastamento*.

APROXIMAÇÃO — 4 — Fase da aterragem de um avião, que precede o *pouso* propriamente dito e que sucede à *tomada de campo*.

AQUATIZAGEM — V. *Amerissagem*.

AQUATIZAR — V. *Amerissar*.

AREA — 1 — Medida de uma superfície.

2 — Zona. Região.

3 — Espaço.

ARMA — 1 — Instrumento ofensivo ou defensivo.

2 — Uma das sub-divisões do Exército, em que são grupadas as tropas combatentes, conforme as suas características de emprêgo e armamento. As diversas armas são: *Infantaria, Forças Blindadas, Cavalaria, Artilharia e Engenharia*. Em campanha as Grandes Unidades podem receber também *Forças Aéreas* em cooperação.

ARREIO — 1 — Cinturão do pára-quedas.

2 — Qualquer peça de arreio de animais.

"ARRONDI" — Abreviatura da palavra francesa "*arrondissement*" (arredondamento), com a qual se designa a manobra, em Aviação, de passar do vôo planado para o horizontal, já nas proximidades do solo.

ARTICULAR as FORÇAS — 1 — Adotar, para as mesmas, um *dispositivo* adequado aos problemas a serem por elas resolvidos.

2 — Dispô-las aplicando o princípio de economia de forças e as medidas de segurança.

ARTILHARIA — 1 — Conjunto de canhões, obuseiros e morteiros de trincheira.

2 — Equipamento, aprovisionamentos, munição e pessoal, pertencentes ou destinados ao serviço dos canhões, obuseiros e morteiros de trincheira.

3 — Estudo do manêjo e serviço das bôcas de fogo.

4 — Uma das Armas do Exército, que se divide em :

a) Quanto à sua finalidade especial: *de Campanha, Anti-aérea, de Costa, Destruidora de Carros, de Trincheira.*

b) Quanto ao pêso e ao calibre do material: *Leve, Pesada.*

c) Quanto ao tipo do armamento: *Longa, Média, Curta.*

d) Quanto ao calibre do material: *de pequeno calibre, de médio calibre, de grosso calibre.*

e) Quanto ao modo de deslocamento: *Hipomóvel, Motorizada, Auto-propulsada, Ferroviária.*

f) Quanto ao escalão de emprêgo: *de Divisão, de Corpo de Cavalaria, de Corpo de Exército, de Exército, da Reserva Geral.*

Seu armamento compreende *canhões, obuseiros e morteiros de trincheira*, que, conforme seu modo de funcionamento e consequente velocidade de tiro, se dividem em: *de tiro lento, de tiro acelerado, de tiro rápido, semi-automáticos e automáticos.*

Os efeitos do seu fogo vão desde a *neutralização* até a *destruição* do pessoal e do material.

ARTILHARIA de ACOMPANHAMENTO — E' a constituída por Baterias, secções ou mesmo peças, postas à

disposição dos Regimentos ou Batalhões de Infantaria para acompanhá-los no ataque, em ligação estreita, atacando rapidamente os objetivos que a Infantaria não puder dominar com seus próprios fogos. É uma solução excepcional, adotada sempre sem prejuízo para o apóio direto, e quando fôr prevista dificuldade nas ligações entre a Infantaria e a Artilharia de apóio durante o ataque.

ARTILHARIA ANTI-AÉREA — É a constituída por material fixo e móvel, possuidor de grandes velocidades iniciais e rapidez de tiro que lhe permitem executá-lo sobre os alvos aéreos, apta a colaborar com as Forças Aéreas na cobertura aérea dos Exércitos ou de certas regiões.

ARTILHARIA AUTO-PROPULSADA — É a que utiliza bôcas de fogo montadas sobre viaturas blindadas. De grande mobilidade tática e estratégica, é particularmente apta à D.C.C., podendo apoiar a ação dos engenhos blindados.

ARTILHARIA AUTO-REBOCADA — É a constituída por material tracionado por viaturas-auto, dispondo de suspensão elástica; o caminhão-trator, ao mesmo tempo que reboca a bôca de fogo, transporta um pequeno trator agrícola para tracionar o material em deslocamentos curtos através campo. Tende a substituir a Artilharia auto-transportada.

ARTILHARIA AUTO-TRANSPORTADA — V. *Artilharia Transportada*.

ARTILHARIA de CAMPANHA — É a constituída por material móvel, apto a cooperar com as outras Armas no combate, especialmente com a Infantaria e a Cavalaria, empregando o seu poder de fogo. Arma de fogos poderosos, profundos e móveis, que, por sua estabilidade, constitui, a despeito da vulnerabilidade aos ataques aéreos, a ossatura do campo de batalha.

Suas missões principais são :

1.º — *Auxiliar as outras Armas :*

- Na Ofensiva, preparando e apoiando os ataques;
- Na defensiva, retardando ou dissociando os ataques inimigos e contribuindo, com seus fogos, para quebrá-los e rechassá-los;
- Em ambos os casos, contrabatendo a Artilharia inimiga e procurando destruir os engenhos blindados.

2.º — *Atacar reservas, órgãos de comando, instalações diversas e comunicações do adversário.*

Seu rendimento depende: — da *ligação* estabelecida com a Arma em cujo proveito age e com o Comando; da *preparação do tiro*; dos *meios de transmissão*; da *observação*.

Pode, eventualmente, cooperar na defesa de portos e de praias contra operações de desembarque. Como suas unidades não são, normalmente, adestradas nem equipadas para a execução do tiro contra objetivos navais, será necessário dotá-las de equipamento especializado e prepará-las, oportunamente; na falta de meios ou de tempo, necessários a tal adestramento, elas operam por meio de barragens desencadeadas à frente das vagas das embarcações de desembarque, acompanhando-as por lances regressivos até atingirem a praia.

ARTILHARIA a CAVALO — É a Artilharia hipomóvel tracionada por cavalos e que transporta a cavalo os serventes do material, o que lhe permite mobilidade tática superior à da Artilharia Montada, bem como marchar e manobrar com a Cavalaria.

ARTILHARIA de CORPO de CAVALARIA — Embora o Corpo de Cavalaria não disponha organicamente de

Artilharia, esta terá, eventualmente, as mesmas características que a Artilharia de Corpo de Exército.

ARTILHARIA de CORPO de EXÉRCITO — É toda a Artilharia colocada sob as ordens do Comandante do Corpo de Exército e não atribuída como reforço às Divisões. É empregada, de preferência, na contra-bateria e nas ações afastadas.

ARTILHARIA de COSTA — Compreende os materiais particularmente aptos a cooperar com a Marinha e as Forças Aéreas na defesa da costa, na defesa dos portos, na defesa das praias e na defesa das fronteiras marítimas em geral, contra os ataques navais (ou fluviais).

Suas características principais são: — capacidade de concentrar rapidamente um fogo poderoso contra os objetivos navais; a grande mobilidade de suas trajetórias; o grande alcance; a mobilidade estratégica e reduzida mobilidade tática de seu armamento móvel; a relativa invulnerabilidade do material aos tiros da Artilharia Naval e sua vulnerabilidade aos ataques de desembarque quando não dispuser de tropas para sua proteção, particularmente em ocasiões de má visibilidade e aos ataques pelos flancos e retaguarda; o fato de seu armamento fixo não ser absolutamente deslocável.

Seu armamento divide-se em *armamento primário* e *armamento secundário*.

Ela classifica-se, conforme o tipo do material, em *Fixa* e *Móvel*, esta compreendendo a *Motorizada* e a *Ferroviária*.

Dispõe, como meios suplementares, de minas submarinas, projetores, localizadores pelo som, eventualmente de rádio-localizadores, e demais órgãos indispensáveis ao cumprimento de sua missão.

ARTILHARIA de COSTA-FERROVIÁRIA — Compreende os materiais sobre trilhos destinados normalmente: — a reforçar a Artilharia de Costa-Fixa na defesa dos

portos secundários; a apoiar as tropas divisionárias, na defesa das praias, contra ataques de desembarque.

Compreende tipos diferentes de canhões e obuseiros, que podem bater navios capitais, cruzadores, espaços mortos do campo de tiro, etc. Sua organização é semelhante à da Artilharia de Costa-Motorizada.

Tem as vantagens da mobilidade, podendo ser empregada onde se tornar mais necessária, porém, apresenta a desvantagem dessa mobilidade ser mais estratégica do que tática, exigindo um tempo considerável para a entrada em posição; para alguns tipos, ainda se tornam necessárias plataformas de concreto previamente preparadas; não permite o uso de instalações e transmissões permanentes; seu emprêgo é limitado pela localização, traçado e possibilidades das rédes ferroviárias existentes; é difícil protegê-la contra os ataques aéreos, bem como disfarçar as posições contra a observação aérea.

ARTILHARIA de COSTA-MOTORIZADA — É a Artilharia de Costa-Móvel cujos materiais são montados sobre reparos móveis rebocados por tratores. Possui mobilidade estratégica e tática, facilitando o seu emprêgo onde fôr mais necessário, e permitindo meter o material em posições cobertas e desenhadas. O seu limitado campo de tiro, entretanto, exige demorado estudo para a escolha das posições, tendo em vista a mobilidade dos objetivos navais.

Tem as seguintes *missões gerais* : — reforçar o armamento fixo da defesa dos portos; defender cidades costeiras, não protegidas pela Artilharia de Costa-Fixa ou Ferroviária; proteger, sozinha ou com outras Armas, a costa, fora dos portos; participar das operações terrestres do Exército em campanha, apoiando forças de todas as Armas; proteger os campos de minas e outros obstáculos. Na guerra costeira, pode ainda receber as seguintes *missões particulares* : — defesa dos campos de minas, das rédes anti-submarinas e anti-torpédicas; man-

ter os transportes inimigos afastados ao máximo da orla litorânea; neutralização e destruição dos navios inimigos sem couraçamento, ou fracamente couraçados, que tentem efetuar incursões, apoiar ataques de desembarque, lançar cortinas de fumaça, etc.; destruição das embarcações de desembarque, principalmente quando estiverem fora do alcance da Artilharia Leve de Campanha e das metralhadoras; apoiar, pelo fogo, os navios de guerra amigos, particularmente os submarinos, quando atacados por contra-torpedeiros inimigos; neutralização e destruição dos elementos inimigos que tenham desembarcado, e particularmente sua Artilharia; iluminação dos campos de tiro, fora do alcance útil dos projetores, por meio de projéteis iluminativos.

ARTILHARIA CURTA — Constituída por canhões e obuseiros aptos a atirar sob um ângulo mínimo imposto, a partir de pequena distância. Presta-se, particularmente, à cooperação íntima com as outras Armas.

ARTILHARIA DESTRUIDORA de CARROS — Constituída por material móvel, mecanizado, possuidor de grandes velocidades iniciais e rapidez de tiro, capaz de perfurar blindagem a distâncias médias em alvos móveis. É especialmente destinada à ação ofensiva contra as forças blindadas inimigas, e a proteger as tropas apoiadas dos contra-ataques daquelas. Caracteriza-se pela mobilidade e grande potência de fogo combinadas com proteção blindada ligeira, forte capacidade defensiva contra os ataques da aviação, e flexibilidade de ação devido à ampla utilização dos meios de transmissão rádio-elétricos. Poderá ser empregada em missões secundárias, tais como: defesa de praia, ação contra tropas aero-transportadas e destruição de posições de bateria e ninhos de metralhadoras. Age no quadro das Grandes Unidades.

ARTILHARIA de DIVISÃO — É toda a Artilharia, orgânica e de reforço, colocada sob as ordens do General

Comandante da Divisão. E' geralmente empregada contra as tropas inimigas que causam perdas à tropa apoiada, seja impedindo sua progressão, seja atacando-a.

ARTILHARIA DIVISIONÁRIA — Conjunto de unidades de Artilharia orgânicas da Divisão.

ARTILHARIA de DORSO — E' a cujo material é transportado decomposto em fardos no dorso de animais. Também deslocável a braços, é de mobilidade razoável em terreno matoso e montanhoso, impraticável aos outros materiais.

ARTILHARIA de EXÉRCITO — E' tãda a Artilharia colocada sob as ordens do General Comandante do Exército e não atribuída como reforço aos Corpos de Exército. Não é orgânica, e em princípio só é organizada quando são atribuídos ao Exército materiais de grande alcance e potência, que permitem a realização de ações afastadas e a destruição de objetivos fortemente organizados.

ARTILHARIA FERROVIÁRIA — Constituída por material pesado, de grande alcance e grosso calibre. Atira e se desloca sobre via-férrea. Seu emprego mais comum é na defesa de costa. Suas possibilidades de emprego são limitadas apenas pelas rêdes ferroviárias do país.

ARTILHARIA de GROSSO CALIBRE — Material de calibre superior a 200 mm.

ARTILHARIA HIPOMÓVEL — E' aquela cujo material é tracionado ou transportado por cavalos ou muares. Pode ser *Montada, a Cavalos e de Dorso*.

ARTILHARIA LEVE — Constituída por material de tiro rápido ou semi-automático, pequeno peso, pequeno calibre, hipomóvel ou motorizado, de alcance médio, geralmente até 195 curtos inclusive.

ARTILHARIA LONGA — E' aquela cujo material são canhões de trajetória tensa, de comprimento de tubo superior a 24 calibres, aptos aos grandes alcances. Como

chando-as alternadamente para a *admissão* e o *escapamento*.

ASA — Estrutura plana que se destaca lateralmente da fuselagem do avião. Cada avião possui, no mínimo, um par de asas, a direita e a esquerda. Cada asa tem dois bordos, o *bordo de ataque* e o *bordo de fuga*.

As asas podem ser classificadas.

- 1.º — Quanto à colocação: *em pára-sol, alta, média, baixa*.
- 2.º — Quanto à posição relativa: *horizontal, em diedro, em diedro negativo, de gaivota, superpostas, deslocadas*.
- 3.º — Quanto à forma: *retangular, elítica, em flecha, invertida, em flecha invertida, trapezoidal*.
- 4.º — Quanto à proporção: *larga ou estreita, longa ou curta*.
- 5.º — Quanto à forma de suas pontas: *reta, redonda, chanfrada*.

ASA ALTA — Quando se insere na fuselagem do avião à altura do dorso desta.

ASA BAIXA — Quando se fixa à altura do ventre da fuselagem do avião.

ASA CURTA — Quando seu comprimento é reduzido em relação ao da fuselagem do avião.

ASA DIREITA — A que fica à direita da fuselagem do avião.

ASA ELÍTICA — Aquela em que o contrôrno dos bordos e de ponta tem a forma de uma elipse mais ou menos alongada.

ASA ESQUERDA — A que fica à esquerda da fuselagem do avião.

ASA ESTREITA — Aquela cuja largura é reduzida em relação ao seu próprio comprimento.

ASA em FLECHA — Aquela cujo *bordo de ataque* é obliquo em relação à fuselagem.

ASA em FLECHA INVERTIDA — Aquela em que ambos os bordos são oblíquos em relação à fuselagem.

ASA de GAIVOTA — Aquela cuja forma lembra a asa de um pássaro.

ASA INVERTIDA — Aquela cujo *bordo de fuga* é oblíquo em relação à fuselagem do avião.

ASA LARGA — Aquela cuja largura é grande em relação ao seu próprio comprimento.

ASA LONGA — Aquela cujo comprimento é grande em relação ao da fuselagem do avião.

ASA MÉDIA — Aquela que se insere na fuselagem do avião à meia altura entre o dorso e o ventre da mesma.

ASA em PARA-SOL — Aquela que se insere acima do dorso da fuselagem.

ASA RETANGULAR — Aquela cujos bordos são paralelos.

ASA TRAPEZOIDAL — Aquela cuja forma é a de um trapézio, tendo a secção interna retangular e podendo a secção externa ser: *em flecha, invertida* ou *em flecha invertida*.

ASSALTO — Operação de cerrar sobre o inimigo para o combate corpo a corpo.

ATACAR — 4 — É avançar, a despeito do inimigo, num dispositivo apropriado, contra objetivos determinados, os quais, uma vez conquistados, deverão ser mantidos, maugrado as reações do inimigo.

ATACAR o MOTOR — Acelerar o motor.

ATERRAGEM — 1 — Ato ou efeito de *aterrar*.

2 — Conjunto de manobras executadas pelo piloto para o retôrno do avião ao sólo. Compõe-se essencialmente de três fases: a *tomada de campo*, a *aproximação* e o *posou* propriamente dito.

ATERRAGEM de CONVÊS — A que é praticada sobre o convés de um porta-aviões.

ATERRAGEM FORÇADA — Tôda a que é executada sob circunstâncias alheias à vontade do piloto, exigindo o retôrno ao solo sem demora.

ATERRAGEM de HÉLICE CALADA — A que é executada com o motor parado, seja por motivo de enguiço ou "panne" sêca, seja para efeito de treinamento.

ATERRAGEM de PRECISÃO — E' a executada com uma velocidade de planê constante e sôbre um têrço da pista.

ATERRAGEM de RODAS — Aquela em que o avião entra abruptamente de rodas no chão, saltando uma ou mais vezes, depois de já haver tomado contacto com o solo.

ATERRISSAGEM — V. *Aterragem*.

ATITUDE — 1 — Posição. Situação.

2 — Postura. Estado. Aspecto.

3 — Posição dos três eixos principais de um avião em relação ao plano horizontal.

ATITUDE CABRADA — 1 — A assumida por um avião que está descrevendo uma trajetória ascendente.

2 — Aquela na qual o nariz do avião se encontra acima da linha do horizonte.

ATITUDE PICADA — 1 — A assumida por um avião que está descrevendo uma trajetória descendente.

2 — Aquela na qual o nariz do avião se encontra abaixo da linha do horizonte.

ATITUDE de VÔO HORIZONTAL — Aquela em que os eixos longitudinal e transversal do avião estão perfeitamente horizontais.

ATMOSFERA — 1 — Massa gasosa que envolve a Terra, compreendendo duas camadas: a *troposfera* e a *estratosfera*.

2 — Unidade de medida de pressão barométrica.

ATMOSFERA — PADRÃO — E' a atmosfera de características (pressão, temperatura e pêso específico do ar) tabuladas para as diferentes altitudes.

ATRAIR — 1 — Grangear.

2 — Puxar.

3 — Tirar.

AUGE — Ponto mais elevado, em altura ou intensidade, a que pode chegar um acontecimento qualquer.

AUSTERO — Rígido. Severo. Rigoroso. Exato.

AUTO-ESTABILIDADE do AVIÃO — V. *Estabilidade própria do avião.*

AUTOMÓVEL — V. *Veículo automóvel.*

AUTONOMIA de VOO — Capacidade de vôo, sem reabastecimento, que possui uma aeronave. E' expressa em número de horas.

AVIAÇÃO — 1 — Ciência que se ocupa do estudo dos *aeródinos*, em particular dos *aviões*.

2 — Arte de conduzir aviões.

3 — Conjunto dos aviões de um determinado país. Quanto ao seu emprêgo pode ser *Militar e Civil*.

AVIAÇÃO CIVIL — E' o conjunto dos aviões destinados a fins civis. Compreende a *aviação de desporto e turismo* e a *aviação comercial*.

AVIAÇÃO COMERCIAL — A constituída por empresas particulares ou oficiais de aviação, destinada ao transporte de passageiros, correspondência e bagagem.

AVIAÇÃO de DESPORTO e TURISMO — A que se destina à prática puramente esportiva da navegação aérea e ao uso particular.

AVIAÇÃO MILITAR — 1 — Conjunto das aeronaves destinadas a fins militares. Compreende a de *Bombardeio*, a de *Caça*, a de *Informações* e a de *Transporte*.

2 — Técnica de emprêgo dos aviões para fins militares.

AVIÃO — Aeródino que dispõe de meios próprios de locomoção e cuja sustentação é obtida por intermédio de planos fixos (asas). Compõe-se essencialmente de um elemento de sustentação (asas), um de propulsão (mo-

tor e hélice), um de governo (superfícies de comando e estabilidade), um de alojamento (fuselagem) e um trem de pouso. Podem os aviões ser classificados de acôrdo com a natureza do seu trem de pouso (terrestre, hidroavião, anfíbio), segundo o número de motores de que são dotados (monomotor, bimotor, trimotor e multimotor), segundo o número de planos que possuem (monoplano, biplano, triplano e multiplano), ou segundo o número de lugares que contêm (monoplace, biplace, triplace e multiplace).

AVIÃO de BOMBARDEIO — V. *Bombardeiro*.

AVIÃO de BOMBARDEIO em MERGULHO — V. *Bombardeiro de mergulho*.

AVIÃO-BOMBARDEIRO — V. *Bombardeiro*.

AVIADOR — V. *Piloto-aviador*.

AVIÃO de CAÇA — V. *Caça*.

AVIÃO de CAÇA de COBERTURA — V. *Caça de cobertura*.

AVIÃO de CAÇA de INTERDIÇÃO — V. *Caça de interdição*.

AVIÃO de CAÇA de PROTEÇÃO — V. *Caça de proteção*.

AVIÃO-FOGUETE — V. *Avião a jacto*.

AVIÃO de INFORMAÇÕES — Tipo terrestre ou costeiro de avião, destinado às missões de busca de informações. Pode ser de *Observação* ou de *Reconhecimento*.

AVIÃO a JACTO — Tipo especial de avião, sem hélice, cuja propulsão é obtida pelos efeitos de reação produzidos pelo escapamento a grande velocidade dos gases provenientes de uma combustão ocorrida no interior do aparelho. Atualmente apresenta-se sempre sob a forma de um monoplano de asa baixa; na parte anterior da fuselagem, em vez de motor e hélice, encontra-se uma aber-

tura circular que forma uma espécie de bôca para tomada de ar. Sua velocidade é extremamente elevada e grande sua maneabilidade.

AVIÃO a JACTO-PROPULSÃO — V. *Avião a jacto*.

AVIÃO MILITAR — 1 — O que pertence às Forças Aéreas.

2 — Aquêlê que é construído e equipado para fins militares. Os aviões militares classificam-se em :

a) Tipos terrestres e costeiros, de ação tática e estratégica: — *Caça, Bombardeiro, de Informações, de Transporte*.

b) Tipos marítimos, de ação tática : — *Caça de proteção, Bombardeiro-reconhecimento e Reconhecimento-bombardeiro, Reconhecimento-Observação, Torpedeiro*.

c) De treinamento : *Primário, Secundário, Avançado*.

AZIMUTE — 1 — Ângulo diedro formado pelo vertical de um astro com o meridiano do lugar considerado. E' contado sôbre o horizonte, de 0° a 360° , a partir do sul e no sentido do movimento diurno.

2 — Ângulo formado por uma direção qualquer com uma direção-origem.

AZIMUTE GEOGRÁFICO — Ângulo que a direção considerada faz com a direção do Norte geográfico. E' contado a partir do Norte geográfico e no sentido do movimento dos ponteiros do relógio. E' igual ao azimuth geográfico diminuído da *declinação magnética* (com seu sinal próprio).

AZIMUTE MAGNÉTICO — Ângulo que a direção considerada faz com a direção do Norte magnético, contado a partir dêste e no sentido do movimento dos ponteiros do relógio.

AZIMUTE VERDADEIRO — V. *Azimuth geográfico*.

Abreviaturas militares norte-americanas

Pelo Capitão OTÁVIO ALVES VELHO

NOTAS EXPLICATIVAS

3.ª PARTE

- (1) — Geralmente não é utilizado o ponto abreviativo.
- (2) — O Exército Americano compreende (V. quadro anexo) :
 - as Fôrças Terrestres (Ground Forces);
 - as Fôrças dos Serviços (Service Forces);
 - as Fôrças Aéreas (Air Forces).
- (3) — A designação "aero-terrestres" (air borne) refere-se às tropas normalmente transportadas pelo ar para seu emprego (Infantaria do Ar, Paraquedistas, etc.). As que apenas o são eventualmente, dizem-se "transportadas pelo ar" ou "transportadas por via-aérea" (air carried, carried by airplane, etc.).
- (4) — Abreviatura de código utilizada nas mensagens transmitidas pelo telégrafo ou pelo teletipo.
- (5) — Grande Unidade equivalente ao "Exército" (Army) das Fôrças Terrestres.
- (6) — Ajudante de uma Grande Unidade ou de um Comando dos Serviços (V. nota 120).
- (7) — Repartição do Departamento da Guerra mais ou menos correspondente, no Brasil, à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.
- (8) — Grande Unidade.
- (9) — De uma agência pagadora para outra receber fundos àquela destinados.
- (10) — Minas submarinas (V. 139).
- (11) — De um militar, para determinado serviço ou missão.
- (12) — Documento ou material qualquer.
- (13) — A ação ou o ato de prender alguém.
- (14) — As Fôrças Terrestres do Exército compreendem: Infantaria, Cavalaria, Artilharia de Campanha, Artilharia de Costa, Engenharia, Fôrça Blindada. (V. quadro anexo), etc.
- (15) — É uma das sub-divisões principais das Fôrças Aéreas do Exército. Tem a seu cargo: a organização e exploração de depósitos; a manutenção e reparação das aeronaves;

a aquisição, armazenagem e distribuição pelas unidades, de aeronaves, equipamento e reaprovisionamentos diversos.

- (16) — Destacamento das Forças Aéreas adido ao Quartel-General de um Exército ou outra G. U. terrestre a quem deva apolar. Dirige as operações do apóio aéreo e mantém-se em permanente comunicação com as unidades encarregadas de proporcionar tal apóio.
- (17) — Referindo-se a um homem, elemento de tropa ou material qualquer, incluído no efetivo ou na carga de uma unidade ou repartição.
- (18) — Todo militar, oficial ou praça ao ser identificado, recebe um número de ordem que é arquivado no Departamento do Adjuntante-Geral. Acompanha-o durante toda sua vida militar, constando de suas chapas de identificação e de todos os seus documentos.
- (19) — Unidade tática e administrativa das Forças Aéreas, organizada, equipada e instruída para proporcionar apóio aéreo às G. U. terrestres (geralmente a um Exército).
- (20) — Escola de Alto-Comando e Alta-Administração do Exército, sediada em Washington, D. C.
- (21) — Referindo-se à praça especialista num desses instrumentos.
- (22) — Referindo-se tanto a Oficiais como a Centros de Recompilamento de Pessoal, não pertencentes em particular a nenhuma Arma ou Serviço.
- (23) — É o percurso, mais ou menos reduzido, feito por uma aeronave em movimento uniforme, para apontar e lançar as bombas sobre o objetivo.
- (24) — Recibo de carga ou material a transportar.
- (25) — Qualquer ponto, utilizado nas operações topográficas, cuja altitude seja exatamente conhecida.
- (26) — Membro da tripulação de uma aeronave que maneja o aparelho de pontaria e de lançamento das bombas.
- (27) — Na Zona de Comunicações ou num porto em além-mar.
- (28) — Em grandes tanques ou depósitos.
- (29) — Do paiol para as aeronaves.
- (30) — Abrange as unidades fixas e móveis de Artilharia de Costa e de Artilharia Anti-Aéreas, assim como as do Serviço de Lança-Minas, que opera com minas submarinas (A Marinha cabe o trabalho com minas flutuantes).
- (31) — Dirige e orienta o movimento das embarcações durante operações de desembarque, particularmente no estabelecimento duma cabeça de praia.
- (32) — Veículo de qualquer natureza — terrestre, marítimo ou aéreo.
- (33) — Pessoa ou animal que conduz em seu organismo os germes de uma determinada moléstia infecto-contagiosa, sem estar afetado pela mesma.
- (34) — Parte do mecanismo de uma arma automática.
- (35) — O termo "supply" indica reaprovisionamentos em geral, abrangendo ao mesmo tempo reabastecimento e remuniciamento. Assim é que tais reaprovisionamentos ("supplies") são grupados em 7 classes :

- Classe I:** viveres e forragens da dotação normal.
Classe II: fardamento, armamento e viaturas.
Classe III: combustíveis e lubrificantes (exceto os de Aviação), incluindo gasolina para todos os veículos, óleo Diesel, óleo combustível e carvão.
Classe III (A): combustíveis e lubrificantes de Aviação.
Classe IV: materiais de fortificação e de construção, aeronaves e outros reaprovisionamentos de dotação não fixada ou cujo controle exija medidas especiais, e que não estejam incluídos nas demais classes.
Classe IV (E): aeroplanos completos, equipamento e sobressalentes e material de manutenção dos mesmos.
Classe V: munições, artifícios, minas anti-carro e materiais diversos para a guerra química.
- (36) — Empregado como adjetivo.
 (37) — Referindo-se ao aparelho ou ao seu operador.
 (38) — De uma unidade, guarnição, posto ou posição.
 (39) — De feridos, extraviados, prisioneiros, material danificado, etc.
 (40) — a) Autoridade. Região sob a ação de determinada autoridade.
 b) Grande Unidade das Forças Aéreas equivalentes à "Divisão" das Forças Terrestres.
 c) Conjunto ou grupamento de forças.
 d) Conjunto dos Serviços que operam em uma determinada área. (V. nota 120).
 (41) — a) Ação de comandar.
 b) Ordem ou voz de comando.
 (42) — Comandante, mesmo sem ser Oficial, de uma unidade, posto, posição ou fração de tropa.
 (43) — De um estabelecimento de ensino militar.
 (44) — Órgão do Serviço de Intendência em uma guarnição ou estacionamento.
 (45) — De fotografias aéreas.
 (46) — Punição disciplinar.
 (47) — Graduado.
 (48) — Lugar onde os caminhões que ainda não se acham com a carga completa são terminados de carregar com materiais que têm o mesmo destino que a carga inicialmente recebida.
 (49) — Nas transmissões rádio-elétricas.
 (50) — Pode servir também como barco-patrolha após concluído o lançamento das minas.
 (51) — Condecoração militar dos Estados Unidos.
 (52) — a) Chefe de uma repartição.
 b) Diretor de manobras.
 c) Instrumento ou aparelho de direção do tiro.
 d) Graduação do Corpo de Enfermeiras do Exército, correspondente a Capitão.
 e) Autoridade suprema do Corpo Feminino do Exército, cuja graduação corresponde a Coronel.
 (53) — Na organização norte-americana o Distrito Militar corresponde mais ou menos à nossa Região Militar. As forças sediadas fora do território metropolitano (por exem-

plo, nas Filipinas, em Porto Rico, nas Ilhas Hauvahi, etc.) são grupadas em "Departamentos", aproximadamente equivalentes às nossas antigas Circunscrições Militares.

- (54) — De uma espoleta.
- (55) — Que exige afastamento da sede da unidade do militar ou da tropa, por prazo superior a 24 horas.
- (56) — Os atiradores de armas portáteis são classificados por ordem decrescente de habilidade, em :
 - perito ("expert");
 - atirador de escol ("sharpshooter").
 - acertador ("marksman").
 Análogamente, os atiradores de canhão e metralhadora são classificados em :
 - atirador perito ("expert gunner");
 - atirador de 1.ª classe ("first class gunner");
 - atirador de 2.ª classe ("second class gunner").
- (57) — a) De uma unidade.
b) De material de Artilharia.
- (58) — De um canhão ou de uma unidade de Artilharia, em sua posição de tiro.
- (59) — Referindo-se a defeitos físicos que possam incapacitar para o serviço ativo.
- (60) — Principal auxiliar do Comandante, em qualquer escalão. E' encarregado de dirigir e fiscalizar o trabalho do Estado-Maior nas pequenas unidades e em qualquer outra que não seja dotada de Estado-Maior Geral (V. nota 74).
- (61) — Defesa anti-aérea.
- (62) — Do Serviço de Vigilância do Ar.
- (63) — Uma das séries de regulamentos militares, que contém informações elementares e instruções para o treinamento do pessoal militar, para as operações e para a manutenção do material e do equipamento.
- (64) — Indicando procedência.
- (65) — Referindo-se a praças.
- (66) — Órgão da defesa anti-aérea de uma determinada área ou localidade, que controla e orienta o trabalho da Aviação de Caça.
- (67) — Pôsto de assistência médica, sem acomodações para hospitalização.
- (68) — Hospital dotado de todos os recursos, geralmente pertencente ao escalão Exército.
- (69) — De um canhão, metralhadora ou petrecho.
- (70) — Pessoal militar. Do pessoal militar (Oficiais e praças).
- (71) — De uma elevação ou de uma estrada.
- (72) — De um circuito elétrico.
- (73) — Compreende 6 Secções: Planos, 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e Requi-sições.
- (74) — Constituído de Oficiais do Quadro de Estado-Maior e en-carregado de auxiliar o Comando, nas Grandes Unidades, a planejar, coordenar e conduzir as operações.
- (75) — Artilharia.
- (76) — Sub-divisão do Serviço de Transporte do Exército.
- (77) — Servente da Central de Tiro, na Artilharia de Cam-panha.

- (78) — O Manual Técnico de Explosivos norte-americano classifica estes em: "explosivos brisantes" (high explosives), pólvora negra" (black powder) e "pólvora sem fumaça" (smokelen powders).
- (79) — Veículo misto de caminhão e trator.
- (80) — Encaminhando um documento.
- (81) — No Exército.
- (82) — Por doenças, ferimentos e morte.
- (83) — Nas Transmissões.
- (84) — Referindo-se o Officiais.
- (85) — Referindo-se a um veículo.
- (86) — Quadro de oficiais encarregados dos assuntos administrativos de todo o Departamento Médico, ou seja, de todo o Serviço de Saúde do Exército.
- (87) — Para os norte-americanos o termo "equipamento" abrange: fardamento, ferramentas, utensílios, armamento e reaprovisionamentos.
- (88) — Empregado como substantivo ou como adjetivo.
- (89) — a) Indicar os resultados do tiro no alvo.
b) Marcar os animais com o ferro.
- (90) — Cada especialidade militar, de oficiais e praças, tem um número de ordem próprio. Todo militar tem, assim, além do número de identificação, um número indicativo da respectiva especialidade.
- (91) — Secção encarregada, nos Quartéis-Generais, de controlar o registro de todo o pessoal e de todas as unidades e organizações subordinadas. Utiliza máquinas do tipo "Hollerith": tabuladoras, perfuradoras de cartões, separadoras, etc.
- (92) — Empregado como substantivo.
- (93) — Ação de mover. Deslocamento.
- (94) — Técnica de conduzir uma embarcação, uma aeronave ou um veículo terrestre, de um ponto a outro, segundo um percurso determinado, e de se orientar em terreno ou região desconhecida.
- (95) — Quando empregado conjuntamente com outra abreviatura qualquer.
- (96) — Para sub-tenentes e praças em geral.
- (97) — Em um rancho, cassino de oficiais, hospital, etc.
- (98) — Quando empregado isoladamente.
- (99) — Do Departamento da Guerra.
- (100) — Por "material bélico" os norte-americanos compreendem: armamento com seus acessórios, sobresselentes e munições; veículos de combate e especializados; ferramentas e máquinas para reparação e manutenção.
- (101) — Por ocasião do recebimento de qualquer material remetido à unidade ou repartição.
- (102) — Nos Estados Unidos os Ministros de Estado são chamados "Secretários". Ao Ministro das Relações Exteriores é que cabe particularmente o título de "Secretário de Estado".
- (103) — De uma guarnição, Grande Unidade ou organização qualquer.

- (104) — Não se deve confundir esta abreviatura com a palavra "post", que significa :
- a) Guarnição;
 - b) Pôsto (de guarda, de sentinela, de um serviço qualquer);
 - c) Instalar um pôsto;
 - d) Escalar ou designar alguém ou alguma tropa para um pôsto de serviço qualquer.
- (105) — Parte do Exército Ativo dos Estados Unidos em serviço nas Ilhas Filipinas, composta quase que exclusivamente de cidadãos destas ilhas.
- (106) — Encarregado de uma tarefa especial, geralmente temporária.
- (107) — Residências em uma guarnição, quartel, campo de instrução, etc.
- (108) — De praças.
- (109) — Uma bomba.
- (110) — De determinados elementos, por uma unidade ou uma coluna.
- (111) — Dedocumentos, fatos, fotografias, etc.
- (112) — Para a execução de determinada missão em certo tempo.
- (113) — Um delito, uma transgressão, um crime, etc.
- (114) — Destacamento de segurança.
- (115) — Sobre perdas, danos ou inutilização de bens da Fazenda Nacional.
- (116) — Em uma guarnição, campo de instrução ou estacionamento.
- (117) — Material abandonado, desprezado, condenado ou capturado, e que é reunido para ser recuperado ou para aguardar que seja reclamado pelos donos ou responsáveis.
- (118) — De cada soldado.
- (119) — Fora da unidade, mas sob seu controle.
- (120) — "Comando de Serviços" ("Service Command") é o conjunto dos elementos dos diversos Serviços do Exército ("Army Service Forces") operando em uma determinada área e sob u'a mesma autoridade.
- (121) — Para o pessoal transferido de uma Arma ou Serviço para outro, ou de uma região para outra de características diferentes.
- (122) — Unidade móvel adida a um Exército.
- (123) — a) De pessoal ou material.
b) Veículo (terrestre, marítimo ou aéreo) destinado a esse transporte.
- (124) — General Diretor do Departamento do Ajudante-Geral (V. nota 7).
- (125) — Mistura incendiária de alumínio pulverizado e um óxido metálico (geralmente de ferro).
- (126) — De uma coluna em marcha.
- (127) — O tiro.
- (128) — Localizada em West Point, no Estado de Nova York.
- (129) — Quadro extinto, substituído atualmente pelo Corpo Feminino do Exército (WAC).
- (130) — Referindo-se às condições atmosféricas.
- (131) — De um aeroplano.

- (132) — a) Flanco de uma força.
b) Unidade ou G. U. que fica no flanco de um dispositivo de forças.
- (133) — De sub-tenentes, sargentos e demais praças graduadas (V. quadro de hierarquia comparada).
- (134) — Por motivos fáceis de compreender, não cogitamos, neste trabalho, das abreviaturas criadas pela gíria militar ou pelos correspondentes de guerra.
- (135) — São os encarregados dos assuntos administrativos do Exército, tais como o Departamento do Ajudante-Geral, o Departamento da Justiça Militar, etc.
- (136) — Especialmente para indicar material de uso padronizado em ambas as corporações.
- (137) — Dispositivo de segurança da espoleta de uma bomba de aviação.
- (138) — De canhões.
- (139) — Artilharia de Costa.
- (140) — De barragem ou de fortificação.
- (141) — Abreviatura utilizada na relação do pessoal que fica em poder da guarda da unidade.
- (142) — Aguardando ordens, transporte, etc.
- (143) — a) Explosivo.
b) Assalto. Arremetida violenta.
- (144) — Assaltar. Arremeter com violência.
- (145) — Graduação do extinto Corpo Auxiliar Feminino do Exército (W A A C).
- (146) — Compilação de mapas, cartas, fotografias aéreas e informações diversas, para organizar um novo documento cartográfico.
- (147) — Um destacamento ou uma tropa.
- (148) — **Oficial de patente** ("Commissioned officer") é o oficial como nós o compreendemos, isto é, de posto superior a 2.º tenente inclusive. Os "non-commissioned officers" são os sub-tenentes e sargentos. Quanto aos cabos, soldados de 1.ª classe e soldados, constituem os "enlisted men" (praças).
- (149) — Unidade de medida da intensidade luminosa elétrica.
- (150) — De cartuchos, nas armas portáteis.
- (151) — Nos diagramas de engrenagens.
- (152) — Elétrica.
- (153) — Corresponde ao sargento-ajudante (master sgt) do Exército.
- (154) — Com todos os elementos constituídos (cartucho, cargas de projeção e de arrebitamento, estôjo, espoleta, etc.)
- (155) — De um cartucho.
- (156) — Espósa, mãe e filhos menores do militar.
- (157) — Lugar, ponto ou região de destino.
- (158) — Uma tropa.
- (159) — Para fins de vencimentos.
- (160) — De um direito ou privilégio.
- (161) — Observação de um tiro.
- (162) — Nas pequenas unidades.

- (163) — Oficiais reformados por incapacidade física ou por limite de idade.
- (164) — Documentos, fotografias, etc.
- (165) — Fluviais e lacustres.
- (166) — Unidade de peso.
- (167) — De uma arma de repetição.
- (168) — De Exército ou da Zona dos Exércitos.
- (169) — Grampo metálico que fixa um corredor de fita à janela de alimentação de uma arma automática.
- (170) — Ligação terra-avião.
- (171) — Quando não estão a serviço do Governo Federal.
- (172) — A "National Guard" é uma organização da Reserva, que em tempo de paz tem o caráter de força estadual, embora frequentemente seja mantida ou auxiliada pelos cofres federais, e que em tempo de guerra ou de emergência nacional se torna uma força federal.

A "National Guard of the United States" é o conjunto dos membros e unidades da "National Guard" que prestaram juramento e foram designados para serem eventualmente aproveitados no serviço federal. É parte permanente do Exército dos Estados Unidos.

- (173) — Repartição do Departamento da Guerra que controla todos os assuntos civis e militares relativos à Guarda Nacional.
- (174) — Quando a serviço do Governo Federal.
- (175) — Fazem parte da organização de tempo de paz do Exército dos Estados Unidos. Compõem-se do Corpo de Oficiais da Reserva, do Corpo da Reserva (Praças) e de alguns oficiais e praças do Exército Ativo.
- (176) — Em trânsito para suas casas ou para os pontos de destino fixados pelas autoridades.
- (177) — Destinado a remunciar as unidades subordinadas.
- (178) — Transmitida por uma aeronave para uma estação terrestre, dando a sua posição no momento e outros dados (hora, altitude, etc.).
- (179) — Abreviatura empregada pelos Canadenses.
- (180) — Classificado como perito no manêjo de uma arma, u'a máquina ou um aparelho qualquer.
- (181) — De vitrola.
- (182) — Aplica-se ao Oficial de Reserva que é novamente convocado, com a mesma graduação após os 5 anos de serviço regulamentares.
- (183) — De origem, proveniência, informação, etc.
- (184) — Em trânsito para seus destinos, após a reforma.
- (185) — De uma carta ou documento cartográfico qualquer.
- (186) — Graduação e registrar.
- (187) — Em desuso, com esta acepção.
- (188) — De uma granada ou bomba.
- (189) — De motocicleta.
- (190) — Que trabalhe segundo um horário ou escala.

- (191) — E' o que, na Artilharia de Costa, dá as salvas regulamentares ao anoitecer.
- (192) — De Artilharia.
- (193) — Alfabeto Morse, semáfora ou outro código qualquer.
- (194) — Espotelta.
- (195) — Medida sobre a linha de sítio do objetivo.
- (196) — Canal do Panamá.
- (197) — Utilizada na identificação e arquivamento dos documentos do Departamento da Guerra.
- (198) — Com o uso.
- (199) — Que acompanha o ferido evacuado para a retaguarda.
- (200) — a) De pólvora.
b) De um cereal.
- (201) — Abreviatura que é empregada sempre precedida da gradação militar.
- (202) — Medido com o quadrante de nível.
- (203) — Ângulo de tiro mais ângulo de sítio.
- (204) — Mais ou menos equivalente à nossa Sub-Diretoria de Material de Intendência.
- (205) — Nos Estados Unidos o termo "college" refere-se ao curso de colégio ou curso complementar (científico ou clássico).
- (206) — E' a maior sub-divisão do sistema ferroviário militar num Teatro de Operações. Geralmente cada "Grand Division" abrange duas ou mais "Divisions".
- (207) — Referindo-se a acidentes, ferimentos, morte, etc.
- (208) — Física ou mental.
- (209) — Munição.
- (210) — Com esta acepção é empregada nas S.N.L. (Listas de Nomenclatura Padronizada).
- (211) — Para destruição de munição que não detonou, a fim de evitar acidentes posteriores.
- (212) — Localizada em Fort Leavenworth, no Estado de Kansas.
- (213) — Corresponde ao nosso CPOR.
- (214) — Operação em que tomam parte, em cooperação com forças norte-americanas, tropas de países aliados, ou forças norte-americanas de terra, mar e ar.
- (215) — Nas forças aéreas.
- (216) — O "Cavalery Group" é uma força especial de Cavalaria, moto-mecanizada, orgânica do escalão Exército. Sua missão normal é a Descoberta. Compõe-se de duas ou mais Alas ("Squadrons"), de 7 Esquadrões ("Trops"), que são postos à disposição dos Corpos de Exército quando necessário.
- (217) — Do escalão Teatro de Operações.
- (218) — Chefes de Serviços e consultores técnicos do Comando.
- (218) — Na Cavalaria.
- (220) — Do Teatro de Operações da Itália.
- (221) — Para diferenciar da Guarda Nacional (V. nota 172).
- (222) — De tropas, de habitantes, etc.
- (223) — Unidade de tempo.

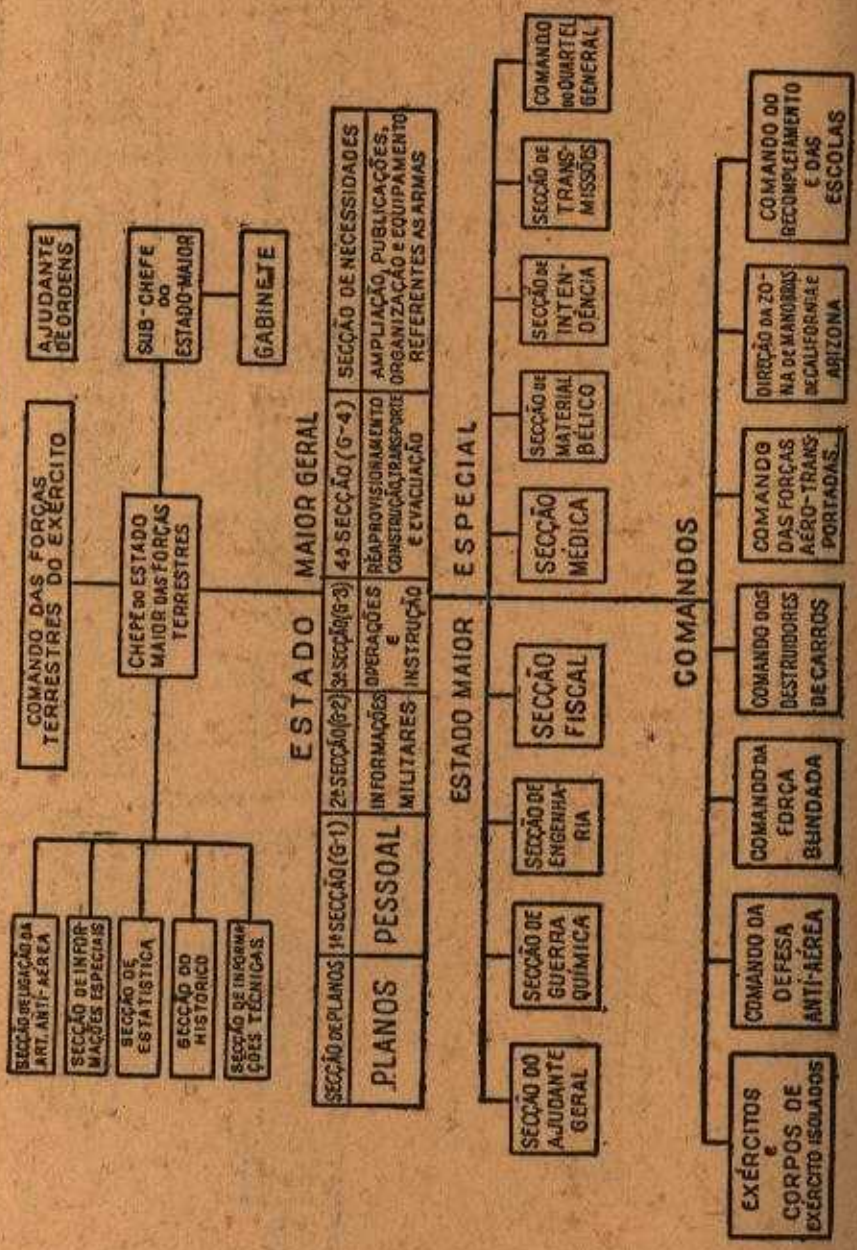
QUADRO DA HIERARQUIA COMPARADA

BRASIL		ESTADOS UNIDOS	
Exército	Fôrça Aérea	Exército (abrange a Fôrça Aérea)	Corpo de Fusileiros Navais
Marechal	Marechal do Ar	General of the Army	—
General de Divisão	Major-Brigadeiro do Ar	General	Lieutenant General
General de Brigada	Brigadeiro do Ar	Lieutenant General	Major General
Coronel	Coronel-aviador	Brigadier General	Brigadier General
Tenente-Coronel	Tenente-Coronel-aviador	Colonel	Colonel
Major	Major-aviador	Lieutenant Colonel	Lieutenant Colonel
Capitão	Capitão-aviador	Major	Major
1.º Tenente	1.º Tenente-aviador	Captain	Captain
2.º Tenente	2.º Tenente-aviador	1st Lieutenant	1st Lieutenant
Aspirante a Oficial	Aspirante a Oficial-aviador	2nd Lieutenant	2nd Lieutenant
Sub-Tenente	Sub-Oficial	Chief Warrant Officer	Comissioned Warrant Officer
—	—	Warrant Officer (Junior Grade)	Warrant Officer
—	—	Flight Officer (só na Fôrça Aérea)	Sergeant Major ou Master Technical Sergeant
1.º sargento-ajudante ou 1.º sargento	1.º sargento	Master Sergeant ou 1st Sergeant	1st Sergeant ou Quartermaster Sergeant
2.º sargento	2.º sargento	Technical Sergeant	Gunnery Sergeant ou Technical Sergeant
3.º sargento	3.º sargento	Staff Sergeant ou Technician 3rd Grade	Platoon Sergeant ou Staff Sergeant
Cabo	Cabo	Sergeant ou Technician 4th Grade	Sergeant
—	—	Corporal ou Technician 5th Grade	Sergeant
Soldado	Soldado	Private, 1st Class	Corporal
—	—	Private	Private, 1st Class
—	—	Private	Private

QUADRO DE HIERARQUIA COMPARADA (Cont.)

BRASIL	ESTADOS UNIDOS	
Marinha	Marinha	Corpo de Guarda Costa
Almirante Vice-Almirante Contra-Almirante Capitão de Mar e Guerra Capitão de Fragata Capitão de Corveta Capitão-Tenente	Admiral of the Fleet Admiral Vice-Admiral Rear Admiral Commodore Captain Commander Lieutenant Commander Lieutenant Lieutenant (Junior Grade) Ensign Midshipman Comissioned Warrant Officer Warrant Officer Chief Petty Officer Petty Officer 1st Class Petty Officer 2nd Class Petty Officer 3rd Class	 Vice-Admiral Rear Admiral Commodore Captain Commander Lieutenant Commander Lieutenant Lieutenant (Junior Grade) Ensign Chief Warrant Officer Warrant Officer Chief Petty Officer Petty Officer 1st Class Petty Officer 2nd Class Petty Officer 3rd Class
1.º Tenente 2.º Tenente	Lieutenant Lieutenant (Junior Grade)	Lieutenant Lieutenant (Junior Grade)
Guarda-Marinha Aspirante	Ensign Midshipman Comissioned Warrant Officer	Ensign Chief Warrant Officer
Sub-Oficial Sargento-ajudante 1.º Sargento	Warrant Officer Chief Petty Officer Petty Officer 1st Class	Warrant Officer Chief Petty Officer Petty Officer 1st Class
2.º sargento	Petty Officer 2nd Class	Petty Officer 2nd Class
3.º sargento	Petty Officer 3rd Class	Petty Officer 3rd Class
Cabo Marinheiro de 1.ª classe Marinheiro de 2.ª classe Marinheiro de 3.ª classe Aprendiz Marinheiro Taifeiro	Seaman 1st Class Seaman 2nd Class Apprentice Seaman	Seaman 1st Class Seaman 2nd Class Apprentice Seaman

ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS TERRESTRES DO EXÉRCITO



2580
 tico
 18129
 21
 21105
 22021
 22025



Instruções para o Aparelho de Telegrafia Ótica de 13 cms.

TELEGRAFOTO DE CAMPANHA

1.º Ten. *JACKSON PITOMBO CAVALCANTE*
Da Reserva de 2.ª Classe

INDICE

Capítulo	I — Introdução
"	II — Partes componentes do aparelho
	a — Descrição do aparelho
"	III — Montagem do aparelho
	a — Instalação do aparelho
	b — Funcionamento do aparelho
"	IV — Dados técnicos
"	V — Outras notas

APARELHO DE TELEGRAFIA ÓTICA DE 13 CMS. — Telegrafoto de Campanha —

CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO

Os aparelhos de telegrafia ótica de 13 cms. — Telegrafoto de campanha de fabricação alemã CARL ZEISS, são assim designados por possuírem um espelho refletor parabólico de 13 cms. de diâmetro, que assegura a emissão de sinais luminosos Morse dentro de um campo relativamente estreito.

Fabricados com todo cuidado e com material assaz forte, os aparelhos de telegrafia ótica, adotados em vários Exércitos, apresentam os melhores resultados comprovantes de sua relativa portabilidade pelo homem, de seu fácil manejo e sobretudo de sua grande eficiência.

Dispondo os aparelhos de um sistema de visada (visôr anular e luneta), torna-se fácil a procura do correspondente e a emissão dos sinais luminosos na sua direção.

Pelo emprêgo das lâmpadas brancas e semi-coloridas que acompanham os aparelhos, pode-se facilmente proceder a uma comunicação adaptada às circunstâncias do momento, como sejam a pequena distância dos correspondentes, o estado atmosférico, proximidade de vários correspondentes, luzes vizinhas, etc., etc.

Suficientemente protegidos, podem os aparelhos entrar em funcionamento mesmo sob chuva, sem que seus órgãos sejam afetados ou prejudicados pela ação da água.

A fonte de energia que alimenta a lâmpada do refletor é um dínamo-acionado a manivéla. Corrente contínua, portanto.

CAPITULO II — PARTES COMPONENTES DO APARELHO

O Telegrafôto de campanha compõe-se das seguintes partes :

Caixa do aparelho

Caixa do dínamo e

Dispositivo de sustentação

1 — Caixa do aparelho :

externamente : 2 alças, 2 argolas e 1 almofada;

internamente : refletor cabo de ligação, 2 monóculos de vidro vermelho para atenuar a luz do correspondente, 2 estojos de lâmpadas, 1 chave especial de parafusos, 1 pequena caixa de metal para depositar fita-isolante e 1 alicate comum de cabo isolado.

2 — Caixa de dínamo :

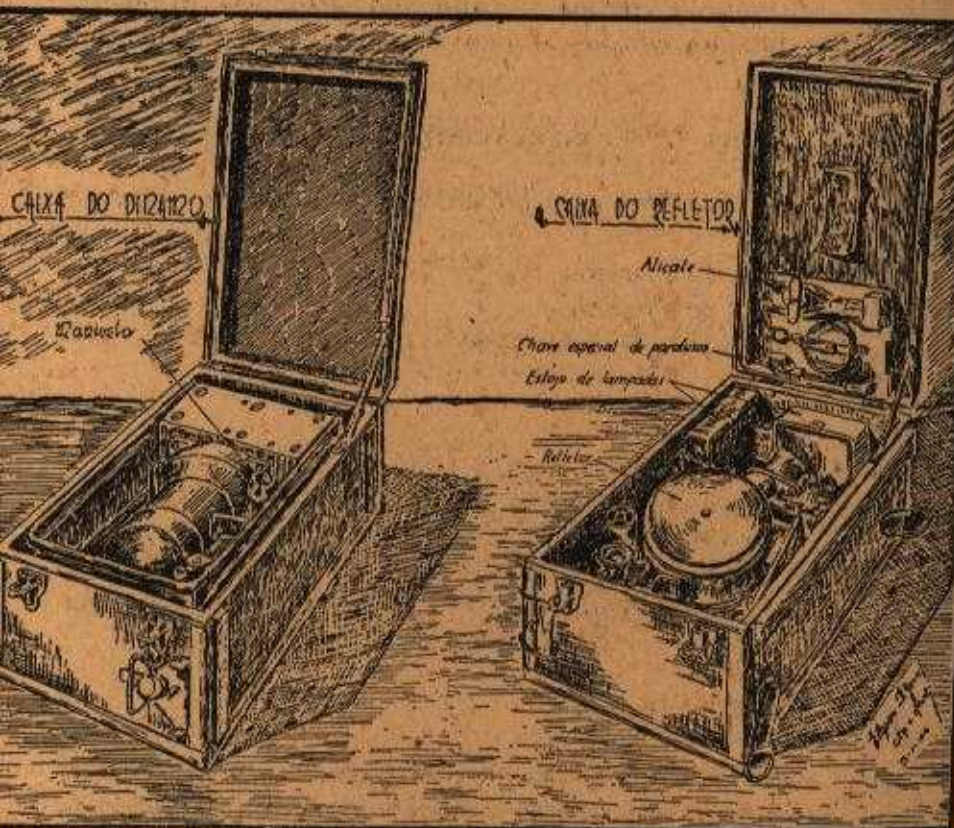
externamente : 2 alças, 2 passagens de correia, janela da manivela, janela da tomada e mostrador graduado de 0 a 12 volts.

internamente : 1 dínamo, 1 manivéla, 1 pincel, 1 almofolía e 1 chave de tarrachas.

3 — Dispositivo de sustentação.

a — Descrição do aparelho

- 1 — Refletor — O refletor, corpo cilíndrico metálico, de fundo convexo, com um orifício central para passagem de luz, coincidente com a "pupila de emergência", compõe-se, essencialmente, de :
externamente : um visôr anular que serve para dar a direção aproximada do correspondente;



uma luneta monocular prismática de 4x20 e tríplice zona, com regulagem para acuidade visual e poder de amplificação de 4 (quatro vezes), que serve para dar a posição exata do correspondente;

um porta-disco colorido, com dobradiça;

um disco-da-noite, graduado para a direita, com dobradiça;

quatro parafusos, dois de pressão um vertical e outro horizontal, e dois de chamada um vertical e outro horizontal, todos destinados a orientar o aparelho para a direção do correspondente e

2 pinos da tomada do refletor, com protetor;

internamente: um espelho parabólico de cristal de 13 cms. de diâmetro e 62 mm. de distância focal, engastado no fundo do refletor, em cujo centro ótico, é óbvio, se encontra a "pupila de emergência", que permite ao operador, colocado atrás do aparelho, controlar sua própria manipulação;

um porta-lâmpada, ao qual se encaixa a lâmpada incandescente de 6 volts dando uma pequena rotação para frente;

um periscópio que permite ao operador verificar si o filamento da lâmpada, quando esta acêsa, incide no correspondente (condição para uma boa recepção). O periscópio trabalha simultaneamente com a luneta, isto é, vê-se o filamento da lâmpada pela ocular da luneta por intermédio do periscópio.

- 2 — Dispositivo de sustentação: O dispositivo de sustentação é um tripé extensível à vontade do operador. No alto e por meio das cavilhas, fixam-se as pernas mais, ou menos abertas e no fim do primeiro lance fixam-se essas mais, ou menos longas, agora, por intermédio das borboletas. Na base dos joelhos encontramos uma haste vertical terminada por um gancho onde fica suspensa a bateria do aparelho (não é o caso presente). Para apoiar o manipulador quando o apare-

da, encontramos um pino que recebe o refletor. Numa das pernas do tripé acha-se uma bandoleira para o transporte ao ombro. O tripé é acondicionado numa bolsa de lona reforçada com couro que possui uma bandoleira para o transporte ao ombro.

- 3 — Cabo de ligação : — O cabo de ligação com duas tomadas nas extremidades e o manipulador na metade, serve para efetuar a ligação dínamo-lâmpada do refletor, cujo circuito é interrompido no manipulador que somente quando calcado permite à corrente ir até a lâmpada, acendendo-a. O manipulador é um paralelepípedo de madeira, tendo em uma das faces um pequeno pino "botão de manipulação" e na face oposta, uma garra de metal por intermédio da qual se descansa o conjunto numa das braçadeiras do tripé. As tomadas são duas, uma com 2 pinos que se encaixa no dínamo e outra que recebe os 2 pinos do refletor.

CAPÍTULO III — MONTAGEM DO APARELHO

- a — Instalação do aparelho : — Escolhido o local do posto, abre-se o tripé onde é colocado o refletor e faz-se a ligação dínamo-lâmpada. Orienta-se o aparelho para a direção do correspondente e apertam-se os parafusos de pressão. Regula-se a luneta para a acuidade visual até encontrar o correspondente. Não se encontrando o correspondente, age-se nos parafusos de chamada, até enquadrá-lo.
- b — Funcionamento do aparelho : — Girando-se a manivela do dínamo até que o ponteiro acuse 8 volts (nem mais nem menos) e calcando-se o "botão de manipulação", a corrente sobe até a lâmpada do refletor, acendendo-a, e a luz se projeta sobre o espelho refletindo-se na direção para a qual foi apontado o refletor.

CAPÍTULO IV — DADOS TÉCNICOS

1 — Alcance — Em boas condições atmosféricas :

De dia	12 kms.
De noite	36 kms.

2 — Dispersão — Lateral, aproximadamente, 2,5°;
Vertical, aproximadamente, 1,5°.

3 — Emissão de sinais — Pelo fechamento do circuito no manipulador "botão de manipulação".

4 — Pêso do material —

Caixa do aparelho	7 Kgs.
Caixa do dínamo	11 Kgs.
Dispositivo de sustentação	4,900 Kgs.
Total	22,900 Kgs.

5 — Uso dos discos coloridos — Toda vez que os correspondentes estiverem muito próximos, de modo que a luz intensa do refletor possa cançar a vista do especialista encarregado da leitura dos sinais (operador), deve-se usar o disco branco-leitoso. Para distinguir os sinais de dois correspondentes que por uma circunstância qualquer estejam muito próximos, principalmente à noite, deve-se caracterizá-los pelo uso de um dos discos coloridos. Ainda durante a noite, para distinguir a luz de um posto, de outra luz que por ventura seja acêsa nas proximidades, confundindo a leitura, deve-se prescrever o uso de um disco colorido.

6 — Lâmpadas — De sinalização incandescente, de 6 volts e 100.000 velas Hefner.

CAPÍTULO V — OUTRAS NOTAS

1 — *Telegrafia luminosa secreta* :

O aparelho é equipado com um dispositivo para telegrafia luminosa secreta, tendo por princípio o emprêgo

de um filtro vermelho, disposto deante da lâmpada, não deixando passar sinão os raios vermelhos difficilmente reconheciveis. Estes raios vermelhos não podem ser interceptados no posto de recepção sinão por meio de uma luneta provida de um filtro ocular especial. O alcance do aparelho funcionando para telegrafia luminosa secreta é de mais ou menos 5 kms. de dia e 10 kms. de noite.

2 — *Nota :*

A caixa de aparelho e a caixa do dínamo são transportadas superpostas, nas costas do homem, a do aparelho em-baixo e a do dínamo em cima, e conjugadas por intermédio das alças maiores que se prendem ao rodête — guia das menores, bastando para tanto dar um meio-giro para a direita no rodête-guia, passar a alça maior para cima e completar o movimento. As correias ficam juxtapostas no peito do homem.

3 — *Observações :*

O Telegrafóto de campanha pode ser usado como aparelho formando um conjunto com o Heliógrafo de 60 mm. Este dispositivo permite economisar a fonte de energia nos dias de Sol. O Telegrafóto de campanha trabalha, ainda, com duas baterias do aparelho de sinalização ótica de 10,5 "Nife", ligadas em série.

A guarnição de um posto de Telegrafóto de campanha é de 3 homens, assim distribuidos: 1 operador, que recebe e transmite os despachos, 1 auxiliar de operador, que dita e escritura as cadernetas e o terceiro homem que aciona a manivêla do dínamo. A guarnição deve ser toda ela composta de especialistas, por isso que os homens podem se revezar nas diferentes funções.

A palavra Telegrafoto quer dizer "escrever com luz ao longe".

BOLETIM

A guerra que findou, mundial como jámais outra o foi, acarretou uma série de consequências sociais, econômicas e financeiras, que se fazem sentir, em maior ou menor grau, em todo o orbe.

E assim o que succede com a preocupação, hoje geral, a respeito do problema do lar para os militares. As inúmeras revistas estrangeiras que nos chegam às mãos, de toda a parte, vêm sempre com uma ou mais colaboração a respeito desse problema.

Não queremos aduzir mais razões para demonstrar a necessidade urgente do Exército atender e tão imperativo reclamo de seus membros. Falam por nós as palavras do interessantíssimo artigo de autoria do Capitão Ari Lopes, recentemente publicado pela "A Defesa Nacional".

Faremos aqui menção da proposta apresentada na Colômbia, pelo Coronel Luis Uribe Liñares, e publicada pelo "Memorial del Estado Mayor" daquele país irmão em seu número de dezembro último. Em resumo, é o seguinte:

1) — Criação de uma instituição destinada à construção de casas para militares (oficiais e sub-tenentes) do Exército, Marinha e Forças Aéreas.

2) — Fusão com a instituição de montepio, para aumentar o capital inicial e para melhorar as pensões dos herdeiros dos militares.

3) — Aquisição de lotes de terreno e entendimentos com a Prefeitura e empresas concessionárias dos serviços públicos para a urbanização e melhoramentos.

4) — Elaboração de planos padronizados para três tipos de casas para oficiais e dois para sub-oficiais, de modo que correspondam aos valores de 15 mil, 12 mil, 10 mil, 8 mil e 7 mil pesos chilenos, respectivamente.

5) — Os militares adquiririam as casas mediante uma entrada de 15% do valor total, que poderia ser realizada de vez ou parceladamente, e o restante seria pago em 15 anos a 5% ou 6% ao ano.



A reabertura das aulas dos estabelecimentos de ensino militar no corrente ano, assinalou o ressurgimento de duas tradicionais e modelares escolas que durante certo tempo deixaram de funcionar. Referimo-nos à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e à Escola de Sargentos.

Reorganizadas em moldes modernos e mais amplos, o Exército recebeu jubilo o acontecimento, pois sua falta fazia-se sentir de maneira sensível.

O vertiginoso progresso experimentado nos últimos anos por tudo o que se refere aos processos de combate, devido justamente à extraordinária evolução do armamento e de toda sorte de material bélico, a par do acervo de experiência acumulado no longo período de guerra, acarretaram modificações de vulto a introduzir na preparação técnico-profissional dos quadros das Forças Armadas.

E isso exigia a urgente reabertura da E.A.O. para atender à atualização dos conhecimentos dos oficiais, sobretudo daqueles que

são mais diretamente responsáveis pela execução das concepções do Comando. Ou seja, dos Capitães.

De outro lado, já há muito que todos quantos labutam em nossas casernas, vinham clamando pela Escola de Sargentos. Não mais restrita à Arma de Infantaria, mas abrangendo todas as demais. As dificuldades existentes nos corpos de tropa para a conveniente formação e o posterior aperfeiçoamento dos graduados são sobejamente conhecidos. E as tentativas de solução do problema, traduzidas nos cursos regionais, geralmente acarretaram divergências de opiniões e heterogeneidade na aplicação das diretrizes fornecidas pelo E. M. E. Além disso, a passagem para a reserva, ultimamente, de elevado número de sargentos os mais experimentados e competentes em certos casos — devido a alterações sucessivas em dispositivos da legislação, vinha criando, em crescendo, dificuldades sérias a vida interna e sobretudo à instrução, nas unidades.

Alegremo-nos, pois, todos, com essa medida justa e oportuna. Igualmente aplaudimos a re estruturação da já agora Escola de Instrução Especializada, o renascimento do Curso Especial de Equitação, a nova organização das Unidades-Escola e a racional formação do Núcleo de Recomeciamento destas unidades.

Ainda mais, a subordinação do conjunto dessas Escolas e Unidades e mais da Escola de Moto-Mecanização e da Escola de Transmissões, a um organismo central — o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização — denota uma orientação superior e mais segura sobre nossos sérios e fundamentais problemas de instrução.

Esperamos todos que, sob a direção esclarecida de um dos mais experimentados e cultos instrutores do nosso Exército, como o é o General Tristão de Alencar Araripe, e de uma brilhante plíade de oficiais, entre os quais avulta grande número de combatentes da Campanha da Itália, possam esses importantes estabelecimentos e unidades fornecer à instituição armada aquilo de que ela necessita: — caracteres firmes, espíritos cultivados e corpos adestrados.

Bem hajam os nossos dignos camaradas sobre cujos ombros pesa tão árdua e honrosa tarefa.

— * —

O Ministério da Guerra revelou dados interessantes sobre a verba dispendida com um raide de cerca de 1.200 bombardeiros que, na fase final da guerra na Europa, atacavam quase diariamente o território alemão, acompanhados de 800 caças.

Supondo que as perdas eram só de 2% e tomando o dólar a Cr\$ 20,00, a despesa era a seguinte em moeda brasileira:

Perdas de bombardeiros	Cr\$ 142.400.000,00
Perdas de caças	Cr\$ 22.560.000,00
Bombas lançadas e munições consumidas ...	Cr\$ 34.912.000,00
Combustível consumido	Cr\$ 26.302.600,00
Equipamento do pessoal	Cr\$ 1.520.000,00
Reservatórios sobressalentes (abandonados em voo)	Cr\$ 2.400.000,00
Total	Cr\$ 230.094.600,00

Isto, naturalmente, sem falar na incalculável perda de vidas humanas. Vidas de homens em pleno vigor, do mais alto padrão de higidez física e mental e de um treinamento grandemente especializado. E sem falar, também nas despesas das bases terrestres, que elevariam esse total extraordinariamente.

REVISTAS EM REVISTA

REVISTA MILITAR ARGENTINA (Janeiro de 1946) — "As matérias primas e o potencial industrial" — pelo Ten. Cel. JOLIO SANGUINETTI.

O Autor inicia seu interessante artigo com um sumário, que não nos furtamos publicar porque dá uma perspectiva da amplitude do trabalho:

- 1 — Matérias primas em geral.
- 2 — Classificação e definições.
- 3 — Matérias primas essenciais. Produção na América do Sul.
- 4 — Produtos alimentares.
- 5 — Reserva de matérias primas.
- 6 — Nossas riquezas minerais.
- 7 — A política das matérias primas.

O assunto é abordado sob o ponto de vista da economia face à defesa nacional, ou seja, do acôrdo a estabelecer entre as exigências da produção de guerra e o consumo da população civil, não deixando, entretanto, de tratar de certos aspectos relacionados com a economia de paz, ao examinar as possibilidades potenciais das nações.

Aponta a tentativa falida da Alemanha, Itália e Japão como uma prova mais a favor do conceito de POSSONY, segundo o qual "a auto-suficiência absoluta é tão impossível como a guerra absolutamente total". E mostra que os próprios Estados Unidos não constituem exceção à regra, apesar de ser o país do mundo dotado de maiores recursos e possuidor de um sistema de produção altamente desenvolvido.

"Em suma, julgamos que se deve abandonar a idéia de uma economia que vise de qualquer modo conseguir a autarquia absoluta. Consideramos, em troca, sensato e desejável que um país se assegure um mínimo indispensável de auto-suficiência econômico-industrial, baseada em seus próprios suprimentos de matérias primas essenciais, sem o qual uma crise pode paralisar o próprio progresso e desenvolvimento".

Para dar uma classificação das matérias primas, a Argentina, segundo o grau de auto-suficiência do país, organizou o quadro abaixo, baseado nas indicações gerais de FRIEDENSBURG, citado por A. PIATIER em sua "L'Économie de guerre" (Paris, 1939 — pág. 151):

1.º GRUPO	2.º GRUPO	3.º GRUPO	4.º GRUPO
<i>Auto-suficiência total (100%)</i>	<i>Auto-suficiência superior a 40%</i>	<i>Auto-suficiência inferior a 40%</i>	<i>Auto-suficiência nula (0%)</i>
A própria produção pode suprir totalmente o consumo. Exemplos: a produção de extrato de quibzacho, trigo, linho, milho, chumbo, cimento "portland", etc.	A própria produção pode suprir grande parte do consumo. Exemplos: a produção de celulose, algodão, petróleo, enxofre, etc.	A produção nacional só supre pequena parte do consumo. Exemplos: a produção de carbureto de cálcio, zinco, cobre, etc.	Não existe produção no país. Exemplos: mercúrio, platina, alumínio, etc.

Distingue depois as diferentes categorias de matérias primas: essenciais, estratégicas, críticas, de sucedâneos, recuperadas e sintéticas, caracterizando cada uma delas.

Na parte referente às matérias primas essenciais para a produção de guerra, que, como bem nota "coincidem em grande parte com as que também são básicas para as indústrias de paz", destaca a importância do carvão e do aço, dizendo: "Não é acidentalmente que as grandes potências mundiais ocupam uma posição privilegiada por sua produção e consumo de carvão e minério de ferro". E transcreve o quadro de produção de carvão e minério de ferro em % do consumo, extraído do livro "Economia de guerra" de H. MENDERSHAUSEN (Buenos Aires, 1943 — pág. 40):

PAISES	CARVÃO	MINÉRIO DE FERRO	OBSERVAÇÕES
Rússia	103	107	Média de 1929 a 1932
Estados Unidos	104	98	Média de 1925 a 1929
Grã-Bretanha	136	70	
França	71	140	
Japão	108	65	
Alemanha	123	30	

Mais adiante o Autor apresenta uma relação das matérias primas essenciais, indicando seu emprego mais corrente nas indústrias militares:

Ácido nítrico	Explosivos {	Básicos para grande número de indústrias
Ácido sulfúrico	Explosivos }	guerra

Aço	Armas brancas, canos para armas portáteis e canhões, corpos de projéteis, motores a veículos.
Alcool	Explosivos (idem, idem, quanto aos ácidos nítrico e sulfúrico).
Algodão	Nitrocelulose, algodão pólvora.
Alumínio	Construção de aviões.
Antimônio	Munições.
Berilo	Ligas especiais, bomba atômica.
Borracha	Coberturas, vestuário, etc.
Carvão	Coque, combustível, derivados.
Celulose	Papel, explosivos.
Chumbo	Munições para armas portáteis, balina (para os "shrapnells").
Cimento	Obras de fortificação.
Cobre	Munições, espoletas, equipamentos elétricos.
Couro	Arreioamento, correames, equipamentos, etc.
Cromo	Aços especiais.
Enxôfre	Explosivos.
Estanho	Munições, espoletas, estojos, metais anti-fricção e bronze.
Fibras de juta, cânhamo, linho, de manilha, "rayon" e fibras artificiais	Pára-quedas, uniformes, correames.
Iridio	Ácido sulfúrico (catalizador).
Lã	Uniformes.
Madeirasas	Cunhetes, construções.
Magnésio	Estruturas metálicas leves, construção de aviões, munições fumíferas e traçadoras.
Manganês	Aços especiais, cristais, pilhas.
Mercurio	Fulminato de mercúrio.
Mica	Material isolante.
Minério de ferro e ligas de ferro	Aços comuns e especiais.
Molibdênio	Ácido sulfúrico (catalizador).
Níquel	Aços especiais.
Óleos lubrificantes	Uso corrente.
Paládio	Ácido sulfúrico (catalizador).
Petróleo e seus derivados	Combustíveis lubrificantes.
Platina	Ácido sulfúrico (catalizador).
Seda	Pára-quedas, uniformes, cabos.
Tungstênio	Aços especiais, ferramentas de alta velocidade, válvulas de rádio.
Urânio	Bomba atômica.
Vanádio	Aços especiais.
Zinco	Munições, espoletas, latão.

"Para apreciar o grau de preparação e o potencial industrial de um país para a guerra — diz o Cel SANGUINETTI — especialmente quando se faz um estudo comparativo com outros, um índice eficaz consiste em analisar sua capacidade de produção de matérias primas essenciais". Para esse fim, apresenta um quadro dessa capacidade dos diversos países sul-americanos relativamente ao ano de

1938, que foi o último de produção normal antes da 2.^a Guerra Mundial. Faz as seguintes observações ao quadro:

— Por falta de dados estatísticos ou por não serem produzidos na América do Sul, deixam de figurar: ácido nítrico, couros, vidro, madeiras, celulose, mica, magnésio, platina, paládio e fibras de juta, cânhamo, linho e de Manilha.

— A produção de ácido sulfúrico da Argentina foi referida ao ano de 1940, de álcool ao ano de 1937, a de enxofre ao ano de 1944.

— Nos derivados de petróleo consideraram-se de um modo geral para todos os países: gasolina, querosene e óleos pesados.

— A produção de molibideno é referente ao ano de 1939 e a de mercúrio ao de 1936.

— As cifras relativas a minérios referem-se apenas ao conteúdo de minerais, com exceção da de cromo que se refere ao conteúdo em óxido de cromo e a de tungstênio que se refere ao trióxido deste mineral.

Em seguida, examinando a frequência com que os diferentes países ocupam os 1.^o e 2.^o lugares no conjunto, por seu volume de produção e pela percentagem total de matérias primas que cada um possui, organiza o quadro abaixo, dizendo que ele destaca "a situação vantajosa da Argentina, Brasil, Chile e Perú, e a situação desfavorável da Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai".

PAISES	O C U P A O		% DAS MATÉRIAS PRIMAS ESSENCIAIS QUE POSSUI
	1. ^o lugar	2. ^o lugar	
Argentina	9 vezes	6 vezes	55%
Bolívia	5 "	0 "	35%
Brasil	9 "	3 "	48%
Chile	5 "	2 "	35%
Colômbia	0 "	1 vez	16%
Equador	0 "	0 vezes	10%
Paraguai	0 "	0 "	3%
Perú	2 "	5 "	52%
Uruguai	0 "	1 vez	6%
Venezuela	1 vez	1 "	13%

Accentua o ilustre estudioso argentino "que a posse de recursos abundantes em matérias primas é um fator decisivo na guerra, mas com a condição de que elas se possam transformar, por meio de um processo industrial conveniente, em poder militar real".

— oOo —

Passando à parte em que estuda os produtos alimentares, assinalou a importância que estes assumiram no recente conflito mundial.

De um lado os países do Eixo e seus satélites, famintos em consequência do bloqueio estabelecido pelas Nações Unidas. De outro, a Inglaterra, por exemplo, viu-se em situação angustiosa, quer devido ao afundamento de seus navios (2.921 unidades até o fim de 1943), quer devido à necessidade de reservar o máximo possível de praça a bordo para o transporte das matérias primas essenciais e material bélico, quer finalmente à diminuição de rendimento produzida pelo sistema de navegação em comboio.

Mostra então o extraordinário trabalho de previsão, organização e fiscalização levado a cabo na Inglaterra para acomodar a situação: — "Num total de 18 artigos alimentícios essenciais, em 50% dos casos foi necessário diminuir o consumo por habitante, compensando-o com um aumento paralelo nos 50% restantes".

Afirma então, louvando-se em outros autores, que para que um país possa considerar assegurada sua auto-suficiência alimentar durante uma guerra, deve dispor, em tempo de paz, de uma produção equivalente a 130% do consumo anual normal, admitindo-se que a guerra pode acarretar uma redução de cerca de 30%. Friza então que, nesse ponto de vista, cabe à Argentina o primeiro lugar no mundo, pois que em 1939 o Instituto de Investigações de Berlim estimou sua produção em 264%, ao passo que a do Brasil era de 96% e a do Chile de 93%.

Define então quais os produtos alimentares sobre que se baseia o potencial de um país para a guerra, relacionando-os: açúcar; arroz; aves (galinhas, gansos, patos e perús); azeite; cacáu; café; chá e erva-mate; carnes (de boi, carneiro, cabrito e porco); cereais (trigo, cevada, aveia, centeio e milho); conservas; feijão; frutas frescas e secas; gorduras comestíveis; leite; manteiga; ovos; pescado; queijo; verduras; vinho.

Mostra então, por meio de mais um quadro estatístico, a posição vantajosa da Argentina e do Brasil no concerto das demais nações sul-americanas, salientando que dentre os 19 produtos considerados, os dois países se revezam, quase igualmente, no 1.º lugar, seguindo-se em importância o Chile e o Uruguái.

— oOo —

Na parte referente às reservas de matérias primas, o Cel SANGUINETTI diz que: "uma reserva conveniente de matérias primas provindas do exterior ou do próprio país, pode representar uma certa auto-suficiência momentânea durante o decurso de um conflito, o que pode ser absolutamente necessário como consequência do estado das relações internacionais no início das hostilidades ou da falta de domínio das rotas marítimas vitais".

Assinantes - Atenção

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de Fevereiro de 1944, deliberou que, a partir daquela data, sejam os seguintes os preços das assinaturas :

OFICIAIS E SUB-TENENTES

ANUAIS :

Associados da Cooperativa	Cr\$ 30,00
Assinaturas renovadas	Cr\$ 45,00
Assinantes novos	Cr\$ 60,00

SEMESTRAIS :

Associados da Cooperativa	Cr\$ 15,00
Assinaturas renovadas	Cr\$ 25,00
Assinantes novos	Cr\$ 30,00

SARGENTOS E PRAÇAS

ANUAIS :

Associados da Cooperativa	Cr\$
Assinaturas renovadas	Cr\$ 35,00
Assinantes novos	Cr\$ 50,00

SEMESTRAIS :

Associados da Cooperativa	Cr\$
Assinaturas renovadas	Cr\$ 20,00
Assinantes novos	Cr\$ 25,00

Cogitando, então, da formação de tais reservas e do seu estudo em tempo de paz, refere-se à fórmula de KOETH que serve para esse estudo: $R = CD - P$

onde "R representa a reserva a acumular, C a quota de consumo anual, D a duração prevista da guerra e P a produção anual do país".

Propõe como política de formação dessas reservas e ser adotada pelo Governo Argentino, a inclusão, durante 10 a 15 anos, no orçamento anual da Nação, de uma verba de 10 a 20 milhões de pesos destinada a essa finalidade.

— oOo —

No capítulo das riquezas minerais, transcreve um quadro do livro "El desarrollo industrial en América Latina", de A. DORFMAN (1940 — pág. 44), sobre a produção mineral dos principais países sul-americanos onde aparecem o Chile, a Venezuela, o Perú, a Argentina, a Bolívia, o Brasil e a Colômbia, em ordem decrescente.

Analisa depois a produção mineral argentina em minúcia, fazendo a seguinte apreciação aproximada do potencial mineral do país:

1.º — Auto-suficiência total (100%): chumbo, tungstênio, prata, ouro, berilo, estanho, magnésio, sal comum, gesso, boratos, mica, pedras, quartzo, feldspato, fluorita, argila, terras refratárias, descobertas e para fundição, baritina, dolomita, etc.

2.º — Auto-suficiência superior a 40%: antimônio, manganês, zinco, cromo, bismuto, enxofre, petróleo, mármore, areia, talco, etc.

3.º — Auto-suficiência inferior a 40%: ferro, cobre, níquel, cobalto, urânio, carvão, asfalto, etc. (A Argentina produziu 120 mil tons. de carvão em 1943 e em 1944 passou a 160 mil).

4.º — Auto suficiência nula: mercúrio, platina, alumínio, etc.

Passa depois a estudar de per si os principais produtos minerais da Argentina. Não queremos deixar de transcrever o que se refere ao petróleo:

Extraí-se do sub-solo e refina-se para produzir gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível e lubrificantes, que são produtos essenciais. Em 1940 refinaram-se uns 4.000.000 de metros cúbicos, assim distribuídos:

Petróleo nacional — 3.335.467, ou sejam 85%.

Petróleo importado — 584.607, ou sejam 15%.

— oOo —

O notável estudo do ilustre camarada argentino termina com considerações sobre a política das matérias primas que valem por uma advertência a todas as nações do continente. Acentua que as matérias primas formam o fundamento da economia e que sua dispo-

nibilidade, em quantidades e qualidades suficientes, é decisiva para toda atividade industrial, pacífica ou militar. Daí a necessidade irretorquível de uma sábia política nacional a esse respeito, pois uma indústria, por mais poderosa e aperfeiçoada que seja, não tem valor real se depende do abastecimento de matérias primas importadas. Cita a esse propósito o exemplo da Itália cuja indústria de guerra dependendo da importação de 97% de carvão e de 25% de minério de ferro, não conseguiu atender às exigências das forças armadas do país na recente guerra.

No seu modo de ver a política geral a adotar deve abranger três aspectos: incremento progressivo da produção nacional de matérias primas, criação de sucedâneos e formação de reservas.

Aconselha, por fim, o Governo a adotar as seguintes medidas concretas:

- fomentar a criação de fontes de energia elétrica barata, utilizando as quedas d'água;
- concorrer para o desenvolvimento em maior escala dos meios de transporte terrestres, fluviais e aéreos;
- estimular a importação de matérias primas e a formação de reservas, quando não possam ser produzidas no país;
- estimular a importação de máquinas e instalações industriais que tampouco possam ser fabricadas no país;
- estimular a vinda para o país de técnicos estrangeiros e o aperfeiçoamento dos já existentes;
- promover a exportação de artigos manufaturados, fabricados com matérias primas totalmente nacionais;
- incentivar a padronização no emprêgo das matérias primas, para reduzir seu número e a variedade de qualidades, formas e dimensões;
- defender o uso de matérias primas e produtos nacionais, evitando sua importação;
- evitar que uma concorrência mal orientada faça desaparecer certas indústrias estrativas essenciais;
- promover a inversão de capitais argentinos ou de estrangeiros, amparando-os com a própria participação do Estado em sociedades mistas;
- manter em dia, através de repartições competentes, o controle das matérias primas, para conhecer a qualquer momento a produção, existência, consumo, distribuição, etc. (a lei 12.709, em vigor, preceitua que esse controle, no que interessa à produção de guerra, fique afeto à Diretoria Geral de Fabricação Militar);
- ordenar uma revisão geral da legislação mineira do país, a fim de crear meios legais de estímulo e que não possam obstar ao progresso;

- fomentar a aplicação de novos processos e o melhoramento dos métodos existentes, para aumentar a produção, organizando quanto antes um instituto tecnológico nacional compatível com o desenvolvimento econômico do país;
- intensificar as pesquisas e a exploração das jazidas, sobretudo das de minérios metálicos”.

— oOo —

Julgamos que o resumo apresentado dispensa outros quaisquer comentários em torno do tão palpitante e bem concatenado estudo do Cel. Sanguinetti.

ORIENTACIÓN (Montevideu, Março de 1946) — “IMPORTANCIA ATUAL DO ESTUDO DA PSICOLOGIA” — pelo Coronel FREDERICO SCHÜSSELIN.

Inicia o Autor o seu artigo, apontando o vulto que tomou o estudo da Psicologia aplicada à vida militar na grande guerra que vem de findar. Acompanha o desenvolvimento, em extensão e profundidade, de tal estudo, através das múltiplas especialidades em que deve de se fragmentar, ante a complexidade dos assuntos, função de complexidade dos novos meios de combate postos em atividade: a Psico-seleção, o exame psico-físico a guerra psicológica, a psiquiatria de guerra e seus dois novos ramos que são a psico-somática e a psico-síntese, etc..

Aborda a questão de deficiência de técnicos em tal campo de atividades ao se iniciar a guerra, e a necessidade premente que os beligerantes tiveram de organizar Centros de Estudos e de Especialização Psicológica.

Examina mais pormenorizadamente o problema de psico-seleção e do exame psico-físico frequente que permitiram poupar inúmeras vidas, evitar muitos acidentes aéreos e sobretudo controlar a eficiência e a combatividade sobretudo das forças aéreas, das aero-terrestres e das blindadas, que são as que demandam, mais particularmente, extraordinário desgaste da energia nervosa e perfeito equilíbrio emocional.

Passando ao campo da instrução, fala do binário Psicologia-Pedagogia, hoje coisa indiscutível e que é já do conhecimento universal, mesmo naqueles países onde, por motivos diversos, não ponde ser ainda aplicado com todas as suas incalculáveis vantagens.

Conclui seu estudo, apreciando as íntimas relações entre a psicologia ultra-moderna e a medicina, o que veio beneficiar enormemente, como muito bem mostra, a profilaxia das moléstias nervosas e mentais. É alerta para a crescente importância que terão no futuro os estudos da psicologia em face da utilização da energia nuclear na guerra. Pois que esta energia, só pelo que dela dizem, já tem produzido abalos mentais e neuroses em lugares onde tão cedo, provavelmente, não se farão sentir seus efeitos materiais.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Abril a 20 de Maio de 1946

AJUDANTE DE ORDENS.

— Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o artigo 59 do Decreto-lei número 9.120, de 4 de abril de 1946:

“Art. 59. O Presidente da República, o Ministro da Guerra, o Chefe do Estado-Maior do Exército e os Comandantes de Zonas Militares dispõem, cada um, de dois oficiais ajudantes de ordens: os demais generais da ativa, em função de carácter essencialmente militar, dispõem de um ajudante de ordens.

§ 1.º Os generais em comissão de carácter permanente no estrangeiro e os generais ministros do Supremo Tribunal Militar não dispõem de ajudante de ordens.

§ 2.º O coronel no exercício de funções de comando relativas ao posto do general dispõe de um adjunto ao invés de ajudante de ordens.

§ 3.º A função de ajudante de ordens é privativa do posto de capitão, devendo o oficial contar mais de dois anos de serviço arregimentado no posto.

§ 4.º O general da ativa quando dispensado da função que exerça e enquanto aguarda nova comissão conserva um ajudante de ordens.”
(Decreto-lei n.º 9.231 de 6.5 — D.O. de 9-5-946).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Para ater).

— O Depósito Regional de Material Veterinário da 2.ª R. M., de que trata o Aviso n.º 506, de 23 do corrente, passa a ter autonomia, de acordo com o art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto número 3.251, de 9-11-38.

(Aviso n.º 517 de 27 — D.O. de 29-4-946).

APOSTILHA DE TÍTULOS — (Ordem).

— Tendo algumas Circunscrições de Recrutamento suspendido os pagamentos de inativos por ordem dos Serviços de Fundos Regionais, alegando que os interessados não apresentaram seus títulos devidamente apostilados, declaro que os referidos pagamentos só deverão ser suspensos por aqueles que não cumprirem o determinado no parágrafo único do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 8.512, de 31-12-1945.

(Aviso n.º 547 de 3 — D.O. de 5-5-946).

CENTRO D ERECOMPLETAMENTO DA F.E.B. — (Extinção).

— Fica extinto o Centro de Recompimento do Pessoal da F.E.B., de criação autorizada por despacho do Sr. Presidente da República na Exposição de motivos n.º 71-40, Secreta, de 2-8-44, deste Ministério.

(Aviso n.º 533 de 4 — D.O. de 3-5-946).

**Biblioteca da Cooperativa Militar Editora
e de Cultura Intelectual «A Defesa Nacional»**

LEGISLAÇÃO MILITAR

POR

DANTE TOSCANO DE BRITTO

Capitão do Exército e Bacharel em Direito



Preço: Cr\$ 12,00

CHEFE DE CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 7.^a Região Militar a quem cabe chefiar uma Circunscrição de Recrutamento por motivo do afastamento do respectivo titular: — se a capitão da reserva de 2.^a classe convocado ou reformado.

— O Regulamento de Continências no art. 223, item 3.^o, estabelece que o oficial da reserva tem precedência sobre o oficial reformado, em igualdade de posto.

— O Estatuto dos Militares (Decreto-lei número 3.864, de 24 de novembro de 1945), no art. 91, diz:

“Os militares da reserva, quando convocados, concorrem para os efeitos relativos a honra e precedência, com os da ativa, como se pertencessem ao serviço ativo, adicionando-se, para a determinação da precedência o tempo de convocação ao do serviço ativo do mesmo posto.”

— Nestas condições cabe ao Capitão da Reserva convocado — no caso da consulta — a chefia de Circunscrição de Recrutamento.
(Aviso n.º 553 de 6 — D.O. de 9-5-946).

CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO — (Criação).

— Artigo único. Fica criada, com sede em Jequié, Estado da Bahia, a 18.^a Circunscrição de Recrutamento.
(Decreto-lei n.º 21.138 de 17 — D.O. de 20-5-946).

COMPANHIA DE POLÍCIA — (Autorização).

— Fica a 1.^a Companhia de Polícia autorizada, no corrente ano, a receber voluntários, mesmo que sejam reservistas, para preenchimento dos claros existentes naquela Companhia.
(Aviso n.º 528 de 30-4 — D.O. de 3-5-946).

CONSCRITOS — (Licenciamento).

— O licenciamento dos conscritos providos da lavoura, determinado em Aviso n.º 371, de março de 1946, deverá processar-se por turmas, dentro de cada unidade e de acordo com o art. 149 e seus parágrafos da Lei do Serviço Militar.
(Aviso n.º 490 de 22 — D.O. de 23-4-946).

CURSO DA ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO — (Início).

— Tendo em vista que a primeira época geral de inspeção de saúde da classe a incorporar no próximo ano de 1947, iniciar-se-á no mês de junho e será concluída no mês de setembro do corrente ano, resolvo transferir o início da 2.^a turma do Curso da Escola de Saúde do Exército para os médicos convocados, para o dia 15 de outubro do corrente ano.
(Aviso n.º 578 de 15 — D.O. de 17-5-946).

CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA — (Funcionamento).

— O Diário Oficial n.º 93 de 25-4-1946 (página n.º 6.089) publica a portaria n.º 9.269 que aprovou as instruções para o funcionamento do Curso de Oficiais da Reserva

ACABA DE APARECER

Um novo livro da Biblioteca da «A DEFESA NACIONAL»,
o primeiro histórico-militar sobre esta Segunda Guerra Mundial
editado no Brasil

A BATALHA DE ROMA

— do —

CAP. GERALDO DE MENEZES CORTES

“Escrito em linguagem precisa e clara, esse trabalho merece ser lido e meditado por quantos, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica se compenetrem das responsabilidades profissionais e dos deveres imprecíveis assumidos para com a segurança nacional” (Extraído do parecer do Gen. Div. Mario Ary Pires).

O livro é calcado em variada documentação Norte-Americana e Inglesa e compreende :

- Título I — Situação antes da batalha.
 - Cap. I — Os antecedentes da batalha — Situação Geral.
 - Cap. II — Situação das Forças Aliadas.
 - Cap. III — Situação inimiga.
 - Cap. IV — A preparação da operação.
 - Cap. V — O Plano.
- Título II — A batalha na zona do 5.º Exército.
 - Cap. I — A rotura.
 - Cap. II — O aproveitamento do êxito.
 - Cap. III — A perseguição.
- Título IV — A batalha apreciada em seu conjunto.
 - Cap. I — Síntese da ação na zona do 8.º Exército.
 - Cap. II — Após a batalha.
 - Cap. III — Considerações finais.
- Título IV — Ensinaamentos Táticos.

Ilustrado com diversas fotografias, dois mapas e três cartas impressas em cores, sua leitura é agradável.

Preço : Cr\$ 18,00

(Faça seu pedido e, sem dificuldade, enviar-lhe-emos o volume pelo reembolso postal).

DISTINTIVOS — (Aprovações).

— O Diário Oficial n.º 104 de 10-5-1946 (página n.º 6.946) publica o avise n.º 557, do Ministro da Guerra que aprova o "Distintivo que poderá ser usado a título de experiência nos uniformes pelos oficiais e praças do 6.º Regimento de Infantaria (Regimento Ipiranga).

Co-
sol
a-

ESTANDARTE-DISTINTIVO — (Criação).

— O Diário Oficial n.º 91 de 23-4-1946, publica na íntegra o Decreto-lei n.º 9.163 de 11-4-1946, que cria o estandarte-distintivo para o Regimento Tiradentes.

— O Diário Oficial n.º 107 de 14-4-1946, publica na íntegra o Decreto-lei n.º 9.221 de 2-5-1946, que cria o estandarte-distintivo para o Regimento Ipiranga.

ESTABELECIMENTOS MILITARES — (Autorização).

— Os estabelecimentos militares, provedores, industriais ou comerciais, e as autarquias administrativas d'este Ministério ficam autorizados a conceder aumento de remuneração ao pessoal pago pelas rendas próprias ou econômicas, até o limite do aumento concedido aos servidores da União e autarquias federais, uma vez que disponham de recursos para tal fim.
(Aviso n.º 544 de 3-5 — D.O. de 5-5-1946).

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO — (Efetivo).

— De conformidade com o que propõe o Chefe do Estado-Maior do Exército, o efetivo do Hospital Central do Exército fica aumentado, em caráter provisório, dos seguintes elementos:

Médicos:

- 1 — Major.
- 4 — Capitães.
- 10 — 1.ªs. Tenentes.

Farmacêuticos:

- 1 — 1.º Tenente.
- 3 — Sargentos para o contingente (um 1.º, um 2.º e um 3.º);
- 30 — Enfermeiros;
- 6 — Enfermeiras;
- 6 — Guardas do P.N.P.;
- 2 — Cozinheiros;
- 3 — Ajudantes de cozinheiros;
- 4 — Datilógrafos;
- 1 — Auxiliar de escritório;
- 2 — Motoristas;
- 30 — Serventes e
- 1 — Nutricionista.

(Aviso n.º 531 de 30-4 — D.O. de 3-5-1946).

JUNTAS DE INSPEÇÃO DE SAÚDE — (Constituição).

— Para a constituição das juntas de inspeção de saúde de que trata a Portaria n.º 9.266, de 22 de abril de 1946, no § 1.º da letra b, do art. 17, os Comandantes de Região Militares poderão deslocar médicos da ativa de um

Colaboram neste número:

Cel. João Baptista Magalhães.
Cel. Alcindo Nunes Pereira.
Cel. Dr. Humberto Martins de Mello.
Ten. Cel. Aguinaldo José Sena Campos.
Ten. Cel. J. B. de Mattos.
Ten. Cel. Eduardo P. Campelo de Almeida.
Maj. J. Nelson R. Carvalho.
Cap. Geraldo de Menezes Côrtes.
Cap. Moacyr Ribeiro Coelho.
Cap. Dr. Saulo Teodoro Pereira de Melo.
Cap. Amaury Benevenuto de Lima.
Cap. Rui Alencar Nogueira.
Cap. Nelson Werneck Sodré.
Cap. Gerardo L. Amaral.
Cap. Otávio Alves Velho.
1.º Ten. Jackson Pitombo Cavalcante.
Dr. Jayme de A. Villas Boas.



Cr\$ 5,00